

- EDELBERTO AUGUSTO GOMES LIMA -

1

HISTORIA DO LEGISLATIVO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

- DE 1890 A 1962 -

(ALGUMAS REALIZAÇÕES E CURIOSIDADES)



HISTORIA É O PASSADO RETORNANDO À SUPERFÍCIE, O QUE PERMANECE NA ESCURIDÃO DO TEMPO, SE PERDE NA ETERNIDADE.

- JULHO 2021 -

HISTÓRIA É O PASSADO RETORNANDO À SUPERFÍCIE, O QUE PERMANECE NA ESCURIDÃO DO TEMPO, SE PERDE NA ETERNIDADE.

(2021 – Edelberto A. G. Lima).



“CONVÉM LECIONAR NAS ESCOLAS OS CANTOS PATRIÓTICOS E CUIDARMOS MENOS DA HISTÓRIA ESTRANGEIRA, PARA DARMOS AOS NOSSOS PEQUENOS CONCIDADÃOS OS FECUNDOS EXEMPLOS DE NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA, TÃO RICA DE TRADIÇÕES HONROSAS, COMO DE ABNEGAÇÃO PATRIÓTICA.”

(1893 – ANTÔNIO SERAPIÃO DE CARVALHO).

“O POVO SEM O CONHECIMENTO DE SUA HISTÓRIA, ORIGEM E CULTURA, É COMO UMA ÁRVORE SEM RAIZES.”

(MARCUS GARVEY).

OS QUE NÃO APRENDEM COM OS ERROS DA HISTÓRIA ESTÃO CONDENADOS A SEMPRE REPETI-LOS.

(ADAPTAÇÃO DE UMA CITAÇÃO CONTIDA NO FILME CROWN).

A HISTÓRIA, “...ALÉM DE SER VERDADEIRA, TEM QUE SER ESCRITA COM UM VASTO LEVANTAMENTO DOCUMENTAL QUE CARREGUE A VERDADE.”

(CARLOS BERNARDO GONZALEZ PECOTCHE).

"A saudade é a maior prova de que o passado valeu a pena."

(Desconhecido)

- INTRODUÇÃO -

História é o passado retornando à superfície, o que permanece na escuridão do tempo, se perde na eternidade. (Pensamento próprio).

Basicamente, todo o livro é extraído de documentos contemporâneos aos fatos, mormente de atas de sessões da Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata, portadoras de fé pública, documentos públicos que são.

A história deve ser lida com a lupa da mentalidade da época em que os fatos ocorreram. No tocante ao legislativo pratiano, no período narrado nesta obra, afastadas as divergências políticas (Estas parecem estar impregnadas no DNA dos políticos) havia um comportamento ímpar, digno ser imitado pelas gerações futuras.

Refiro-me a total dedicação ao bem comum, em detrimento dos interesses pessoais. Até a oposição, tratando-se de projetos de interesse do município (praticamente 100% deles), não votava contra.

OS POLÍTICOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

Daniel Serapião de Carvalho, filho de Antônio Serapião de Carvalho, primeiro juiz de Direito da Comarca de São Domingos do Prata, embora tenha nascido em Itabira em 1887, viveu parte de sua infância no Prata.

Pessoa com inteligência rara escreveu diversos livros, tendo ocupado inúmeros cargos de relevo, inclusive o de Ministro da Agricultura no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, ocasião em que carreou diversos benefícios para o Prata.

Diz em um de seus livros ("Ensaio de Crítica e de História", edição própria - pág. 160/161), referindo-se aos políticos mineiros do início do século XX:

"Nenhum homem público daquela época pensava em 'hacer plata em la política'. Os cargos efetivos eram mal remunerados.

A vida simples, austera e dura exigia que o político exercesse uma profissão. Dividido o tempo entre a política e o ganha-pão, não sobravam lazeres para cultivar as letras ou compor obras literárias.

Os políticos mineiros, como os antigos romanos, postos em paralelo com os cartagineses por Montesquieu, não obtinham os cargos públicos pelas letras ou pela riqueza, senão pela virtude, serviços

prestados aos amigos, devotamento aos negócios da comunidade e compreensão dos seus problemas.”

Penso que Daniel Serapião de Carvalho tenha traçado, com perfeição, o perfil dos políticos pratianos, não obstante as divergências ideológicas existentes, embora muitas vezes esta simplicidade não deixa alguns enxergarem a necessidade de valorizar e preservar o rico passado, e também de criar oportunidades para os jovens, incluindo os de maiores talentos, evitando a migração.

(Ver nas páginas 58/62, 2ª edição, do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, sugestões para fixar o jovem em sua terra natal. Ver ainda o editorial do jornal “A Voz do Prata”, de 1945, no livro “Revivendo a história de São Domingos do Prata – 2ª edição, páginas 166/167).

Nesta introdução, vou limitar-me a citar algumas passagens da história do legislativo pratiano de 1890 até 1962, inclusive, alertando ter, no decorrer dos textos, outras informações sobre a maioria delas.

No final agradeço a dois pratianos, sem a ajuda dos quais esta obra seria impossível.

Há um índice alfabético para facilitar eventuais pesquisas e, como sempre, para diminuir os custos, eu mesmo digito e reviso os meus livros e é de sabença geral quem assim procede revisa com a mente e não com os olhos, daí a possibilidade de haver erros de digitação, mas jamais de conteúdo.

O sumário, como ia ficar muito extenso, optei apenas em demonstrar as páginas da composição de cada Câmara de Vereadores e respectivos Agentes do Executivo e Prefeitos, desde 1890 (No tocante aos dois Conselhos de Intendência) e as Câmaras a partir de 1892 até 1961, além das divisas, por volta de 1938, entre o município de São Domingos do Prata e municípios vizinhos e entre os distritos da época.

Há muitos nomes de pessoas da família Moraes, alguns com a letra I e outros com a E, daí resolvi transcrever todos com a letra E (Moraes).

Neste período, quatro Agentes do Executivo renunciaram, dois antes mesmo de tomarem posse. Inúmeros vereadores fizeram o mesmo, a maioria por problemas particulares.

Duas Câmaras de Vereadores tiveram as renúncias dos vereadores, ficando somente um sem fazê-lo.

Em 1893, houve eleição para completar o mandato da primeira Câmara eleita em 1892, e os nomes dos vencedores e nem do Agente do Executivo foram mencionados pelos historiadores que me antecederam.

No decorrer do livro, além das renúncias dos quatro Agentes do Executivo, vai-se ver a posse de um Prefeito que não exerceu nem um dia de seu mandato, de outro que, por estar cursando uma universidade em Belo Horizonte, tomou posse mas pediu licença até terminar o seu curso de graduação, quando então assumiu efetivamente o exercício de seu mandato. (São dois personagens que muito contribuíram para o progresso do município).

Há ainda uma invasão do Plenário da Câmara por uma força policial vinda de fora do município e uma tentativa de invasão, mas em ambas ocasiões os vereadores presentes nas sessões portaram-se com altivez e destemor.

Um Presidente da Câmara, confrontado por sete vereadores presentes na sessão, acabou retirando-se do recinto e, na ausência do Vice, assumiu interinamente a Presidência o Secretário, tendo a sessão prosseguido com um desfecho histórico.

A Câmara mandou estabelecer uma estação fiscal em São Thomé, terra natal de Joaquim Rolla. Estaria nesta época São Thomé dentro do território pratiano?

A Câmara, desde o final do século 19, estimulava o recebimento de imigrantes, na época denominados colonos.

Há uma breve história sobre “Dois Córregos”, importante curso d’água a abastecer, por muitos anos, a sede do município de água potável. A fazenda na qual se localizava, também é histórica.

Pode ser visto ainda sobre as epidemias que grassaram no município.

Em 1937, Luiz Prisco de Braga apresentou um projeto pedindo fossem dadas às praças e logradouros públicos nomes de pratianos ilustres.

A fatídica década em que os principais monumentos históricos foram demolidos.

Todos os projetos de lei apresentados, com raríssimas exceções, foram aprovados, mas nem todos executados. Houve ainda dois vetos do Prefeito em 1936, mas não consegui apurar os motivos.

O primeiro Conselho de Intendência do município durou muito pouco tempo, posto ter seus membros descompatibilizados para disputarem a primeira eleição havida no município.

Foi nomeado em seguida, um segundo Conselho de Intendência. Teria havido um terceiro, mas o Governo Central optou por reconvocar os membros do segundo Conselho, mas com um elemento novo.

O Conselho de Intendência era nomeado pelo Governo Central para governar os destinos do município, até que houvessem novas eleições.

A denominação da Praça do Fórum antes de chamar-se Praça São Pedro, vai surpreender a muitos.

Os vereadores responsáveis por sugerirem os nomes de padre Pedro Domingues Gomes para a rua 21 de Abril e Praça Manoel Martins Vieira, para a Praça da Matriz, então denominada de Praça 15 de Novembro.

Mostro a diferença entre vereador Geral e Especial.

Houve um pedido para a Cia. Acesita fornecer energia elétrica para dois distritos.

A posição da Câmara em 1951, em relação a lei do divórcio a ser votada na Câmara Federal e a uma entidade de conotação comunista.

A tentativa de Goiabal em anexar ao seu território as vilas de Ilhéus e Juiraçu.

Marliéria inconformada por uma tentativa de ter seu território incorporado por Jaguaraçu. (Embora a grafia correta durante um longo período fosse Jaguarassu, optei por sempre escrever a grafia atual, qual seja: Jaguaraçu)

As divergências havidas por ocasião das emancipações de Goiabal, Jaguaraçu e Marliéria.

A eleição do Dr. Mateus em 1954 e todos os seus desdobramentos até desfecho final.

As notícias dos falecimentos da esposa do Capitão Dico, do Dr. Antônio Gomes Lima, da esposa do Dr. Daniel Serapião de Carvalho, do

Presidente do Estado responsável por assinar o decreto de emancipação do município e de outros.



A tentativa de desapropriação, por utilidade pública municipal, do sobrado do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, nos primeiros anos de sua residência em São Domingos do Prata.

Dr. Edelberto comprando o seu sobrado e o pasto anexo, das mãos de um grande vulto da história do Prata, praticamente desconhecido das gerações futuras, figura imortal nas histórias de Belo Horizonte e Sabará.

Consta o início da construção da ferrovia Dom Silvério-Nova Era passando por São Domingos do Prata.

Em 1893, a Câmara Municipal solicitou do Senado Estadual, tendo sido atendida, a modificação do traçado da ferrovia, como noticiado no livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, 2ª edição, páginas 144/145.

Há ainda a festa do início da construção da ferrovia e um projeto de lei dando o nome do Chefe da Construção a uma rua que ia do local onde seria construída a Estação Ferroviária até o centro da cidade.

Em determinada eleição, o Prefeito não recebia votação direta. O povo votava nos candidatos a vereadores e o partido político vencedor indicava o seu candidato a Prefeito, sendo o mesmo eleito pela Câmara.

Em determinada época, foi apresentado um projeto para que cada cidadão pratiano pagasse uma taxa (Tributo), por cada privada e lavabo que possuía.

Como o livro é sobre a Câmara de Vereadores, nele primordialmente consta algumas realizações de Prefeitos eleitos pelo povo, mas abro exceção para um que governou o município por 14 anos, de 1923 até 1936, entremeando períodos em que foi eleito e um em que foi nomeado.

(Outra exceção, quando as realizações estavam vinculadas com algumas das decisões da Câmara).

Descubro o nome de outro cidadão, com participação ativa na vida pratiana, que foi eleito Deputado Estadual, tendo falecido como Desembargador, e conto, nas páginas em que cito o seu nome, diversas passagens de sua vida.

A primeira vereadora a efetivamente exercer as funções (Houve uma anterior mas jamais participou de qualquer sessão), tomou posse em 28.02.1951.

Um vereador, por volta de 1908, tendo em vista as dificuldades porque passava o erário do município, apresentou um projeto no sentido de que os projetos aprovados pela Câmara acarretadores de despesas, somente fossem executados pelo Agente do Executivo no momento oportuno, evitando assim mais sacrifício às finanças municipais.

Trago ainda à baila, marcantes passagens da vida do Dr. Mário Rolla como Deputado Estadual, assim como os nomes de todos os políticos pratianos cujos mandatos eletivos extrapolaram as divisas do município de São Domingos do Prata.

Faço diversas citações de matérias encontradas nas segundas edições de meus livros e menciono as páginas, embora elas estejam contidas também nas primeiras edições, só que nessas o leitor vai ter que recorrer ao índice alfabético.

A única exceção é quanto as notas biográficas do Dr. José Pedro Drummond, somente encontradas na segunda edição do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 339, letras “a” a “d”.

Divulgo um excelente comentário do Reitor da Faculdade de Sabará em torno de um livro meu sobre, entre outros fatos históricos, a escolha de Belo Horizonte (Antigo distrito de Sabará) para ser a nova capital de Minas.

Somente discordo dele quando concede o mérito a políticos sabarenses. Desculpo-o por ainda não ter descoberto, quando escrevi o livro, o verdadeiro responsável.

O responsável, como demonstrei em mais de um de meus livros (e o citei no presente), foi um pratiano, após brilhante atuação na sessão do Congresso Mineiro, na qual se finalizou a escolha.

Um farmacêutico demandando perante a Câmara lhe fosse paga determinada quantia pelo aviamento de receitas em sua farmácia, para doentes pobres.

No índice alfabético, na letra “P”, insiro os nomes de todos os padres citados neste livro, o mesmo fazendo em relação a letra “M” de memórias, em que cito as memórias e notas biográficas de alguns

pratianos ilustres deste período. Porém, quanto as memórias, somente forneço os nomes dos meus livros onde os textos poderão ser encontrados, abrindo exceção apenas para dois deles, mencionados pela primeira vez na presente obra.

Há citações de inúmeras ruas e praças da sede, sejam antigas, sejam atuais. No índice alfabético menciono, agasalhado em informações contidas em uma lei de iniciativa do então Prefeito, Paulino Cicero de Vasconcelos, e no livro do frei Thiago, com alguns adendos de minha iniciativa, as localizações delas.

Finalmente, gostaria de agradecer a dois pratianos sem os quais este livro seria impossível.

Primeiro a Juliana Drummond Mourão, alta funcionária da Câmara de Vereadores que, com total desprendimento, emprestou os livros de atas no período.

Em segundo lugar, ao Dr. Laércio Álvares Maciel. Uma vez por mês, em plena pandemia ocasionada pelo corona vírus, entregava os livros em minha casa em Belo Horizonte e levava de volta os emprestados no mês anterior e assim foi por vários meses.

Eu, por sua vez, empolgado, munido de máscara, luvas e uma lente, tentava fugir dos ácaros e mofo e me deliciava com a leitura e seleção de algumas passagens e curiosidades deste rico material.

Todavia, em determinado momento a ajuda estancou. Não tive acesso as atas do período de 1913 a 1930, envolvendo o restante do governo do Capitão Dico, que perdurou até o ano de 1922, inclusive e de 1923 a 1930, abrangendo o período do Dr. Edelberto Lellis Ferreira.

Porém, no livro consta, entre outras, as três maiores realizações do Capitão Dico e muitas do Dr. Edelberto, nas fases em que não tive acesso as atas.

Ao que parece, pelo narrado pelo frei Thiago Santiago e Luiz Prisco de Braga (retranscrevo na presente obra) no período de 1913 a 1922, inclusive, não foram localizadas nenhuma ata e/ou elas desapareceram. De qualquer maneira, como dito acima, muitas passagens desta era foram contadas na presente obra. Quanto ao Dr. Edelberto encontrei e reproduzi um farto material extraído de outros documentos.

Agradeceria ainda há mais dois pratianos. Primeiro a uma professora, por ter de maneira muito elogiosa, dezenas de anos após

as suas partidas da terra natal, lembrado de meu pai e minha mãe, e por reflexo, me atingido.

“Maria Do Carmo Perdigão Mendes

Parabéns.

Edelberto Augusto Gomes Lima

... Levantar a história, transformá-la em livro e doar estes livros a Escolas do Prata é mesmo coisa de um filho do Sr. Neneco e da profissional da Educação, mais justa e correta que eu conheci na minha infância - a Diretora do Cônego João Pio do comecinho dos anos 50 - D. Joanna Coeli...”

(PALAVRAS QUE MUITO ME SENSIBILIZARAM PROFERIDAS POR UMA PRATIANA, AO TOMAR CONHECIMENTO DE QUE HAVIA DOADO MUITOS DE MEUS LIVROS SOBRE A HISTORIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, TERRA NATAL DE TODOS, PARA TRÊS ESCOLAS DA CIDADE.

NA REALIDADE, ALÉM DAS TRÊS, DOEI TAMBÉM PARA A CASA DE CULTURA E PARA A FUNDAÇÃO DA IRMÃ MÔNICA, ALÉM DE BIBLIOTECAS DE BELO HORIZONTE E SABARÁ.

Em segundo lugar, agradeço ao Ministro Paulino Cicero de Vasconcellos que, ao me presentear com a segunda edição de seu livro “Meus Cadernos – De São Domingos do Prata a Brasília”, me honrou com a seguinte dedicatória:

“Ao caro amigo, Edelberto Augusto Gomes Lima, grande e já celebrado como maior pesquisador da história de nosso Prata e que enriquece esta modesta obra com várias participações, que saíram de sua lavra, agradeço com estima, Paulino Cícero, 11.06.2021.”

Há um ÍNDICE ALFABÉTICO a partir da página 304 e a relação de meus livros nas páginas 301/302.

SUMÁRIO.

Vou fazer um sumário apenas com os nomes dos componentes dos primeiros Conselhos de Intendência e dos vereadores pratianos eleitos em cada legislatura desde a primeira Câmara eleita, até a de 1959/62.

Faço também em relação as divisas, em 1938, entre a sede do município de São Domingos do Prata com os seus distritos e municípios vizinhos e entre os distritos de São Domingos do Prata (Divisas interdistritais).

-Primeiro Conselho de Intendência Municipal – 13 -

-Primeira Câmara eleita – Posse em 08.05.1892 – 16 – 17 -

-Segundo Conselho de Intendência Municipal – 23 – 24 -

-Câmara eleita em 10.09.1893 para substituir a primeira que renunciou – 25 – 26 -

-Terceiro Conselho de Intendência Municipal – 30 -

-Câmara eleita em 1894 para terminar o período do mandato da primeira Câmara eleita – 31 – 32 -

-Câmara eleita para o período de 1895 a 1897 – 51 -

-Câmara eleita para o período de 1898 a 1900 – 56 – 57 -

-Câmara eleita para o período de 1901 a 1904 – 66 – 67 -

-Câmara eleita para o período de 1905 a 1907 – 71 – 72 – 78/80 -

-Câmara eleita para o período de 1908 a 1911 – 89 -

-Câmara eleita para o período de 1912 a 1915 – 125 – 126 -

-Câmara no período de 1915 a 1918 – 135 -

-Câmara no período de 1919 a 1922 – 136 – 137 -

-Câmara eleita para o período de 1923 a 1927 – 139/143 -

-Câmara eleita para o período de 1927 a 1930 – 145 -

-Câmara eleita para o período de 1936 a 1939 – 177 – 178 -

-Câmara eleita para o período de 1948 a 1951 – 211 – 212 -

-Câmara eleita para o período de 1951 a 1954 – 232 – 233 -

-Câmara eleita para o período de 1955 a 1958 – 259 -

-Câmara eleita para o período de 1959 a 1962 – 265 – 266 -

DIVISAS EM 1938 COM OS MUNICÍPIOS VIZINHOS –

Entre a sede e Rio Piracicaba – 248 -

Entre a sede e Nova Era (Então Presidente Vargas) – 248 – 249 -

Entre a sede e Antônio Dias – 249 -

Entre a sede e Caratinga – 249 – 250 -

Entre a sede e Raul Soares – 250 -

Entre a sede e Rio Casca – 250 -

Entre a sede e Dom Silvério – 250 -

Entre a sede e Alvinópolis – 250 -

DIVISAS ENTRE OS DISTRITOS EM 1938 –

Entre a sede e Alfié – 251 -

Entre a sede e Dionísio – 251 -

Entre a sede e Goiabal – 251 -

Entre a sede e Vargem Linda (Ex-Vargem Alegre) – 251 -

Entre Alfié e Dionísio – 251 – 252 -

Entre Alfié e Marliéria – 252 -

Entre Alfié e Jaguarapu – 252 -

Entre Jaguarapu e Marliéria – 252 -

Entre Marliéria e Dionísio – 252 -

Entre Dionísio e Goiabal – 253 -

Entre Ilhéus do Prata e Vargem Linda – 253 -

Entre Ilhéus do Prata e Goiabal – 253 -

O LEGISLATIVO PRATIANO QUANDO DA EMANCIPAÇÃO.

Emancipado o município de São Domingos do Prata em 1º, de março de 1890, o Governo Estadual teve que nomear um Conselho de Intendência Municipal para governar o município, até que se realizasse eleição para composição da primeira Câmara de vereadores.

Esse Conselho concentrava em si os poderes deliberativo (legislativo) e executivo e seus primeiros membros foram:

Presidente: Manoel Martins Vieira (Considerado o primeiro Agente do Executivo ou Prefeito do município).

Capitão Antônio Rodrigues Frade.

Pedro Benjamim de Vasconcelos.

Este Conselho durou muito pouco tempo, eis que seus membros se descompatibilizaram para poderem disputar a primeira eleição.

Os dois primeiros foram eleitos e compuseram a primeira Câmara eleita em São Domingos do Prata. (O terceiro não descobri se disputou)

Contudo, como se demonstrará nas páginas seguintes, todos os membros desta Câmara (Exceto um), inclusive o Agente do Executivo, renunciaram, o que obrigou ao Governo Estadual nomear o segundo Conselho de Intendência para governar o município, até a realização de nova eleição.

Este segundo Conselho de Intendência era formado por:

Presidente: Raimundo Dias Duarte.

Manoel Coelho de Lima.

Antônio Gomes Lima. (Dr. Gomes Lima).

Realizada esta, houve novas renúncias, provocando a necessidade de ser reconvocado o segundo Conselho de Intendência, mas agora com um elemento novo em lugar de Antônio Gomes Lima e nova eleição foi feita. (Em tese, seria o terceiro).

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

SUA HIERARQUIA E PODER.

Desde quando se pacificou as divergências internas na Câmara, seja em função das renúncias dos vereadores da primeira Câmara eleita em 1892, seja quanto as renúncias na segunda Câmara eleita em 1893 e a dúvida até de ter ela tomado posse (Como se verá nos trechos a seguir), a Câmara de vereadores de São Domingos do Prata, a partir de janeiro de 1894 até 1930, quando foi fechada por causa da revolução de 1930, teve, através de seus vereadores, sempre sobressaído pelo

compromisso com o bem comum e progresso do município, em detrimento de interesses pessoais.

Neste período se concentrava na Câmara os poderes deliberativo (legislativo) e executivo.

O vereador mais votado acumulava as funções de Presidente da Câmara e de Agente do Executivo de maneira a ser parte integrante da Câmara, e como Presidente e Agente do Executivo, tinha as mesmas prerrogativas dos demais vereadores.

Obviamente, como Presidente, poderia exercer uma certa liderança na direção dos trabalhos, inclusive participar das discussões dos projetos e resoluções, mas não tinha direito a voto. Somente votava em caso de empate, dando o chamado voto “minerva”.

O Agente do Executivo cumpria e executava o que a Câmara, pela maioria dos votos, aprovava e determinava.

A lei nº 2, de 14.09.1891 (lei de organização municipal), dava algumas funções para o Agente do Executivo realizar, mas sempre subordinadas as decisões da Câmara, tais como: executar e fazer cumprir todas as leis e resoluções da mesma, propor à Câmara a criação de empregos necessários ao desempenho de sua função, dar publicidade às resoluções da Câmara e formular e apresentar à Câmara todo ano, o orçamento do ano seguinte.

Esta lei regulava todo o processo, desde o conceito de distrito, município, requisitos para criações de distritos e municípios, condições de elegibilidade e impedimentos, remuneração do Agente do Executivo, eleições, etc.

No decorrer da leitura deste livro, o leitor terá oportunidade de comprovar o dito acima quanto ao Agente do Executivo.

Na realidade, até o ano de 1930, não se pode dizer tecnicamente haver tido um prédio a abrigar a Prefeitura Municipal e sim, um da Câmara Municipal com seu plenário e é o mesmo da foto da capa, que deve ter sido construído por volta de 1890/1891(Ou até antes), eis que em 1891, o segundo Conselho de Intendência já nele se reunia. (Suponho que também o primeiro, mas quanto a este não achei provas).

No próprio Decreto nº 23, de 1º de março de 1890, fez-se constar como um dos requisitos para emancipação do município: “(...) depois que os respectivos habitantes ofereçam e transfiram ao domínio do

Estado os prédios precisos para cadeia, paço de intendência ou câmara municipal e escola de instrução primária para ambos os sexos.”

Na época, não existia prédio da Prefeitura e sim do Conselho de Intendência ou Câmara Municipal.

O poder municipal emanava do povo através das eleições, mas era exercido e executado pela Câmara Municipal.

Em 1891, o Presidente do Conselho de Intendência já se reunia neste prédio, como se vê do cabeçalho inicial de uma ata, na qual eram examinados, através de provas escritas e orais, candidatos a professores (as):

“Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de 1891, às onze horas da manhã, no paço da Câmara de Intendência Municipal da cidade de São Domingos do Prata, perante o Presidente da Intendência e examinadores abaixo assinados e a candidata mencionada, começaram os exames das matérias exigidas pelo art. 8º do Decreto de 12 de junho de 1891 e concluídos seus exames no mesmo dia. (...)”

Os examinadores depois de conferenciarem as provas escritas e orais, aprovavam os examinandos dando diferentes pareceres de acordo com os resultados de cada e depois enviavam as provas por intermédio do Presidente do ato, ao Inspetor Geral de Instrução Pública para os devidos fins.

No caso acima, foi examinada a professora Constança Rosa de Barros, tendo sido plenamente aprovada em todas as matérias e os examinadores foram (O Presidente não examinava):

Raimundo Dias Duarte. (Presidente do Conselho).

Manoel Gomes Rebello Horta.

Padre Antônio Cordeiro Abrantes.”

No decorrer dos tempos, este prédio passou a abrigar (em tempos diferentes em alguns casos) além da Câmara municipal, o gabinete do Prefeito e algumas repartições, escolas, fórum utilizando o plenário para as sessões, inclusive do júri, cadeia pública e até bailes em seu salão do plenário.

Setores do andar térreo já foram alugados para atividades comerciais e de prestação de serviços. (Em meus livros há notícias sobre cada uma destas múltiplas atividades).

Em 1918, o Estado doou este prédio à Câmara Municipal, como consta na 2ª edição do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, páginas 157/158.

AS PRIMEIRAS CÂMARAS DE VEREADORES E OS PRIMEIROS MUNICÍPIOS NO BRASIL.

Veja sobre o tema acima, o livro “Comentários às sesmarias de 1758, 1771, curatela, testamento e inventário envolvendo Domingos Marques Afonso”, páginas 65/69.

OBSERVAÇÃO:

AS ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA DO FINAL DO SÉCULO 19, EXCETO A PRIMEIRA DE 1892, AS EXTRAÍ DO JORNAL “O PRATEANO”, QUE AS PUBLICOU NA ÍNTEGRA. ATAS ESTAS REPRODUZIDAS NO LIVRO “RECONTANDO A HISTÓRIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA” - 1ª E 2ª EDIÇÃO.

AS A PARTIR DE 1904 ATÉ 1962, SÃO FRUTOS DE MINHAS PESQUISAS NOS LIVROS ORIGINAIS DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

SESSÃO DE 08.03.1892.

PRIMEIRA CÂMARA DE VEREADORES ELEITA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA. (Tomou posse em 08.05.1892).

Não tive acesso a esta ata, de modo estar copiando os nomes dos vereadores citados por Luiz Prisco de Braga em seu livro “História

do município de São Domingos do Prata”, repetidos, literalmente, pelo frei Thiago em seu livro “São Domingos do Prata subsídios para a história”:

- 1 – Antônio Rodrigues Frade – Presidente.**
- 2 – Capitão Francisco de Paula Carneiro.**
- 3 – Capitão José Moreira da Silva.**
- 4 – Cel. Virgílio Lima.**
- 5 – Fortunato José Bento – Vice-Presidente.**
- 6 – Manoel Martins Vieira.**
- 7 – José Carlos de Araujo.**
- 8 – Antônio Pedro Claudino.**

NOTA: Luiz Prisco de Braga alega ter esta Câmara funcionado até 26.07.1893, quando dissolveu-se com a renúncia da maioria de seus membros.

SESSÃO DE 04.07.1893.

Na realidade foi nesta sessão de 04.07.1893, a surgir o motivo a levar à maioria da Câmara a renunciar, incluindo o Agente do Executivo, como procurarei demonstrar a seguir.

Somente na sessão de 04.07.1893 aparecem os nomes de outros vereadores. Eles não estavam na sessão inaugural de 08.05.1892. Outros, constantes da lista de 08.05.1892, não mais integravam a de 04.07.1893.

Os nomes desses novos vereadores não foram mencionados por Luiz Prisco de Braga, embora tenha sido a partir desta sessão de 04.07.1893, com a participação deles, é que começaram as renúncias em cascata.

Foi nessa sessão, com a apresentação do parecer sobre um projeto de lei apresentado pelo vereador médico, Dr. Caetano Marinho, a despontar toda a divergência.

Esses são os vereadores presentes na sessão de 04.07.1893:

18

1 – Coronel Antônio Rodrigues Frade – Presidente e Agente do Executivo.

2 – Dr. Caetano Marinho –

3 – Manoel Martins Vieira.

4 – Capitão Francisco de Paula Carneiro.

5 - João da Silva Torres.

6 – Virgílio Lima.

7 – Antônio Felix da Silva –

8 – Francisco Pinto Coelho –

9 – Joaquim Martins Quintão.

NOTA: Levando em conta a relação dos vereadores em 08.03.1892 (Lista do Luiz Prisco), somente quatro deles estavam na sessão de 04.07.1893, quais sejam:

Antônio Rodrigues Frade.

Francisco de Paula Carneiro.

Virgílio Lima.

Manoel Martins Vieira.

PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO VEREADOR, DR. CAETANO MARINHO, CAUSADOR DE TODA A POLÊMICA.

“Passando ao expediente. Foi apresentado o parecer da Comissão especial sob o nº 55 do teor seguinte:

Considerando que a Câmara Municipal na denominação das ruas desta cidade incluiu com o nome de 1º de Janeiro aquela de que trata a petição; - que a planta de melhoramento da cidade foi levantada até a chácara pertencente hoje ao Dr. Antônio Serapião de Carvalho,

inclusive esta; - que já foram colocadas as placas com as denominações das ruas; - que estando o terreno compreendido entre a mencionada chácara e a porteira, considerada toda dentro da cidade, não pode o respectivo proprietário conservar nele criações, o que mais é de justiça.

Em avaliação da Câmara, assim estabelecendo o perímetro da cidade ofende os direitos do cidadão Francisco Inocencio Gomes Lima, que para isso não tem disposto a sua propriedade;

- mas, considerando também que a aludida chácara foi adquirida na hipótese de se achar dentro da cidade;

- que a não ser esta hipótese, não a adquiriria o atual proprietário que, como Juiz de Direito da Comarca, dela não poderia utilizar-se como residência, nem mesmo temporária;

- Considerando finalmente que a Câmara deve resguardar os interesses de ambos os proprietários, é de parecer que se conserve o perímetro da cidade como se acha estabelecido, ficando salvo aos dois proprietários o direito de conservação dos atuais tapumes (divisas) até que seja povoado, ou desapropriado o terreno em questão, ficando em vigor entre eles a disposição do art. 117 do Estatuto Municipal, que regula os tapumes divisórios.

Por causa deste projeto de lei e parecer, os vereadores começaram a renunciar em cascata.

NOTA: Como foi nessa sessão que a Comissão apresentou o parecer gerador da divergência, torna-se óbvio que o vereador responsável pelo projeto de lei, já fazia parte da Câmara.

Antônio Serapião de Carvalho foi o primeiro juiz da Comarca. Antes residia e advogava em Itabira.

Francisco Inocência Gomes Lima, era o pai do Capitão Dico (Egídio Gomes da Silva Lima).

Veja notas biográficas do Dr. Caetano Marinho nas páginas 210/215 do livro “Revivendo a história de São Domingos do Prata”, 2ª edição.

Veja ainda notas biográficas do Dr. Antônio Serapião de Carvalho no livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas 110/112.

SEQUÊNCIA DOS VEREADORES QUE RENUNCIARAM AO MANDATO.

20

SESSÃO DE 05.07.1893 (Um dia após o parecer da Comissão).

Nesta sessão renunciaram:

1 - Francisco Pinto Coelho.

2 - João da Silva Torres.

3 - Capitão Francisco de Paula Carneiro.

4 - O próprio Dr. Caetano Marinho.

A partir desta sessão o secretário, responsável por redigir as atas, foi José Maria Bruzzi e o fez até 1898, quando foi substituído por Luiz Prisco de Braga, como se verá na sessão de 25.02.1898.

SESSÃO DE 25.07.1893.

SUPLENTE CONVOCADOS.

Nesta sessão, foram convocados os suplentes:

Theophilo da Silva Perdigão.

João Vieira Marques.

João Gualberto de Souza Monteiro.

Antônio Gomes Domingues Sobrinho.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 26.07.1893.

Nesta sessão renunciaram:

5 – Coronel Antônio Rodrigues Frade – Agente do Executivo e Presidente da Câmara.

6 – Manoel Martins Vieira.

7 – Antônio Felix da Silva.

8 – Virgílio Lima.

NOTA: Renunciou ainda o suplente João Gualberto de Souza Monteiro.

Ao renunciar, o Presidente da Câmara e Agente do Executivo entregou toda a documentação da Câmara ao vereador especial Joaquim Martins Quintão, o único a permanecer no cargo.

RENÚNCIA DO DR. CAETANO MARINHO.

JORNAL “O PRATEANO” – EDIÇÃO DE 16.07.1893.

“Ao eleitorado do Município.

Tendo resignado (renunciado) o mandato de vereador da Câmara Municipal desta cidade, venho expor aos dignos eleitores que me honraram com seus votos espontâneos, as razões que a isto me levaram.

Sei que as resignações de cargos eletivos são as causas das designações que a cada passo presenciamos nos municípios, mas a minha renúncia não desargoniza, pelo contrário, entendo que será um bem para a boa marcha dos negócios municipais.

Não é uma suposição gratuita como vão ver. Eleito sem que solicitasse um só voto, me submeti a vontade dos eleitorado e, deixando de lado pequenos interesses, me empenhei em procurar corresponder na medida de minhas forças a confiança que me depositaram os srs, eleitores, apresentei alguns projetos que me pareciam de utilidade ao município e, entre estes, a de denominação de ruas da cidade e seus limites.

Tendo de limitar a atual rua 1º de Janeiro, que começa no córrego das Lages, sendo informado por pessoas fidedignas que a casa que foi do sr. Antônio Manoel de Freitas Drummond, estava dentro dos limites da cidade, pois já tinha sido lançado em taxa urbana o negócio que ali existia, e mais de imposto predial da cidade, por isto não poderia deixar de incluí-la na referida rua.

Apresentado o projeto, foi aprovado pela Câmara, sancionado pelo Chefe do Executivo que mandou afixar editais, que por muito tempo estiveram no lugar de costume, sem que houvesse a menor reclamação no tempo marcado pela lei.

Longe estava eu de supor que este projeto, que passara por todas as formalidades legais, viesse de novo a ocupar a atenção da Câmara e muito mais longe de supor que fosse ele taxado de arbitrário, e até de roubo de propriedade alheia.

É sabido de todos o que se passou na última sessão ordinária da Câmara, onde o vereador sr. João da Silva Torres, que foi sempre muito respeitado por seus colegas, cujas opiniões sempre foram ouvidas, que ocupava cargo de confiança da Câmara, da qual era Vice-Presidente.

Depois de diversas denominações ao projeto inculpou a corporação de não mais respeitar os direitos da propriedade alheia, pelo que se tornara incompatível com seus colegas.

Ora, sendo eu, o autor do projeto, ipso-facto revertem sobre mim as denominações que lhe deram, e sendo do meu intento, quando entrei para a Câmara zelar os direitos de meus co-municípes, vi que tinha seguido caminho errado, que, procurando o bem, achara o mal.

Em bem do município estou pronto a sacrificar meus interesses mas nunca a minha dignidade.

Serão muito exigentes os srs, eleitores que me depositaram sua confiança si não julgarem justificada a minha renúncia, que vem poupar a muitos o trabalho de criar-me animosidade, convencendo aos que não estão a par dos trabalhos da Câmara que sou o criador de impostos que o povo paga, etc., quando entrei para esta corporação depois de confeccionado o orçamento.

Agora só me resta declarar que não sou candidato a reeleição e que faço votos para que a escolha do eleitorado seja mais feliz do que quando me elegeu.

São Domingos do Prata, 7 de julho de 1893.

NOTA: No livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”, 1ª e 2ª edição, há publicações com os motivos de outros vereadores renunciantes, entre eles, Antônio Rodrigues Frade e Manoel Martins Vieira.

Por sua vez, no livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, páginas 63/64, há notícias do falecimento, em 1910, de Antônio Rodrigues Frade.

O de Manoel Martins Vieira, com toda a apoteose, está no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 310/312.

JOAQUIM MARTINS QUINTÃO – ÚNICO VEREADOR A NÃO RENUNCIAR.

De 26.07.1893 até o Governo do Estado nomear um segundo Conselho de Intendência, Joaquim Martins Quintão assumiu as rédeas mas, também, por muito pouco tempo.

SEGUNDO CONSELHO DE INTENDÊNCIA.

Com a renúncia dos membros da primeira Câmara eleita (Exceto um), inclusive do Agente do Executivo, ao Governo do Estado não restou outro caminho do que nomear o segundo Conselho de Intendência para governar o município, até a realizações de novas eleições.

Esse Conselho de Intendência foi composto dos seguintes membros:

Raimundo Dias Duarte – Presidente.

Manoel Coelho de Lima.

João Vieira Marques.

NOTA: Veja a eleição realizada em 10.09.1893 e a apuração da mesma em 16.10.1893.

SESSÃO EM 02.10.1893, DO 2º CONSELHO DE INTENDÊNCIA.

Essa sessão, com a presença dos três membros do 2ª Conselho de Intendência, tendo como secretário José Maria Bruzzi, se reuniu para apurar a eleição de um vereador geral e para membros dos CONSELHOS DISTRITAIS de Dionísio e da sede.

Nesta sessão foi eleito vereador Geral Francisco Ferreira Quintão. (Veja a anotação em dezembro de 1893).

NOTA: Quem desejar saber mais sobre o que era e quais as funções dos CONSELHOS DISTRITAIS, importante órgão do legislativo dos distritos do município, incluindo o distrito sede, leia o livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”, 1ª e 2ª edição.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 10.10.1893 – DO 2ª CONSELHO DE INTENDÊNCIA.

Sessão extraordinária convocada pelo Governo do Estado, através do 2ª Conselho de Intendência, para apuração da eleição do Presidente e Agente do Executivo Municipal e de quatro vereadores gerais e quatro especiais.

Como houve irregularidades nas seções de Vargem Alegre e Ilhéus, o Presidente da Comissão transferiu a sessão para o dia 16.10.1893.

APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA OS NOVOS DIRIGENTES DO MUNICÍPIO. (Eleição realizada em 10.09.1893).

NOTA: Tanto Luiz Prisco, como frei Thiago, se omitem quanto a esta Câmara, talvez em face de suas peculiaridades e o pouco tempo de duração, por ter sido eleita para terminar o período da legislatura da primeira Câmara que iria até 1894.

No livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”, há os votos de cada um, contudo aqui vou citar apenas os vencedores da eleição.

Foi a segunda Câmara eleita e a primeira após a renúncia da primeira Câmara e veio para completar o período da primeira.

1 – Manoel José Gomes Rebello Horta – Presidente da Câmara e Agente do Executivo.

2 – Manoel Ferreira da Motta – Vereador especial pelo distrito de Dionísio.

3 – Francisco Pinto Coelho – Vereador especial pelo distrito de Ilhéus.

4 – Pimenta Gomes da Cunha – Vereador especial pelo distrito de Vargem Alegre.

5 – Francisco Ferreira Quintão – (Eleito na sessão de 02.10.1893, como vereador Geral)

6 – Fortunato José Bento – Vereador geral.

7 – Manoel Ferreira da Motta – Vereador geral.

8 – João Borges Quintão – Vereador geral.

9 – Antônio Correa de Assis.

Nesta eleição, ficaram como SUPLENTEs dos vereadores gerais:

1 – José Martins Vieira – Vereador geral.

2 – Cipriano Vieira Marques – Vereador geral.

3 – Francisco Vieira Marques Sobrinho – Vereador geral.

4 – Joaquim Theophilo da Silva Perdigão – Vereador geral.

5 – Manoel Ribeiro da Terra – Vereador geral.

Para SUPLENTEs dos vereadores especiais:

Interessante o fato de alguns dos suplentes já terem sido eleitos para comporem à Câmara como titulares.

1 – Manoel Ferreira da Motta – Vereador especial pelo distrito da cidade.

2 – Augusto Frederico de Souza Reis – Vereador especial do distrito de Dionísio.

3 – Francisco Pinto Coelho – Vereador especial pelo distrito de Ilhéus.

4 – Pimenta Gomes da Cunha – Vereador especial pelo distrito de Vargem Alegre.

EM 18.10.1893 – O PRESIDENTE DA CÂMARA E AGENTE DO EXECUTIVO ELEITO NÃO ACEITOU TOMAR POSSE, ASSIM COMO O VEREADOR GERAL FORTUNATO JOSÉ BENTO, PAI DO PADRE PEDRO DOMINGUES GOMES.

Abaixo, as renúncias das duas autoridades, publicadas no meu livro acima mencionado:

AGENTE EXECUTIVO E PRESIDENTE DA CÂMARA, NÃO ACEITANDO TOMAR POSSE.

“Aos nossos amigos e aos eleitorados do município.

Tendo a minha obscura individualidade obtido um sufrágio tão significativo na eleição de 10 do mês próximo passado para os cargos de Agente Executivo Municipal e Presidente da Câmara, uma vez que persisto em não aceitar a investidura de tão honrosos cargos, ao mesmo tempo em que agradeço aos meus amigos em particular essa prova de simpatia e aos senhores eleitores em geral a prova do bom conceito que a meu respeito nutrem, conceito de que não pretendo demovê-los, ainda que me conheça mais de perto.

Cumpro declarar que o motivo de eu assim proceder não é que menospreze a posição em que este acontecimento me colocaria, mas sim a consciência de que não poderia desempenhar-me condignamente das obrigações inerentes a tais cargos, de tal modo a corresponder à expectativa eleitoral, máxime vendo-me atualmente a braços com empresas cuja visada é a satisfação impreterível de minhas notórias necessidades.

São Domingos do Prata, 18 de outubro de 1893.

Manoel José Gomes Rebello Horta.”

NOTA: Veja notas biográficas de Manoel José Gomes Rebello Horta na 2ª edição do livro “Revivendo a história de São Domingos do Prata”, página 150.

Veja também a do filho dele, José Ricardo Rebello Horta, pratiano ilustre, desconhecido das gerações futuras, na página 329 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”.

RENÚNCIA DO VEREADOR FORTUNATO JOSÉ BENTO.

“AOS SENHORES ELEITORES DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

Pela minha idade avançada e pelos achaques que de ordinário lhe são apanágio (atribuído), vejo-me impossibilitado de corresponder à honrosa confiança que em minha humilde pessoa depositou o digno Corpo Eleitoral do Município, na eleição de 10 de setembro para preenchimento das vagas da atual Câmara.

Corre-me, pois, o imperioso dever de vir pela imprensa agradecer ao digno Eleitorado e em geral a meus amigos em particular a consideração de que foi alvo meu nome, explicando-lhes ao mesmo tempo os poderosos motivos da minha renúncia.

Não é por indiferentismo ao bem público que ora recuso um cargo de eleição dos mais honrosos, pois desde 1856 tenho me sujeitado despretensiosamente aos cargos compatíveis com as minhas forças e diz-me a consciência que exercendo-os só procurei inspirar-me no bem público.

Mas sou levado a essa resolução por ver que não faltam em nosso Município pessoas que, com suas luzes, melhor possam consultar os reais interesses dessa zona.

Outrossim, que a eleição da vaga que deixo, não acarreta atraso aos negócios municipais, uma vez que tem-se de fazer conjuntamente com o Chefe do Executivo em virtude da renúncia do cidadão Manoel J. G. Rebello Horta.

Na impossibilidade em que me acho de servir meu Município, nada mais posso fazer em prova de meu entranhado amor a esta terra, a não ser ardentes votos pela sua felicidade e pelo seu progresso.

Fortunato José Bento.”

NOTA: Outros renunciantes publicaram as suas razões no jornal “O Prateano”, as quais reproduzi em meu livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”.

NOVA ELEIÇÃO.

O jornal “O Prateano”, em sua edição do dia 05.11.1893, declarava estar designada para o dia 03.12.1893, eleição para Agente do Executivo e Presidente da Câmara e os candidatos eram Virgílio Lima e José João Damasceno.

Já na edição do dia 10.12.1893, o mesmo periódico dava a vitória de Virgílio Lima, mas anunciava a apuração para o dia 03.01.1894.

NOTA: Virgílio Lima foi nome de Praça em Santa Rita e em João Monlevade existe uma rua com o seu nome, como inserido nas páginas 46/47 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu.”

José João Damasceno foi um pratiano que lutou na guerra contra o Paraguai. Veja notícia de seu falecimento e notas sobre sua vida no livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, páginas 122/123.

PRESIDENTE INTERINO DA CÂMARA, EM FACE DA RENÚNCIA DE MANOEL JOSÉ GOMES REBELLO HORTA.

Em dezembro de 1893, o vereador Geral Francisco Ferreira Quintão publicou um edital no jornal “O Prateano”, dizendo-se vereador geral e Presidente interino da Câmara, declarando que a sessão para a apuração das eleições do Agente do Executivo municipal e de um vereador especial, seria em 03.01.1894.

Na edição do jornal “O Prateano”, do dia 24.12.1893, ele publicou o seguinte edital:

“Francisco Ferreira Quintão, Presidente interino da Câmara Municipal de São Domingos do Prata.

Faz saber que a apuração das eleições de Presidente e Agente do Executivo municipal, de um vereador geral, um vereador especial e um membro do conselho distrital d’esta cidade, de Juizes de Paz dos distritos de Alfié, Dionísio e Vargem Alegre, terá lugar no dia 3 de janeiro p. futuro, às onze horas da manhã, no paço da Câmara Municipal e para ela são convidados quaisquer interessados, na forma da lei.

Faço outrossim saber que, si até o dia designado, último do prazo da lei, não tiverem tomado posse vereadores eleitos, de modo possa a Camara fazer a apuração, será esta feita no referido dia pelos membros da última Intendência Municipal, já devidamente convidados, na forma do aviso do Governo do Estado.

E para que ao conhecimento de todos mandei passar este, que será afixado no lugar de costume e publicado pela imprensa.

Dado e passado nesta cidade de São Domingos do Prata, aos vinte e um de dezembro de 1893.

Eu, José Maria Bruzzi, Chefe da Secretaria da Câmara o subscrevi.

Francisco Ferreira Quintão.”

NOTA: Do edital tirei duas conclusões:

1ª – Os vereadores eleitos na eleição de 10.09.1893, apurada na sessão de 16.10.1893, ainda não haviam tomado posse e pelo edital, teriam até o dia 03.01.1894.

2º - Na realidade, não houve um 3º Conselho de Intendência e sim a reconvocação do último, embora, em tese, foi a terceira vez que um Conselho de Intendência teve participação nesse período tão conturbado.

O Conselho de Intendência reconvocato era assim composto:

Raimundo Dias Duarte – Presidente.

Manoel Coelho de Lima e

João Vieira Marques.

Em 03.01.1894, em sessão extraordinária e especial, presidida por este Conselho de Intendência, restou indicado os nomes dos novos vereadores e do Agente do Executivo eleitos, como se demonstra a seguir.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL DO CONSELHO DE INTENDÊNCIA REALIZADA EM 03.01.1894.

“Ata da Sessão extraordinária e especial do Conselho de Intendência Municipal para apuração das eleições do Presidente e Agente Executivo Municipal, de um vereador geral, de um vereador especial do Distrito da Cidade, de um membro do Conselho Distrital do Distrito da Cidade, do 1º e 2º Juizes de Paz do Distrito de Vargem

Alegre, do 1º e 2º Juizes de Paz do Distrito de Alfié, do 1º e 2º Juizes de Paz do Distrito de S.S. Dionísio, aos 3 de janeiro de 1894.

Aos três de janeiro de mil oitocentos e noventa e quatro, reunido o Conselho Municipal no Paço da Câmara Municipal desta Cidade e composto dos cidadãos Raimundo Dias Duarte Presidente, Manoel Coelho de Lima e João Vieira Marques membros do mesmo Conselho.

Essa sessão teve a finalidade de apurar a eleição para Presidente e Agente Executivo Municipal e outros cargos. Eleição realizada em 03.12.1893.

Como faltou apurar a urna do distrito de Dionísio, na época denominado de São Sebastião do Dionísio, o resultado somente foi confirmado na sessão extraordinária de 12.01.1894.

Para Presidente e Agente do Executivo foi eleito Virgílio Lima.

Para vereador Geral, em lugar do pai do padre Pedro Domingues Gomes, foi eleito Cipriano Vieira Marques.

Para vereador especial do distrito da cidade foi eleito José Martins Vieira.

COMPOSIÇÃO DEFINITIVA DA CÂMARA EM 1894, ELEITA PARA TERMINAR O PERIODO DA PRIMEIRA CÂMARA. (Em 1895, já se iniciaria uma nova legislatura – 1895/1897).

(Veja as renúncias e os novos membros nas NOTAS a seguir).

A CÂMARA QUE TERMINOU A LEGISLATURA EM 1894, FICOU ASSIM COMPOSTA:

1 – Virgílio Lima – Presidente da Câmara e Agente do Executivo.

2 – Manoel Ferreira da Motta –

3 – Francisco Pinto Coelho –

4 – Pimenta Gomes da Cunha –

5 – Cipriano Vieira Marques –

6 – João Borges Quintão –

7 – Antônio Correia de Assis.

8 - Francisco Fernandes de Castro. (Posse na sessão de 05.05.1894).

9 –Francisco Vieira Marques Sobrinho. (Posse na sessão de 05.05.1894)

10 – Francisco Ferreira Quintão.

11 – José Martins Vieira - Renunciou na sessão de 20.11.1894.

NOTA: Nas sessões extraordinárias do dia 05.05.1894 (Foram duas), foram eleitos vereadores especiais por Dionísio e Vargem Alegre, respectivamente:

FRANCISCO FERNANDES DE CASTRO.

FRANCISCO VIEIRA MARQUES SOBRINHO.

Na sessão de 10.08.1894, dois vereadores renunciaram: João Borges Quintão, que depois voltou atrás tanto que participou de outras sessões e Antônio Correia de Assis, que também voltou a participar das sessões em novembro de 1894.

Cipriano Vieira Marques também chegou a renunciar, mas depois, na sessão extraordinária de 20.11.1894, reconsiderou seu pedido de renúncia.

José Martins Vieira, o único a renunciar definitivamente, tendo na sessão extraordinária do dia 20.11.1894 enviado um ofício insistindo em seu pedido de renúncia.

A Câmara deliberou, na sessão de 22.08.1894, não convocar eleição para suprir a vaga, por já está no final da legislatura e em janeiro de 1895 iria ser eleita uma nova Câmara, de modo que a vaga deixada pela renúncia de José Martins Vieira, não foi preenchida.

Esta Câmara durou até o final de 1894, pois em janeiro de 1895, foi eleita nova Câmara e Agente do Executivo.

A Câmara eleita em 10 de setembro de 1893, não foi citada no livro do frei Thiago Santiago.

Já Luiz Prisco de Braga a cita como sendo do período de 1892/1894, mas não menciona as renúncias e a nova eleição para preencher os cargos dos renunciantes.

Foi um período anormal em face da renúncia da primeira Câmara eleita, da assunção ao comando do município de um Presidente interino, a não posse de vereadores eleitos na eleição de 10.09.1893, a renúncia do Presidente da Câmara e Agente do Executivo e a reconvocação do 2ª Conselho de Intendência.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15.02.1894 – 1ª DO DIA.

O Presidente, Virgilio Lima, abre a sessão e fala de sua satisfação em ver a Câmara constituída depois de uma desorganização de mais de seis meses.

Realmente, a partir desta sessão os vereadores começaram a apresentar projetos de lei visando melhoramentos no município (paralisados desde quando se iniciou as divergências) e ela foi bastante proveitosa em termos de iniciativas.

Francisco Ferreira Quintão reclamava não terem sido ainda executadas determinações da Câmara nos exercícios de 1892 e 1893, referentes às seguintes construções:

- Construção de uma ponte sobre o rio Mombaça.**
- Construção de 214 metros de calçamento, sendo 103 metros na ladeira que desse para a casa do cidadão Raimundo Dias Duarte e 111 da ponte até a frente da casa do cidadão Manoel Antônio Rodrigues do Nascimento.**
- Construção de um cemitério.**
- Transformação do Paço da Câmara (prédio da capa do livro) em Fórum.**
- Conserto da ponte da Baixada.**
- Conserto da ponte de Vargem Alegre.**

Além disto, fez ver a Câmara a necessidade de estabelecer lei obrigatória para que os comerciantes não domiciliados paguem o imposto no ato do requerimento da licença.

Pedi esclarecimento se os compradores de gado de fora do município estariam sujeitos a tabela do imposto.

NOTA: Algumas curiosidades sobre cemitérios estão inseridas em meus livros, tais como, entre outras:

CURIOSIDADE – CEMITÉRIO NA PRÓPRIA FAZENDA – FAZENDA SÃO NICOLAU - 1908 -

“Aos noventa e quatro anos finou-se a última das moças da família Teixeira Salgado na fazenda São Nicolau, distrito da cidade, d. Emerenciana Josepha do Carmo (...).

Descansa junto aos seus no Cemitério da mesma fazenda.”

(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas 55/56)

Por volta de 1894, Antônio Serapião de Carvalho escrevia em sua magistral monografia:

“Há urgente necessidade de um cemitério público, pois os enterramentos se fazem no adro da Igreja do Rosário.”

A monografia, na íntegra, está publicada, entre outros de meus livros, no “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 231/251.

CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DA LAGE – 1901 -

Publicou o jornal “O Piracicaba”, em sua edição do dia 27 de janeiro de 1901:

“Tem ido a todo vapor a construção do novo cemitério na Lage, graças a iniciativa de uma comissão que em boa hora tomou a seu cargo tal empresa.

Como um palácio das mil e uma noites já se acha quase construído. Toda a população da cidade compenetrando-se da necessidade palpitante, inadiável, não tem resgatado auxílio para esse fim.

Os donativos pecuniários e de materiais não têm faltado e aqueles que não tem podido concorrer com óbulos (donativos) para essas obras vão prestando seus próprios serviços.

Nada mais justo que edificarmos com nossas próprias mãos a nossa última morada. Terá seu termo ali a nossa peregrinação pela vida.

.....Os continuadores de nossas raças ou herdeiros de nossos nomes – nossos filhos – também têm prestado seus pequeninos serviços ao novo cemitério.....”

(“A história que São Domingos do Prata não conheceu”, página 22)

COVEIROS AUTÔNOMOS – 1918 –

O jornal “O Prateano”, em sua edição do dia 20 de outubro de 1918, publicou interessante notícia:

“Sabemos que é intenção do nosso pároco contratar a abertura de covas nos cemitérios da cidade, com determinada pessoa que, mediante um salário razoável, se encarregue desse trabalho.

Por não haver coveiro certo e determinado são muitos os que fazem esses serviços e uns cobram o que é razoável, porém outros cobram em demasia.

Achamos muito justa essas medida e aqueles que pretenderem esse contrato podem dirigir-se pessoalmente ao Revmo. Padre Antônio Affonso Sanson.”

SÃO THOMÉ JÁ PERTENCEU A SÃO DOMINGOS DO PRATA?

Decidiu a Câmara Municipal estabelecer em Teixeira e São Thomé uma estação fiscal para receber o imposto de exportadores...para fora do município.

NOTA: Sempre em minhas pesquisas, São Thomé, terra natal de Joaquim Rolla, pertencia e pertence até os dias de hoje a Saúde, atualmente Dom Silvério.

Com o pedido acima, surgiu uma dúvida que não consegui esclarecer. Se considerarmos não ter a Câmara de São Domingos do Prata poderes fora dos limites do município, teria São Thomé algum dia pertencido a São Domingos do Prata?

Nessa sessão foram ainda votados os vereadores que comporiam às seguintes comissões permanentes da Câmara:

- Comissão de Finanças.**
- Comissão de Obras Públicas, Colonização e Agricultura.**
- Comissão de Instrução Pública.**
- Comissão de Saúde Pública, Estatísticas e Polícia.**
- Comissão de Constituição.**
- Comissão de Posturas.**
- Comissão de Redação.**

No final da sessão, a Câmara propôs se oficiasse aos ex-Agentes do Executivo, cidadãos Francisco Ferreira Quintão e Coronel Antônio Rodrigues Frade, convidando-os para virem prestar as suas contas.

NOTA: Como já demonstrado, Joaquim Martins Quintão foi o único vereador a não renunciar na primeira Câmara eleita, daí, embora

por pouco tempo, até que se nomeasse o 2ª Conselho de Intendência, acumulou as funções executivas e legislativas, o mesmo ocorreu com relação a Francisco Ferreira Quintão.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15.02.1894 – ÀS 19 HORAS – 2ª DO DIA.

JORNAL “O PRATEANO” ÓRGÃO OFICIAL DA CÂMARA.

-Requerimento do cidadão Luiz Brandão pedindo a quantia de um conto de réis pelo trabalho de publicação dos trabalhos da Câmara. (Ele era o redator e proprietário do jornal “O Prateano”. – Veja sessão de 03.06.1912.)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16.02.1894.

O vereador José Martins Vieira pedindo uma ponte sobre o ribeirão do Sacramento e solicita ser nomeada uma Comissão para este fim.

O cidadão Cipriano Vieira Marques e outros pedindo a transferência de uma fazenda no distrito de Sacramento para o distrito de Vargem Alegre. (Foi aprovada na segunda sessão extraordinária do dia 19.02.1894).

O vereador Manoel Ferreira da Motta pedindo encanamento da água potável.

Vereador Tenente Francisco Pinto Coelho pedindo uma verba para consertos na ponte da Baixada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO MESMO DIA 16.02.1894, ÀS 18 HORAS.

Sessão exclusivamente para discussão e votação de projetos apresentados em sessões anteriores.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 17.02.1894.

ASSESSOR PARA O AGENTE DO EXECUTIVO.

Requerimento do vereador João Borges Quintão pedindo a nomeação do cidadão Marcelino da Silva Perdigão para coadjutor (Ajudante, assessor) do Agente do Executivo.

Do vereador Tenente Francisco Pinto Coelho pedindo para ser consignada no orçamento a verba de 400.000, sendo 200.000 para as obras do hospital e 200.000 para a S.B. das crianças. (Sociedade Beneficente Protetora das Crianças).

HOSPITAL NA CIDADE.

NOTA: Em 27 de fevereiro de 1894, foi lançada a primeira pedra dos alicerces para construção de um hospital na cidade.

Veja mais detalhes no meu livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”, 1ª e 2ª edição.

Infelizmente este projeto não se concretizou, o mesmo ocorrendo em outra tentativa em 1914. O hospital foi-se tornar realidade em 1928, conforme narrado no meu livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas 146/148.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO MESMO DIA 17.02.1894, ÀS 18 HORAS.

Requerimento do vereador Tenente Francisco Pinto Coelho para ser consignada no orçamento uma verba destinada a uma ponte no distrito de Ilhéus e no ribeirão do Sacramento Pequeno.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 19.02.1894.

Sessão destinada a examinar as contas do ex-Agente do Executivo Coronel Antônio Rodrigues Frade.

O Presidente e Agente do Executivo Virgílio Lima recordou ter na sessão do dia 17 a Câmara ordenado ao Chefe do Executivo contratasse uma pessoa como zeladora da cidade.

Foi apresentado, em 2ª discussão, o parecer da Comissão de Finanças relativamente a verba requerida para a exploração da estrada de Vargem Alegre até a fazenda de José Luiz de Castro.

Ainda nesta sessão o Tenente Francisco Pinto Coelho pediu fosse adiada a votação do parecer da Comissão de Estatística relativamente aos limites da cidade.

NOTA: É o parecer em relação ao projeto de lei do então vereador Dr. Caetano Marinho, gerador das renúncias em cascata na primeira Câmara eleita no município. (Veja o requerimento na próxima sessão).

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO MESMO DIA 19.02.1894, ÀS 18 HORAS.

O TEMA ACIONADOR DA RENÚNCIA DA PRIMEIRA CÂMARA ELEITA.

Foi apresentado um requerimento do vereador Tenente Francisco Pinto Coelho, pedindo modificação do art. 56 relativo à denominação de ruas desta cidade que diz RUA 1º DE JANEIRO, dos Lages até a chácara do Dr. Antônio Serapião, devendo ir das Lages à porteira da residência de Antônio Pinto de Azevedo, ficando desde já eliminado o alongamento desta rua até a casa do mesmo Dr. Serapião, ficando definitivamente este trecho eliminado e a rua 1º de Janeiro conservando das Lages até a casa da residência do referido Pinto de Azevedo e terrenos particulares do cidadão Francisco Inocência Gomes Lima, sendo este requerimento posto em discussão foi aprovado e afeto a Comissão de Estatística.

NOTA: O motivo da discórdia que ensejou a renúncia em cascata de vereadores e do Agente do Executivo da primeira Câmara eleita em São Domingos do Prata.

SINTESE DO QUE RESTOU DECIDIDO.

A Comarca de São Domingos do Prata, embora criada em 13 de novembro de 1891, foi oficialmente instalada em 10 de março de 1892, tendo sido o seu primeiro Juiz de Direito, o Dr. Antônio Serapião de Carvalho.

Esse juiz ao passar a morar na cidade, adquiriu uma chácara que, segundo o autor do projeto, imaginava estar dentro do perímetro urbano.

Ao descobrir que não, o Dr. Caetano Marinho (era um dos médicos do Município), como vereador, apresentou um projeto de lei em que alterava o perímetro urbano de modo a nele se enquadrar a chácara do juiz.

Contudo, a Comissão encarregada de dar parecer sobre o referido projeto, descobriu que o projeto, se aprovado, prejudicaria os interesses do cidadão Francisco Inocêncio Gomes Lima, de modo (Como já demonstrei acima) a fim de oferecer uma solução que atendesse os dois lados, sugeriu que se conservasse o perímetro da cidade como se achava estabelecido, ficando salvo aos dois proprietários o direito de conservação dos atuais tapumes (divisas) até que seja povoado, ou desapropriado o terreno em questão, ficando em vigor entre eles a disposição do art. 117 do Estatuto Municipal, que regula os tapumes divisórios, como já demonstrei em páginas anteriores.

Assim, estando o imóvel do pai do capitão Dico fora do perímetro urbano, ele poderia continuar a ter as suas criações e não mais seria prejudicado.

Não obstante a solução salomônica e, no final, tudo ter ficado como “dantes no quartel de Abrantes”, esse parecer foi o estopim para toda discórdia e renúncia da primeira Câmara eleita.

NOTA: Veja mais detalhes deste histórico acontecimento no livro “Noticias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...), páginas 200/201/296/297.

Em que pese não estivesse escrito na ata, duas conclusões lógicas se extrai desse fatídico episódio:

1º - Alguma lei municipal (talvez o Código de Posturas e ou/ o Estatuto Municipal) proibia em imóvel situado na área urbana, se criasse animais.

2º - O Tribunal de Relação (atual Tribunal de Justiça), vedada ao juiz residir fora da área urbana da sede da Comarca em que estivesse lotado.

Daí a solução salomônica adotada pela Comissão da Câmara encarregada de dar o parecer: O perímetro da cidade não seria modificado, mas o juiz poderia residir na chácara como se área urbana fosse e o cidadão Francisco Inocêncio continuaria a ter as suas criações.

Página 297 do livro “Noticias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...).

O mesmo vereador requereu ainda 300.000 para conserto de uma ponte no lugar denominado Bicudos... na estrada desta cidade para Alfié.

FAZENDA DE BAIXO.

Ainda na mesma sessão, foi apresentado parecer da Comissão de Finanças relativamente ao orçamento da ponte sobre o Rio Prata no lugar denominado Fazenda de Baixo.

NOTAS: Esta fazenda (Ou a fazenda de Cima, uma das duas), foi de propriedade de José Marques Villas, mas dirigida por seu irmão Domingos Marques Afonso, e ambas estavam situadas no centro da cidade de São Domingos do Prata como consta do livro “Comentário às sesmarias de 1758 e 1711, curatela, testamento e inventário envolvendo Domingos Marques Afonso”, páginas 18/25.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO MESMO DIA 19.02.1894, ÀS 20 HORAS.

Essa sessão tratou da eleição para Presidente e Agente do Executivo do CONSELHO DISTRITAL de Alfié.

NOTA: Desejando saber sobre os Conselhos Distritais veja o livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”, 1ª e 2ª edição.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 20.02.1894.

Nesta sessão foram aprovadas as contas dos ex-Agentes dos Executivos Joaquim Martins Quintão e Francisco Ferreira Quintão.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO MESMO DIA 20.02.1894, ÀS 16:00 HORAS.

O vereador Tenente Francisco Pinto Coelho apresentou um projeto autorizando ao Agente do Executivo nomear agentes liquidantes do imposto de atravessadores de gemas de fora do município.

O Presidente da Câmara requereu se extraísse uma verba do orçamento para Verbas Públicas a fim de contratar um trabalhador para limpar as ruas e praças da cidade.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL EM 05.04.1894.

Esta sessão cuidou da divisão do município em seções eleitorais na sede e nos distritos, bem como da eleição dos cidadãos que comporiam cada seção.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL EM 05.05.1894.

Tratou especialmente em apurar a eleição de um vereador especial para o distrito de Dionísio. (S.S. Dionísio).

Foi declarado vencedor e eleito o cidadão Francisco Fernandes de Castro.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL NO MESMO DIA 05.05.1894, ÀS 18 HORAS.

Esta já tratou de apurar a eleição para o Conselho Distrital da cidade, para Presidente do de Vargem Alegre, dois membros para o de Alfié e de um vereador especial para os distritos de Alfié e Vargem Alegre.

Para vereador especial do distrito de Vargem Alegre foi eleito Francisco Vieira Marques Sobrinho.

NOTA: Quanto a Alfié, não se apurou a eleição por ter sido encontrado irregularidades na seção eleitoral.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL NO MESMO DIA 05.05.1894, ÀS 21 HORAS.

Foram apresentados dois requerimentos do Presidente do Conselho Distrital de Ilhéus solicitando a construção de duas pontes no ribeirão de Santa Rita e para fazer uma nova estrada pela margem esquerda do referido ribeirão.

Do vereador João Borges Quintão pleiteando verba para construção e conserto da Casa de Detenção do distrito de Alfié.

O farmacêutico Tenente Francisco Pinto Coelho demandando lhe fosse paga determinada quantia pelo aviamento de receitas em sua farmácia, para doentes pobres.

Um requerimento do Presidente do Conselho Distrital de Vargem Alegre pedindo fosse desapropriado um terreno na Rua Direita de Vargem Alegre para construção de obras públicas.

Um requerimento do cidadão Marcos de Lemos pleiteando aumento da quantia votada pela Câmara para com o zelador das praças e ruas da cidade.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 22.08.1894.

PROPOSTA SEPARAÇÃO DO AGENTE DO EXECUTIVO DA CÂMARA.

Nesta sessão aventou-se a hipótese do Executivo ficasse, para o triênio seguinte, separado da Câmara.

Colocado em discussão e votação, foi a proposta derrotada e ainda deliberou-se que para o triênio seguinte (1895/1897), não se modificasse o número de vereadores.

Requerimento de diversos moradores de Teixeiras pedindo a passagem de água potável pelo pasto de Antônio Marcelino, correndo as despesas por conta dos signatários do requerimento.

Um do Presidente do Conselho Distrital de Vargem Alegre pleiteando a desapropriação de um moinho de água de propriedade de diversos moradores de Vargem Alegre.

Um do vereador Tenente Francisco Pinto Coelho pleiteando verba a ser entregue ao Conselho Distrital de Ilhéus para auxílio na construção de uma Casa de Detenção.

Um requerimento do cidadão Tenente-Coronel Modesto Gomes Domingues (Meu bisavô paterno, pai do farmacêutico Joaquim

Augusto Gome Lima, Virgílio Lima, Dr. Gomes Lima, Altina Rosa de Lima e Narcisa Rosa de Lima), demandando a suspensão do art. 49 do Estatuto Municipal a fim de que pudesse aumentar um prédio que tinha na rua 7 de Setembro, entre Randolpho Feliz e Ermelindo de tal.

Em seguida, o vereador Tenente Francisco Pinto Coelho apresentou a seguinte modificação do artigo 49 do Estatuto: “É permitido os proprietários das casas já construídas, aumentá-las até que a Assembleia Municipal decida”. No final, o cidadão obteve a autorização.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO MESMO DIA, 22.08.1894, ÀS 18 HORAS.

Foi solicitado pelo vereador Francisco Vieira Marques Sobrinho se oficiasse o Governo do Estado a fim de que a repartição competente certificasse a autenticidade do ato do Governo Provisório criando o Distrito de Ilhéus, etc.

NOTA: Houve um conflito inicial com Alvinópolis em torno do povoado de São Bartolomeu pertencente ao novo distrito de Ilhéus, como se extrai da notícia a seguir, publicada em meus livros “Recontando a história de São Domingos do Prata”, página 45/46 da 2ª edição e 226 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”.

Houve também, em 1926, um litígio por causa de divisas entre os municípios de São Domingos do Prata e Antônio Dias, em torno do distrito de Melo Vianna, com arbitragem do município de Ferros, com desfecho imprevisível, como narrado na 2ª edição do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, páginas 170/172.

DISTRITO SÃO BARTOLOMEU (ILHÉUS) – DISPUTA COM ALVINÓPOLIS –

“O município de São Domingos do Prata e a Câmara Municipal de Alvinópolis.

Sabendo que a Câmara Municipal de Alvinópolis tem convidado, por editais, os habitantes de S. Bartolomeu ao pagamento de impostos à boca do cofre, apressamo-nos a levantar em nome do povo de São Domingos do Prata, o mais solene protesto contra a estranhável deliberação do governo daquele município.

Funda-se, ao que nos consta, a aludida deliberação em não haverem encontrado na Secretaria do Governo do Estado a assinatura do ato que criou o distrito de Ilhéus deste município, incluindo no mesmo, o território de S. Bartolomeu até então pertencente à freguesia de Paulo Moreira.

Parece-nos inteiramente duvidoso que a mencionada assinatura não seja encontrada naquela Secretaria, quando sabemos que o ato que se pretende fazer passar por imaginário foi assinado pelo ilustre Dr. Chispim Jacques Bias Fortes que, no governo do Estado, examinou sempre por si mesmo todos os negócios, ainda os menos importantes, como bem sabe a ilustre Comissão que, perante sua Exa., andou tratando da criação da Vila de Alvinópolis.

Mas, admitida a hipótese do desaparecimento alegado, aproveitará ele, como se pretende, ao município vizinho? É o que havemos de ver mais tarde e pelos tramites regulares.

Seria realmente curioso que o desaparecimento de assinaturas passasse agora a importar em supressão de distritos: prevaleceria o argumento contra municípios, comarcas e Estados e correríamos o mesmo risco de vermos um dia o velho Portugal a sonhar com a possibilidade de reclamar como seu este vasto território Brasileiro.

O próprio município de Alvinópolis que sem dirigir-se à nossa edilidade, por deferência ao menos, baixou editais reclamando impostos de quem há quase três anos não é contribuinte de seus cofres, não teria mais garantida a sua existência, a não ser que fosse especialmente recomendada na Secretaria do Governo a respectiva assinatura que, desaparecendo, daria lugar a igual reclamação do vizinho município de Mariana, de onde foi desmembrado todo o seu território.

Que esteja desaparecida a assinatura do ato que criou o distrito de Ilhéus, não desapareceram ainda os outros emanados

daquele, quanto basta para provar que ela existiu e tem produzido os efeitos legais, sem outro que o revogasse.

Descanse, pois, a ilustre Câmara de Alvinópolis. Não há de ser seu edital a última palavra nesta questão e quando ela for submetida à decisão do Congresso do Estado, único poder competente para decidi-la, terá a palavra o honrado Senador Sr. Dr. Chispim Jacques Bias Fortes, para dizer a seus colegas se foi ou não assinado o ato em questão e o Dr. Augusto de Lima poderá então mostrar que não prestou a sua assinatura em atos que nomearam todas as autoridades para um distrito que não existia.”

NOTA: Criação do distrito de Ilhéus do Prata, em 1891, pela Câmara de Vereadores, no livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, 2ª edição, página 85.

Veja as denominações de Alvinópolis e seu vínculo com Vargem Alegre e Mariana.

Em 1936, outra divergência por causa das divisas entre os municípios de Alvinópolis e São Domingos do Prata publicada no livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, páginas 106/109.

CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DA VARGEM ALEGRE PELA LEI Nº 2762, DE 12/09/1881.

Cinco anos após, o Dr. João Florentino Meira de Vasconcellos, Senador do Império e Presidente da Província de Minas Gerais sancionou a lei em epígrafe, que havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial na qual, entre outras, se criou

A freguesia de Santo Antônio da Vargem Alegre, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Paula Moreira, do município de Mariana, e com as mesmas divisas do distrito de igual nome.

Obs.: É interessante notar (eu já havia alertado em meu livro digital “São Domingos do Prata: Fragmentos de Sua História”), que em

algumas leis da época do império utilizou-se da expressão PAULO MOREIRA e em outras, como a acima, PAULA MOREIRA (no feminino).

(Extraído do livro “São Domingos do Prata no período imperial”)

SESSÃO ORDINÁRIA EM 17.09.1894.

Nesta sessão o Presidente propôs se consignasse em ata um voto de louvor pela posse do exmo. Sr. Chispim Jacques Bias Fortes. (Presidente do Estado de Minas Gerais).

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 20.11.1894.

PONTE FAZENDA DE BAIXO E RENÚNCIA DE VEREADOR.

Nesta sessão o vereador Cipriano Vieira Marques reconsiderou o seu pedido de renúncia, mas que persistia no pedido quanto ao cargo de Vice-Presidente da Câmara.

O agora ex- vereador José Martins Vieira enviou um ofício insistindo no seu pedido de renúncia do cargo de vereador pelo distrito da cidade.

Um ofício da Junta Comercial do Estado pedindo uma lista ou relação nominal de todas as sociedades comerciais.

Um do secretário da Agricultura pedindo informações sobre as plantas e sementes mais adaptáveis ao solo do município.

O cidadão Augusto Frederico de Souza Reis dizendo ter sido o arrematante da ponte da Fazenda de Baixo e não José Domingues Gomes Vieira, como constou inicialmente.

NOTA: Na sessão extraordinária realizada no mesmo dia, às 17 horas, a Comissão de Obras Públicas deu parecer e foi aprovado, a criação de uma Comissão para examinar os serviços realizados na ponte.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 21.11.1894.

Nesta sessão, o vereador Tenente Francisco Pinto Coelho pediu fosse autorizado ao Agente do Executivo a concluir a ponte denominada de ponte Nova.

NOTA: A ponte a ser construída na Fazenda de Baixo, tinha a denominação de ponte Nova. Veja sessão extraordinária do dia 21.11.1894, realizada às 17 horas.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO MESMO DIA, 21.11.1894, ÀS 17 HORAS.

ESTRADA LIGANDO DIONÍSIO A CARATINGA – PONTE FAZENDA DE BAIXO.

Embora tenha estado ausente por motivo de doença, o vereador Francisco Fernandes de Castro Sobrinho solicitou a inclusão no orçamento de verba para abertura de uma estrada que ligasse o distrito de Dionísio ao município de Caratinga.

A Comissão nomeada para dar parecer sobre a ponte da Fazenda da Baixada, denominada ponte Nova, foi de parecer estar ela muito bem construída, notando apenas um pequeno defeito em uma viga do lado de baixo.

Na sessão seguinte, foi aprovada a intimação do construtor para corrigir o defeito.

Na sessão extraordinária do dia 15/12/1894 o construtor, Augusto Frederico de Souza Reis, representado pelo seu procurador Capitão Francisco de Paula Carneiro, mostrou estar superadas todas as falhas em vista do que foi nomeada nova Comissão.

Colocado em votação e discussão, a maioria da Câmara deliberou fosse aceita a obra independente de nova vistoria, com

voto vencido do vereador Francisco Fernandes de Castro Sobrinho, por achar necessária a vistoria.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15.12.1894.

EPIDEMIA – CONCURSO PARA PROCURADOR MUNICIPAL.

ARBITRAGEM PARA RESOLVER PASSAGEM DE ÁGUA EM TERRENO DE PARTICULAR.

O Secretário de Finanças do Estado comunicando haver naquela Secretaria à disposição da Câmara, a quantia de 2.000.000 benefício da 6ª loteria, para consertos da estrada do Onça e ponte Queimada do distrito de Alfié.

Como diversos locais do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo estavam sendo vitimados por uma epidemia, o Inspetor de Higiene do Estado de Minas Gerais pediu providências à Câmara para que houvesse uma severa vigilância dos mananciais que suprem de água a cidade e sejam rigorosamente limpas as praças, ruas, becos e rios.

O vereador Tenente Francisco Pinto Coelho pedindo fosse deliberado sobre a nomeação de um Procurador Geral das rendas municipais.

A Câmara, por maioria, deliberou fosse o cargo colocado em concurso e fosse aceita pelo Agente do Executivo a proposta mais vantajosa para o município.

NOTA: Esse Procurador, depois de escolhido, deveria prestar fiança perante a Câmara de cinco contos de réis em bens de raiz, em dinheiro, apólices da dívida pública ou por abono de pessoa idônea, a juízo da Câmara.

A Câmara após aprovar o parecer da Comissão encarregada de examinar o fornecimento de água para o distrito de Vargem Alegre, deliberou fosse nomeado o cidadão Jacinto...de Godói como árbitro por parte da Câmara e para que a proprietária do terreno também nomeasse o seu a fim de que, de comum acordo, decidirem a

questão, visto ser a referida água de grande necessidade para o abastecimento da povoação do distrito.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17.12.1894.

Foi aprovada a criação de uma escola mista no lugar denominado Olaria, distrito de Alfié, tendo o vereador Francisco Ferreira Quintão requerido fosse nomeado professor interino o cidadão João Martins Quintão.

ATA DA SESSÃO DA NOVA CÂMARA EM 03.01.1895.

NOVA CÂMARA 1895/1897.

OUTRO PRESIDENTE RENUNCIA.

Não tive acesso a ata que elegeu os novos vereadores e Agente do Executivo, mas nesta sessão compareceram os seguintes vereadores, que, a meu juízo, são os que formaram a nova Câmara no período 1895/1897:

1 – Tenente Marcelino da Silva Perdigão – Presidente da Câmara e Agente do Executivo.

2 – Tenente Francisco Pinto Coelho –

3 – Francisco Fernandes de Castro Sobrinho –

4 – Francisco de Salles Gomes –

5 – Cipriano Vieira Marques -

6 – Marcelino Manoel de Araujo -

7 – Antônio Domingues Gomes Vieira -

8 –Luiz Caetano dos Santos Frade. (Reconhecido na sessão de 27.05.1895).

9 – Francisco Vieira Marques Sobrinho. (Reconhecido na sessão de 27.05.1895).

10 –Augusto de Barros. (Reconhecido na sessão de 27.05.1895).

11-Benjamim José de Araujo. (Reconhecido na sessão de 27.05.1895)

12-Capitão Felício Moreira da Silva. (Reconhecido na sessão extraordinária e especial do dia 09.04.1895).

NOTA: Os vereadores de números 08 a 11 foram reconhecidos na sessão extraordinária e especial do dia 27.05.1895, já o de número 12 foi citado na sessão extraordinária e especial de 09.04.1895.

Na sessão de 09.04.1895, foram convocados dois suplentes, Leandro Domingues Gomes e João Lino Domingues, em face da ausência dos vereadores Capitão Felício Moreira da Silva e Francisco Fernandes de Castro Sobrinho.

NOTA: Luiz Prisco de Braga em seu livro cita os sete primeiros vereadores acima, para o referido triênio, mas declara que em 27 de julho de 1897 o Presidente da Câmara e Agente do Executivo Tenente Marcelino da Silva Perdigão teria renunciado e assumido a Presidência, em seu lugar, até o final do triênio, o vereador Geral Luiz Caetano dos Santos Frade.

O frei Thiago Santiago já menciona os nomes de outros quatro vereadores, além dos sete primeiros citados por mim acima, quais sejam:

Augusto Frederico de Souza Reis.

Joaquim Martins Quintão Sobrinho.

Virgílio Lima e

Felício Moreira da Silva. (Aliás, o único que constou da minha lista).

Nenhum destes quatro consta da lista de Luiz Prisco de Braga.

Em seguida, ainda na sessão de 03.01.1895, escolheram o Vice-Presidente (Cipriano Vieira Marques) e o Secretário (Francisco

Fernandes de Castro Sobrinho). Quem continuou a redigir as atas foi José Maria Bruzzi.

Foram eleitos os vereadores membros das Comissões, sendo estas as mesmas das sessões do ano de 1894, com acréscimo da Comissão de Negócios e Indústria.

Nesta sessão, houve ainda um requerimento dos vereadores Cipriano Vieira Marques e Francisco Salles Gomes pedindo verba para construção de uma pontilhão no córrego que atravessa a Rua Direita do distrito de Vargem Alegre, tendo a Câmara nomeado uma Comissão externa composta pelos cidadãos João Vieira Marques, Joaquim Theophilo da Silva Perdigão e Francisco Ferreira Mendes para darem o seu parecer.

O vereador Francisco Salles Gomes pediu uma verba para colocar um lampião em frente a cadeia da cidade.

NOTA: Felício Moreira da Silva, faleceu em 1906, e é considerado um dos grandes benfeitores de Marliéria (ex – distrito de Babilônia), como inserido na página 43 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu.”

Veja ainda a notícia do falecimento de Marcelino da Silva Perdigão na página 34 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu.”

NOTA: A ILUMINAÇÃO DAS RUAS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA DESDE ANTES DO IMPÉRIO ATÉ 1916.

Consta no livro “Revivendo a História de São Domingos do Prata”, a notícia a seguir, publicada no jornal “O Prateano”, edição de 24 de setembro de 1893:

“ILUMINAÇÃO PÚBLICA. (Editorial do jornal “O Prateano”).

“É pela primeira vez hoje que pegamos na pena para demonstrar aos Srs. camaristas (vereadores) à necessidade de iluminação pública das principais ruas desta cidade, como sejam: 21 de Abril, 15 de Junho, Largo 15 de Novembro e 24 de Fevereiro.

O inverno aproxima e é insuportável o trânsito nas ruas desta cidade por não serem calçadas, mas se iluminarem a cidade, o trânsito ficará muito mais fácil e ao mesmo tempo a despesa será insignificante, pois a Câmara não gastará 2:000\$000 com os lampiões.

A iluminação pública nesta cidade trará o embelezamento para a mesma, e as famílias poderão passear sem receio algum de quedas, atolarem os sapatos ou mesmo de algum crime, pois com a iluminação procurarão desvios e livres de serem desrespeitadas, porque às claras serão evitados todos estes inconvenientes.

Não queremos ser longos, todavia está lançado o nosso protesto sobre este assunto, esperando que os senhores camaristas, melhor do que nós poderão evitar esses males, mesmo para as suas famílias e cumprirem honrosamente o cargo que o povo se lhes confiou. É deles, pois, que tudo esperamos.”

No mesmo livro acima mencionado, consta que na sessão da Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata, do dia 03.01.1895, o seguinte pleito:

Um do vereador, Francisco de Salles Gomes, pedindo uma verba para se colocar um lampião em frente à cadeia desta cidade, sendo este requerimento afeto a Comissão de Finanças e esta requereu dez minutos de intervalo e findo os quais apresentou o parecer de teor seguinte:

A Comissão de Finanças é de parecer que se mande vir um lampião conforme requereu o vereador Salles Gomes, podendo ser despendida a quantia de 100\$, logo que haja verba disponível, sendo este parecer aprovado por maioria.

Por conseguinte, as ruas de São Domingos do Prata eram, até o advento da luz elétrica, iluminadas por lampiões. E, na época, o produto mais acessível no município, era a querosene.

A luz elétrica somente surgiu em 1916.

Livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”

Assim é que no livro acima e também no “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata da primeira metade do século XX”, todos de minha autoria, consta a seguinte notícia, extraída do jornal “A Voz do Prata” edição de 13.08.1916:

“Será definitivamente inaugurado nesta cidade, no dia 15 do mês presente, o serviço de luz elétrica, iniciado e levado a feliz termo pelo Sr. Capitão Egídio Lima, que, desde o triênio final, vem dirigindo os destinos do município.”

Segundo o referido periódico, a usina estava situada a um quilômetro do perímetro urbano e o engenheiro Dr. A. Kierulf é quem superintendeu o serviço por parte da companhia Siemens.

“São Domingos do Prata no período imperial” - 2ª edição – página 125/126.

NOTA:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Tive acesso, através do Jornal “O Prateano”, a diversas atas da Assembleia Municipal no período de 1895/1898, todas publicadas, na íntegra, no meu livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”. 1ª e 2ª edição.

Ainda no mesmo livro a diferença entre Assembleia Municipal e Câmara Municipal. (Na 2ª edição, páginas 336/338), assim como um conflito entre a Câmara e a Assembleia Municipal, noticiada nas páginas 85/86 da 2ª edição da obra acima citada.

Contudo, no presente livro, cuido somente da CÂMARA MUNICIPAL, o órgão mais importante e poderoso da história antiga do Prata, pelo menos de 1892 até 1930, quando enfeixava em suas mãos os poderes legislativo e executivo.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL DA CÂMARA DO DIA 27.05.1895.

NOVOS VEREADORES DO PERÍODO 1895/1897.

Nesta sessão se reconheceu legalmente eleitos os cidadãos Luiz Caetano dos Santos Frade, Francisco Vieira Marques Sobrinho, Augusto de Barros e Benjamim José de Araujo.

Veja a minha observação na sessão de 03.01.1895.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 29.05.1895.

Um requerimento assinado por diversos cidadãos pedindo a criação de uma escola mista entre as fazendas dos cidadãos Joaquim Theophilo da Silva e Leandro Gomes Domingues. (O correto é Leandro Domingues Gomes)

Foi apresentado ainda o orçamento e planta da ponte sobre o córrego denominado Perobas, na rua do distrito de Vargem Alegre.

NOTA: A próxima ata a que tive acesso foi a de 25.02.1898, já no mandato de uma nova Câmara e Agente do Executivo.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 25.02.1898.

VEREADORES DA LEGISLATURA 1898/1900.

Os vereadores que iniciaram esta legislatura foram:

1 – Capitão Francisco de Paula Carneiro – Presidente da Câmara e Agente do Executivo.

2 – Padre Pedro Domingues Gomes.

3 – Padre Antônio Fernandes de Lellis.

4 – Tenente José Luciano Coelho de Moraes.

5 - Francisco Ferreira Mendes.

6 - Antônio Fernandes de Azevedo Barros.

7 – Cornélio Coelho da Cunha.

8 – João Lino Domingues.

9 – Coronel Antônio Rodrigues Frade.

10 – Américo Guedes de Araújo.

11 – Manoel Martins Vieira (Na sessão extraordinária de 1º.07.1898 foi eleito e reconhecido como vereador Geral).

NOTA: Para lavrar as atas, em lugar de José Maria Bruzzi, foi nomeado chefe da Secretaria da Câmara Luiz Prisco de Braga.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 21.03.1898.

OBRA NA RUA 21 DE ABRIL.

Nesta sessão, o cidadão Capitão João Antônio da Silva Pessoa requereu à Câmara licença para construir um paredão de pedra e jardins na frente de sua casa.

A Comissão de Obras Públicas deu parecer favorável desde que se respeitasse as condições de nivelamento e embelezamento concorra para garantia do prédio de sua propriedade, prédio este sito à rua 21 de Abril. (Atual padre Pedro Domingues Gomes).

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E ESPECIAL DE 05.04.1898.

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE.

Nesta sessão foram convocados os suplente Manoel Martins Vieira, Francisco Marques Sobrinho, Américo Vieira Marques, Joaquim Martins Quintão, Antônio Gomes de Araujo Lima e Fernando Olímpio Drummond.

Também nesta sessão a Câmara decidiu manter as mesmas seções eleitorais de 1897, mas criou mais uma em São Bartolomeu, distrito de Ilhéus.

Em seguida, elegeu mesários para cada seção, declinando os nomes dos mesários em relação a cada uma.

NOTA: Quanto a São Bartolomeu, veja o que escrevi na sessão extraordinária de 22.08.1894, sobre o conflito com Alvinópolis.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 15.04.1898.

RUA DA VOLTA – IMIGRANTES E BARCA NO RIO PIRACICABA, AMBOS NO PRATA.

ATESTADO DE BONS ANTECEDENTES FORNECIDO PELA CÂMARA.

Requerimento do cidadão Antônio Ferreira de Oliveira pedindo a Câmara um atestado comprovando possuir as qualidades como moralidade, dedicação e lealdade, a fim de desempenhar o emprego de ambulante que resolveu pedir ao governo do Estado.

O cidadão José Domingues Gomes Vieira apresentou requerimento sobre o alargamento da rua Antiga da Volta.

Abaixo assinado pelos habitantes do Ribeirão das Cobras pedindo o conserto da estrada daquela localidade.

Requerimento apresentado pelo vereador Américo Guedes de Araujo autorizando ao Agente Executivo a despendar determinada quantia com a mudança da estrada de Alfié.

Requerimento assinado pelo vereador José Luciano Coelho de Moraes autorizando ao Agente do Executivo a despendar determinada quantia para aquisição de uma mobília para a escola pública do sexo masculino, regida pela professora Dona Alice de Oliveira.

Requerimento dos vereadores padre Pedro Domingues Gomes e Américo Guedes de Araujo autorizando ao Agente do Executivo a receber e acolher, de 1º a 30.06 de cada ano, a pedido de fazendeiros e agricultores, famílias de imigrantes (Na época eram denominados colonos) que seriam transportados da Estação mais próxima ao ponto do destino, por conta do município.

NOTA: SÃO Domingos do Prata sempre acolheu de braços abertos os imigrantes.

Na sessão da Câmara de 15.04.1898, foi autorizado ao Agente Executivo a receber, desde que solicitado por fazendeiros agricultores, famílias de colonos que seriam transportados da Estação mais próxima ao ponto de destino, por conta dos cofres municipais.

Na sessão do dia seguinte, a proposta foi convertida em lei, cujo texto facultava aos fazendeiros agricultores a pedirem mais de uma família de colonos, desde que indenizassem ao município pelas despesas por este efetuadas.

Eis o texto da lei na parte relativa aos colonos:

“Artigo 1º - Fica o Agente executivo autorizado a receber de 1º de janeiro a 30 de junho de cada ano, pedido de fazendeiros agricultores de uma família de Colonos que será transportada da Estação mais próxima ao ponto de destino por conta do município.

§ Único – Será também facultado a todo agricultor pedir além de uma família de Colonos a que tem direito segundo o art. 1º, quantas queira, contanto que indenize o município das despesas feitas.

Art. 2º - Aos pedidos deve acompanhar uma declaração, assinada pelo peticionário, acerca do número de famílias que deseja, sua nacionalidade, espécie de cultura a que a destina e das vantagens que se lhes oferece. (...)”

Em 1945, o Prefeito Manoel Martins Gomes Lima (Neneco), também estimulou a vinda de imigrantes, a fim de povoar o imenso território pratiano e ajudar no seu progresso.

Historicamente, no período da segunda guerra mundial, os italianos, alemães e japoneses, passaram a não ser benquistos no Brasil, por motivos óbvios. Nem por isso Neneco, sabendo não poder generalizar, tomou a iniciativa a seguir.

O jornal “A Voz do Prata” de 14 de outubro de 1945, publicou interessante aviso subscrito pelo Prefeito Manoel Martins Gomes Lima do qual extraio a seguinte síntese:

“(.....). Convido, portanto, a todos os fazendeiros deste Município que desejarem receber colonos estrangeiros, a me procurarem com urgência, para melhores informações.

Espero que diversos fazendeiros se interessem porque o nosso Município, ainda pouco povoado, não obstante ser um dos maiores do Estado e possuir férteis terras precisa de colonos. (Naquela época chamavam-se os imigrantes de colonos).

Temos um exemplo com a colônia italiana que há anos com prazer recebemos. Estão todos radicados em nosso meio e são dos melhores agricultores que possuímos.

Não deixem, pois, de me procurar. Poderemos agora, acolher mais centenas de famílias italianas ou de outras nacionalidades.”

NOTA: As notícias acima, foram extraídas dos meus livros “Recontando a história de São Domingos do Prata” e “Notícias do antigos São Domingos do Prata e seus distritos (...)”.

BARCA NO RIO PIRACICABA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA.

Autorizando ao Agente do Executivo a despende determinada quantia para construção de um barco no Rio Piracicaba (Então território pratiano) no local denominado Cachoeirinha.

NOTA: Na sessão ordinária do dia 18.04.1898, a concessão foi convertida em lei e autorizado ao Agente do Executivo a construir, mediante hasta pública, a barca no Rio Piracicaba.

JÁ NA SESSÃO DO DIA 18.04.1898, O PROJETO FICOU COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

61

Sala da Comissão de Redação, 18 de abril de 1898. Padre Antônio Fernandes Lellis, padre Pedro Domingues Gomes e Américo Guedes de Araújo.

Art. 1º - Fica o Agente executivo a despende no corrente exercício pela verba Obras Públicas até a quantia de 1.200\$000 com a construção de uma barca no Rio Piracicaba, lugar denominado Cachoeirinha.

Art. 2º - Essa barca será arrendada a quem maiores vantagens oferecer pelo prazo de dois anos, devendo o arrendamento ser feito em hasta pública.

Art. 3º - O arrematante cobrará as passagens de acordo com a tabela que a esta acompanha e que deve estar afixada no barco em lugar visível.

§ 1º - O arrematante fica obrigado a conservação da barca durante o período de sua arrematação e responsável pelos danos que essa sofrer por imperícia ou incúria de sua parte.

§ 2º - Será obrigado atender ao serviço do barco durante o dia das 6 da manhã às 6 da tarde. Fora dessa hora poderá dar passagem sob sua responsabilidade, não sendo adstrito à tabela, ficando o preço dependendo de um contrato prévio com o interessado.

Art. 4º - O arrematante depositará a título de caução 10% sobre a importância do contrato.

§ Único - No caso de infração do art. 3º e § 2 do mesmo artigo, ficará o arrematante sujeito a multa de 30\$ a 50\$.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...), página 275.

FAZENDA DOIS CÓRREGOS.

Apresentado projeto de lei pelo vereador Cornélio Coelho da Cunha autorizando ao Agente do Executivo a fazer a aquisição da Fazenda Dois Córregos.

NOTA: Duas grandes conquistas na área administrativa teve a sede do município nos primórdios de sua existência.

(Outras importantes como as criações de Escolas Normais, do Colégio Nossa Senhora, de atuantes órgãos da imprensa e do Hospital Nossa Senhora das Dores, foram frutos da iniciativa privada).

A 1ª, foi a conquista da energia elétrica em 1916, no governo do Capitão Dico e a 2ª, foi a do abastecimento de água potável que se iniciou na aquisição da fazenda Dois Córregos e teve, para os padrões e necessidades da época, um feliz desfecho na gestão do prefeito Manoel Martins Gomes Lima, como se mostra na síntese histórica a seguir.

Foi em área da fazenda “Dois Córregos” que o Governo Estadual, através do Decreto nº 3.820, de 11 de fevereiro de 1913, criou a Colônia Agrícola Guidoal.

Veja, entre outros, no meu livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história” – 2ª edição, páginas 64/66.

Por uma feliz coincidência os dois eram parentes e ambos Gomes Lima.

NOTA: Veja algumas passagens da vida do farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 318/323.

O nome correto do colégio fundado pelas irmãs de caridade francesas era Colégio Nossa Senhora e não Nossa Senhora das Dores como demonstrado nas páginas 87/88 do livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”.

BREVE HISTÓRIA DA FAZENDA “DOIS CÓRREGOS” E SUA IMPORTÂNCIA NA HISTÓRIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA ANTIGO.

Na SESSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DO DIA 16.04.1898:

63

“.....Foram igualmente apresentados os projetos de leis nº 13, pelo vereador Cornélio Coelho da Cunha autorizando ao Agente Executivo Municipal a fazer a aquisição da fazenda denominada Dois Córregos à custa do dinheiro do cofre distrital para próprio deste Distrito.

Na sessão do dia 18 de abril de 1898, a Câmara de Vereadores aprovou:

AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DA FAZENDA DOIS CÓRREGOS.

“O Povo do distrito da Cidade de São Domingos do Prata por seus representantes na Câmara Municipal, decreta:

Art. 1º - Fica o Agente executivo Municipal autorizado a fazer a aquisição da fazenda denominada Dois Córregos, para o próprio distrital, uso e gozo dos habitantes do Distrito, observando-se as disposições preceituadas em lei do estimado Conselho Distrital.

Art. 2º - Para esse fim seja empregada toda renda líquida, já arrecadada no Distrito e para completar, todo pagamento do próprio a adquirir. O Agente executivo municipal fará por conta do Cofre Distrital qualquer apuração de crédito do modo mais econômico e favorável aos interesses do Distrito, tendo como garantia do empréstimo contraído toda soma líquida do orçamento a arrecadar-se, até saldar o débito da quantia tomada.

Art. 3º - Logo que o Agente Executivo Municipal fizer a aquisição do terreno apresentará, na primeira sessão ordinária, um projeto de regulamento, estabelecendo restrita e minuciosamente o modo de usufruir-se do mesmo terreno.

Revogam-se as disposições em contrário.”

Os textos acima foram extraídos de atas de sessões da Câmara de Vereadores, publicadas em meu livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”, 2ª edição, páginas 376 e 381.

“EDITAL.

Faço público que de conformidade com o § único do artigo 21, da lei nº 53, de 14 de janeiro de 1905, foi apreendido nos ‘Dois Córregos’, um burro ruão, desferrado, com os seguintes sinais:.....

Ficando o seu dono obrigado a todas as despesas e multas segundo a mesma lei e estatuto municipal.

São Domingos do Prata, 12 de fevereiro de 1909.

O Inspetor de Obras municipais, Jesuíno Gonçalves Santiago.”

“Revivendo a história de São Domingos do Prata” – 2ª edição – páginas 78/79.

AGUA POTÁVEL – DOIS CÓRREGOS.

Do jornal “O Imparcial”, em sua edição do dia 07.06.1908, a seguinte reportagem:

“Devido as providências tomadas pelo Sr. Agente Executivo municipal e graças à boa índole do povo pratiano que prima pela obediência às leis, acrescida pela compreensão da necessidade que tem a cidade de ser servida de água de boa qualidade, foram retirados dos terrenos dos Dois Córregos, de propriedade do distrito da sede, adquiridos exclusivamente para o fim de conservação de água de servidão pública, os animais que ali permaneciam prejudicando a conservação do rego e a limpeza da água desde o seu manancial.

De sorte que quase podemos dizer que a cidade se acha servida de boa água potável.

Quase, dissemos, porque parte do rego que conduz a água à caixa distribuidora passa por um pasto de propriedade particular, não podendo, portanto, se vedar ainda a criação, que patinhando (chafurdando, locomovendo-se) no rego, nesta parte, lança estrumes e outras imundices.

Sabemos que o sr. Agente Executivo, devidamente autorizado, entrará em combinação com o proprietário a fim de se evitar que a criação transite no rego e já ouvimos que aquele cidadão atenderá a Câmara em sua pretensão, mediante razoáveis condições.

Estamos certos de que mais ou menos dias se realizará o que a Câmara pretende e então ficaremos servidos de uma água pura, límpida e de superior qualidade, porquanto vedados os animais desde as nascentes, dentro de pouco tempo tornar-se-á todo o Dois Córregos coberto de espessa floresta, impedindo as enxurradas que no rego deitam matérias imundas e deletérias.”

“A história que São Domingos do Prata não conheceu.” – páginas 53/54.

NOTA: Ver as sessões de 02.04.1906 e 21.11.1910.

Em área da fazenda “Dois Córregos” foi criada a Colônia Guidoal”, em que maiores detalhes podem ser visto no livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, 2ª edição, páginas 64/65.”

Na mesma obra, na página 150, há o decreto de criação.

DESPERDÍCIO DE ÁGUA – 1906 –

“Alguns proprietários que pagam o imposto de água, pedem, por nosso intermédio, aos que usufruem da água, o especial obséquio de fechar as torneiras ao menos durante a noite.

Não é justo que se privem, apesar de pagar, do benefício da canalização de água, porque alguns se descuidam de fechar as torneiras.

A justiça deste pedido produzirá por certo efeito na sensata e atenciosa população da cidade.”

(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, página 119”.)

A SOLUÇÃO PARA OS PADRÕES E NECESSIDADES DA ÉPOCA – 1945 -

Na gestão do prefeito Manoel Martins Gomes Lima, além de outros melhoramentos, destaca-se, segundo noticiou o jornal “A Voz do Prata” de 15/07/1945:

“Serviço de grande vulto está a Prefeitura Municipal levando a efeito na cidade, e que é o novo abastecimento de água da sede. Empreendimento muito custoso (...) está em vias de ser completamente solucionado pelo Prefeito Manoel Martins Gomes Lima. (.....).

O nosso Prefeito pode, portanto, contar que essa grande vitória administrativa e terá seu nome ligado à história do município por diversas gerações de pratianos agradecidos”.

“Revivendo história de São Domingos do Prata” – 2ª edição, página 205 e “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata da primeira metade do século XX” – páginas 40/41.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 01.06.1898.

Foi apresentado um requerimento do cidadão Manoel Marcos Afonso pedindo isenção do pagamento de direito sobre criação do gado vacum.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 01.07.1898.

NOVO VEREADOR.

Nesta sessão foi reconhecido como vereador Geral Manoel Martins Vieira.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05.04.1904.

PRESENTES OS VEREADORES ELEITOS PARA O PERIODO DE 1901/1904.

Foram eles:

1 – Padre Pedro Domingues Gomes – Presidente da Câmara e Agente do Executivo.

2 – Manoel Martins Vieira.

3 – João Pio de Souza Reis – Cônego.

4 – Virgilio Lima.

5 – Luiz Caetano dos Santos Frade.

6 – Benjamim José de Araujo.

7 – Antônio Gomes Domingues Sobrinho.

ALGUMAS REALIZAÇÕES DESTA CÂMARA NO PERÍODO DE 1901/1904.

O vereador Virgílio Lima pede a palavra e enumera algumas das realizações desta Câmara no período de 1901/1904:

- Conclusão do prédio da parede do fórum, onde se reunia a Câmara e melhoramentos no pavimento inferior onde funcionavam as escolas estaduais.

(Trata-se do prédio cuja foto pode ser vista na capa deste livro).

- Desapropriação do prédio ao lado sul da Matriz, para alargamento do Praça 15 de Novembro.

(Posteriormente esta praça chamaria Manoel Martins Vieira e atualmente Dr. Mateus).

- Aquisição do próprio dos “Dois Córregos” para garantir a abundância e conservação do serviço de canalização de água potável na cidade, serviço este autorizado pela lei nº 38, de 28 de janeiro de 1902.

Em sua fala o vereador Virgílio Lima cita os nomes de algumas ruas antigas, além da Praça 15 de Novembro.

Foram estas:

Rua 12 de Outubro (Antiga São Miguel – Atualmente Rua Capitão Dico).

Rua 7 de Abril (Antiga Santo Antônio, ramificação da rua 1º de Março, atrás da antiga Matriz, a demolida em 1960. Atualmente é a Rua Dr. Edelberto).

Rua Nova (7 de Setembro – Atualmente Rua Gabriel Passos).

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28.01.1904.

Nesta sessão foram apresentados dois requerimentos dos cidadãos Antônio Américo Vieira Marques e Pedro Celestino Rodrigues reclamando sobre imposto municipal.

Os requerimentos foram remetidos para análise da Comissão de Finanças, sendo nomeado para fazer parte da mesma o vereador Benjamim José de Araujo por delegação da Câmara, em substituição ao ex - membro Manoel Martins Vieira.

No final foi aprovado o parecer da Comissão a fim de que os requerentes acima, pagassem apenas um trimestre.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04.04.1904.

CONSTRUÇÃO DE BARCA NA PONTE QUEIMADA E VISITA DO GOVERNADOR.

A Câmara autorizou ao Agente do Executivo a despender a quantia necessária para a representação do município na chegada do Presidente do Estado de Minas Gerais na estação ferroviária de Saúde. (Atual município de Dom Silvério).

Ainda nesta sessão, foi autorizada uma verba para uma barca na Ponte Queimada sobre o Rio Doce, então pertencente ao distrito de Dionísio.

Autorizada ainda outra quantia para financiamento de uma barca no Revés de Belém.

NOTA: CONSTRUÇÃO DE BARCA - ESTRADA ATÉ CARATINGA – DR. GOMES LIMA – 1903 – REVÉS DO BELÉM -

Na sessão da Câmara Municipal de São Domingos do Prata realizada em março de 1903, entre outras deliberações, anunciou-se:

“Construção da barca no Revés de Belém (atual distrito do município da São Jesus do Galho) e a abertura da estrada entre esta cidade e a de Caratinga, para cujo fim foi obtido pelo Dr. Gomes Lima

(Antônio Gomes Lima) um auxílio do Estado na importância de 4:000\$000, sendo o serviço feito por administração”

(Jornal “O Piracicaba”, edição de 08 de março de 1903).

(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, página 113).

PONTE QUEIMADA – LIMITE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA COM CARATINGA NA ÉPOCA - 1938 –

Realizou-se no dia 14 de agosto de 1938 a inauguração de uma ponte provisória sobre o Rio Doce no lugar da antiga “Ponte Queimada” construída primitivamente pelo grande desbravador das matas, Guido Marliere, e a entrega ao público da estrada de rodagem ligando São Domingos do Prata a Caratinga.

São Domingos do Prata foi com uma comitiva, liderada pelo seu então Prefeito, Dr. José Mateus de Vasconcellos.

O trecho novo da estrada, em plena mata virgem, é todo ele motivo de admiração e êxtase. Percorrendo apenas o dorso dos espigões, a estrada, soberba, sem rampas, quase toda horizontal, distrai os olhos ávidos e enche os pulmões de um oxigênio vivificador, que atenua as distâncias.

A certa altura é de si ver, e não de descrever o quadro:

À direita, na majestade de seus contornos, na sua grandeza quase oceânica, a lagoa Dom Helvécio, à esquerda no prateado de seu espelho sedutor, a lagoa da “Barra”, atravessada pelo rio Mombaça, a “Floresta” e a “Verde”!

Na época devido ao atraso no embarque da parte de ferragem, é que se inaugurou a provisória (...).

(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, página 168.

NOTA: Veja notícias sobre a Ponte Queimada, publicada em 1933, em jornal de Caratinga, no meu livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, página 211 e ainda em 1938, nas páginas 162/163 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”.

Quem deu o nome de Lagoa Dom Helvécio Gomes de Oliveira a antiga lagoa Nova (Popularmente conhecida como lagoa do Bispo) foi o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira quando Prefeito, através de um Decreto municipal.

Veja esta notícia dentro do artigo sobre a criação do Parque Florestal do Rio Doce, nas páginas 185/187 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”.

OBS.: O Presidente do Estado na época era Francisco Sales. (07.09.1902 a 07.09.1906).

Decretada a República em 15.11.1889, em 15.06.1891, foi promulgada a primeira Constituição do Estado de Minas Gerais.

Nela o artigo 48, determinava:

“O Poder Executivo é confiado a um cidadão com o título de Presidente do Estado de Minas Gerais.

Este título de Presidente perdurou até 1930, quando veio a revolução do mesmo ano e iniciou o Governo de Getúlio Vargas, a partir do qual a denominação oficial passou a ser Governador e/ou Interventor, este nomeado pelo Governo Federal.

Não obstante a designação oficial, em algumas leis a partir de 1891, utilizou-se a denominação Governador. No período do Império era Presidente da Província e no da Colônia, Governador da Capitânia tal.

Quando comentar a eleição de 1936 em São Domingos do Prata vou tecer mais detalhes sobre o assunto.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05.04.1904.

PONTES NA RUA 13 DE MAIO E NA FAZENDA DA FÁBRICA, NO RIO PRATA.

Apresentado parecer sobre as pontes da Rua 13 de Maio e sobre a da fazenda da Fábrica de propriedade de Cornélio Coelho da Cunha.

Foi lido um parecer aliviando o contribuinte Joaquim Belarmino Drummond do pagamento de imposto de um semestre do último ano em que negociou em fazendas, ficando o mesmo sujeito ao imposto sobre gêneros do país.

NOTA: Quem redigiu a ata desta sessão e em diversas outras foi Luiz Prisco de Braga. Ele foi nomeado secretário da Câmara pelo padre Pedro Domingues Gomes, Presidente da Câmara e Agente do Executivo.

Rua 13 de Maio é a atual Rua Manoel Martins Vieira.

SESSÃO DE 13.01.1905.

VEREADORES E AGENTE DO EXECUTIVO ELEITOS PARA O PERÍODO DE 1905/1907.

RECUSA EM ACEITAR O CARGO DE PRESIDENTE E AGENTE DO EXECUTIVO PELO CÔNEGO JOÃO PIO DE SOUZA REIS.

DEPUTADO ESTADUAL TOTALMENTE DESCONHECIDO DAS GERAÇÕES FUTURAS.

Vereadores eleitos para o triênio de 1905/1907:

- 1 – João Pio de Souza Reis – Cônego. (Na época ainda era padre).**
- 2 – Virgílio Lima.**
- 3 – Dr. Alonso Starling.**
- 4 – Benjamim José de Araujo (Renunciou na sessão de 30.12.1905).**
- 5 – Padre Antônio Fernandes de Lellis.**
- 6 – Luiz Caetano dos Santos Frade.**
- 7 – Jaime Silva.**

8 – Antônio Gomes Domingues.

9 – Jaime de Moraes Quintão.

10 – Abeilard de Moraes (Assumiu na sessão de 30.12.1905).

11 – Antônio Américo Vieira Marques (Assumiu na sessão de 30.12.1905).

12 – Francisco Ferreira Nunes (Assumiu na sessão de 30.12.1905).

13 – José Ferreira Nunes (Assumiu na sessão de 30.12.1905).

14 – Manoel Martins Vieira (Tomou posse na sessão de 30.11.1906).

NOTA: Na realidade a Câmara teve 13 vereadores, em face da renúncia de Benjamim José de Araujo, relacionado no número 4 acima.

Foi escolhido pelos demais vereadores eleitos, Presidente da Câmara e Agente do Executivo o padre João Pio de Souza Reis (Na época era padre e não Cônego), mas como não estava presente na sessão, na primeira oportunidade recusou os cargos ao argumento de não estar bem de saúde.

Para Vice-Presidente o eleito foi o Dr. Alonso Starling.

Com a renúncia do padre João Pio de Souza Reis, logo em seguida renunciou ao cargo de Vice-Presidente o Dr. Alonso Starling, sob a alegação de que, como DEPUTADO ESTADUAL ocupava uma cadeira na Câmara de Deputados (Atual Assembleia Legislativa) em Belo Horizonte.

Finalmente, foi escolhido pelos seus Pares, como Presidente da Câmara e Agente do Executivo o vereador Virgílio Lima e Vice-Presidente o padre João Pio de Souza Reis.

Na sessão seguinte, o padre João Pio de Souza Reis comunicou também não aceitar o cargo de Vice-Presidente.

O padre Antônio Fernandes de Lellis aconselhou à Câmara a não aceitar a nova renúncia do padre. Porém, colocada em votação, a Câmara aceitou a renúncia com votos contrários do padre Antônio Fernandes de Lellis e de Luiz Caetano dos Santos Frade.

Realizada nova votação, foi eleito Vice-Presidente, tendo agora aceitado, o Dr. Alonso Starling.

NOTA: Veja na sessão de 30.12.1905 a renúncia de um dos vereadores acima, com a convocação do suplente e a eleição de três novos vereadores.

Veja neste livro passagens da vida do Dr. Alonso Starling, inclusive da posse dele como Deputado Estadual.

Ademais, espalhados em outros de meus livros, há diversas passagens sobre o Dr. Alonso Starling que, além de Deputado Estadual, ocupou diversos outros cargos.

Veja notas biográficas do Cônego João Pio de Souza Reis no livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, 2ª edição, páginas 143/144 e “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, página 338.

SESSÃO DE 05.01.1905.

CASA DE DETENÇÃO EM DIONÍSIO E RIO EM VARGEM ALEGRE.

Nesta sessão o vereador Benjamim José de Araujo apresentou um projeto de lei criando uma verba para construção de uma casa de detenção em Dionísio.

Já o vereador Jaime Silva apresentou um projeto autorizando o Agente do Executivo a desobstruir o rio em Vargem Alegre, começando da cachoeira até os fundos da casa de Cassemiro Elias dos Santos.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 06.02.1905.

ÁGUA POTÁVEL EM TEIXEIRAS.

Na sessão constou de uma representação dos habitantes do povoado de Teixeira pedindo a desapropriação de um moinho e canalização d'água potável para a referida localidade.

Pelo vereador Benjamim José de Araujo foi apresentado projeto de lei autorizando o Agente do Executivo a regulamentar o abate de reses em determinados dias, para consumo da cidade.

Nesta sessão foram eleitas a Comissão de Alistamento Federal e das mesas eleitorais para as eleições a se realizarem no dia 19.02.1905 para senador.

Foram eleitos os seguintes senhores para a Comissão de Alistamento:

José Lima.

Arcelino Honorato Soares.

Albano Ferreira de Moraes.

Jesuíno Gonçalves Santiago.

Fernando Coelho Linhares.

Para as Mesas eleitorais foram eleitos:

1ª SEÇÃO DA CIDADE:

Fernando Coelho Linhares.

Arcelino Honorato Soares.

Jesuíno Gonçalves Santiago.

José Lima.

Suplentes:

Antônio Gomes Domingues.

Manoel Coelho de Lima.

2ª SEÇÃO DA CIDADE:

Albano Ferreira de Moraes.

Theophilo Correa de Mello.

José Pinto de Lima.

José Rosa de Lima.

Domingos Ribeiro de Aguiar.

Suplentes:

José Augusto de Ulhôa.

Domingos Antônio de Gusmão.

3ª SEÇÃO – SANTA ISABEL –

José Paulino Peixoto.

Joaquim Pereira da Silva.

Vicente Cândido Soares.

Luiz Gomes de Araujo.

Benedito da Silva.

Suplentes:

João da Matta Garcia.

Antônio Augusto da Cruz.

4ª SEÇÃO – DIONÍSIO –

Antônio Accacio Martins da Costa.

Melchisedeck Ferreira Nunes.

Fernando José de Araujo.

José Vieira Guimarães.

Augusto de Souza Castro.

Suplentes:

Jaime Silva.

José Gomes de Araujo.

Vicente de Paula Fraga.

Randolpho Sampaio de Mendonça.

Manoel Lino Domingues.

Suplentes:

José Maria dos Santos.

Marcolino Fernandes de Castro.

5ª SEÇÃO – ALFIÉ –

Cristiano de Assis Moraes.

José Rodrigues da Costa.

Joaquim de Souza Fraga.

Roque Gomes da Silva.

Pedro Fernandes de Oliveira.

Suplentes:

Joaquim Dias de Oliveira.

Joaquim Marcos de Moraes.

6ª SEÇÃO – BABILÔNIA – ATUAL MARLIÉRIA –

José Felicíssimo Moreira Quintão.

Paulino Antônio de Castro.

Cristiano Martins da Costa.

José Severo de Castro.

Suplentes:

Antônio de Assis Moraes.

José Izidro Martins Quintão.

7ª SEÇÃO – ILHÉUS –

Francisco Antônio Mariano.

Antônio João da Silva.

Raimundo Clemente da Silva.

João Francisco Pereira.

Antônio Ferreira de Oliveira.

Suplentes:

Antônio Francisco de Castro.

Antônio Theodoro Ferreira.

SESSÃO ESPECIAL DO DIA 12.03.1905.

ALUNOS DA ESCOLA NORMAL DA CIDADE.

Sob a Presidência de Virgílio Lima a Câmara, em sessão especial, recebeu em seu recinto os alunos formandos na Escola Normal da cidade:

Cornélia de Lima.

Rita Martins Vieira.

Eudóxia Guimarães.

Angelina Lima.

Ernestina Lima.

Emília Mota.

Augusta de Souza.

Maria Dias Torres.

Altina Lima.

Bernadete Vasconcellos.

Ignacia Rosa Fernandes.

Maria José Vieira.

Maria Eugênia.

Maria de Vasconcellos.

Jerônimo de Vasconcellos.

Domingues Gomes Lima.

José Domingues Martins.

**UNIVERSIDADE DE SELEIROS EM SÃO DOMINGOS DO PRATA –
1927 –**

“Dr. JOÃO ALVES PINTO.

**(Formado pela Universidade de Seleiros desta cidade, à Rua Nova
– Fone nº 8.651) –**

**Avisa aos seus clientes, que abriu o seu escritório nesta cidade,
à Praça São Pedro, anexo ao grande Bazar Mendes, estando ao dispor
dos mesmos, em seu respectivo gabinete, das 7 da manhã às 6 da noite.**

Praça São Pedro, nº 6.385.

Telefone -3.515 – caixa postal nº 6487”

Jornal “A Pratinha”, edição do dia 15 de dezembro de 1927.

**NOTA: Seleiro era a arte de fazer selas para animais. Praça São
Pedro era no quarteirão em que ficava o antigo Fórum. (Hoje quarteirão
do prédio da Prefeitura, Fórum, escola Cel. Francisco Rolla, etc.). Bazar
Mendes, é onde hoje fica o sobrado do Duval Mendes ao lado da
Prefeitura. Rua Nova seria hoje a Rua Gabriel Passos.**

**(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas
159/160).**

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30.12.1905.

RENÚNCIA E ELEIÇÃO DE NOVOS VEREADORES.

**A partir desta sessão houve a comunicação de que havia
renunciado a seu mandato, o vereador Benjamim José de Araujo
(Legislatura de 1905/1907) e assumido em seu lugar o suplente Abeilard
de Moraes.**

Houve ainda a eleição para três novos vereadores gerais:

Antônio Américo Vieira Marques, Francisco Ferreira Mendes e o próprio Abeilard de Moraes.

No dia seguinte, foi ainda reconhecida a eleição de José Ferreira Nunes.

Outra particularidade ocorreu quanto ao reconhecimento da eleição de José Ferreira Nunes, como vereador do distrito de Dionísio. Esta particularidade cito abaixo:

O vereador, padre Antônio Fernandes de Lellis a impugnou sob as alegações de que ele não morava em Dionísio e ter a urna eleitoral duas cédulas a mais. Colocada em votação, o padre foi derrotado, tendo o vereador sido diplomado.

SESSÃO DE 31.12.1905.

VEREADORES DO PERÍODO DE 1905/1907.

Na sessão acima, aparecem como vereadores:

- 1 – Virgílio Lima.**
- 2 – Dr. Alonso Starling.**
- 3 – Padre Antônio Fernandes de Lellis.**
- 4 – Francisco Ferreira Nunes.**
- 5 – Abeilard de Moraes.**
- 6 – Antônio Américo Vieira Marques.**
- 7 – Jaime Silva.**
- 8 – Antônio Gomes Domingues.**
- 9 – José Ferreira Nunes.**
- 10– Luiz Caetano dos Santos Frade. (Esteve ausente neste dia).**
- 11 –Jaime de Moraes Quintão (Esteve ausente neste dia).**

CÔNEGO JOÃO PIO DE SOUZA REIS.

NOTA: Não vi em nenhuma das atas a que tive acesso neste período de 1905/1907, a presença em qualquer sessão, do então padre João Pio de Souza Reis.

Na primeira e segunda sessão, ele comunica, sem comparecer, não ter aceito as suas eleições para Presidente da Câmara e em consequência, Agente do Executivo e também para Vice-Presidente.

Nas sessões subsequentes também não comparece. Ademais, não vi qualquer manifestação do mesmo renunciando ao mandato de vereador, lhe outorgado pelo povo pratiano, para exercer neste período de 1905/1907.

Constou entretanto, em uma sessão, a notícia de que havia renunciado como membro da Comissão de Finanças.

Nesta sessão, constou em ata a seguinte passagem:

“Faltando dois membros efetivos da Comissão de Finanças, os srs. padre João Pio de Souza Reis e Benjamim José de Araujo, resignatários, o sr. Presidente, com o consentimento da Casa, nomeou outro dois vereadores para substituí-los.

Todas as vezes em que um vereador renunciou ao seu mandato, ele comunicava oficialmente à Casa e/ou pedia a outro vereador para falar em seu nome.

O próprio Benjamim José de Araujo fez esta comunicação, o mesmo não ocorrendo com o padre João Pio de Souza Reis.

Não tenho a mínima pretensão em fazer um juízo de valor, apenas limito-me a transcrever os fatos.

Na história do legislativo pratiano (no período do livro, 1892/1930), dois Presidentes da Câmara e Agentes do Executivo renunciaram antes de assumirem os postos (Manoel José Gomes Rebello Horta e padre João Pio de Souza Reis) e um após tomar posse (Tenente Marcelino da Silva Perdigão) – Ver sessões dos dias 16.10.1893, 18.10.1893 e 03.01.1895.

NOTA: NOVO SECRETÁRIO DA CÂMARA.

A partir da sessão especial de 30.09.1904, passou a ser Secretário da Câmara e responsável por lavrar as atas, Theophilo Gonçalves Santiago e não mais Luiz Prisco de Braga.

Já na sessão extraordinária do dia 06.02.1905, assumiu a Secretaria Albano Ferreira de Moraes.

Sendo que na de 1º.04.1906, aparece como Secretário da Câmara José Linhares de Lima.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 02.04.1906.

DOIS CÓRREGOS – ÁGUA POTÁVEL.

Nesta sessão, o sr. Joaquim Theophilo da Silva Perdigão, em ofício datado de 02.01.1906, propunha ceder ao município um Anel D'Água que possuía junto a água que vem do “Dois Córregos” para servidão pública, com a condição de usufruir da mesma sem pagamento.

A Câmara autorizou ao Agente do Executivo a entrar em acordo com o sr. Joaquim Theophilo da Silva Perdigão para ver o melhor meio de consumir a cessão de direito.

NOTA: Breve história da Fazenda “Dois Córregos” e sua importância na história de São Domingos do Prata antigo, pode ser vista no que publiquei após a sessão de 18.04.1898.

DESAPROPRIAÇÃO DO SOBRADO DO DR. EDELBERTO.

Outro requerimento nesta sessão de 02.04.1906, foi do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira pedindo a Câmara para pronunciar se desapropriaria ou não a casa que adquirira do Dr. José Pedro Drummond.

Em seguida, pediu a palavra o vereador Dr. Alonso Starling solicitando fosse consignado em ata, que os vereadores da Câmara Municipal declaravam ser contrários a desapropriação por utilidade pública municipal da casa de residência e do pasto hoje de propriedade do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, adquiridos do sr. Dr. José Pedro Drummond, tendo sido aprovado pelos vereadores presentes, que fizeram questão de assinar a ata, logo após a aprovação da manifestação do Dr. Alonso Starling, o que não era praxe.

O pasto se localizava no lado esquerdo do sobrado, na rua que hoje leva o seu nome. Segundo uma de suas filhas, lá ele tinha três cavalos usados alternativamente em suas visitas aos clientes em toda a região, como também, quando Deputado Estadual, para ir até Santa Bárbara e de lá pegar uma locomotiva da Central do Brasil até chegar a Belo Horizonte.



Sobrado Dr. Edelberto Lellis Ferreira

Este sobrado ficava onde hoje se localiza o supermercado Fraga, em frente à loja Duval Mendes.

Do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata antigo e seus distritos (...) páginas 306/310, extraio este pequeno trecho de suas memórias:

Não há no município, desde a mais abastada fazenda ao menor casebre, lugar onde o Dr. Edelberto não tenha levado o conforto de sua visita médica”

Ainda como médico, noticiou a imprensa pratiana:

“Sua vida é mais grandiosa quando se a encara pelo ângulo da medicina. Médico culto, inteligente e dedicado vem socorrendo a todos sem distinção de classe: pobre ou rico, branco ou preto, o Dr. Edelberto vem curando com aquele carinho todo especial que o caracteriza. (...).

Não há neste São Domingos do Prata quem não haja recebido de sua pessoa os maiores favores médicos. Ele nunca respeitou a hora e o tempo para socorrer os enfermos.

Desde os primórdios de sua nobilitante carreira, época em que toda essa zona: Mariana até Itabira e Mesquita, que não dispunha de meios de transporte menos penoso, sob torrenciais chuvas ou sol ardente, viajava a cavalo dezenas de léguas para atender aos chamados, viessem esses de abastados ou de párias”.

NOTA: Veja sobre a vida do ilustre pratiano Dr. José Pedro Drummond”, na segunda edição do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 339, letras “a” a “C” e a brilhante participação dele no sessão do Congresso Mineiro que escolheu Belo Horizonte, antigo distrito de Sabará, para ser a nova capital de Minas, nas páginas 26/51 do livro “Retalhos da antiga história de São Domingos do Prata.”

Na mesma obra, páginas 306/309, notas sobre a vida do dr. Edelberto de Lellis Ferreira.

SESSÃO DE 03.04.1906.

PERDA DE MANDATO DE VEREADOR POR AUSÊNCIA NAS SESSÕES.

ELEIÇÃO E POSSE COMO VEREADOR GERAL DE MANOEL MARTINS VIEIRA.

Foi lido um requerimento do sr. Anastácio Ubaldino Fernandes da Silva pedindo a Câmara atestasse a necessidade de uma farmácia em Santa Isabel do Sacramento, o que foi aprovado, contra o voto do vereador Abeilard de Moraes.

Nesta sessão foi apresentado pelo vereador Dr. Alonso Starling uma moção de congratulações aos Drs. Afonso Pena, Nilo Peçanha, João Pinheiro da Silva e Cel. Júlio Bueno Brandão, pela brilhante eleição obtida para Presidente e Vice-Presidente da República e Presidente e Vice-Presidente do Estado.

Houve ainda uma indicação do vereador padre Antônio Fernandes de Lellis, assinado por todos os vereadores presentes, declarando vago o lugar de vereador especial do Alfié, o Sr. Jaime de Moraes Quintão, por ter faltado às sessões durante seis meses.

NOTA: Nada constou nesta e nas sessões subsequentes, qualquer menção ter sido ou não aprovada a perda de mandato, mas na sessão do dia três de julho de 1906 há referência a uma eleição para vereador Geral e Especial para Alfié.

Esse vereador deve ter tido algum motivo pela sua ausência, não constado em ata. Em 1947, posse em janeiro de 1948, foi eleito vereador e teve atuação destacada na Câmara como se demonstrará na oportunidade.

Nesta sessão informou-se ter sido eleito, como vereador Geral, Manoel Martins Vieira, tendo tomado posse na sessão de 30.11.1906.

SESSÃO DE 03.07.1906.

CASA FORA DO ALINHAMENTO – INDENIZAÇÃO –

O vereador Francisco Ferreira Mendes apresentou um projeto a fim de serem indenizados os srs. Ricardino da Costa Rego e Antônio Felix da Silva para que pudessem afastar as suas casas e ficarem em alinhamento com as demais.

OUTROS SECRETÁRIOS DESIGNADOS PARA LAVRAREM AS ATAS.

O secretário que lavrou a ata na sessão de 03.07.1906, foi o cidadão José Guimarães, até agora a pior letra, mas no decorrer dos anos apareceram caligrafias de excelente qualidade, todavia, também algumas de difícil leitura, como as de um médico e de um farmacêutico, ambos vereadores, cada um em seu tempo.

Neste tópico vou citar apenas os nomes de alguns, mas há outros citados no decorrer deste livro.

Na sessão extraordinária do dia 30.07.1906, não realizada por falta de quórum, o Secretário foi Ludgero Vieira Guimarães.

Muitas sessões tiveram as suas atas lavradas por um vereador eleito Secretário. Em outras, a Câmara nomeava, fora de seus quadros, um (a) para ser Diretor (a) da Secretaria da Câmara e este (ou esta) tinha a missão de lavrar as atas das sessões.

Na sessão de 01.01.1908, passou a elaborar as atas, o vereador Joaquim Martins Quintão.

Na sessão de 15.02.1911, apareceu como chefe da Secretaria, o sr. Ilídio da Silva Perdigão.

Outros a fazê-lo, quando vereadores, em diversas sessões no período de 1936/1937, foram Duval Mendes e Evandro Rolla Braga.

Nesta época foi nomeada Diretora da Secretaria da Câmara a sra. Maria Eugênia Braga, mãe de, entre outros, Maria Inês Braga, Imaculada e Geraldo. Ela tinha uma caligrafia impecável. As suas atas, não obstante o decurso do tempo, até hoje podem ser lidas a olho nu, sem necessidade de se utilizar uma lente.

Outra com caligrafia excelente, foi a da vereadora Maria do Carmo Rolla Perdigão.

Foi a primeira mulher eleita vereadora no período abrangido pelo meu livro. Posse em 28.02.1951, mas infelizmente lavrou uma ata somente. Houve uma anteriormente, mas jamais compareceu a qualquer sessão, como não se declinou os motivos e na suposição de terem sido justos, deixo de citar o seu nome.

Lavraram também diversas atas, no período em que foram vereadores, Oswaldo Gomes da Silva e Geraldo Vasconcelos Santiago.

Dissolvida a Câmara em 1937, cujos motivos trago à baila ao narrar a eleição de 1936, Maria Eugênia Braga passa a ser Secretária da Prefeitura.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30.11.1906.

POSSE DO VEREADOR MANOEL MARTINS VIEIRA.

Nesta sessão extraordinária foi reconhecida a eleição e tomado posse como vereador Manoel Martins Vieira.

Nesta mesma sessão Manoel Martins Vieira apresentou um projeto de lei visando aumentar as atribuições do Agente do Executivo para liquidação amigável da dívida ativa.

NOTA: Embora tenha sido uma das lideranças mais expressivas, inclusive sido o primeiro Agente do Executivo do município e depois o Presidente da primeira Câmara a ser eleita, não encontrei nenhuma manifestação da Câmara por ocasião de seu falecimento em 26 de fevereiro de 1909 (Já era outra Câmara e legislatura).

Contudo, os jornais pratianos da época deram grande destaque ao seu enterro, no qual teve banda de música e o povo carregando a sua foto para ser instalada no Plenário da Câmara.

Maiores detalhes sobre este momento histórico, estão inseridos no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...), páginas 310/312.

Veja ainda a sessão da Câmara de 16.09.1912.

SESSÃO DE 09.04.1907.

DIVERSOS PROJETOS FORAM APRESENTADOS.

Nesta sessão foi apresentado um projeto de lei autorizando ao Agente do Executivo a transferir a cadeira mista que funcionava em Santa Isabel para o lugar denominado Abre Campo, no mesmo distrito.

Foi solicitado também, a transferência da cadeira mista de Vieiras para Barro Preto, sendo o vencimento da professora de Santa Isabel, transferida para Abre Campo, retirado da verba “Obras Públicas”, do distrito da cidade.

Outra proposta autorizava o Agente do Executivo a adquirir um Anel D'Água para abastecimento da rua de Santa Anna, em Vargem Alegre e a competente canalização.

Determinava ainda, o mesmo projeto, que a rua Santa Anna, em Vargem Alegre, fosse compreendida dentro do perímetro do respectivo distrito.

Houve também um requerimento do cidadão José Basílio de Oliveira pedindo aprovação para um trecho da estrada que mudou em direção à casa do sr. Quintiliano Martins Vieira, requerimento que trazia o parecer dos srs. João Vieira Marques e Manoel José Gomes Rebello Horta, nomeados pelo Agente do Executivo, os quais foram de opinião que a estrada, com pequena modificação, estaria em condições.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 24.12.1907 –

POSSE DOS VEREADORES ELEITOS PARA O TRIÊNIO 1908/1911.

Foram estes os vereadores eleitos e diplomados na sessão extraordinária do dia 24.12.1907 (Veja a relação definitiva após a sessão de 01.01.1908).

- 1 – Manoel José Gomes Rebello Horta (Vereador Geral).**
- 2 – Padre Pedro Domingues Gomes (Somente tomou posse na sessão de 07.01.1908. Vereador especial do distrito de cidade).**
- 3 – Dr. Edelberto de Lellis Ferreira (Vereador Geral).**
- 4 – Francisco Leoncio Rodrigues Rolla (Vereador Geral).**
- 5 – Joaquim Martins Quintão (Vereador Geral).**
- 6 – Manoel Ezequiel de Andrade (Vereador especial do distrito de Alfié).**

7- José Izidro Martins Quintão (Vereador especial do distrito de Babilônia – atual Marliéria).

8 –Theodolino José dos Santos (Vereador especial do distrito de Dionísio).

A sessão começou a ser presidida pelo vereador mais velho, Manoel José Gomes Rebello Horta.

NOTA: Com as eleições posteriores de novos vereadores, veja a composição definitiva desta Câmara, composta de 15 vereadores, depois de sessão de 01.01.1908.

OUTROS VEREADORES FORAM ELEITOS PARA ESTA LEGISLATURA.

No decorrer desta legislatura (1908/1911), outros vereadores foram sendo eleitos.

Na sessão de 02.07.1908, foram eleitos Francisco Ferreira Mendes (Especial por Vargem Alegre), Francisco de Paula Carneiro (Vereador Geral) e Abeilard de Moraes (Especial por Ilhéus).

Nas sessões de 12 e 13.01.1909, foi anulada a eleição de José Gomes de Araujo, visto o mesmo ser Juiz de Paz em Vargem Alegre.

Na sessão de 13.01.1909, foram eleitos Virgílio Lima (Vereador Geral), Dr. Alonso Starling, Francisco Marques de Oliveira (Vereador especial por Ilhéus).

Na sessão de 06.01.1910, foi a vez de José Cornélio da Silva Perdigão (Vereador especial da cidade).

SESSÃO DE 01.01.1908.

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E AGENTE DO EXECUTIVO.

Nesta sessão, foi eleito Presidente da Câmara e Agente do Executivo o cidadão Manoel José Gomes Rebello Horta e Vice-Presidente o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira.

RELAÇÃO DEFINITIVA DOS VEREADORES PARA O PERÍODO DE 1908/1911.

1–Manoel José Gomes Rebello Horta (Presidente e Agente do Executivo).

2 - Dr. Edelberto de Lellis Ferreira.

3 – Joaquim Martins Quintão.

4 – Manoel Ezequiel de Andrade.

5 – Padre Pedro Domingues Gomes.

6 – Francisco Marques de Oliveira.

7 – Theodolino José dos Santos.

8 – Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

9 – José Izidro Martins Quintão.

10 –Francisco Ferreira Mendes.

11 –Francisco de Paula Carneiro.

12 –Virgílio Lima.

13 –Dr. Alonso Starling.

14 –José Cornélio da Silva Perdigão.

15 –Abeilard de Moraes.

SESSÃO DE 03.01.1908.

ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DOS EMPREGADOS MUNICIPAIS.

Nesta sessão passou a funcionar como Secretário e a redigir as atas, o vereador Joaquim Martins Quintão.

Este vereador requereu a suspensão de todas as escolas municipais do município, até que a Câmara deliberasse, definitivamente, sobre as escolas primárias.

Por sua vez, o vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira requereu fosse nomeada uma Comissão para organizar o quadro de empregados municipais, ficando a Comissão composta do mesmo, de Francisco Leoncio Rodrigues Rolla e Joaquim Martins Quintão.

O parecer da Comissão Especial foi no sentido de:

- suprimir os cargos de coletor e de fiscais geral e distritais;**
- conservar o de oficial da Secretaria da Câmara;**
- Criar os cargos de tesoureiro da fazenda municipal, de inspetor de obras públicas e porteiro da Câmara.**

Foi a mesma comissão de parecer que o Agente do Executivo nomeasse pessoas de sua confiança para os ditos cargos. Porém, os salários de cada cargo foram sugeridos pela Comissão.

Requereu ainda a Comissão fosse autorizado ao Agente do Executivo nomear, em ocasião própria, uma pessoa de sua confiança para fazer o lançamento municipal dos impostos.

O parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade.

Requereu finalmente, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira fosse autorizado ao Agente do Executivo nomear para cada distrito, pessoa idônea para arrecadar as rendas eventuais com a gratificação de 6% por cento sobre a arrecadação.

SESSÃO DE 08.01.1908.

DIVERSOS MELHORAMENTOS.

PONTE LIGANDO SÃO DOMINGOS DO PRATA A ITABIRA.

Foi apresentado requerimento pelo Dr. Edelberto de Lellis Ferreira e padre Pedro Domingues Gomes dando poderes ao Agente do

Executivo para nomear uma Comissão com dois membros da Câmara e dois contribuintes dos que pagam mais impostos à municipalidade, a fim de que examinassem as contas do triênio findo e especificar o saldo de cada distrito.

Sendo aprovado, foram nomeados os vereadores padre Pedro Domingues Gomes e Joaquim Martins Quintão e pelos contribuintes Capitão Francisco de Paula Carneiro e Luiz Prisco de Braga.

O vereador José Izidro Martins Quintão solicitou à Câmara mandar mudar o vão que abastece de água a população de Babilônia (Atual Marliéria) para um ponto mais alto.

Pelo vereador Manoel Ezequiel de Andrade foi apresentado um requerimento pedindo mandar fazer consertos urgentes e inadiáveis na estrada que liga esta cidade a Alfíe.

Pelo vereador Francisco Leoncio Rodrigues Rolla foi apresentado dois requerimentos:

Um para oficial o governo no sentido de ser reconstruída a ponte sobre Rio Prata, que liga este município a Itabira.

Outro, pedindo mandar demolir ou reconstruir uma casa na rua 13 de Maio desta cidade, pertencente a Rita Felícia.

Requerimento do vereador Manoel Ezequiel de Andrade pedindo reparos urgentes nas pontes sobre ribeirão Onça Grande, sendo uma no povoado de São José do Gramma e outra dois quarteirões acima e também consertos nas ruas do arraial de Alfíe.

O vereador padre Pedro Domingues Gomes tendo em vista de que os requerimentos embora aprovados, acarretavam despesas do erário público, apresentou uma emenda aditiva na qual alertava sobre as atuais circunstâncias do município, opinando para que deixasse ao critério do Presidente da Câmara (Agente do Executivo) o momento oportuno de serem atendidos os requerimentos.

Nesta sessão voltou a secretariar e redigir as atas, o cidadão Ludgero Vieira Guimarães, chefe da Secretaria.

SESSÃO DO DIA 30.01.1908.

O CIDADÃO CÔNEGO JOÃO PIO DE SOUZA REIS FAZ PEDIDO À CÂMARA – BOLSA DE ESTUDO -

O vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira apresentou um requerimento assinado pelo padre João Pio de Souza Reis no qual solicitava da Câmara o pagamento à Escola Normal, que funcionava na cidade, da quantia de 250\$000, votada pela Câmara para manutenção de alunos pobres.

O mesmo vereador, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira apresentou um projeto de lei autorizando o Agente do Executivo a mandar fazer os consertos de que necessita o distrital da povoação de Santa Rita, adaptando-o às exigências do Regulamento da Instrução Primária local.

NOTA:

O livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, nas páginas 31/32, publicou a seguinte notícia do jornal pratiano “O Piracicaba”, em sua edição do dia 18 de janeiro de 1903:

ESCOLA NORMAL DESDE 1902.

“Quando aplaudimos a fundação de um estabelecimento de ensino nesta cidade, conhecíamos de perto as necessidades da zona, e prevíamos o bem que faria a população.

Felizmente não erramos e a confiança do público correspondeu a nossa expectativa, pois estão matriculados nos dois anos dos cursos, únicos que funcionam, 50 alunos, sendo 38 do sexo feminino e 12 do sexo masculino e na escola anexa matricularam 15 alunos.

De toda parte tem vindo alunas pra cursar as aulas do estabelecimento. Fazem parte do corpo docente: Drs. Edelberto de Lellis Ferreira, Antônio Fernandes Pinto Coelho, Alonso Starling, pe. Pedro Domingues Gomes e pe. João Pio, Egídio Lima, Luiz Prisco de Braga e o farmacêutico Joaquim Augusto Gomes Lima.”

NOTA: Veja o reconhecimento, em 1902, pelo Estado, da Escola Normal, na 2ª edição do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, página 168.

SESSÃO DE 02.04.1908.

ESTRADAS ENTRE A SEDE, SANTA BÁRBARA E ITABIRA E AS DE BABILÔNIA, JACROÁ E SANTO ANTÔNIO.

O vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira apresentou dois requerimentos:

O primeiro para que a Câmara oficiasse o Governo do Estado fazendo sentir o péssimo estado em que se achavam as estradas ligando esta cidade às de Santa Bárbara e Itabira.

Segundo, autorizando o Presidente da Câmara a entrar em acordo com os proprietários dos terrenos por onde passa o rego que conduz água a esta cidade, no sentido de adquiri-los.

Pelo vereador José Izidro Martins Quintão, além de outros, foi requerido à Câmara mandasse consertar as estradas de Babilônia ao Jacroá e Santo Antônio.

NOTA: ESTRADA DORES DE BABYLONIA A JACROÁ E SANTO ANTÔNIO – EDITAL - 1908 –

“O cidadão Manoel José Gomes Rebello Horta, Presidente e Agente Executivo de São Domingos do Prata, etc.

Faz saber que estão em hasta pública com o prazo de trinta (30) dias, a contar de hoje, os consertos das estradas que partindo de Dores de Babylonia (atual município de Marliéria) vão ao ‘Jacroá’ e ‘Santo Antônio’, orçados na quantia duzentos e cinquenta mil réis, cujo orçamento e plano estão nesta Secretaria e podem ser examinados das 10 às 3 horas da tarde dos dias úteis.

As propostas devem ser seladas e com fiador, constando no envoltório o seu fim.

Serão abertas no dia 9 de junho p. futuro e será aceita a que melhor vantagem oferecer.

Secretaria Municipal de São Domingos do Prata, 9 de maio de 1908.

Ludgero Vieira Guimarães.

Chefe da Secretaria.

Manoel José Gomes Rebello Horta.”

Jornal “O Imparcial”, edição do dia 10 de maio de 1908.

EM TEMPO: O jornal acima, em sua edição do dia 28 de junho de 1908, anunciou que o serviço foi arrematado pelo Sr. Liberato de Castro, pela quantia de 250\$0000.

(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, página 53).

SESSÃO DE 03.04.1908.

EPIDEMIA EM TEIXEIRAS.

Foi apresentado por uma Comissão da própria Câmara, o seguinte parecer:

“Atendendo ao justo pedido dos habitantes de Teixeira de Vargem Alegre e considerando que aquela população foi há pouco vítima de terrível epidemia a qual enfrentou estoicamente sem o menor auxílio dos poderes públicos, é de parecer que o sr. Agente do Executivo nomeie uma Comissão para estudar e dar parecer sobre os melhoramentos de água potável que abastece aquela povoação, sendo o parecer acompanhado do respectivo orçamento.”

Na mesma sessão o vereador Theodolino José dos Santos requereu as seguintes informações:

- Se pela criação do distrito de Babilônia, a povoação de Conceição ficou pertencendo a Dionísio.

- Se os contribuintes Joaquim José de Araujo, Ermelindo de Oliveira Duarte, Theophilo Pereira da Costa, Joaquim Theodoro e Antônio Ferreira Nunes e outros, residentes em Conceição, têm pago direitos como contribuintes de Dionísio ou Alfié.

- Por conta de qual distrito foram pagos os vencimentos da professora municipal de Conceição.

Os pedidos foram encaminhadas ao chefe da Secretaria para informar.

NOTA: OUTRAS EPIDEMIAS GRASSARAM NO MUNICÍPIO, COMO SE VÊ DAS NOTÍCIAS A SEGUIR:

EPIDEMIA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 1874.

O jornal “Diário de Minas”, edição de 30.09.1874, noticiava:

“Ao presidente interino da Câmara municipal de Santa Bárbara. Tenho presente o ofício de V.Sa. datado de 26 de junho próximo passado, participando-me que, havendo desaparecido a epidemia na freguesia de São Domingos do Prata, oficiara neste sentido ao Dr. Adolpho Martins de Oliveira, a fim de evitar que ele para ali seguisse, conforme fora recomendado.”

“São Domingos do Prata no período imperial” – 2ª edição – página 32.

PROVIDÊNCIAS PARA EVITAR NOVA EPIDEMIA EM 1894.

Na Sessão da Câmara de Vereadores do dia 15 de dezembro de 1894, foi lido o seguinte ofício:

“Dr. Inspetor de Higiene do Estado de Minas fazendo ver que tendo se espalhado a notícia de que diversos pontos do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo estão sendo vitimados por uma epidemia, pede providência para que haja a mais severa vigilância dos mananciais que

suprem de água a esta cidade e que sejam rigorosamente asseadas (limpadas) as praças, ruas, becos, praias e rios.

A Câmara ficou ciente e mandou afixar editais nas sedes de todos os distritos, chamando a atenção do público para que tenham sempre as testadas (frentes) e fundos de suas propriedades sempre limpas e desembaraçadas de quaisquer imundices que possa ocasionar.....”

“Recontando a história de São Domingos do Prata” – 2ª edição – página 323.

A EPIDEMIA QUE GRASSOU EM DIONÍSIO E ILHÉUS DO PRATA POR VOLTA DE 1902.

Em 1902, quando ainda recém formado, morador e médico em São Domingos do Prata, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira foi enviado pelo então Agente do Executivo (Padre Pedro Domingues Gomes) para socorrer as populações de Dionísio e Ilhéus do Prata assoladas por uma epidemia da MALÁRIA.

Em 1925, como Deputado Estadual, representando o leste do Estado e já Agente do Executivo de São Domingos do Prata, Dr. Edelberto faz um pronunciamento na Assembleia Legislativa narrando essa epopeia, do qual extraio essa parte:

“.....Sr. Presidente, há 23 anos, em 1902 – ali grassou uma intensíssima epidemia de febres palustres, especialmente nos distritos de DIONÍSIO E ILHÉUS DO PRATA.

Comissionado pelo então agente executivo municipal, ali fui com a alma retemperada pelo espírito moço da profissão.

Fui àquelas paragens inóspitas levar socorros médicos e terapêuticos aos nossos infelizes patrícios que ali se debatiam entre as garras da morte e da miséria, sem o menor conforto, sem a menor assistência.

(.....) Pelo que me relatam das epidemias anteriores, tenho concluído que a recrudescência das febres palustres naquela região, dá-se cronológica e periodicamente, quase sempre de 6 em 6 ou de 7 em 7 anos, havendo anualmente surtos menos intensos.

Sendo os anófeles (mosquito principal vetor da malária) e os culicídeos (mosquitos sugadores de sangue) abundantes naquela região os veiculadores da doença, levando o hematozoário (parasita que vive na corrente sanguínea dos animais) para o são, penso que a medida a aconselhar seria a fundação de um hospital regional que, ao menos por economia, funcionasse nas épocas das grandes epidemias.

(.....) Mas a construção e custeio de um hospital nestas condições, está claro, não ficam ao alcance dos poucos recursos de uma municipalidade.....”

Em 25 de agosto de 1925, a Comissão de Saúde Pública da Assembleia, tendo em vista o pleito do Dr. Edelberto, deliberou no sentido de que a Câmara (na época a assembleia estadual também era denominada de Câmara de Deputados) representasse ao governo federal a necessidade imperiosa de se fundar um posto de profilaxia rural com um hospital regional na zona compreendida entre os rios Doce e Piracicaba, no município de São Domingos do Prata.

Fragmentos desta notícia publicada no livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história” – 2ª edição – páginas 150/152 e também na página 300 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”

Em 1908, há também notícias sobre uma epidemia em um distrito, como noticiado pelo livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, página 50.

NOTA: Houve também uma grande calamidade provocada no centro da cidade, por uma chuva de granizo como se pode ver nas páginas 133/135 do livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata.”

SESSÃO DO DIA 02.07.1908.

MELHORAMENTO DO ADRO DA MATRIZ.

NOVOS VEREADORES.

O vereador Joaquim Martins Quintão apresentou dois requerimentos:

O 1º, pedindo o auxílio de quinhentos mil réis para embelezamento do adro da Matriz.

O 2º, pedindo permissão para retirar um anel d'água na rua 13 de Setembro.

Nesta sessão, o vereador padre Pedro Domingues Gomes requereu fosse à Comissão de Poderes enviada uma cópia da ata da Junta Apuradora e mediante a qual esta Comissão indicasse quais os vereadores eleitos e que ainda não compareceram às sessões da Câmara, dando o seu reconhecimento sobre estes vereadores.

Em seguida o vereador padre Pedro Domingues Gomes apresentou o parecer da Comissão propondo o reconhecimento dos seguintes vereadores:

- Francisco de Paula Carneiro (Geral).**
- Francisco Ferreira Mendes (Especial por Vargem Alegre).**
- Abeilard de Moraes (Especial por Ilhéus).**

SESSÃO DO DIA 03.07.1908.

INSTALAÇÃO DO DISTRITO DE SANTA ISABEL.

O vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira solicitou à Camara encaminhamento de um ofício ao Presidente do Estado, pedindo a instalação do distrito de Santa Isabel.

Requereu ainda projetos visando compra de prédio para grupo escolar, para construção de uma Casa de Correção em São José da Gramma, reparos na estrada que vai de Vargem Alegre ao Major Ezequiel e mudança de um trecho da estrada de Gandra.

O vereador Ezequiel de Andrade solicitou à Câmara doação ao Estado do prédio municipal existente em Alfié para nele funcionarem as escolas estaduais.

Ainda pelo vereador Manoel Ezequiel de Andrade foi pedida a reconstrução da ponte ligando Alfié a Babilônia e Gramma, tendo o

vereador padre Pedro Domingues Gomes apresentado uma emenda para se incluir este serviço na autorização que tem o Agente do Executivo em mandar reparar as estradas de Dionísio e Alfié.

NOTA: Sobre este distrito, criado por iniciativa do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, o livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, página 137, publicou:

SANTA ISABEL (DO PRATA) – 1915 –

“Gosto de viagens e particularmente pela zona de Santa Isabel, não só por ser este futuroso distrito habitado por um povo muito liberal e laborioso, como porque tenho a oportunidade de admirar as belezas das grandes e verdes matas, em que a mão da natureza mais pode esmerar-se.

Entre elas, as matas seculares que ornam as margens do nosso Rio Doce.

São para mim viagens de boas distrações, ouvindo, por vezes, em lindos e floridos capões da mata virgem, o murmúrio de uma cascata que vai mais longe casar-se ao canto sonoro do gaturamo ou o triste gemido do juriti.

.....Entretanto, mais tarde, vai ser tudo isto destruído pelos golpes do machado e, depois, pelo fogo destruidor de tantas belezas! (.....)”

“Jornal “O Beija Flor”, edição do dia 29 de abril de 1915).

GANDRA – Sobre a capela e uma escola particular, em 1916, no povoado, veja as páginas 70/75 e 76 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu.”

SESSÃO DE 04.07.1908.

NOVO VEREADOR PARA O PERÍODO DE 1908/1911. (Já havia noticiado).

O padre Pedro Domingues Gomes exibiu uma procuração outorgada por Francisco Ferreira Mendes autorizando-o a tomar posse do cargo de vereador Especial por Vargem Alegre, sendo-lhe deferido o compromisso legal.

O padre Pedro Domingues Gomes apresentou ainda um requerimento de Fernando Olympio Drummond pedindo nomeação de uma Comissão para examinar e dar parecer sobre a conveniência da mudanças de uma estrada em seus terrenos em Santa Rita.

Pelo vereador Manoel Ezequiel Andrade foi requerida a verba de cento e cinquenta mil réis para conserto de uma estrada no terreno de Virgílio Serva, no distrito de Babilônia.

SESSÃO DE 15.09.1908.

IMPOSTO SOBRE CARRO DE ALUGUEL.

O cidadão Ovídio de Souza Reis pediu a isenção de imposto a que está sujeito sobre carro de aluguel nos exercícios de 1906 e 1907, no distrito de Ilhéus.

Outro do cidadão Antônio Vieira Marques pedindo ser relevado do imposto sobre prédio distrital nos exercícios de 1904 a 1907, no distrito de Vargem Alegre.

SESSÃO DE 16.09.1908.

CRIAÇÕES DE ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA.

Requerimento de um professor do Onça, distrito de Babilônia, pedindo pagamento de vencimentos atrasados.

Do sr. José Belisário Trindade pedindo pagamento de vencimento como fiscal que foi do distrito de Babilônia.

Pelo vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira foi apresentado um projeto de lei criando quatro Cadeiras de Instrução Primária, sendo uma em Santa Rita de Vargem Alegre; uma em Teixeira de Vargem Alegre; uma em Santa Isabel do Sacramento (Distrito da cidade) e outra em Bastos, distrito de Dionísio.

SESSÃO DE 29.10.1908.

FALECIMENTO DO PRESIDENTE DO ESTADO E DE FRANCISCO FERREIRA MENDES.

Tendo a Câmara recebido um telegrama comunicando o falecimento do Dr. João Pinheiro da Silva, pediu a palavra o padre Pedro Domingues Gomes e apresentou o seguinte requerimento:

“A Câmara de São Domingos do Prata acaba de ser inteirada por telegrama do exmo. Sr. Secretário do Interior do falecimento do Dr. João Pinheiro da Silva, Presidente do Estado.

Requeiro, interpretando o sentimento da Câmara e dos habitantes do município, que conste da ata as expressões de profundo pesar com que foi recebida a notícia do desaparecimento do ínclito Presidente, que norteava a sua administração tendo em vista a extinção da politicagem vil inaugurando a política da emulação pelos benefícios em prol da coletividade, infelizmente interrompida pela cruel enfermidade, que há meses lhe paralisou a ação fecunda e benéfica.”

Na mesma sessão o padre Pedro Domingues Gomes requereu fosse lançado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do vereador Francisco Ferreira Mendes, e que se comunicasse a família do extinto esta deliberação da Câmara.

NOTA: Ele faz parte da história de São Domingos do Prata por ter recebido, no Palácio do Governo em Ouro Preto, a comitiva pratiana que foi pleitear a emancipação do município e por ter assinado o decreto emancipador, em 1º, de março de 1890.

O mesmo ocorre com Francisco Ferreira Mendes, várias vezes citado em meus livros.

SESSÃO DE 12.01.1909.

NOVOS VEREADORES – ELEIÇÃO REALIZADA EM 03.12.1908.

O cidadão Francisco Marques de Oliveira pedindo ser considerado nulo o diploma do vereador Especial de Ilhéus, expedido pela Junta Apuradora ao sr. José Gomes de Araujo, visto o mesmo ser 3º Juiz de Paz do distrito de Vargem Alegre.

Virgílio Lima e o Dr. Alonso Starling apresentaram os diplomas expedidos pela Junta Apuradora e pedindo reconhecimento e comunicação da data em que poderiam tomar posse.

NOTA: Já havia inserido os nomes deles na sessão de 01.01.1908, quando fiz uma relação definitiva de todos vereadores eleitos para o período de 1908/1911. Veja ainda sessão extraordinária de 24.12.1908.

Quanto a José Gomes de Araujo, não o incluí na lista da sessão de 01.01.1908, em face do narrado na sessão adiante, de 13.01.1909.

SESSÃO DE 13.01.1909.

NOVOS VEREADORES AINDA NO PERÍODO DE 1908/1911.

Pelo vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira relatando o parecer da 1ª Comissão:

-Anulando as eleições de Vargem Alegre e Babilônia e também os votos obtidos pelo cidadão José Gomes de Araujo, para vereador Especial de Ilhéus.

-Reconhecendo o cidadão Virgílio Lima vereador Geral e o cidadão Francisco Marques de Oliveira de vereador Especial por Ilhéus, sendo aceito ambos os pareceres.

SESSÃO DE 14.01.1909.

103

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALFIÉ E SÃO JOSÉ DO GRAMMA
– ESCOLA EM VIEIRAS.**

Pelo vereador padre Pedro Domingues Gomes foi requerida a criação de uma escola em Vieiras, distrito da cidade.

O vereador Manoel Ezequiel de Andrade pleiteou a nomeação de uma Comissão para fazer orçamento do abastecimento de água do Alfié e São José do Gramma.

Nesta sessão, foi oficialmente empossado o vereador Francisco Marques de Oliveira.

NOTA: VEJA A PARTICIPAÇÃO DO POVOADO DE SÃO JOSÉ DO GRAMMA NA ORIGEM DO MUNICÍPIO DE TIMÓTEO.

ORIGEM DO MUNICÍPIO DE TIMÓTEO -



Timóteo em 1943 - Hoje Praça 29 de Abril

ORIGEM DO MUNICÍPIO DE TIMÓTEO.

Do livro Fragmentos da História de São Domingos do Prata de Edelberto Augusto Gomes Lima

Todas as letras garrafais são por minha conta e não se deve confundir, por se tratar de dois povoados distintos, embora situados na

mesma região leste do Estado, São José do Gramma com Santo Antônio do Gramma.

Sempre tive vontade de pesquisar a origem do município de Timóteo, até porque parte da minha infância vivi com meus pais e irmãs em Coronel Fabriciano e quase todo fim de semana atravessávamos de balsa o rio Piracicaba sendo que do outro lado da margem já estávamos na FAZENDA DO ALEGRE, município de Timóteo, de propriedade de minha tia Maria Nazareth Ferreira, viúva de seu primo em primeiro grau, José Ferreira Maia, proprietário da FAZENDA DO ALEGRE desde o início do século XX e pai do primeiro Prefeito de Coronel Fabriciano, Dr. Rubem Siqueira Maia.

De plano, vou começar dizendo que no distrito de São Domingos do Prata denominado Dolores de Babylonia (hoje município de Marliéria), haviam, além do povoado sede do distrito, três outros de nomes TIMÓTEO OU SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE, SÃO JOSÉ DO GRAMMA E JAGUARAÇU.

Consta na internet, no site da Associação de Município para Desenvolvimento Integrado (AMDI) e também na Vale em Revista, ano de 1974, o seguinte histórico:

.....Assim, em 1832, Francisco de Paula e Silva, requeria uma sesmaria de terras no córrego de Timóteo que deságua no Piracicaba, sobra da sesmaria de seu concunhado Felício Moreira da Silva, onde construiu a sua FAZENDA DO ALEGRE, onde é atualmente a fazenda de D. MARIA NAZARÉ LELLIS FERREIRA.

Por falecimento de Chico Santa Maria e sua esposa D. Teodomira Correa de Assis coube a FAZENDA DO ALEGRE, por herança, aos seus filhos Francisco, que ficou mais conhecido por Chico Santa Maria Moço, e a José também mais conhecido por *Juca do Alegre*.

Esse último como residia fora, vendeu a sua parte para Antônio Malaquias e ficaram como legítimos herdeiros seus filhos: Manuel, Antônio, Sebastião, José, e Francisco Malaquias.

Esse último ficando tuberculoso e sabendo que o seu mal era incurável, fez doação do terreno que herdara para o patrimônio de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE DO TIMÓTEO, onde começaram a ser levantadas as primeiras habitações, começando assim o povoamento da cidade, hoje denominada TIMÓTEO, que a princípio fez parte do território da BABILÔNIA (MARLIÉRIA), incorporando-se em seguida a SÃO JOSÉ DO GRAMA (JAGUARAÇU).

Em 1922, sendo instalado o distrito de **SÃO JOSÉ DO GRAMA**, do município de **SÃO DOMINGOS DO PRATA**, uma das providências tomadas pelo agente do executivo do município, **DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA**, foi a criação de uma escola primária municipal no povoado de **TIMÓTEO**, sob a direção de **D. Maria Quintão de Miranda**, que exerceu o cargo por pouco tempo, sendo substituída por **D. Maria Chaves** que alfabetizou várias gerações de timotenses. Agora, vamos tentar seguir a cronologia dos fatos para no final oferecermos o nosso parecer.

Primeiramente, é preciso ressaltar que o povoado de **SÃO JOSÉ DO GRAMMA** não tornou-se distrito em 1922, com essa denominação.

Talvez pelas dificuldades de comunicação na época, fez-se acreditar, em face da redação original do **PROJETO DE LEI nº 119**, de 1922 (tratava da divisão administrativa do Estado), que o distrito de **SÃO JOSÉ DO GRAMMA** houvesse sido criado.

Este projeto dispunha:

—Art. 4º - Ficam criados os seguintes distritos:

Entre dezenas de distritos que se criava, em um dos itens do artigo 4º, estatuiu:

- De **SÃO JOSÉ DO GRAMMA**, com sede na povoação do mesmo nome, no município de **S. Domingos do Prata**, com as seguintes divisas: Com o distrito de **Babylonia**, começando pela barra do **Ribeirão Antunes**, no **Rio Doce**, ribeirão acima até a barragem do **Córrego Santa Cruz** e daí subindo pelo espigão que fica à esquerda do referido córrego, passa pelo alto de **Santo Antônio**, desce ao **Ribeirão Onça Grande**, seguindo pelos altos do **Tambú**, **Capim Gordura**, até as divisas dos herdeiros do **Cap. Felício Moreira**, com **Manoel Carlos de Miranda** e **Emílio Olynto da Silva** e **Alto de S. Lourenço**.

Com o distrito de **Sant'Anna do Alfié**, pelo alto da **Fazenda do Taquaral** e seguindo à esquerda até o alto do denominado **Entre Serras**, seguindo à direita pelo cume da **Serra Pilatos**, seguindo pelo mesmo rumo até as divisas da fazenda **Lourenço** no município de **Antônio Dias**, de propriedade de **Joaquim Moreira da Silva**, acompanhando as divisas da mesma fazenda à de propriedade de **José Maria de Assis**, até o alto de **Santa Martha** e **Figueiredo**.

Com os municípios de **Antônio Dias** e **Sant'Anna de Ferros**, pelo **Rio Piracicaba** até a sua foz no **Rio Doce**. Com o município de **Caratinga**, pelo **Rio Doce** acima, até a barra do **Ribeirão Antunes**, ponto inicial desta divisa.

Em face da redação original desse Projeto de Lei, submetido à apreciação da Assembleia Legislativa em 1923, os DISTRITOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA passariam a ser:
São Domingos (a sede do município).

Sant'Anna do Alfié.

Dionísio.

Vargem Alegre.

Babylonia.

Santa Isabel e

SÃO JOSÉ DO GRAMMA.



Defesa do Agente Executivo de São Domingos do Prata e também deputado Estadual, Dr. EDELBERTO LELLIS FERREIRA, fez perante a Assembleia Legislativa para que o distrito a ser criado fosse em SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE:

— *Sr. Presidente, pedi a palavra para passar às mãos de V. Excia, uma representação de pessoas residentes na zona a que se dá o nome de TIMOTHEO, pertencente ao distrito de Dores da Babylonia, do município de São Domingos do Prata pedindo a elevação desse povoado à categoria de DISTRITO DE PAZ, com a denominação de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE e sede no lugar do mesmo nome.*

A representação em que os habitantes do distrito pedem a sua elevação à categoria de villa, vem instruída com diversos documentos, que bem demonstram a importância do lugar e eu, como conhecedor do mesmo, posso adiantar à Casa que ele dispõe, atualmente, de uma população superior à exigida por lei para a sua elevação a distrito, possui patrimônio civil, cemitério completamente fechado e escola estadual funcionando em prédio próprio, com água potável e respectiva instalação sanitária.

Além disso, aquela região está situada em terreno de uma fertilidade espantosa, tanto assim que, datando apenas de 5 anos, tem progredido extraordinariamente.

Pelo lado de sua riqueza, o maior fator, entretanto, que vai concorrer poderosamente para o progresso econômico e rápido daquele lugarejo está no fato de ter a Estrada de Ferro Victoria a Minas levando até as proximidades daquele povoado às pontes dos seus trilhos, na estação Raul Soares, cuja inauguração, segundo consta, vai ser feita em 1º de agosto próximo. (O pronunciamento do Dr. Edelberto data de julho de 1923).

Há outra razão, sr. Presidente, e de ordem moral, que levou os habitantes daquele lugarejo a pedirem a sua emancipação política e administrativa, é a de não se conformarem com o seu desmembramento do distrito de BABYLONIA para fazerem parte do distrito de SÃO JOSÉ DO GRAMMA, cuja criação se pede no projeto apresentado a esta Casa.

São estas, sr. Presidente, as ligeiras considerações que tenho a fazer para justificar os desejos dos habitantes de TIMOTHEO, manifestadas na representação que passo às mãos de V. Excia. para que a mesma tenha o destino regimental.

Portanto, além do pedido para se criar o distrito de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE, o povo do povoado de TIMÓTEO não desejava que o mesmo fosse incorporado ao novo distrito de SÃO JOSÉ DO GRAMMA.

Contudo, a meu juízo, existe uma pequena contradição no pedido. Se criado fosse o distrito de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE, automaticamente ele seria desmembrado do distrito de BABYLONIA, eis que esse era distrito de SÃO DOMINGOS DO PRATA. Assim, o novo distrito seria mais um dos distritos de São Domingos do Prata, como já relacionado acima.

Depois de aprovado pela Assembleia o Projeto de Lei acima referido, no qual o DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO GRAMMA foi criado em seu artigo 18º, o texto foi para a Comissão de Redação da mesma Casa Legislativa.

Lá, sem qualquer explicação (pelo menos não as encontrei nos anais da Assembleia), foi feita a seguinte retificação:

—No art. 18, onde se diz – **SÃO JOSÉ DO GRAMMA** – diga-se: - **JAGUARASSÚ**.

Assim o texto final que saiu da Comissão de Redação estava assim redigido:

Art. 4º - Ficam criados os seguintes distritos:

- de **JAGUARASSÚ** com sede na povoação do mesmo nome, no município de São Domingos do Prata, com as seguintes divisas: (...).

Em 07/09/1923, o Presidente do Estado de Minas Gerais, Raul Soares Moura, sancionou a Lei nº 843 da mesma data, em que se converteu o referido Projeto de Lei, na qual se estipulava:

—Art. 5º - ficam criados os seguintes distritos:

XLVIII – de JAGUARAÇU, com sede na povoação do mesmo nome, no município de São Domingos do Prata, com as seguintes divisas:
Com o distrito de Marliéria (Babylonia):

Começando no Portal, confluência entre os Rios Piracicaba e Doce, seguem a linha divisória das águas destes rios até alcançar a atual divisa entre Marliéria e Santana do Alfié, seguindo-se por esta até o alto da Fazenda do Taquaral.

Com o distrito de Santana do Alfié, pelo alto da Fazenda do Taquaral e, seguindo à esquerda até o alto denominado Entre Serras, seguindo à direita pelo cume da Serra do Pilatos, seguindo pelo mesmo rumo até as divisas da Fazenda-Lourenço, no Município de Antônio Dias, de propriedade de herdeiros de Joaquim Moreira da Silva, acompanhando as divisas da mesma Fazenda à de propriedade de José Maria de Assis, até o alto de Santa Marta e Figueiredo.

Com os municípios de Antônio Dias e Mesquita.

Pelo Rio Piracicaba até a sua foz no Rio Doce, ponto de partida.

Em consequência, o Distrito de **SÃO JOSÉ DO GRAMMA** jamais foi criado nesse período, como propalado por algumas entidades e nem o de S. Sebastião do Alegre.

Originalmente, todas essas localidades citadas, incluindo o distrito de **BABYLONIA** (já teve as denominações de **Dores de Babylonia**, **Babylonia** e finalmente **MARLIÉRIA**), pertenciam à freguesia de **SANT'ANNA DO ALFIÉ**, desmembrada do município de Itabira para, desde 1890, tornar-se distrito de **SÃO DOMINGOS DO PRATA**.

Ao se criar, pela lei 843, o DISTRITO DE JAGUARAÇU na sede do povoado do mesmo nome, os povoados de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE E SÃO JOSÉ DO GRAMMA ficaram incorporados a esse novo distrito, vinculado a São Domingos do Prata e assim permanecendo até 1938.

Finalmente, através do Decreto-Lei estadual de nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o povoado de SÃO JOSÉ DO GRAMMA recebeu o nome de TIMÓTEO e aí sim foi elevado a distrito.

Ficando, a partir dessa data, incorporado ao município de ANTÔNIO DIAS, desvinculando-se de São Domingos do Prata e fazendo parte do novo distrito o povoado de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE.

Em 1948, através da lei estadual nº 336, de 27.12.1948, o distrito de TIMÓTEO é transferido para o município de CORONEL FABRICIANO e, em 1962, emancipa-se política e administrativamente, através da lei estadual nº 2.764, de 30 de dezembro do mesmo ano.

Por sua vez o povoado de JAGUARAÇU também se transformou em município, através da Lei estadual nº 1039, de 12 de dezembro de 1953.

CONCLUSÕES.

Do texto acima, pode-se extrair a seguinte síntese:

-Que na FAZENDA DO ALEGRE situada no povoado de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE, teve origem o hoje município de TIMÓTEO.

-Que o povoado de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE, assim como os povoados de SÃO JOSÉ DO GRAMMA e JAGUARAÇU fizeram parte do território de BABILÔNIA (hoje Marliéria).

-Que o povoado de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE incorporou-se ao povoado de SÃO JOSÉ DO GRAMMA, quando este em 1938 (e somente nesse ano) virou distrito com o nome de TIMÓTEO, desmembrando-se do distrito de JAGUARAÇU, sendo hoje em dia o município de TIMÓTEO.

-Que o povoado de nome JAGUARAÇU (teve diversas denominações como Onça Grande, Jaguarassú, Jaguarachu), após virar distrito, também se transformou em município.

Esses são os frutos de minha pesquisa sobre o assunto, sendo que a maioria dos dados foi extraída dos anais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Edelberto Augusto Gomes Lima – outubro de 2015.



O autor em 2015.

Artigo publicado no Blog Dionisiano, nos livros “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, 2ª edição, páginas 86/115 e no “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 162/165.

NOTA: Por volta de 1932, quase perdemos o distrito de JAGUARAÇU para Antônio Dias, como noticiado nas páginas 139/140 da 2ª edição do livro “Revivendo a história de São Domingos do Prata”.

MARLIÉRIA (EX – BABILÔNIA) – Veja o relato feito pelo Cônego João Pio a uma visita feita em 1906, a Babilônia, nas páginas 96/98 da 2ª edição do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, páginas 96/98.

Veja ainda na mesma obra acima, na página 166, o Decreto estadual de 1906, ratificando a decisão da Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata, que havia criado o distrito de Babilônia.

Em 1922, os habitantes de Timóteo protestaram pela tentativa de transferir o distrito de Babilônia (Marliéria), para São José do Gramma, como noticiado na 2ª edição do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, página 158.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 25.02.1909.

111

SERVIÇOS DE ÁGUA EM SANTA ISABEL DO SACRAMENTO E DIONÍSIO.

O vereador padre Pedro Domingues Gomes pediu constar em ata o seguinte:

“Os abaixo assinados, membros da Comissão de Orçamento do serviço do rego d’água para servidão pública neste povoado de Santa Isabel do Sacramento, distrito da cidade de São Domingos do Prata, afirmam que o sr. José Henrique Nicolau concluiu o serviço de acordo com o orçamento (...).

Para execução do serviço d’água, o cidadão teve que construir duas pontes que atravessavam o rego d’água.”

(Assinaram o abaixo assinado o sr. José Cornélio da Silva Perdigão, Acácio Ferreira Torres e padre Pedro Domingues Gomes).

A Câmara em sessão extraordinária do dia seguinte (26.02.1909) aprovou o serviço e autorizou a pagamento.

O vereador Theodolino José dos Santos apresentou um requerimento para que o Presidente nomeasse uma Comissão com o objetivo de orçar os serviços d’água do distrito de Dionísio.

Ainda o vereador padre Pedro Domingues Gomes solicitando a inserção em ata do seguinte:

“A comunicação que em tempo teve o vereador Geral Virgílio Lima, eleito em 20 de dezembro e reconhecido em 14 de janeiro deste ano, conforme conclusão do parecer cotado na sessão de 14 de janeiro do corrente ano.”

SESSÃO SECRETA E SEM ATA.

No mesmo dia 25.02.1909, às 13:00 horas, realizou-se uma sessão secreta da qual não se lavrou ata, conforme deliberação da Câmara.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 26.02.1909.

112

Esta sessão foi convocada especialmente para examinar as contas do ex – Agente do Executivo, para tanto o Presidente nomeou uma Comissão composta por Dr. Edelberto Lellis Ferreira, padre Pedro Domingues Gomes e Joaquim Martins Quintão.

SESSÃO DO DIA 14.09.1909.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO – (PRAÇA DA MATRIZ).

PONTE NA FAZENDA DE JOÃO VIEIRA MARQUES.

Requerimento do cidadão José Jovita de Araujo pedindo indenização pelo serviços feitos em um bueiro na Praça 15 de Novembro, junto à sua casa, o qual dá passagem às águas fluviais.

Na sessão do dia seguinte, 15.09.1909, a Câmara nomeou uma Comissão composta pelos vereadores, Francisco Leoncio Rodrigues Rolla, José Izidro Martins Quintão e Theodolino José dos Santos para analisarem a proposta acima do cidadão José Jovita de Araujo, tendo sido aprovada uma indenização de cem mil réis por sugestão do vereador Theodolino José dos Santos.

Um requerimento do cidadão João Vieira Marques Júnior propondo fazer a ponte sobre o ribeirão Prata em frente à fazenda do cidadão João Vieira Marques, pelo preço de Cr\$ 400\$000 incluindo um paredão à margem do rio, conforme orçamento que juntou.

Esta parecer foi aprovado na sessão seguinte, com base no parecer do vereador Dr. Edelberto Lellis Ferreira, Presidente da Comissão de Finanças.

NOTA: João Vieira Marques foi proprietário da FAZENDA DE CIMA, onde possivelmente, se construiu a ponte acima.

Esta fazenda, juntamente com a de Baixo (Ou uma ou outra), foi a de propriedade de José Marques Vilas (gerida pelo seu curador

Domingos Marques Afonso), situadas no centro da cidade, como demonstrei em meus livros “Comentário às sesmarias de 1758, 1771, curatela, testamento e inventário envolvendo Domingos Marques Afonso e seu irmão” e também no livro “São Domingos do Prata: as origens do povoado, da capela, do cemitério e da descoberta do Rio Prata.” (Ambos, como todos os meus livros, possuem índice alfabético).

Nos livros acima, publiquei o inventário de João Vieira Marques.

A Praça 15 de Novembro, popularmente conhecida como Praça da Matriz, era oficialmente denominada de Praça Manoel Martins Vieira e atualmente de Dr. Mateus.

SESSÃO DE 15.09.1909.

Foi proposta pelo vereador Francisco Leoncio Rodrigues Rolla a demolição de parte do barranco em frente à casa do sr. Antônio Gomes de Araujo Lima, tendo a proposição sido aprovada na sessão do dia subsequente.

SESSÃO ESPECIAL DO DIA 16.09.1909.

CONVOCADA PARA HOMENAGEAR A PROFESSORA CORNÉLIA DE LIMA.

No final da sessão ordinária realizada mais cedo do mesmo dia, o Presidente da Câmara marcou uma especial a realizar-se às 19:00 horas, a fim de entregar à professora Cornélia de Lima, o diploma que o Júri da Exposição Escolar lhe concedeu, por intermédio do Secretário do Interior, que havia solicitado fosse o diploma entregue pela Câmara Municipal.

Na sessão especial estiveram presentes os vereadores Manoel José Gomes Rebello Horta, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, farmacêutico Manoel Ezequiel de Andrade, José Izidro Martins Quintão, Theodolino José dos Santos e Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

Além da homenageada, compareceram também o Dr. José Gomes Barbosa, Inspetor Escolar e muitos familiares e pessoas do município.

Em nome do Presidente da Câmara falou o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, que fez a entrega à homenageada do diploma acima referido.

Em seguida falaram o Inspetor Escolar fazendo apologia do ensino primário em Minas, o sr. Antônio Augusto Frederico de Souza Reis e o padre José Brandão.

NOTA: Cornélia de Lima era irmã do Capitão Dico e filha do meu tio-bisavô paterno Francisco Inocêncio Gomes Lima. O nome do Capitão Dico era Egídio Gomes da Silva Lima.

Em 1908, também foi homenageada pela excelência de seu magistério, a professora Rita Martins Vieira, filha de Manoel Martins Vieira. (Ver “Revivendo a história de São Domingos do Prata” – 2ª edição, página 48).

SESSÃO DO DIA 17.09.1909.

CONTRATAÇÃO DE UM ADVOGADO.

Pelo vereador dr. Edelberto de Lellis Ferreira foi apresentada uma indicação autorizando o Presidente da Câmara a contratar, mediante porcentagem, a seu juízo, um advogado para tratar da liquidação da dívida ativa.

SESSÃO DE 04.01.1909 –

ESTRADA DO SERVA À FAZENDA CABO VERDE E UMA EM SANTA ISABEL

Francisco Leoncio Rodrigues Rolla requereu que o Agente do Executivo fosse autorizado a mandar fazer os consertos na estrada a partir da fazenda do Cabo-Verde até o lugar denominado Serva, distrito da cidade.

Também do mesmo vereador, pediu fosse nomeada uma Comissão para elaborar um orçamento necessário para conserto de um valão existente no mesmo local.

Solicitação de Leandro Gomes Drummond pedindo nomeação de uma Comissão para dar parecer a fim de autorizá-lo a fechar uma estrada que passava dentro de sua propriedade em Santa Isabel.

NOTA: Antigamente era normal as estradas passarem por dentro de propriedades privadas.

Isto muito vezes causavam aborrecimentos para ambas as partes, de um lado ao proprietário e do outro ao condutor do veículo.

Sempre digo que o leitor deve interpretar os fatos históricos com a lupa da época e não com a dos dias de hoje, em que as circunstâncias são outras.

No livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, nas páginas 02/03, há a seguinte notícia:

MATA-BURROS E NÃO PORTEIRAS – EDITORIAL DA “VOZ DO PRATA”.

“Uma medida do mais alto alcance para o município acaba de ser transformada em Lei pelo Sr. Prefeito Municipal. Com a Portaria nº 27, publicada em outra parte deste jornal, fica definitivamente proibida, em todas as rodovias do município, a colocação de porteiras.

Só quem viaja e o faz seguidamente, pode avaliar o que representa de conforto para todos. Possuindo uma rede extensa de estradas, há mais tempo deveria ter sido tomada esta providência, pois, se em parte nossas estradas são modestas, feitas com orçamentos exíguos e vezes muitas pela contribuição popular, representam, entretanto, feito administrativo que poucos municípios do Estado conseguiram, exceção é claro dos municípios afortunados cujas rodovias, pontes, etc., são construídas à custa do Estado e da União.

Pois bem, algumas destas estradas não foram de todas concluídas e entre suas necessidades ficou a da substituição das porteiras por mata-burros ou a construção destes.

De ano para ano, entretanto, pelas subdivisões das propriedades dezenas de porteiras novas vêm surgindo nas estradas, tornando o trânsito verdadeiramente penoso, e agravando, com a tolerância da Prefeitura, o problema futuro da solução.

Agora, muito bem andou o Prefeito Manoel Martins Gomes Lima proibindo o assentamento de novas porteiras nas estradas.

Quem precisar de separação de suas terras requeira à Prefeitura, deposite o dinheiro para a confecção do mata-burro modelo e então é que poderá pôr a porteira ao lado, caso contrário incorrerá em pesada multa, se sujeita à destruição do imóvel, além é claro, de qualquer responsabilidade penal.

Damos, portanto, parabéns ao digno Prefeito e apelamos, interpretando o desejo geral (.....).”

A porteira protegia a propriedade do fazendeiro, não deixando os seus animais saírem do seu domínio. Por outro lado, imagina um motorista de madrugada e chovendo, ser obrigado a descer do veículo para abrir a porteira. A tentação para não fechá-la devia ser enorme.

Com o mata-burro “matava-se dois coelhos com uma cajadada só”. Os animais ficavam protegidos e o motorista não mais necessitava sair de veículo.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05.01.1910.

PONTE NO RIBEIRÃO VIEIRAS – ZELADOR DE ÁGUAS PARA DIONÍSIO – ESTRADA ALFÉ ANTÔNIO DIAS, RECONSTRUÇÃO PONTILHÃO DA LAGE E PONTE SOBRE RIBEIRÃO DO BANANAL.

O cidadão Bento José de Araujo apresentou um requerimento pedindo nomeação de uma Comissão a fim de dar parecer sobre uma

ponte por ele construída sobre o ribeirão “Vieiras”, entre a Fazenda Bom Sucesso e Barraca, pedindo indenização pelo que despendeu.

O vereador Theodolino José dos Santos requereu fosse criado o cargo de zelador de água do distrito de Dionísio, tendo ainda as funções de fiscal e cobrador.

O vereador Manoel Ezequiel de Andrade solicitou se mandasse consertar a estrada ligando Alfié a Antônio Dias.

O vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira apresentou projetos requerendo a reconstrução do pontilhão da Lage e a ponte sobre o ribeirão do Bananal, sendo estes serviços realizados por administração.

NOTA: Na sessão do dia 06.01.1910, a maioria dos vereadores apresentou um projeto criando o cargo de zelador de água no distrito da cidade e no povoado de Santa Isabel e também fossem realizados, com urgência, reparos no rego de água que abastecia aquele lugar.

SESSÃO DE 06.01.1910.

POSSE DE NOVO VEREADOR – AINDA NA LEGISLATURA 1908/1911.

Nesta sessão foi reconhecido, prestou compromisso e tomou posse o vereador Especial pelo distrito da cidade, o sr. José Cornélio da Silva Perdigão, eleito em 01.11.1909.

NOTA: Já havia inserido o nome dele na relação dos vereadores eleitos para o período de 1908/1911, conforme se pode ver nas sessões de 28.12.1908 e 01.01.1909.

SESSÃO DE 06.01.1910 –

A CÂMARA INVADIDA E A CIDADE DE SÃO DOMINGOS DO PRATA AMEAÇADA POR UMA FORÇA POLICIAL VINDA DE FORA.

Sessão verdadeiramente histórica pelo inusitado da ocorrência.

O fato está narrado no pronunciamento a seguir do vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira:

“Requeiro seja consignado na ata do trabalho de hoje a seguinte moção:

O povo do município de São Domingos do Prata, por seus legítimos representantes no governo municipal, considerando que a presença em nosso município de força pública extraordinária com delegado militar especial, é medida que lança mão o governo quando há alterações graves da ordem pública para cuja pacificação é impotente a autoridade civil com o destacamento local ordinário;

Considerando que esta medida extraordinária acarreta descrédito para o povo do município em relação à sua cultura, educação, ordem e respeito às leis;

Considerando que este município em plena paz, habitado por um povo laborioso e ordeiro, foi surpreendido por esta medida violenta, atentatória dos brios da família prateana;

Considerando finalmente, que estando hoje a Câmara em seus trabalhos ordinários, foi a sessão perturbada por ameaças desta mesma força pública, chegando um soldado a dirigir palavras insultuosas ao digno Presidente da Câmara,

Protesta contra semelhante e injusta medida, lamentando que o governo do nosso glorioso Estado tenha se deixado levar por político pouco escrupuloso na prática de ato tão irrefletido.

O referido vereador, no final, requeria se extraísse cópias da moção e fossem remetidas ao Presidente do Estado, às redações do “Correio de Minas”, “Diário de Notícias” e “Gazeta de Notícias.”

NOTA: O Presidente do Estado na época era Wenceslau Brás Pereira Gomes (03.03.1909 a 09.07.1910). Depois no período de 1914/1918, foi Presidente do Brasil.

Para facilitar a leitura, criei parágrafos depois dos pontos e vírgulas, mas o corretor de texto não admite letra minúscula no início de cada parágrafo, daí eles começarem com letra maiúscula.

Na década de 1950, houve novo episódio lamentável com a Câmara ameaçada de ser invadida.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 06.05.1910.

CONVOCAÇÃO DE VEREADORES SUPLENTE AINDA PARA A LEGISLATURA DE 1908/1911.

Não houve sessão, pelo não comparecimento dos vereadores Manoel José Gomes Rebello Horta, Joaquim Martins Quintão, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, farmacêutico Manoel Ezequiel de Andrade, José Cornélio da Silva Perdigão e Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

Por falta de quórum, marcou-se uma nova sessão para o dia seguinte às 11:00 horas e determinou-se a convocação dos seguintes suplentes:

- 1 – Cornélio Coelho da Cunha.**
- 2 – Luiz Maria Marques.**
- 3 – Padre Raimundo Nonato Pereira.**
- 4 – José Martins da Costa.**
- 5 – Benjamim José de Araujo.**

SESSÃO DO DIA 14.09.1910.

PONTE SOBRE RIBEIRÃO MOMBAÇA.

A próxima sessão a ter quórum e contou com a presença do suplente Luiz Maria Marques foi a do dia 14.09.1910.

Nesta sessão foi lido um requerimento do cidadão João de Deus Abade fazendo sentir a necessidade de reconstrução da ponte sobre o ribeirão “Mombaça”, no lugar denominado Santa Cruz, no distrito de Dionísio e pedindo a nomeação de uma Comissão para orçar a reconstrução da dita ponte.

Na sessão do dia seguinte à Câmara aprovou o requerimento e deferiu uma verba de 200\$000 para execução dos serviços.

SESSÃO DE 15.09.1910.

PONTE RIBEIRÃO DO SACRAMENTO, CUSTAS OFICIAL DE JUSTIÇA, ESTRADA BICUDO DE CIMA PASSANDO PELO VINHEDO “ALTO ALFIÉ”, COM ANTÔNIO DIAS.

Mais uma vez compareceu o suplente Luiz Maria Marques.

Na sessão o cidadão Joaquim Francisco do Carmo pediu o pagamento de custas que, como oficial de justiça, teria direito em ações promovidas pela Câmara no triênio em que esteve como Presidente da Câmara o padre Pedro Domingues Gomes.

Pelo vereador José Cornélio da Silva Perdigão foi apresentado um requerimento para se mandar orçar a construção de uma ponte sobre o ribeirão do Sacramento, abaixo da Fazenda dos Martins e acima da Fazenda da Cachoeira, na estrada que vai de Sacramento a Dionísio.

Assinado pelos vereadores Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Manoel Ezequiel de Andrade e Theodolino José dos Santos, foi apresentado um requerimento para que a Câmara concedesse ao Agente do Executivo autorização a fim de mandar fazer, com urgência, conserto de que necessitava a estrada Bicudo de Cima, passando pelo vinhedo Alto Alfié até a divisa com o distrito de Antônio Dias, correndo as despesas pela verba “Obras Públicas”, da municipalidade.

NOTA: Em 1910, o atual município de Antônio Dias era distrito pertencente ao município de Itabira, tendo-se emancipado em 1911.

Veja a importância deste vinhedo “Alto Alfié”, nas páginas 67/70 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu.” e nas páginas 348/352 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...).”.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 21.11.1910.

CRISE NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL.

Interessante abaixo assinado foi subscrito pelo povo do distrito da cidade, dirigido à Câmara Municipal, cujo inteiro teor reproduzo a seguir:

“Exma. Câmara Municipal – Os abaixo assinados residentes neste distrito da sede, sabendo dever se reunir a 21 deste a Câmara em sessão extraordinária para tratar de defesa da saúde pública, seriamente em perigo pelo estado em que se encontra a água que abastece a população, ao mesmo tempo que aplaude tão elevado intuito, pede vênica para declararem que aguardam uma medida radical que ponha cobro a tão deplorável estado de coisas que flagrantemente atentam contra a vida e bem estar do povo.

E lembra a nomeação de uma Comissão mista que faça uma vistoria e alvitre providências necessárias para salvaguardar a saúde pública, máxime já tendo aparecido agora casos de (ilegível) e diarreia, nosso importuno hóspede na estação de grandes calores nesta localidade sem arborização e completamente devastada pela destruição das matas.

São Domingos do Prata, 18 de novembro de 1910.”

O Presidente da Câmara em seguida usou a palavra para expor o objetivo da reunião extraordinária, qual seja, providenciar para que não mais se repetisse o que há pouco aconteceu, de ser encontrado um cavalo na nascente da água potável da cidade.

Em seguida o vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira ofereceu à consideração da Câmara um projeto proibindo a existência de animais,

quer nas ruas e praças, dentro do perímetro urbano, quer no próprio municipal “Dois Córregos”.

Logo após, o mesmo vereador apresentou os seguintes projetos:

O 1º, autorizando o Presidente da Câmara a entrar em acordo com o Presidente do Estado a fim de contrair um empréstimo para canalização de água potável e rede de esgoto, autorizando também a retificar os tapumes (Divisas) dos “Dois Córregos”, com os terrenos confinantes e permitindo que fossem utilizados os terrenos dos “Dois Córregos”, às margens e brejos, para fins agrícolas, às pessoas pobres da cidade.

Pelo vereador Joaquim Martins Quintão foi apresentado uma emenda para que, em lugar de autorizar o Presidente, constasse pelo Agente do Executivo.

Já o vereador José Cornélio da Silva Perdigão apresentou uma emenda para, em lugar da expressão “pessoas pobres”, fosse substituída por qualquer pessoa da cidade.

O projeto foi aprovado com as emendas acima, o mesmo ocorrendo com o projeto original, mas em relação ao empréstimo e a retificação dos tapumes dos “Dois Córregos”.

NOTA: Esse “Dois Córregos foi importantíssimo para a vida do cidadão pratiano naquela quadra da existência. Sobre ele há diversas passagens e menções espalhadas em meus livros.

Entre outros, pode-se ver a página 156 do livro “Recontando a história de São Domingos do Prata”, 2ª edição, noticiando ter, na sessão da Câmara de 16.04.1898, sido autorizado ao Agente do Executivo a adquirir a Fazenda “Dois Córregos”, a fim de incorporá-la ao patrimônio da cidade.

Veja a breve história da fazenda “Dois Córregos”, contada após a sessão do dia 18.04.1898.

Veja também nas páginas 53/54 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, interessante notícia sobre a água potável advinda dos “Dois Córregos”.

SESSÃO DE 13.09.1911.

123

Depois da sessão de 21.10.1910, a próxima sessão a ter quórum foi a de 13.09.1911.

FALECIMENTO DO PADRE PEDRO DOMINGUES GOMES.

RUA 21 DE ABRIL MUDANDO DE NOME.

Nesta sessão, o vereador Dr. Edelberto de Lellis Ferreira requereu se inserisse em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do padre Pedro Domingues Gomes, cujos relevantes serviços prestados a esta terra lembrou ao fundamentar o seu requerimento.

Na oportunidade, apresentou o mesmo vereador, projeto de lei autorizando o Agente do Executivo a despender a verba necessária para aquisição e colocação de um retrato do mesmo sacerdote na sala de sessões da Câmara e pedindo a mudança do nome da rua 21 de Abril para a de padre Pedro Domingues Gomes, sendo aprovado por unanimidade.

Foram estes os vereadores que aprovaram o projeto de lei alterando o nome da Rua 21 de Abril para padre Pedro Domingos Gomes, bem como a aquisição do retrato:

1 –Manoel José Gomes Rebello Horta – Presidente da Câmara.

2 –Dr. Edelberto de Lellis Ferreira.

3 –José Izidro Martins Quintão.

4 –Manoel Ezequiel de Andrade.

5 – Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

6 –Joaquim Martins Quintão.

7 –José Cornélio da Silva Perdigão.

(Os demais faltaram).

NOTA: No meu livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...), nas páginas 313/317, relato sobre o enterro do padre, o local em que foi sepultado, além dos retratos (Foram dois) do mesmo carregado pelo povo.

Ele faleceu em 27.02.1911, aos 46 anos, como consta no livro “Revivendo a história de São Domingos do Prata”, 2ª edição, página 88. Já na página 84 aparece renunciando como vereador.

No período deste livro, o enterro dele e o de Manoel Martins Vieira foram os que contaram com a presença maciça do povo, inclusive carregando retratos dos falecidos.

A Rua 21 de Abril já foi conhecida como Rua Direita.

MORADORES DO GOMES E BARRO PRETO.

Na mesma sessão de 13.09.1911, foi apresentado um abaixo assinado dos moradores dos Gomes e Barro Preto pedindo auxílio para a construção de um prédio para escola.

OUTRA HOMENAGEM DO DR. EDELBERTO AO PADRE PEDRO DOMINGUES GOMES.

No livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, página 66, a seguinte notícia publicada no jornal “O Imparcial”, em sua edição de 10.02.1911:

“Tendo a Exma. Sra. do Sr. Dr. Edelberto de Lellis dado à luz no mesmo dia em que faleceu o Revmo. Pe. Pedro, aquele Sr. mandou imediatamente registrar a criança no Cartório de Paz com o nome de Pedro para perpetuar tão querida memória daquele que tantas provas de amizade lhe dedicara em vida e que fora o seu primeiro professor nos tempos colegiais.”

NOTA: O padre Pedro faleceu, prematuramente, no dia 27 de fevereiro de 1910, aos 46 anos. O filho do Dr. Edelberto nascido na realidade, no dia 26, foi Pedro Emanuel Lellis Ferreira. Não descobri em que circunstâncias e local teria o Dr. Edelberto sido seu aluno.

SESSÃO 14.09.1911.

RIBEIRÃO SANTA RITA – MORADORES DE SANTA RITA – PONTE DA PIEDADE – RECONSTRUÇÃO – PONTE SOBRE RIBEIRÃO DO ALFIÉ.

Nesta sessão, apresentou-se um abaixo assinado de pessoas residentes no povoado de Santa Rita de Vargem Alegre pedindo mandar esgotar o ribeirão “Santa Rita”, cujo estado de obstrução ameaça à saúde dos moradores do dito povoado.

Mostrou-se ainda um ofício de Mariano Dias Duarte e outros pedindo auxílio para reconstrução da ponte da Piedade.

Por sua vez requereu o vereador Manoel Ezequiel de Andrade que o Agente do Executivo mandasse fazer, por administração, a ponte sobre o ribeirão do Alfié, visto não ter aparecido licitantes nas hastas públicas que foram publicadas.

SESSÃO DE 01.06.1912.

ELEIÇÃO DE NOVOS VEREADORES ELEITOS EM 31.03.1912, PARA O TRIÊNIO DE 01.06.1912 A 31.12.1915.

Nesta sessão, já com a nova composição, compareceram os seguintes vereadores, tendo um faltado por estar doente:

1 – Capitão Dico (Egídio Gomes da Silva Lima).

2 – Manoel Fernandes da Silva Barros.

- 3 – Francisco Ferreira Quintão.**
- 4 – Tenente-Coronel José Gomes de Araujo.**
- 5 – Capitão Antônio Martins Vieira.**
- 6 – Luiz Gonzaga de Moraes.**
- 7 – João Jacintho Martins da Costa.**
- 8 – Sebastião Martins Quintão.**
- 9 – Vicente de Paula Braga.**
- 10- João Caetano de Oliveira.**
- 11 –Raimundo Boa Ventura Ferreira (O único ausente).**

Na sessão, foi eleito Presidente da Câmara e Agente do Executivo o Capitão Dico (Egídio Gomes da Silva Lima).

Para Vice-Presidente foi eleito o Tenente-Coronel José Gomes de Araujo e Secretário da Câmara o Capitão Antônio Martins Vieira.

Estiveram presentes na sessão Virgilio Lima (Ex-Agente do Executivo e vereador), representando o Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais e o Dr. Antônio Gomes Lima.

Compareceram ainda o Dr. Alonso Starling, na época fiscal de renda, o Capitão Francisco de Paula Carneiro, então exercendo a função de Delegado de Polícia, o tenente Manoel Coelho de Lima, Presidente do Diretório Político do município, diretório composto por Virgílio Lima, Dr. Alonso Starling, Francisco de Paula Carneiro e Capitão Dico, que é filiado ao Diretório Central do Partido Republicano Mineiro.

Presente também o vigário da cidade Raimundo Otaviano da Trindade e José Augusto Dias Bicalho, residente no município de Alvinópolis.

Na ata constou ainda os nomes de diversas pessoas da cidade e dos distritos.

NOTA: Desde 1910, o número de vereadores, de acordo com a legislatura, passou a ser de onze, chegando até a quatorze.

A lei nº 2, de 14.09.1891 (Lei de Organização Municipal) dispunha na época, que a Câmara Municipal se comporia de 7 a 15 membros, sendo cada distrito nela representado por, pelo menos, um vereador.

A Câmara no último ano de seu mandato, fixaria, para o triênio seguinte, o número de seus membros.

O Vereador Geral era votado em todo o município, o Especial apenas no distrito que iria representar na câmara.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 03.06.1912, ÀS 11:00 HORAS.

ENERGIA ELÉTRICA – GRUPO ESCOLAR – CADEIA - PRAÇA SÃO PEDRO, PONTES NO RIBEIRÕES ALFIÉ E SACRAMENTO, JORNAL “O PRATEANO”, ETC.

Nesta sessão os novos vereadores apresentaram inúmeros projetos de lei, autorizando o Agente do Executivo (Que era o Presidente da Câmara), a realizar diversos melhoramentos.

Entre outros, um que autorizava ao Presidente da Câmara a contratar com o Estado, por intermédio de seu governo, um empréstimo de cento e cinquenta contos de réis, para verificação do que o Presidente apurar ser a dívida do município e para abastecimento de água a todos os distritos do município, instalação de luz e força elétrica, obras de saneamento e outros melhoramentos de necessidade em todo o município.

Autorizou ainda a adquirir a pedreira na Lage pertencente a Maria Felícia (Junto ao pontilhão da Lage); adquirir prédio ou terreno para construção de um Grupo Escolar na cidade, o qual seria doado ao Governo do Estado; a construir um matadouro municipal; para fazer consertos nas ruas do distrito de Dionísio em frente ao Grupo Escolar Dr. Gomes Lima; fazer ajardinação na praça 15 de Novembro e a que fica em frente à casa paroquial desta cidade.

(O matadouro municipal autorizado deveria ser construído, após adquirido, no terreno entre os ribeirões Lava-Pés e Prata, pertencente ao Coronel Virgílio Lima. Contudo, parece que este matadouro não foi construído nesta ocasião, embora no futuro, e me lembro na minha infância, tenha sido instalado neste mesmo local).

Projeto de lei autorizava ainda o Agente do Executivo a abrir uma PRAÇA nas ruas SÃO PEDRO e 3 Maio, entre José Pinto Coelho e herdeiros de João de Farias, desapropriando as propriedades de Manoel Coelho de Lima e de herdeiros de Francisco Alves Ferreira Pinto, dando ao Estado o terreno desapropriado, com área suficiente para edificação de uma cadeia pública.

Autorizava ainda a mandar consertar o trecho da estrada que ficava perto da porteira denominada “Três pancadas”, nos terrenos de João Vieira Marques, nesta cidade.

A fazer construir uma ponte sobre o ribeirão do Alfié, nas encruzilhadas da estrada que vai para o Gramma e Babilônia, além de outra ponte perto da capela de Santo Antônio, em Babilônia.

A mandar construir duas pontes no ribeirão Sacramento. Uma nos Martins e outra no Goiabal, distrito da cidade.

Autorizava finalmente, a despender até a quantia de três contos de réis para compra de material necessário para montagem de um órgão oficial (Jornal) do Paço Municipal, e que se denominará “O Prateano” e terá publicação aos domingos.

NOTA: Todos os projetos foram aprovados mas não consegui apurar se todos foram executados.

O ressurgimento do jornal “O Prateano”, como órgão oficial da Câmara, tornou-se realidade. (Veja abaixo as fases deste periódico).

Contudo, os três projetos a seguir, todos importantes para o progresso do município, foram executados.

1º - A USINA ELÉTRICA.

Será definitivamente inaugurada nesta cidade, no dia 15 do mês presente, o serviço de luz elétrica, iniciado e levado a feliz termo pelo

Sr. Capitão Egídio Lima que, desde o triênio findo, vem dirigindo os destinos do município.....às horas do dia, na usina, distante do perímetro urbano um quilômetro, haverá missa campal.

À tardinha, o experiente engenheiro Dr. A. Kierulf, que superintendeu o serviço por parte da Companhia Siemens, fará a entrega oficial da luz e à noite será inaugurado oficialmente pela Câmara este grande melhoramento.....”

(Maiores informações nos livros “Notícias do Antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)", página71.)

INSTALAÇÃO DA LUZ ELÉTRICA NAS CASAS – PEDIDOS À PREFEITURA – TARIFAS PELO CONSUMO – 1915 –

“Aqueles que pretendem tomar luz elétrica para suas casas deverão dirigir ao senhor Presidente da Câmara, até o dia 20 deste, a seguinte comunicação:

‘Sr. Presidente da Câmara Municipal comunico a V. Sa. que desejo que a Municipalidade faça a instalação de luz elétrica em minha casa, sita à rua...nesta Cidade.

Data e assinatura do proprietário do prédio.’

É facultativo ao proprietário ter contador para o gasto da energia elétrica.

O preço mínimo por mês deverá ser de 5\$000 (réis), até 5 lâmpadas de 10 velas.

Cada lâmpada, além das 5, aumentaria a mensalidade em 1\$000 o pagamento.

Para grandes instalações será feito contrato especial.

Quando for preferida lâmpada de poder iluminativo maior de 10 velas, o pagamento será a razão de 50 réis quanto a cada vela mês para os que excederem o número 10.

Base do preço por lâmpada: assim 1 lâmpada de 16 velas 1\$300 mensais.

Uma de 25 velas: 1\$750.

Uma de 50 velas: 3\$000, etc.

Mesmo tendo o contador o mínimo do preço, pela iluminação mensal em qualquer prédio, não será nunca inferior a 5\$000.”

(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas 138/139.)

2º - CADEIA PÚBLICA –

CADEIA PÚBLICA, FÓRUM E CÂMARA MUNICIPAL FUNCIONAVAM NO ANTIGO PRÉDIO DA PREFEITURA.

Em 1912, o jornal “o Prateano”, clamava pela necessidade de construção de um novo prédio para a Cadeia Pública, pois o que se localizava na Rua 15 de Novembro, esquina de Padre Pedro Domingues Gomes estava em péssimas condições.

A cadeia pública se situava no pavimento inferior do prédio onde também funcionava a Câmara e a futura Prefeitura Municipal (Foto da capa) com as suas repartições, além das audiências dos juizes de Direito e municipal e as Sessões do Júri.

Na época, o então prefeito Egídio Gomes da Silva Lima, conhecido como capitão Dico, ofereceu um terreno ao Estado para construção da cadeia, entre as casas do cidadão José Pinto Coelho e herdeiros de João de Farias.

Nesta gestão foi construído o novo prédio para abrigar tanto a cadeia pública, quanto o novo fórum, aliviando o da rua XV de Novembro dessas atividades.

Infelizmente, nenhum dos dois prédios perdurou no tempo.

FONTE: Livro “Revivendo a História de São Domingos do Prata”, páginas 124/127 e “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...), página 198.

(A rua 15 de Novembro era a que passava em frente ao prédio da Câmara e a Praça 15 de Novembro, era a popularmente conhecida como Praça da Matriz – O prédio da nova cadeia e fórum ficava na Praça São Pedro, anteriormente denominada de Domingos Marques Afonso).

3ª – GRUPO ESCOLAR.

CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR E O PRIMEIRO NOME.

O jornal “O Prateano”, em sua edição de 06 de outubro de 1927, noticiava ter em 1917, o grande pratiano Dr. Antônio Gomes Lima, conhecido por Dr. Gomes Lima, Deputado Federal à época (em 1911, já havia conseguido igual benefício para o distrito de Dionísio), obtido do Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro (Governador do Estado), autorização para construção do grupo escolar.

A autorização saiu em 1918, através do Decreto abaixo transcrito:

“Decreto nº 5.065, de 13 de agosto de 1918.

Cria um grupo escolar na cidade de São Domingos do Prata.

O Presidente do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o vigente regulamento geral da instrução, resolve criar um grupo escolar na cidade de São Domingos do Prata.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 13 de agosto de 1918.

Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

José Vieira Marques.”

Criado o Grupo por Decreto governamental, era necessário que a Prefeitura Municipal doasse o terreno e gerisse a construção do prédio.

Pois bem. No histórico arquivado na Delegacia Regional de Nova Era (subordinada à Secretaria do Estado de Educação), consta ser o Prefeito o capitão Dico (Egídio Gomes da Silva Lima, parente do Dr. Antônio Gomes Lima), e a prefeitura doou um terreno com área de 3.091,66 m2, local em que se localiza até os dias atuais, embora com área menor que a original.

Consta que a construção teria terminado em 1919, mas a inauguração somente foi ocorrer em 02 de julho de 1921.

O educandário foi criado, construído e inaugurado na gestão do Capitão Dico, com o nome do Grupo Escolar São Domingos do Prata e somente por volta de 1932, já no governo municipal do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, é que recebeu o nome de Cônego João Pio, correligionário do Dr. Edelberto.

(Maiores detalhes nos livros “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 92/95 e “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, páginas 119/123).

Sobre a origem da Escola Marques Afonso veja o livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 96/106. Veja texto sobre o CENTENÁRIO do Grupo na página 303.

NOTA: Memórias do Dr. Gomes Lima no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 324/328.

JORNAL “O PRATEANO” E OUTROS.

Um sumário das histórias de alguns jornais pratianos, incluindo “O Prateano”, desde o final do século 19 até a primeira metade do século 20, está contido na Introdução do meu livro ‘Revivendo a história de São Domingos do Prata’ – 1ª e 2ª edição e também nas páginas 95/96 do livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”.

A primeira edição deste jornal, em sua primeira fase, data de 25 de junho de 1893 e a última a que tive acesso, é de 18 de agosto de 1895.

As edições eram semanais. O fundador, diretor e proprietário foi Sr. Luiz Brandão.

Posteriormente assumiu como redator o Sr. Francisco Soares Alvim Machado.

Em 1912, ressurgiu outro jornal com esse mesmo título. A edição número 1 é datada de 15 de setembro de 1912. O diretor e gerente era o Sr. Fernando Olympio Drummond. O último número (19) nessa fase, a que tive acesso, data de 19 de dezembro de 1915.

O jornal se dizia órgão oficial da Câmara Municipal. Na edição de 24 de novembro de 1912, o noticioso comemorava o aniversário do Capitão Dico (Egídio Lima) e declarava ter sido o mesmo, o fundador.

Em 1926, o jornal “O Prateano” ressurgiu, sendo a primeira edição datada de 10 de maio de 1926 e novamente se iniciando do número 1. O proprietário era o Sr. Ludgero Vieira Guimarães e o Diretor e redator o Sr. Egídio Gomes da Silva Lima (Capitão Dico).

(Extraído do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, página 74) – Veja sessão de 15.12.1894.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 04.06.1912, ÀS 11:00 HORAS.

PRAÇA SÃO PEDRO.

Nesta sessão, com o objetivo de aprovar um projeto de lei ainda remanescente da primeira sessão, foi apresentado pelo vereador Antônio Martins Vieira, emendas ao projeto original autorizando se fizesse, por ser de utilidade pública, a desapropriação de todo o terreno que fica do lado de baixo da Praça São Pedro, nesta cidade, entre as casas do sr. Manoel José Gomes Rebello Horta e Antônio Gomes de Araujo Lima, indo até o ribeirão Prata.

NOTA: A Praça São Pedro (Ou praça do Fórum) ocupava todo um quarteirão onde atualmente se localizam o novo prédio da Prefeitura e Câmara Municipal, a escola Duval Mendes, o novo fórum e a Escola Coronel Francisco Rolla.

Veja na sessão ordinária de 14.02.1949, a denominação anterior desta Praça.

SESSÃO DE 16.09.1912, ÀS 11:00 HORAS.

ESTRADA DE VARGEM ALEGRE, MARGENS DO RIO DOCE, PASSANDO POR ILHÉUS – CRIAÇÃO DE PORCOS.

Requerimento de habitantes dos distritos de Vargem Alegre e Ilhéus sobre a construção e consertos da estrada que partindo de Vargem Alegre vai até as margens do Rio Doce, passando por Ilhéus, pedindo fosse nomeada uma Comissão a fim de dar parecer sobre o melhor traçado da mesma.

Outro requerimento dos habitantes dos povoados de Santa Rita e Teixeiras do distrito de Vargem Alegre pedindo fosse votada uma lei proibindo, naqueles povoados, a criação de porcos.

SESSÃO DE 16.09.1912.

DANDO O NOME DE PRAÇA MANOEL MARTINS VIEIRA À PRAÇA DA MATRIZ, ENTÃO 15 DE NOVEMBRO.

Na mesma sessão de 16.09.1912, o vereador Capitão Albano Ferreira de Moraes e outros, pediram que a atual praça 15 de Novembro passasse a ser denominada Praça Manoel Martins (Vieira).

NOTA: Esta praça é a popularmente conhecida como praça da Matriz. Ela, desde a minha infância, até os dias atuais, sempre ocupou um quarteirão inteiro, bem no centro da cidade.

Como se pode ver em outra página deste livro, na sessão da Câmara de 10.09.1937, o então vereador Luiz Prisco de Braga e outros, apresentaram um projeto de lei pedindo fossem dado às praças e logradouros públicos desta cidade, nomes de pratianos ilustres.

O objetivo era prestigiar àqueles pratianos que contribuíram para o progresso do município.

NOTA: Veja notas biográficas de Luiz Prisco de Braga nas páginas 330/331 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”.

OBRAS REALIZADAS PELA CÂMARA EM 1913.

Veja a 2ª edição do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, páginas 25/30.

CAPITÃO DICO NO PERÍODO DE 1913/1922, INCLUSIVE.

Como não tive acesso as atas da Câmara de Vereadores neste período, vou retranscrever o que Luiz Prisco de Braga e frei Thiago Santiago escreveram sobre esta fase.

LUIZ PRISCO DE BRAGA.

Diz, na página 27 de seu livro, que a Câmara eleita em 1912, com alguma modificação, teria sido reeleita até 1921 e prorrogado seu mandato até 1922.

FREI THIAGO SANTIAGO.

Nas página 66/67, declara: “Não encontramos no arquivo da Câmara a ata da posse dos Vereadores eleitos nas eleições realizadas a 01 de novembro de 1915, entretanto o jornal O PRATEANO do dia 04 de novembro seguinte, dando notícia parcial do resultado, finaliza a nota com os seguintes dizeres:

‘Pelo voto do eleitorado desta cidade está portanto reeleita a atual Câmara Municipal, que tanto mereceu do povo pelo cabal desempenho de sua missão.

Felicitando ao Cap. Egídio Lima pela brilhante votação que teve nesta Cidade, fazemos votos pela continuação da proveitosa administração do Município, entregue em suas mãos.’

Ainda o frei Thiago em relação ao ano de 1919/1922.

“Não encontramos, igualmente, notícia das eleições para renovação da Câmara em 1918. Deve ter havido, mas não temos condição de relacionar os eleitos.

O jornal “A VOZ DO PRATA do dia 26 de janeiro de 1919 publicou um edital da Câmara, com data de 2 de janeiro de 1919 daquele ano, assinado pelo Chefe da Secretaria, Manoel Nepomuceno e pelo Presidente Egídio Lima, que começa da seguinte maneira:

‘O Cap. Egídio Lima, Presidente da Câmara Municipal, etc. Faz saber a quem interessar possa, que na sessão da Câmara deste Município, foram eleitos Presidente, Vice-Presidente e Secretário, para o triênio de 1919 a 1921, respectivamente o Cap. Egídio Lima, o Tenente Coronel José Gomes de Araújo e o Capitão Antônio Martins Vieira, que prestaram o devido compromisso e posse.’”

Conclui o frei Thiago: “Podemos então supor que em 1919 houve renovação da Câmara.”

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA NO PERÍODO 1919/1922.

Além dos nomes citados por frei Thiago, apurei em um documento no fórum, nomes de outros que fizeram parte desta Câmara. Deve faltar alguns, já que encontrei somente oito.

Capitão Dico – Egídio Gomes da Silva Lima – Presidente –

José Gomes de Araujo – Tenente-Coronel - Vice-Presidente –

Antônio Martins Vieira – Capitão –

José Pedro Domingues –

José Severo de Castro –

Manoel Fernandes da Silva Barros –

José Gomes Bastos –

Raul de Caux –

RENÚNCIA DE TODOS OS VEREADORES ELEITOS PARA O PERÍODO DE 1919/1922, EXCETO UM.

A RENÚNCIA OCORREU NO ÚLTIMO MÊS DA LEGISLATURA, EIS QUE EM 1º DE JANEIRO DE 1923, OUTRA CÂMARA ASSUMIRIA.

“Exmo. Sr. Raul de Caux – D.D. Vereador à Câmara deste Município.

Os abaixo assinados – Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Câmara Municipal e também vereadores da mesma Câmara, vêm, pelo presente renunciar seus mandatos e cargos eletivos resignando assim, de todo e qualquer atributo e ônus dos cargos e mandatos, que exercemos até hoje.

Sendo V. Excia, o vereador único que, eleito, pode receber a nossa renúncia, vimos pela presente e para os devidos fins, levar esse nosso irrevogável ato a V. Excia, que se dignará agir como é de lei.

Na pessoa de V. Excia, agradecemos aos prateanos a confiança em nós depositada e lhe afirmamos que seremos sempre os mesmos na defesa dos interesses do município.

Digne-se V. Excia, aceitar os nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração. Saudações.

O Presidente da Câmara Municipal, o Vereador Geral Egídio Lima, o Vice-Presidente da Câmara e Vereador Geral José Gomes de Araujo.

O Secretário da Câmara e Vereador Especial da Cidade Antônio Martins Vieira, José Gomes Bastos, José Pedro Domingues, José Severo de Castro, Manoel Fernandes da Silva Barros.”

MAIORES REALIZAÇÕES DO CAPITÃO DICO NO PERÍODO EM QUE GOVERNOU. (1912/1922).

Na minha opinião, a inauguração da usina elétrica em 1916, extinguindo de vez nas vias públicas e residências o uso de lampiões a querosene, foi sua maior conquista, mas ainda acresceria a construção do Grupo Escolar Cônego João Pio em 1918/1919 e do Fórum e cadeia, retirando-os do antigo prédio da Câmara Municipal.

A LIDERANÇA POLÍTICA DESDE A EMANCIPAÇÃO ATÉ 1922. INCLUSIVE.

São Domingos do Prata até, aproximadamente, o ano de 1940, foi o principal município do leste mineiro, sob qualquer ângulo que se analise: econômico, população, extensão territorial, agropecuária, prestígio político, etc.

Desde 1890, quando de sua emancipação, até o ano de 1922, inclusive, a política no município foi liderada por componentes da família GOMES LIMA, entre eles, Virgílio Gomes Lima, conhecido como Virgílio Lima, Dr. Antônio Gomes Lima, conhecido como Dr. Gomes Lima (foi Senador Estadual, Deputado Federal por duas legislaturas, presidente do Banco do Brasil, etc.), Egídio Gomes da Silva Lima, conhecido como Capitão Dico e Manoel Martins Vieira, que teve uma de suas filhas, Nicolina Martins Vieira, casada com um Gomes Lima e até a sua morte em 1908, também exerceu forte liderança, tendo sido o primeiro Prefeito (Agente do Executivo) do município.

Até 1922, inclusive, foram estes os dirigentes do município: Manoel Martins Vieira, Tenente-Coronel Antônio Rodrigues Frade, Cel. Virgílio Lima, Raimundo Dias Duarte, Tenente Marcelino da Silva Perdigão, Luiz Caetano dos Santos, Capitão Francisco de Paula Carneiro de Moraes, padre Pedro Domingues Gomes, Manoel José Gomes Rebello Horta e Capitão Dico (Egídio Gomes da Silva Lima).

O Capitão Dico, como já demonstrado, governou o município, trazendo-lhe grandes benefícios, entre 1912 a 1922, inclusive.

A PARTIR DE 1923 A LIDERANÇA POLÍTICA MUDOU DE NOME.

A carreira política do Dr. Edelberto, com a ocupação de cargo no legislativo municipal, iniciou-se em 1908, quando foi eleito vereador e Vice-Presidente da Câmara.

Já na Sessão do dia subsequente, 03 de julho de 1908, a seguinte postulação do Dr. Edelberto:

Requerimento à Câmara para que oficiasse coletivamente ao Presidente do Estado pedindo a instalação do distrito de SANTA ISABEL.

Depois desse período, o Dr. Edelberto não disputou e nem ocupou nenhum cargo no Executivo e nem no Legislativo, ressurgindo na eleição de 1922 (Posse em 1º de janeiro de 1923) e, a partir daí manteve uma incontestável liderança até 1955, quando, vencido pela idade (87 anos), retirou-se definitivamente da política e medicina e foi morar, junto com uma de suas filhas, na Fazenda do Alegre em Timóteo, onde veio a falecer em 15 de janeiro de 1969 (aos 101 anos), sendo enterrado, juntamente com esposa, uma irmã e um filho, no cemitério da igreja do Rosário em São Domingos do Prata.

ELEIÇÃO EM 1922, POSSE EM JANEIRO DE 1923.

Na eleição realizada em dezembro de 1922 (posse em 1º de janeiro de 1923), Dr. Edelberto foi o vereador mais votado, tanto na Sede, como nos distritos de Vargem Alegre, Ilhéus, Santa Isabel, Alfié e Babilônia (atual Marliéria).

CÂMARA DE VEREADORES ELEITA PARA O PERÍODO DE 1923/1927.

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira. (Presidente e Agente do Executivo).

Francisco Leoncio Rodrigues Rolla. (Vice-Presidente).

Joviano de Paula.

José Izidoro Garcia.

Luiz Prisco de Braga.

Antônio Caetano de Souza.

Raul De Caux.

Paulino Antônio de Castro.

José Martins Drummond.

Manoel Lúcio de Moraes.

Domingos Cota de Oliveira.

José Theodolindo Miranda.

Foi criado nessa ocasião, o distrito de Jaguaraçu, sendo eleito José Theodolindo Miranda para representá-lo.

**VOTAÇÃO OBTIDA POR ALGUNS VEREADORES DA CÂMARA
ELEITA PARA O PERÍODO 1923/1927.**

CIDADE.

VEREADORES GERAL:

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira –	425 votos.
Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -	332 votos.
Antônio Caetano de Souza -	330 votos.
José Izidoro Garcia –	222 votos.

VEREADOR DISTRITAL:

Luiz Prisco de Braga -	441 votos.
-------------------------------	-------------------

VARGEM ALEGRE:

VEREADORES GERAIS:

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira -	233 votos.
Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -	229 votos.
Antônio Caetano de Souza -	19 votos.
José Izidoro Garcia -	214 votos.

VEREADOR DISTRITAL:

Joviano de Paula -	145 votos.
---------------------------	-------------------

ILHEÚS:**VEREADORES GERAIS:**

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira -	204 votos.
Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -	204 votos.
José Izidoro Garcia -	203 votos.

VEREADOR DISTRITAL:

Domingos Cota de Oliveira -	204 votos.
------------------------------------	-------------------

SANTA ISABEL:**VEREADORES GERAIS:**

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira -	215 votos.
Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -	209 votos.
Antônio Caetano de Souza -	198 votos.
José Izidoro Garcia -	237 votos.

VEREADOR DISTRITAL:

Manoel Lúcio de Moraes -	237 votos.
---------------------------------	-------------------

DIONÍSIO:**VEREADORES GERAIS:**

Dr. Edelberto de Lelis Ferreira -	209 votos.
Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -	141 votos.
Antônio Caetano de Souza -	365 votos.
José Izidoro Garcia -	220 votos.

VEREADOR DISTRITAL:

José Martins Drummond -

367 votos.

142

ALFIÉ:

VEREADORES GERAIS:

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira -

354 votos.

Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -

325 votos.

Antônio Caetano de Souza -

233 votos.

José Izidoro Garcia -

198 votos.

VEREADOR DISTRITAL:

Dr. Raul de Caux -

375 votos.

BABILÔNIA (MARLIÉRIA):

VEREADORES GERAIS:

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira -

186 votos.

Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -

167 votos.

Antônio Caetano de Souza -

269 votos.

José Izidoro Garcia -

184 votos.

VEREADOR DISTRITAL:

Paulino Antônio de Castro -

268 votos.

TOTAL:

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira -

1826 votos.

Francisco Leoncio Rodrigues Rolla -

1607 votos.

José Izidoro Garcia -

1478 votos.

Antônio Caetano de Souza -

1414 votos.

FONTE: Jornal “A Voz do Prata”.

Durante o seu mandato do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira no período de 1923/1927, além de inúmeras realizações (algumas citarei em um tópico específico), a própria Câmara Municipal em reconhecimento, apresentou a seguinte MOÇÃO:

“Os vereadores da Câmara Municipal de São Domingos do Prata presentes à sessão de hoje, servem-se da oportunidade da primeira reunião ordinária do corrente ano para exprimir ao digno Presidente e Agente Executivo Municipal Exmo. Sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira o seu prazer em vista da criteriosa orientação que S. Excia. vem imprimindo aos negócios do município, administrando-o aos olhos do povo em ampla publicidade que dá a todos os seus atos e diante da solicitude, energia e justiça congregadas na arrecadação e escrupulo na aplicação de suas rendas, correspondendo assim à confiança de todos aqueles que o elegeram, fitando apenas o interesse da coletividade.

Aproveitam ainda os vereadores presentes o ensejo para renovar a sua S. Excia os protestos de sua solidariedade e decidido apoio, tanto à sua administração, como a sua orientação política”.

Sala de Sessões, 11 de janeiro de 1924.

Luiz Prisco de Braga.

Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

José Izidoro Garcia.

Manoel Lucio de Moraes.

José Martins Drummond.

Paulino Antônio de Castro.

José Theodolindo de Miranda.

Raul de Caux.

Nesse mesmo ano, o Governo do Estado publicou no jornal oficial “O Minas Gerais”, a impressão sobre um relatório recebido sob a gestão do Dr. Edelberto:

O GOVERNO DO ESTADO E UM RELATÓRIO ENVIADO PELA CÂMARA SOBRE A GESTÃO DO DR. EDELBERTO.

“Recebemos o relatório apresentado à Câmara Municipal de S. Domingos do Prata, pelo presidente e agente do executivo, Dr. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA, deputado do congresso mineiro.

Esse documento, que revela as qualidades de um administrador de vontade enérgica, orientando pelo mais sã patriotismo, informa com clareza e minucioso cuidado, sobre a vida do município de S. Domingos do Prata, em todos os seus aspectos.

O que para logo se nota no interessante trabalho é a louvável preocupação de administrar. Em matéria de obras públicas, muitas e urgentes eram as necessidades do município, entre os quais estavam os serviços de remodelação completa das instalações hidroelétricas, estradas de rodagem e outras, a tudo tendo o Dr. EDELBERTO DE LELLIS procurado dar remédio, o que conseguiu com o auxílio dos seus companheiros de Câmara e os aplausos de todos os seus co-munícipes.

As escolas mantidas pelo município, que apenas possuía uma, são agora em número de onze, funcionando todas regularmente (...).

Só esse grande serviço prestado a causa da instrução recomenda o esforço da administração municipal de S. Domingos do Prata (...).”

ELEIÇÃO EM 1927 PARA RENOVAÇÃO DA CÂMARA.

Em 07 de maio de 1927, realiza-se nova eleição para renovar os mandatos dos eleitos em 1922.

Esta Câmara encerrou as suas atividades em 03.10.1930, por força da revolução de 1930, cujos detalhes contarei mais à frente.

Novamente o Dr. Edelberto é o mais votado, sendo, portanto, reconduzido à Presidência da Câmara e a Agente do Executivo.

VEREADORES ELEITOS PARA O PERÍODO DE 1927/1930.

Dr. Edelberto de Lellis Ferreira. (Presidente e Agente do Executivo) –

Francisco Leoncio Rodrigues Rolla. (Vice-Presidente).

José Marinho Quintão.

José Izidoro Garcia.

Antônio Caetano de Souza.

Antônio Martins Vieira.

Euclides Cassimiro Frade.

Vicente Cândido Soares.

Antônio Starling Martins da Costa.

Raul de Caux.

José Theodolindo de Miranda.

Manoel Olímpio de Magalhães.

José de Almeida Pontes.

O povo, após a Sessão solene da posse dos Vereadores e de Dr. Edelberto como Presidente da Câmara e Agente do Executivo, comemorou nas ruas, como se extrai deste trecho publicado pela imprensa local:

“..... Ao meio dia efetuou-se no Paço Municipal a posse dos novos membros da Câmara, sendo o edifício e toda as suas adjacências completamente tomado por uma enorme massa humana que se comprimia e acotovelava na ânsia de render suas homenagens aos verdadeiros e legítimos representantes do povo.

(.....) Encerrada a sessão foi o Presidente da Câmara acompanhado até a sua residência por grande massa de povo.....

Durante o resto do dia entregou-se o povo as mais ruidosas demonstrações de entusiasmo, estando as nossas ruas repletas do que tem o Prata de mais seletos em todas as suas classes sociais.

À noite, o povo num sincero movimento de simpatia e apreço, fez uma carinhosa manifestação ao Dr. Edelberto de Lellis, como demonstração do muito que lhe deve à terra pratiana.

À porta de sua residência às 7 horas da noite uma grande multidão de manifestantes acompanhada por duas bandas de música, sendo o homenageado saudado por calorosas palmas e vivas ao assomar uma das janelas de sua residência.

Em nome dos manifestantes pronunciou o Dr. Claudiano Drummond um vibrante discurso de saudação ao ilustre político, pondo em relevo as suas invulgares qualidades de caráter e de honradez e significando a enorme confiança com que o povo acompanhava a sua nova ascensão à presidência da Câmara. (.....).

A noite realizou-se um grande baile nos salões do Paço municipal profusamente iluminado, prolongando-se as danças até a madrugada (.....).”

Fonte: Jornal “A Voz do Prata”.

DR. EDELBERTO CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL.

“A Voz do Prata” de 05 de março de 1923, noticiava, em síntese:

A Câmara Municipal desta cidade interpretando o sentir da maioria dos seus munícipes, na sua primeira reunião deste ano, aprovou uma moção dirigida a conspícuo membro da Comissão Executiva do P.R.M., indicando-lhe o nome do Dr. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA para ocupar uma cadeira na Câmara de Deputados do Estado. (.....).

A modéstia do candidato, o seu invencível horror às posições de destaque, a sua contrariedade em ver publicadas as elevadas qualidades que o distinguem seriam indubitavelmente os únicos empecilhos com que contava a sua candidatura.

Mas, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira não se apresenta. Ele é apresentado, malgrado seu, por elementos de prestígio que não ouvem sua opinião, seguros como estão que a sua recusa seria imediata.

Mas é bem certo que o homem político não se pertence; aqueles que se agremiam ao seu redor dispõem do direito de exigir dele sacrifícios aos quais é obrigado a se submeter pelas injunções partidárias.

É este, bem caracterizado, o caso do candidato do P.R.M. de São Domingos do Prata.

A seleção das inteligências iniciadas com aplaudido resultado por Arthur Bernardes, seguida com maior entusiasmo pelo atual Chefe do Estado exige que as competências continuem na sua ascensão, ainda que sejam violentamente arrancadas nos mais recônditos refolhos de remansoso lar e daí erguidas até o ambiente em que devem pontificar para grandeza dos nossos destinos.

Pois esse regime de seleção não pode deixar de fora, na penumbra que tanto lhe apraz, o Dr. Edelberto de Lellis, cuja candidatura se impõe por si pelas excelsas qualidades do candidato sob qualquer prisma que se encare.

Ninguém melhor do que ele está na altura de desempenhar com proveitoso resultado o mandato, pelo seu caráter, pela sua cultura e por sua acuidade política.

(.....) a candidatura do Dr. Edelberto de Lellis se impõe por si é prova inefável o apoio que se lhe tem sido hipotecado espontaneamente por diversos municípios componentes deste distrito eleitoral.

E na mesma imprensa já repercutiu o desejo desses municípios porque temos lido em jornais diversos os aplausos à essa candidatura.

(.....) A entrada do Dr. Edelberto de Lellis para a Câmara Estadual não honra só a ele; honra a própria Câmara onde ocupará um dos locais destinados aos seus expoentes.

No regime democrático em que vivemos a vontade popular deve imperar com direitos irrevogáveis. Tendo a candidatura do Dr. Edelberto nascido da vontade popular, soberana do povo, não podemos esperar senão que a Comissão Executiva do P.R.M. sancione esse veredito dando mais uma vez a prova de que sabe respeitar a opinião pública. (.....)”.

NA ELEIÇÃO DE 1923, TAMBÉM PELO DISTRITO ELEITORAL, O DR. EDELBERTO FOI ELEITO DEPUTADO ESTADUAL.

JOSÉ RICARDO REBELLO HORTA – OUTRO PRATIANO, TAMBÉM FOI ELEITO DEPUTADO, MAS POR OUTRO DISTRITO, ENQUANTO ENTRE 1915/1921, FOI O DR. GOMES LIMA (ANTÔNIO GOMES LIMA) QUEM FOI ELEITO DEPUTADO FEDERAL, EM DUAS LEGISLATURAS.

A eleição se realizou em 15 de abril de 1923, tendo o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira sido eleito pela 2ª Circunscrição Eleitoral, composta pelos municípios abaixo:

Dr. Edelberto obteve 15.237 votos, assim distribuídos:

Ouro Preto	1.106.
Mariana	663.
Ponte Nova	1.536.
Rio Casca	800.
Abre Campo	826.
Caratinga	3.364.
Manhuaçu	1.292.
Rio São Pedro (atual município de Ipanema)	1.390.
Piranga	979.
Alvinópolis	516.
São Domingos do Prata	2.133.
Aimorés	253.
São Manoel do Mutum (atual Mutum)	379.

Nessa mesma eleição, foi eleito pela 3ª Circunscrição Eleitoral, que englobava os municípios (grafia original) de Leopoldina, Carangola, Viçosa, S. Manoel, Palma, São José d'Além Parahyba e São Paulo do Muriahé, o pratiano de nascença, Dr. JOSÉ RICARDO REBELLO HORTA.

É de se ressaltar ainda que na primeira metade do século XX, outro pratiano, ANTÔNIO GOMES LIMA, conhecido como Dr. Gomes Lima, foi, entre outras coisas, Senador Estadual e Deputado Federal por duas legislaturas.

NOTA: No período de 1923 a 1926, Dr. Edelberto acumulou as funções na área municipal, com a de Deputado Estadual, o que o obrigava a ir até Belo Horizonte participar das Sessões, na época à cavalo.

Essa fase como Deputado estadual, vai ser objeto de uma consideração específica.

ALGUMAS DAS REALIZAÇÕES DO DR. EDELBERTO NOS PERÍODOS EM QUE FOI PREFEITO.

ESCOLA NO POVOADO DE TIMÓTEO, QUANDO O ATUAL MUNICÍPIO PERTENCIA A SÃO DOMINGOS DO PRATA.

“Em 1922, sendo instalado distrito de São José do Gama, do Município de São Domingos do Prata, uma das providências tomadas pelo agente executivo do município, Dr. Edelberto de Lelles Ferreira, foi a criação de uma escola primária municipal no povoado de Timóteo, sob a direção de D. Maria Quintão de Miranda, que exerceu o cargo por pouco tempo, sendo substituída por D. Maria Chaves que alfabetizou várias gerações de timotenses.

Em 1º de novembro de 1938, Timóteo desmembrou-se do município de São Domingos do Prata, anexando-se ao de Antônio Dias, já como distrito autônomo, cuja instalação realizou-se a 1º de janeiro de 1939...”

São Domingos do Prata sempre foi um grande celeiro de produtos agrícolas, cuja produção superava em muito a necessidade do consumo interno, tornando necessária, sob pena de perder a produção, exportá-la.

Para facilitar o escoamento da produção, era necessário construir estradas que ligassem o município aos centros consumidores do país.

Naquela altura da vida pratiana, havia na região, na ausência de uma ferrovia, dois locais ideais para escoamento da produção e também de passageiros, quais sejam: as estações ferroviárias localizadas em Saúde (atual Dom Silvério) e São José da Lagoa (atual Nova Era).

Por Dom Silvério, os produtos e os pratianos poderiam chegar à toda zona da Mata, além de todo o Estado do Rio de Janeiro, inclusive à própria cidade, então capital Federal.

Por Nova Era, se exportaria, via ferrovia Vitória- Minas, para toda a região do Vale do Rio Doce, além do Estado do Espírito Santo e o porto de Vitória e outras regiões do país.

Pela ferrovia Central do Brasil, se chegaria à capital Mineira e daí para uma imensa quantidade de municípios, além de diversas localidades do país, inclusive o Estado de São Paulo.

Como disse Dr. José Mateus de Vasconcelos em um de seus discursos: “Nova Era ponto terminal e entroncamento de três grandes estradas de ferro: E.F.V.M. – E.F.C.B. – E.F.L.R. (Estrada de Ferro Vitória-Minas, Estrada de Ferro Central do Brasil e Estrada de Ferro Leopoldina Railway), fato raríssimo nas realizações ferroviárias de qualquer país do mundo.”

Em 1944, São Domingos do Prata exportava anualmente, pelas estações ferroviárias de Nova Era, Dom Silvério e Rio Casca um milhão de sacas de café, além de milho, feijão e arroz.

Durante os períodos de seu governo, foram construídas diversas estradas, ligando São Domingos do Prata à diversas regiões do país.

O jornal “A Voz do Prata”, chegou a noticiar que:

“Abrir estradas, disseminar a instrução e cuidar da saúde pública foram os três pontos capitais da administração do atual Prefeito, desde que o povo o colocou à frente dos públicos negócios do município...”

São Domingos do Prata sempre foi um grande celeiro de produtos agrícolas. Até por volta de 1940, como já disse anteriormente, era o principal município de leste mineiro, sob qualquer ângulo que se enfocasse: econômico, cultural, extensão territorial, riquezas minerais, população, etc.

Contudo, na ausência da ferrovia prometida desde o final do século 19, mas dependente de verba do governo federal, que nunca saía, foi necessário a construção de estradas de rodagem para ligar São Domingos do Prata aos grandes centros consumidores da época.

A produção agrícola era muitas vezes superior à necessidade do consumo interno, daí, sob pena de perder o excedente e desestimular a produção, a premência na construção de rodovias.

Na época já existia a estação ferroviária de Saúde (Dom Silvério), controlada pela Estrada de Ferro Leopoldina, que ligava aquela região à zona da Mata, Estado do Rio de Janeiro e a então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, daí poderia se irradiar para diversas regiões do país.

Em Nova Era havia outra Estação Ferroviária, da qual poderia exportar seus produtos através da Estrada de Ferro Vitória Minas, atingindo todo Vale do Rio Doce, além do Estado do Espírito Santo, o porto de Vitória e até o nordeste brasileiro.

Havia ainda, com bitola diferente, a Estrada de Ferro Central do Brasil que ligava Nova Era à Belo Horizonte e daí os produtos poderiam ser irradiados por toda a região central, o triângulo, Estados do Centro Oeste, São Paulo, etc.

Essas mesmas rodovias que “desaguavam” nas Estações Ferroviárias acima citadas, passaram a ser utilizadas por dezenas de praticanos (as) para estudarem e visitarem diversas regiões do país.

Além dessas, havia a necessidade de uma estrada de rodagem que encurtasse a distância entre São Domingos do Prata a Belo Horizonte e outra, até Antônio Dias, para fazer a ligação com as Ferrovias Vitória-Minas e a Leopoldina Railway.

Também nesta área foi profícua a atuação do dr. Edelberto, como se demonstra a seguir:

INAUGURAÇÃO DA ESTRADA SAÚDE (DOM SILVÉRIO) A SÃO DOMINGOS DO PRATA.

De um jornal pratiano, pinço o seguinte trecho:

“A terra pratiana vê hoje (30.09.1928) coroados os esforços dos filhos mais devotados, dos seus mais incansáveis benfeitores, com a inauguração da rodovia Saúde – São Domingos do Prata.

Esta data há de ficar registrada como a de nossa verdadeira emancipação econômica....

Libertando-nos do velho carro de boi e das vagarosas caravanas de muares, o automóvel corre hoje triunfante em toda esta vasta e futura zona.....abrindo novos surtos na evolução social e econômica da terra pratiana.

.....A Construção dessa estrada, que os entendidos na matéria dizem ser uma das melhores..., e na qual o governo gastou não pequena soma, constituiu ainda um atestado insofismável do valor da atual administração política deste município perante o governo do Estado, que ciente do prestígio e da honradez de seus membros, não lhe tem regateado seu concurso, sempre que lhe é reclamado, mostrando mesmo evidente empenho em satisfazer os desejos de quem tão bem sabe dirigir um povo...”

CONSTRUÇÃO DA RODOVIA ENTRE SÃO DOMINGOS DO PRATA E SÃO JOSÉ DA LAGOA (ATUAL MUNICÍPIO DE NOVA ERA).

Esta estrada também foi vital para o desenvolvimento do município que, por longos anos, foi o principal do leste mineiro.

Em face do prestígio que o Dr. Edelberto possuía com os diversos governos que passaram pelo Palácio da Liberdade, foi expedido o seguinte diploma legal:

“Decreto nº 9.507.

Concede à Câmara Municipal de São Domingos do Prata subvenção quilométrica para construção de uma estrada de automóveis ligando São Domingos do Prata a São José da Lagoa.

O Presidente do Estado de Minas Gerais, de acordo com o artigo 150 e seu parágrafo do regulamento que baixou com o decreto n. 6.446, de 2 de janeiro de 1924, resolve conceder à Câmara Municipal de São Domingos do Prata a subvenção a que se refere o artigo 141 do decreto aludido, para construção de uma ESTRADA DE RODAGEM LIGANDO SÃO DOMINGOS DO PRATA A SÃO JOSÉ DA LAGOA.

O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas fica autorizado a celebrar o respectivo contrato, no qual serão observadas as disposições do regulamento n. 6.446, de 2 de janeiro de 1924.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 20 de março de 1930.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Djalma Pinheiro Chagas.”

(Letra garrafal por minha conta).

NOTA: O Prefeito e Presidente da Câmara na época e responsável pela construção da estrada, era o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira.

ESTRADA DE RODAGEM ENTRE SÃO DOMINGOS DO PRATA E BELO HORIZONTE.

Não se necessita de maiores explicações sobre a importância desta estrada, ligando o Prata à capital mineira, outra região de grande consumo para os produtos pratianos, bem como para locomoção dos cidadãos.

Um jornal da terra, em 1932, dava ênfase à seguinte notícia:

“O ilustre Prefeito de nosso município acaba de solucionar um dos problemas de maior alcance para o progresso de grandeza de nossa

zona, com a construção de estrada de rodagem que nos vai ligar diretamente com a Capital Mineira, passando pela Villa Rio Piracicaba (...).

Este importante melhoramento, aspiração antiga do povo pratiano, não vem trazer vantagens apenas aos dois municípios empenhados na sua realização, beneficiará toda esta zona, inclusive o vizinho município de Antônio Dias, que com a inauguração definitiva da estrada Antônio Dias ao Alfié, fica também, ligado diretamente a Capital do Estado, passando por esta cidade.

Sobre esta estrada o Dr. Edelberto em seu relatório relativo ao 1º e 2º semestres de 1932, datado de 15 de julho de 1933, dirigido ao Secretário do Estado do Interior, fez constar o seguinte, em ortografia atual:

“No empenho de estabelecer brevemente comunicação rápida entre esse município e a Capital e obedecendo a patriótica sugestão do Conselho Consultivo dessa Prefeitura, mandei orçar e pôr em hasta pública uma estrada de automóveis ligando essa cidade à linha divisória entre esse e o vizinho município do Rio Piracicaba, onde encontrará o trecho rodoviário em território daquele município.

Esta estrada que espero ver concluída em 60 dias, ligará essa cidade a Belo Horizonte em um percurso de 6 horas, com uma economia de cerca de 68 quilômetros, que é a diferença para menos entre a estrada em construção e a atual que passa por Itabira.

ESTRADA DE RODAGEM ATÉ ANTÔNIO DIAS PARA FAZER A LIGAÇÃO COM A FERROVIA VITÓRIA-MINAS E A LEOPOLDINA RAILWAY.

A imprensa pratiana publicou em 1930:

“Dentro de pouco tempo ficará concluída a estrada de automóvel que ligará o município do Prata à cidade de Antônio Dias, graças aos esforços de Dr. Edelberto de Lellis, nosso Presidente da Câmara e do Dr. Eduardo Euzébio de Britto, deputado estadual e filho do município vizinho, que concorrerá como fator primário para o progresso de toda essa zona.

A ligação, por estrada de automóvel, da Vitória-Minas com a Leopoldina, virá refletir grandemente nos centros econômicos e produtivos desta terra, que será a maior beneficiada com a nova rodovia.”

ESTRADA DE RODAGEM PRATA A JOÃO MONLEVADE.

Certa vez, o ministro Paulino Cícero diz ter sido o Dr. Edelberto responsável pela construção da Estrada entre São Domingos do Prata e João Monlevade, mas completava dizendo ter sido ela remodelada pelas administrações seguintes.

Obviamente, estava referindo-se a antiga estrada que passava pelo Morro do Pião.

Em 04 de dezembro de 1941, o então Prefeito, Dr. José Mateus de Vasconcelos, já no final de seu mandato, assinou um contrato com a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira para construção de uma Estrada até João Monlevade.

Na realidade de então, seria um grande melhoramento para uma estrada, em condições inadequadas para as passagens dos caminhões que carregavam carvão, extraídos de terras pratianas, para a usina Siderúrgica de João Monlevade.

Por esse contrato, a Belgo Mineira se comprometia a construir a estrada de rodagem que passava pelo povoado do Barro Branco e Morro do Pião, tendo a Prefeitura que pagar determinada quantia após entrega da obra. O prazo de entrega definitiva da obra seria 30 de junho de 1942.

Em 31/12/1941, assumiu a prefeitura o Dr. Nelson Lellis Ferreira, tendo encerrado o seu mandato em 19/10/1943, daí se supor que a obra e o pagamento da parcela que coube à Prefeitura, tenha ocorrido em seu mandato e/ ou no do Prefeito seguinte.

OUTRAS REALIZAÇÕES, ALÉM DAS JÁ MENCIONADAS.

AGÊNCIA DO CORREIO EM SÃO JOSÉ DO GOIABAL em 1927.

156

“Foi entusiasticamente instalada no dia 15 do corrente, a Agência do Correio de São José do Goiabal do distrito do Juiraçu.

Desde a manhã se notava desusado movimento naquele próspero povoado.

Cerca de 11 horas, centenas de foguetes anunciando a chegada ali do Snr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Presidente da Câmara, acompanhado de grande número de amigos dos distritos de Dionísio e Juirassú.

O povo delirou de entusiasmo por ver em seu meio o seu querido chefe. Ao meio dia foi solenemente instalada a Agência do Correio, falando nessa ocasião o Presidente da Câmara que, em vibrante oração, congratulou com os habitantes daquele povoado, pelo importante melhoramento que vinham de inaugurar, ouvindo-se ao terminar, prolongada salva de palmas que abafaram as últimas palavras do orador.....”

CRIAÇÃO EM 1932, DA GUARDA MUNICIPAL.

Em seu relatório, relativo a sua gestão no ano de 1932, Dr. Edelberto fez constar:

“Verificado o movimento reacionário de São Paulo, essa Prefeitura contratou por ato de 11 de julho de 1932 e por ordem telegráfica do Secretário do Interior, a GUARDA MUNICIPAL composta por seis cidadãos escolhidos pela sua exemplar conduta, os quais, durante o período revolucionário, prestaram relevantes serviços como mantenedores da ordem e tranquilidade pública.

São eles os cidadãos Braz Palmieri, José Ricardo de Miranda, José Cunha, João Henrique de Castro, Geraldo de Castro e Eliezer Alves de Castro.”

ESCOLAS MUNICIPAIS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1934.

No relatório já mencionado, assim pronunciou-se Dr. Edelberto:

“Durante o primeiro semestre do corrente ano funcionam regularmente 12 escolas municipais e de 10 de abril para cá passaram a ser custeadas diretamente pela Prefeitura as escolas rurais estaduais de Teixeira de Vargem Linda, S. Bartholomeu e Barro Preto, em virtude do Decreto Estadual nº 11.297, de 10 de abril findo.

Pelo Decreto Municipal nº 91, de 13 de abril, foi a escola municipal de Olaria, do distrito de Marliéria, transferida para o lugar denominado Bom Sucesso, no distrito dessa cidade, sendo nomeada por ato de 13 do mesmo mês, em comissão, para reger aquela escola, a D. Iracema Vieira Pimenta, que assumiu o exercício em 24 de abril desse ano.

Já no relatório de 14.02.1935, relativo ao segundo semestre de 1934, consta que “durante o 2º semestre funcionaram no município 15 escolas municipais com 894 alunos e mais oito escolas estaduais mantidas pela Prefeitura.”

ESCOLAS MUNICIPAIS NO ANO DE 1935.

Interessante levantamento fez o jornal “A Voz do Prata”, em sua edição de 27 de janeiro de 1935, sobre o tema acima.

“INSTRUÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Antes da revolução de 30, a esforços do então Presidente da Câmara e atual Prefeito Municipal estava este município fartamente provido de escolas primárias entre as quais havia quase 40 escolas rurais.

Vencedora a Revolução, o Governo, a pretexto de economia, golpeou rudemente o nosso município, suprimindo nada menos de 33 escolas rurais, deixando apenas 3 e assim mesmo custeadas pela Prefeitura.

Concomitantemente, com as escolas foi para o abismo o Posto de Higiene aqui criado ainda por influência do Dr. Edelberto, atual Prefeito.

Para remediar as necessidades das populações rurais, teve a Prefeitura de criar 13 escolas municipais e a muito custo conseguiu restaurar mais 4 escolas rurais completando o número de 6 criadas pelo Estado e custeadas também pela Prefeitura, que, apesar da depressão de suas rendas, despende atualmente mais de 21:000\$000 com a instrução primária.

PARQUE FLORESTAL DO RIO DOCE – HOMENAGEM DO DR. EDELBERTO AO BISPO DOM HELVÉCIO DE OLIVEIRA, DANDO O SEU NOME À MAIOR LAGOA DO PARQUE FLORESTAL.

O bispo Dom Helvécio foi o principal responsável e incentivador para criação do Parque Florestal do Rio Doce, então pertencente ao território de São Domingos do Prata.

Em sua homenagem, o Dr. Edelberto expediu o Decreto municipal nº 117, de 18 de julho de 1935, dando o nome a então chamada “Lagoa Nova”, de Dom Helvécio de Oliveira.

A partir daí, até os dias de hoje, ela é popularmente conhecida como lagoa do Bispo.

Sobre ela, disse o jornal “A Voz do Prata”, em sua edição do dia 07 de julho de 1935:

“.....é de um encanto maravilhoso, às margens da Lagoa Nova que constitui um verdadeiro lago cercado poeticamente de frondosas florestas virgens, onde o espírito humano se extasia na contemplação mística das belezas naturais, diante do soberbo espetáculo que nos oferece a natureza em todo o seu esplendor tropical.”

Esta lagoa, com diversos quilômetros de extensão e imensa largura, fica cravada no coração de frondosas florestas virgens e é aberta à visitação pública, podendo o interessado, desde que acompanhado por um “barqueiro” em um barco a motor, atravessá-la em toda a sua extensão e beleza.

O Parque Florestal do Rio Doce foi oficialmente inaugurado em 14.07.1944, quando Prefeito Municipal o farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima (Neneco). Quem assinou o decreto-lei nº 119, criando oficialmente o Parque, foi o Governador Benedito Valadares.

CHUVA QUE ARRASOU A CIDADE. PRONTA INTERVENÇÃO DO DR. EDELBERTO.

O jornal “A Voz do Prata” de dezembro de 1934, publicava:

“No dia 21 do mês de novembro p. findo, após um dia de sol radiante e de calor caustico, foi às 4 ½ horas da tarde, a população da sede deste município surpreendida por um fenômeno meteorológico de consequências quase gravíssimas.

É que, àquela hora do dia designado, foram, em substituição a beleza do céu e ao brilho do sol, aparecidas nuvens negras e ameaçadoras, que, inospitadamente, despejaram sobre esta cidade violenta chuva de granizo, única, talvez, de proporções tão assustadoras.

Basta dizermos que aqueles caíam em profusão, oscilando o seu peso entre 500 e mil gramas, não ficando em nosso perímetro urbano uma casa que fosse, sem ter o seu telhado completamente danificado.

Como era natural, ficou a população tomada de medo, pânico, resultando fossem imediatamente, em vista de seu desabrigo, solicitadas do governo municipal providências no sentido de ampará-la.

Este, dignamente representado pelo dr. Edelberto de Lellis Ferreira, cuidou imediatamente de amparar a população desabrigada, olhando de preferência a destituída de recursos, para o que tratou, incontinenti, de solicitar um auxílio do Governo Estadual, o qual, por sua vez, demonstrou ser digno da confiança que no mesmo deposita o povo mineiro, pois que, levando em consideração o pedido de um auxílio para combater a calamidade que nos feriu, enviou, em menos de 24 horas, o engenheiro técnico da Secretaria da Agricultura dr. Álvaro Mendonça, que, apreciando os estragos produzidos determinou para combate aos mesmos a verba necessária.

Não tivemos que lamentar nenhum desastre pessoal. Houve apenas, além de muitos estragos materiais representados por mercadorias inutilizadas, alguns animais mortos pela violência e peso das pedras que caíram.”

TEMPESTADE DE GRANIZO NAS PALAVRAS DO DR. EDELBERTO.

Ainda em seu Relatório relativo ao segundo semestre de 1934, o Dr. Edelberto inseriu, em ortografia de hoje:

“Em novembro do ano próximo findo desabou sobre essa cidade violenta tempestade acompanhada de granizos de dimensões e pesos nunca vistos, destruindo quase por completo todos os tetos, tanto dos edifícios públicos, como dos particulares.

Autorizado por telegrama do então Secretário do Interior, que aqui enviou imediatamente um engenheiro do Estado, providenciei sem demora sobre os socorros de que carecia a população flagelada, fazendo vir de fora pedreiros e os materiais necessários à reconstrução dos tetos destruídos.”

REGULAMENTANDO O TRÂNSITO DE VEÍCULOS.

O aumento do fluxo de veículos obrigou ao Dr. Edelberto Lellis Ferreira a expedir um Decreto regulamentando a sua utilização. Em suprema síntese o Decreto nº 178, dispõe:

- Que só podem transitar pelas ruas e praças da cidade, arraiais e em qualquer estrada municipal ou estadual, os automóveis e caminhões devidamente registrados e licenciados na secretaria do governo municipal.

Os referidos veículos só podem ser guiados por motoristas munidos de cadernetas, fornecidas pelas autoridades da Capital Federal, das Capitais dos Estados, dos municípios deste Estado e por essa municipalidade, sendo as cadernetas visadas pela delegacia de polícia local.

- Para obter a caderneta deve o motorista, entre outras exigências, provar saber ler e escrever. Ser maior de 18 anos. Atestado de bom procedimento fornecido pela delegacia de polícia. Atestado médico provando ter capacidade psíquica para a profissão, não sofrer moléstia contagiosa e ter perfeitos os órgãos auditivos e visuais.

- Nenhuma licença será concedida sem a vistoria do veículo mandada proceder pela administração municipal e a vistoria poderá ser feita, independente da vontade do interessado, sempre que a autoridade competente a julgar necessária.

- Nesta vistoria deve-se constatar tenha o veículo em perfeita condição o freio de pé e de mão, a buzina automática e de mão, as necessárias lanternas.

- Aos motoristas profissionais é obrigatório o uso de boné. As pessoas que dirigem carro de passageiro não podem fumar no carro em serviço.

- A velocidade máxima nas ruas centrais da cidade será de 15 quilômetros por hora. Fora do perímetro da cidade e nas estradas públicas será de 40 quilômetros por hora.

- Os faróis de forte intensidade não poderão ser usados nas ruas bem iluminadas.

- A aprendizagem só é permitida mediante licença da Administração municipal e sob a responsabilidade de um instrutor habilitado, fora do perímetro da cidade.

NOTA: Posteriormente, na edição de 10 de março de 1929, foi expedido outro Decreto, o de nº 190, em que a regulamentação foi bem mais detalhista e rigorosa, abrangendo não só os veículos automotores, mas também as bicicletas, motocicletas, ônibus, as carroças, os carretões, caminhões de tração animal, trânsito noturno, etc.

JARDINS EM 1923.

Já naquela época havia uma preocupação com os jardins do município, ao ponto do Chefe do Executivo Municipal, Dr. Edelberto

Lellis Ferreira regulamentar a matéria, através do Decreto nº 42 que dispunha em síntese:

Art. 1º - Entende-se por jardim público qualquer lugar, cercado ou não, em que se cultivam árvores, arbustos e flores, etc., como ornamentação da cidade.

Art. 2º - É obrigação do jardineiro: a) Abrir e fechar os jardins nas horas designadas; b) cuidar do plantio, replantio e conservação das árvores e flores; c) – Regar todo o jardim no tempo seco; d) – Podar as árvores no tempo próprio, cuidar do gramado e trazer as áreas sempre limpas; e) – Advertir com urbanidade e polidez as pessoas que infringirem as disposições do art. 2º, deste regulamento, levando o fato ao conhecimento dos pais ou tutores, quando os infratores forem menores”.

OUTROS MELHORAMENTOS NO MUNICÍPIO LISTADOS POR UM JORNAL PRATIANO.

O jornal, na sua edição de 21 de junho de 1931, lista os melhoramentos que estão sendo realizados neste mandato. Vou citar alguns deles.

“Já se acham bem adiantados, devendo estar concluído talvez até o fim desta semana, os serviços da canalização da rede complementar de abastecimento de água potável nesta cidade. (.....).

Outro problema de interesse vital para a população, porque interessa de perto à saúde pública, é o relativo à rede de esgotos.

(.....). É o que vai fazer o Sr. Prefeito mandando executar o serviço de esgoto nas principais ruas, até que o estado financeiro do município permita completar a obra. (.....).

Abrir estradas, disseminar a instrução e cuidar da saúde pública foram os três pontos capitais da administração do atual Prefeito, desde que o povo o colocou à frente dos públicos negócios do município.

Naquilo que dependeu do governo do Estado o Sr. Prefeito empregou sempre os seus melhores esforços, conseguindo a criação

de dezenas de escolas, a faturação de três estradas de automóveis e de um posto de higiene nesta cidade.

No departamento municipal não escapará a quem observar sem paixão o que S.S. fez em relação à canalização de água potável em alguns distritos, estradas, pontes, bueiros e criação de escolas municipais.”

RENÚNCIA AO CARGO DE PRESIDENTE DO PARTIDO.

Em 1931, dr. Edelberto, demonstrando o seu comportamento ético, comunicou ao povo pratiano, através de publicação na imprensa local:

“Sendo inteiramente incompatível o cargo de Prefeito com a direção política do município, venho declarar aos meus amigos que, enquanto durar o meu mandato de Prefeito, ficará encarregado da direção política, o Cel. Francisco Leoncio Rodrigues Rolla a quem passo o exercício de Presidente do Diretório Político Central. (.....)”.

AS NOMEAÇÕES DOS PREFEITOS, A PARTIR DA REVOLUÇÃO DE 1930.

Em 1930, com a vitória da Revolução, capitaneada pelo Estado de Minas Gerais e que levou Getúlio Vargas ao poder, pela primeira vez, a denominação Agente do Executivo foi trocada pela de Prefeito, tendo sido expedido o Decreto Federal, de 11 de novembro de 1930, que em seu artigo 11, parágrafo 4º, estatuiu:

“O Governo Provisório nomeará um interventor para cada Estado, salvo para aqueles já organizados, em os quais ficarão os respectivos presidentes (nome dado aos governadores, até então).

§ 4º - O interventor nomeará um PREFEITO para cada município que exercerá ai todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entender conveniente ...” (Letra garrafal por minha conta”.

Olegário Maciel, então Presidente do Estado, em cumprimento ao Decreto Federal acima mencionado, expediu o Decreto Estadual 9768, de 24.11.1930, determinando:

“Ficam, pois, dissolvidas as assembléias legislativas municipais em todo o Estado, sendo elas substituídas por um PREFEITO, que exercerá simultaneamente os dois poderes: legislativo e executivo.” (Letra garrafal por minha conta).

Portanto, dissolvidas as Câmaras de Vereadores e destituídos todos os Agentes do Executivo (Prefeitos), caberia ao Interventor (no caso de Minas Gerais, por liderar o movimento revolucionário, o Presidente do Estado foi mantido), nomear os Prefeitos.

Em São Domingos do Prata, foi nomeado, depois de disputar e vencer duas eleições simultâneas e outra em 1908, o Dr. Edelberto, em reconhecimento a sua capacidade, honestidade e apoio ao movimento, no qual dois de seus filhos pegaram em armas, arriscando as suas vidas em defesa dos interesses do Estado de Minas Gerais.

Assim é que, em 19 de dezembro de 1930, perante o Juiz de Direito da comarca, tomou posse e entrou no exercício do cargo de Prefeito, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, tendo o mesmo permanecido no cargo e exercido a função até 14/08/1936.

Nessa ocasião a imprensa pratiana, em suprema síntese, noticiou:

“...Desnecessária se torna escrever a biografia do honrado prefeito, de vez que, há tantos anos na direção política do município, ele se tornou credor da confiança e simpatia do povo pratiano, quer por sua eficiência administrativa, quer por sua consagrada honestidade, que sempre foi o apanágio de sua conduta moral.

O ato coerente e nobre do Governo de Minas, lavrando e publicando tão sugestiva nomeação vem escoar em nós à sinceridade e nobreza dos processos do Dr. Olegário Maciel, que encarna hoje a decidida aspiração do povo mineiro (.....).

Damos parabéns ao povo pratiano pela conservação do Dr. Edelberto na direção política e administrativa do município, porque pelos seus dotes morais, pela sua inteligência esclarecida e pelo grande estímulo que tem pelo progresso de nossa terra, pode realizar

muito em benefício desta zona, resumindo, pois, o espírito liberal e progressista dos filhos de S. Domingos do Prata”.

Em outra publicação, a mesma imprensa pratiana noticiou:

“...Efetuada a posse e lavrado o competente termo, o íntegro juiz, Dr. Joaquim Pereira da Silva, em brilhante alocução, congratulou-se com o povo pratiano por ver novamente dirigindo os destinos do município, sem solução de continuidade, o mesmo cidadão que, dada a sua envergadura moral de homem probo e administrador honesto, como bem demonstrado as contas por ele prestadas quando presidente da extinta Câmara Municipal, se fizera credor da confiança do governo do Estado.

Agradecendo o Dr. Edelberto em ligeiras palavras, traçou o programa do seu governo e se dizendo compenetrado da grande responsabilidade que ora lhe pesa aos ombros, ao encetar a nova estrada salpicada de abrolhos, (.....).

As suas últimas palavras foram abafadas por prolongadas palmas e as senhoritas presentes lhe atiraram pétalas de rosa. (.....)”.

Á noite desse mesmo dia grande massa popular, tendo à frente a banda de música, fez significativa manifestação ao Dr. Edelberto pelo motivo de sua posse.

Em nome do povo do município falou, à porta do homenageado, o talentoso advogado Dr. Annibal de Moraes Quintão, que, em longo discurso, após salientar as qualidades do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, amigo desta terra e exemplar chefe de família, fez um verdadeiro apanhado da feliz e honesta administração de sua excelência na gestão deste município, onde ele tem sabido se impor à estima, ao respeito e à admiração dos nossos conterrâneos.

Visivelmente emocionado usou da palavra o Sr. Prefeito reafirmando os pontos de vistas dos seus programa e que aceitara a sua nomeação para este posto de sacrifício, única e exclusivamente, para servir à causa de nossa Terra, terminando o seu belo improvisado com uma amistosa saudação ao povo de São Domingos do Prata.”

NOMEAÇÃO, PELO GOVERNADOR DO ESTADO, DE NOVO PREFEITO.

Contudo, pelo pouco tempo de governo e ainda praticamente desconhecido pelo Governo Estadual, foi mais uma vez o Dr. Edelberto, com o prestígio que possuía nesta área, quem conseguiu a recondução ao cargo de Prefeito de Dr. José Mateus de Vasconcelos, só que agora através de nomeação pelo Governador do Estado, Benedito Valadares.

O ato do Governador, assinado por ele e por José Maria Alkmin, estava assim redigido:

“O Governador do Estado de Minas Gerais, de acôrdo com o artigo 27 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, resolve nomear para o cargo de prefeito do município de SÃO DOMINGOS DO PRATA, o dr. José Mateus de Vasconcelos.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 29 de novembro de 1937.”

Em 18 de dezembro de 1937, o Dr. José Mateus de Vasconcelos tomou posse perante o Secretário do Interior, com vencimentos de acordo com o Decreto-Lei nº 11, de 13 de dezembro de 1937 e subsídio mensal de 650\$000, com representação equivalente a 30%, ou seja 195\$000.

Dr. Mateus, neste segundo mandato, governou até 30 de dezembro de 1941.

NOVOS PREFEITOS POR INTERFERÊNCIA DO DR. EDELBERTO.

Terminado o mandato do Dr. Mateus, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira consegue a nomeação de seu filho (um dos que pegou em armas na revolução de 1930), o jovem engenheiro e ex-professor da Universidade Federal de Viçosa, Dr. Nelson de Lellis Ferreira, que governou por pouco tempo (de 31.12.1941 a 19.10.1943), por ter sido convidado para trabalhar na Usina de Volta Redonda, que estava sendo inaugurada naquela época.

Em seguida, ainda por interferência do Dr. Edelberto, é nomeado o farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima (Neneco – Formado pela

Universidade Federal de Farmácia), seu genro, que governou de 19 de outubro de 1943 até 07.02.1946.

NOTA: Veja meu livro “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata, da primeira metade do século XX, algumas de suas realizações”.

Depois de Neneco, são nomeados sucessivamente, embora tenham governado por pouco tempo: Duval Mendes e Dr. José Olímpio da Fonseca Filho, todos do partido político do Dr. Edelberto e Chiquito de Moraes, esse da U.D.N., mas já dentro do objetivo de pacificar a política pratiana, sonho do farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima.

PRESIDENTE DE HONRA DO P.S.D. (PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA).

Em agosto de 1945, foi criado em São Domingos do Prata o P.S.D., partido que durante anos, até ser extinto em 1964, dominou, alternando de vez em quando o poder com a U.D.N, as eleições em todo o Brasil.

Quem o criou em São Domingos do Prata foi o então Prefeito Manoel Martins Gomes Lima, que se tornou o seu primeiro presidente. Porém o Partido, em homenagem ao velho líder político que se afastara, desde 1937, de qualquer cargo executivo e legislativo, mas mantendo a sua inegável liderança política, o nomeou como Presidente de honra.

TROCOU O NOME DO GRUPO ESCOLAR SÃO DOMINGOS DO PRATA PARA CÔNEGO JOÃO PIO.

O educandário foi criado, construído e inaugurado na gestão do Capitão Dico, com o nome de Grupo Escolar São Domingos do Prata, mas, em 1932, no governo do Dr. Edelberto, recebeu o nome de Grupo Escolar Cônego João Pio.

FELICITAÇÕES PELO ANIVERSÁRIO EM 05.02.1927, QUANDO COMPLETOU 59 ANOS.

A “Voz do Prata” de 13 de fevereiro de 1927 noticiava:

“A propósito de sua data natalícia, transcorrida em 5 do corrente, teve o nosso querido chefe, Deputado Edelberto de Lellis ensejo de receber as mais expressivas demonstrações de estima da parte de todos os seus amigos, traduzidas em inúmeras visitas pessoais, cartas, cartões e telegramas...”

Dentre outros, o referido jornal cita os nomes das seguintes pessoas que enviaram telegramas: Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Arthur Bernardes, Francisco Campos, Bias Fortes, Djalma Pinheiro Chagas e Cristiano Machado.

ALGUNS PRONUNCIAMENTOS DO DEPUTADO, DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA, FEITOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE E TIMÓTEO, ENTÃO TERRITÓRIOS PRATIANOS.

“(.....) Defesa do Agente Executivo de São Domingos do Prata e também deputado Estadual, Dr. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA, fez perante a Assembléia Legislativa para que o distrito a ser criado fosse em SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE:

“Sr. Presidente, pedi a palavra para passar às mãos de V. Excia, uma representação de pessoas residentes na zona a que se dá o nome de TIMOTHEO, pertencente ao distrito de Dores da Babylonia, do município de São Domingos do Prata pedindo a elevação desse povoado à categoria de DISTRITO DE PAZ, com a denominação de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE e sede no lugar do mesmo nome.

A representação em que os habitantes do distrito pedem a sua elevação à categoria de villa, vem instruída com diversos documentos, que bem demonstram a importância do lugar e eu, como conhecedor do mesmo, posso adiantar à Casa que ele dispõe, atualmente, de uma população superior à exigida por lei para a sua

elevação a distrito, possui patrimônio civil, cemitério completamente fechado e escola estadual funcionando em prédio próprio, com água potável e respectiva instalação sanitária.

Além disso, aquela região está situada em terreno de uma fertilidade espantosa, tanto assim que, datando apenas de 5 anos, tem progredido extraordinariamente.

Pelo lado de sua riqueza, o maior fator, entretanto, que vai concorrer poderosamente para o progresso econômico e rápido daquele lugarejo está no fato de ter a Estrada de Ferro Vitória a Minas levando até as proximidades daquele povoado às pontes dos seus trilhos, na estação Raul Soares, cuja inauguração, segundo consta, vai ser feita em 1º de agosto próximo. (O pronunciamento do Dr. Edelberto data de julho de 1923).

Há outra razão, Sr. Presidente, e de ordem moral, que levou os habitantes daquele lugarejo a pedirem a sua emancipação política e administrativa, é a de não se conformarem com o seu desmembramento do distrito de BABYLONIA para fazerem parte do distrito de SÃO JOSÉ DO GRAMMA, cuja criação se pede no projeto apresentado a esta Casa.

São estas, Sr. Presidente, as ligeiras considerações que tenho a fazer para justificar os desejos dos habitantes de TIMOTHEO, manifestadas na representação que passo às mãos de v. Excia. para que a mesma tenha o destino regimental.”

Portanto, além do pedido para se criar o distrito de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE, o povo do povoado de TIMÓTEO não desejava que o mesmo fosse incorporado ao novo distrito de SÃO JOSÉ DO GRAMMA.

Contudo, a meu juízo, existe uma pequena contradição no pedido. Se criado fosse o distrito de SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE, automaticamente ele seria desmembrado do distrito de BABYLONIA, eis que esse era distrito de SÃO DOMINGOS DO PRATA. Assim, o novo distrito seria mais um dos distritos de São Domingos do Prata, como já relacionado acima...”

NOTA: O texto acima faz parte da História da criação do município de Timóteo, então pertencente ao território de São Domingos do Prata, cuja integra pode ser encontrada em meus livros “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história”, tanto na 1ª, quanto no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos”, páginas 162/165 e também no livro “Homens e Aços Especiais no Desenvolvimento do Vale do Rio Doce”, pesquisa e organização de Fábio Americano e Roberto Manella, páginas 996/1001.

PLEITO DO DR. EDELBERTO LELLIS FERREIRA PARA O ORFANATO NOSSA SENHORA DAS DORES DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

IRMÃS DE CARIDADE FRANCESAS EMIGRANDO PARA O PRATA.

Na Sessão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizada em 26 de agosto de 1924, o Deputado Estadual Dr. Edelberto de Lellis Ferreira apresentou esse interessante pleito, em ortografia atual:

“Sr. Presidente, pedi a palavra para passar às mãos de V. Excia. três emendas ao projeto em debate.

A primeira é relativa ao Orfanato das Irmãs de Nossa Senhora das Dores, da cidade em que resido, dirigido por irmãs francesas que há alguns anos se viram na dura contingência de expatriar, acossadas pela lei francesa, lei Clemenceau, se a memória não me falha, que aboliu as sociedades religiosas, sequestrando todos os seus bens.

Não preciso encarecer os grandes benefícios que esses orfanatos trazem às nossas patricias, desamparadas do carinho paterno, sujeitas à perdição, à vadiagem e ao meretrício, em uma quadra de vida em que tudo é encanto para as nossas filhas.

O meu objetivo é apenas para frisar a grande necessidade, a justiça mesmo, desse pequeno óbolo que peço para o orfanato que, sob

a competente direção da velha irmã de caridade que, em França, foi diretora dos maiores estabelecimentos de ensino e hospitalares em Lyão de França (deve ser Lyon na França), vem atravessando esta tremenda crise, enfrentando vida quase milagrosamente, não tendo outra fonte de receita a não ser o amparo das almas generosas e o auxílio quase ridículo de 500\$000 votados pela Câmara Municipal.

As outras emendas se referem ao Hospital Nossa Senhora da Saúde, com sede no distrito do mesmo nome, no município de Alvinópolis e ao Asilo dos pobres de Santo Antônio do Gramma, município de Rio Casca.

São dois estabelecimentos de caridade para os quais na sessão passada, tive ocasião de solicitar pequeno auxílio que, a contra gosto meu, não foi aceito pela comissão de Orçamento.

Sou dos que pensam que a assistência aos órfãos e desamparados é função exclusiva do Estado, do mesmo modo que a repressão à vadiagem.

Se o Estado tem o dever de acolher em estabelecimentos apropriados, o órfão, mesmo em benefício da tranquilidade pública, em favor do nosso bom nome, com maiores razões deve vir ao encontro de iniciativas particulares, como as que me refiro.

Com essas ligeiras considerações, submeto à apreciação da Casa as minhas emendas que, espero, com todo carinho e consideração, serão recebidas pelos meus ilustres colegas.”

(FONTE: Anais da Assembleia Legislativa).

MALÁRIA E HOSPITAL REGIONAL EM SÃO DOMINGOS DO PRATA - 1925 –

A seguir vou publicar trechos do pronunciamento feito pelo médico e Deputado Estadual Dr. Edelberto Lellis Ferreira, sobre o tema em epígrafe, feito na Sessão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada no dia 07 de agosto de 1925.

“.....V. Excia. sabe perfeitamente bem, sr. Presidente, como o sabe toda a Casa, que as regiões mais flageladas pelo paludismo (malária) são justamente aquelas em que o solo é mais rico em matéria orgânica, mais abundante nesse húmus fertilizante que a geologia denomina terreno vegetal, terreno de aluvião.

É nas margens dos grandes rios que esses terrenos de aluvião gozam de inesgotável capacidade de produção.

Em relação a essas grandes reservas de terras férteis, sr. Presidente, todos nós estamos cansados de ler e ouvir referências ao vale do rio Doce, com seus grandes afluentes, os rios José Pedro, Suaçuí, Santo Antônio, Matipó, Piracicaba e outros.

Entretanto, sr. Presidente, essas riquezas colossais que ali dormem há milênios seduzindo a ambição dos homens, contrastam-se com a proverbial inospitalidade daquela região e com a morte que sacrifica anualmente dezenas de vidas de nossos patrícios, que ali vão exercer a sua capacidade de trabalho.

Mas deixemos de parte o vale do grande rio, aliás, já cortado em grande extensão do seu percurso pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, através de florestas colossais e mais frondosas, abundantes e exuberantes talvez, do que as clássicas florestas amazônicas tão decantadas pelos naturalistas e pelos nossos economistas, para só falar de uma região fertilíssima, verdadeira terra de promessa (futuro), mas que o paludismo (malária) flagela.....

...Essa região riquíssima, a que me refiro, é constituída pelo vasto triângulo compreendido entre as margens dos rios Doce e Piracicaba, cada qual mais célebre pela insalubridade de suas pragas.

Entretanto, essa mesma região, habitada hoje por uma população laboriosa, com grandes estabelecimentos agrícolas, com uma produção crescente de café, cana e cereais, vê seu progresso entravado pela malária que ali ceifa, anualmente, dezenas de vidas, de vidas tanto mais preciosas quanto são vidas de brasileiros que trabalham, de brasileiros que produzem, de brasileiros que se imolam em holocausto para aumentar a riqueza pública, concorrendo, assim, indiretamente, para a grandeza futura de seu país.

.....Sr. Presidente, há 23 anos, em 1902, ali grassou uma intensíssima epidemia de febres palustres, especialmente nos Distritos de Dionísio e Santa Isabel do Prata.

Comissionado então, pelo agente executivo municipal (*), ali, com a alma retemperada pelo espírito moço da profissão, fui àquelas paragens inóspitas levar socorro médicos e terapêuticos aos nossos infelizes patrícios que ali se debatiam entre as garras da morte e da miséria, sem o menor conforto, sem a menor assistência.....

.....Pelo que me relatam das epidemias anteriores tenho concluído que a recrudescência das febres palustres naquela região, dá-se cronologicamente, periodicamente, quase sempre de 6 em 6 ou 7 em 7 anos, havendo anualmente surtos menos intensos.

.....penso que a medida a aconselhar seria a fundação de um hospital regional que, ao menos por economia, funcionasse nas épocas das grandes epidemias.

Assim salvar-se-iam os doentes, seriam circunscritos os focos de infecção e as epidemias extirpadas com relativa facilidade, livrando-se os doentes pelo isolamento das picadas infectantes dos mosquitos.

Mas a construção e custeio de um hospital nestas condições está claro, não ficam ao alcance dos poucos recursos de uma municipalidade. Deve ser solicitada ao governo do Estado essa medida salvadora e de grande alcance econômico.....”

Encaminhamento feito pelo Presidente da Sessão:

“Indicamos que, por intermédio da Mesa, a Câmara dos srs. Deputados mineiros represente ao governo federal a necessidade imperiosa de se fundar um posto de profilaxia rural com um hospital regional na zona compreendida entre os grandes rios Doce e Piracicaba, no município de São Domingos do Prata”.

(*) – O agente executivo em São Domingos do Prata em 1902, era o padre Pedro Domingues Gomes.

NOTA: Ao depender de verba federal esse hospital regional a ser instalado em São Domingos do Prata, nunca tornou-se uma realidade.

Três anos após, mais precisamente no dia 07 de outubro de 1928, Dr. Edelberto e outros abnegados pratianos fundaram o Hospital Nossa Senhora das Dores, como fartamente noticiado em meus livros anteriores, principalmente no “São Domingos do Prata: Berço e Origem”, nas páginas 242 a 246 e no “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas 146/148.

Esse hospital passou a servir a toda a região e atender todo tipo de necessidade médica acessível à época, inclusive aos portadores de malária.

A HISTÓRIA REAL DA ELEIÇÃO EM 1936, EM SÃO DOMINGOS DO PRATA.

Como já o disse, desde 1930 até início de agosto de 1936, a Câmara de Vereadores ficou fechada.

A LEGISLAÇÃO APLICADA.

Em 1934, Getúlio Vargas, Presidente do Brasil desde 1930, resolveu promover uma abertura democrática.

Foi outorgada a Constituição Federal de 1934, na qual se estabeleceu alguma autonomia aos municípios, como se observa pelo seu artigo 13, I, abaixo transcrito:

“Os municípios serão organizados de forma que lhes fique assegurada a autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse; e especialmente:

I – a eletividade do Prefeito e dos Vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta;”

Portanto, delegou à Câmara o poder de eleger o Prefeito, mas os Vereadores teriam que ser eleitos pelo voto popular.

Já o artigo 61, § 1º da Constituição de Estado de Minas Gerais, complementando o disposto na Constituição Federal, estatuiu:

Artigo 61: “A administração do Município compete em sua função deliberativa, à Câmara Municipal, e, em sua função executiva, ao prefeito.

§ 1º - A lei determinará o modo de eleição do prefeito, podendo este realizar-se conjuntamente com a dos Vereadores pelo voto direto, ou indireto, pela maioria da Câmara.

O artigo e parágrafo acima da Constituição mineira veio a ser regulamentado pela lei nº 55, de 29.12.1935, que, nas partes vinculadas ao tema em foco, determinava:

Art. 1ª – Os primeiros vereadores das Câmaras Municipais serão eleitos, conjuntamente, pelo voto direto, no primeiro domingo de junho de 1936.

Art. 3º - Diplomados os vereadores, reunir-se-ão dentro de trinta dias, mediante convocação do mais votado em primeiro turno, e sob a presidência deste, elegendo-se a Mesa para o primeiro quadriênio.

§ 2º - No mesmo dia em que for eleito, o presidente assumirá o cargo e dará posse aos Secretários, elegendo-se, em seguida, o Prefeito, por maioria de votos dos vereadores presentes.”

Portanto, os Vereadores foram eleitos pelo voto direto dos eleitores e o Prefeito, através de eleição indireta, era eleito pelos Vereadores.

De 1930 até 1936, os Prefeitos eram nomeados ou pelo Governador ou pelo Interventor de cada Estado, mas sempre por delegação do Governo Central.

Na eleição de 1936 mudou-se a maneira. O Prefeito passou a ser eleito pela Câmara de Vereadores.

Assim o partido majoritário na primeira Câmara eleita em 1936, tinha o poder de eleger um Prefeito a sua escolha.

A ELEIÇÃO DE 1936 EM SÃO DOMINGOS DO PRATA.

A seguir mostramos o ocorrido em São Domingos do Prata.

Dois partidos concorreram a eleição em São Domingos do Prata. O da situação, denominado PARTIDO PROGRESSISTA, que era liderado pelo Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, prefeito desde 1ª de janeiro de 1923.

O segundo, da oposição, denominado PARTIDO RESTAURADOR PRATEANO.

Caso fosse majoritário nas eleições, o partido da oposição escolheria como Prefeito, o médico Dr. Ângelo Fusaro Filho, que também se candidatou a Vereador e foi eleito pela oposição.

O partido da situação, fez uma reunião entre seus partidários (Veja a seguir) e escolheu, caso fosse majoritário, o médico Dr. José Mateus de Vasconcellos para ser o Prefeito. O Dr. Mateus não se candidatou a Vereador.

A ESCOLHA DO DR. MATHEUS PARA PREFEITO NA ELEIÇÃO DE 1936.

O jornal “A Voz do Prata”, em sua edição do dia 15 de março de 1936, publicava:

“A REUNIÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA.

No dia 7 do corrente reuniram-se na residência do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira todos os diretórios distritais e o municipal do P.P.

Nessa assembleia magna, à qual compareceram todos os membros dos Diretórios do P.P., deste município, em número de 50, constituindo os vultos mais proeminentes das classes representativas do povo pratiano, tratou-se das medidas a se pôr em prática para a eleição municipal em 7 de junho p. futuro.

Além disso, os membros do diretório organizaram na maior harmonia e unidade de vistas, a relação de candidatos aos cargos de vereadores e juiz de Paz, caindo a escolha sobre homens do voto popular pelo seu passado, pelo conceito de que gozam no meio social

e, mais ainda, pela sua dedicação à causa pública, e relevantes serviços prestados ao município.

Com o assentimento unânime e aplausos gerais de todos os presentes foi pelo cidadão Leandro Domingues Gomes levantada a candidatura do ilustre pratiano e humanitário médico Dr. José Mateus de Vasconcellos para o cargo de primeiro Prefeito Constitucional deste município.

O nome do Dr. Matheus por si só constituía uma bandeira, pois tem sobejamente todos os requisitos para bem administrar o município - Cultura variada, inteligência brilhante, honesto e grande capacidade de trabalho.

Além disso é correligionário decidido e franco do partido que apoia no município os beneméritos governos do Dr. Getúlio Vargas, na União e do Dr. Benedito Valadares, no Estado.

Todos os pratianos que desejam ver à frente da administração municipal o ilustre Dr. Matheus de Vasconcellos devem sem vacilar sustentar os candidatos do P.P. aos cargos de vereadores.”

O RESULTADO DA ELEIÇÃO DE 07.06.1936, EM SÃO DOMINGOS DO PRATA.

ATA DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA E POSSE DOS VEREADORES ELEITOS EM 1936.

Aos dezesseis dias de agosto de 1936, na sala das Sessões da Câmara Municipal desta cidade de São Domingos do Prata, às 12 horas, presentes os vereadores eleitos e diplomados.

1 - Dr. Edelberto de Lellis Ferreira. (Presidente da Câmara)

2 – José Izidoro Garcia.

3 – Nelson de Lima Bruzzi.

4 – Domingos Cota de Oliveira.

5 – Domingos Amâncio Correa.

6 – Henri de Caux.

7 – José Marinho Quintão.

8 – Duval Mendes.

9 – Antônio Pedro Braga.

10- Pedro Soares de Azevedo.

11- Geraldo de Moraes Quintão.

12 –Manoel Martins Gomes Lima.

(Ilegível) assumiu interinamente a presidência o sr. Dr. Edelberto de Lellis como vereador mais votado em (ilegível) e convidou para secretariar o sr. Nelson de Lima Bruzzi e Duval Mendes.

Em seguida convidou os vereadores eleitos para enviarem à Mesa os seus respectivos diplomas.

Depois disto o sr. Presidente (ilegível) prestou compromisso legal e o deferiu aos demais vereadores, declarando, declarando em seguida empossados a Câmara municipal.

Após a posse pediu a palavra o vereador Geraldo Quintão que produziu substancial discurso em defesa da social democracia e concitando todos os colegas a trabalhar pela grandeza do município.

Anunciada a eleição da (ilegível) o mesmo vereador Geraldo de Moraes Quintão, pedindo a palavra, convidou os seus correligionários da minoria para se retirarem do recinto durante a votação da Mesa, de acordo com a ideologia política do seu partido.

Prosseguiu a votação pelo voto secreto, obtiveram votos:

Para Presidente: Dr. Edelberto de Lellis Ferreira – oito votos, Antônio Pedro Braga – um voto, sendo eleito o primeiro.

Secretário: Duval Mendes – oito votos, Nelson de Lima Bruzzi – um voto, sendo eleito o primeiro.

Para suplente de secretário – Nelson de Lima Bruzzi – oito votos – Domingos Amâncio Correa - um voto, sendo eleito o primeiro.

Em seguida o presidente prestou o compromisso legal.

NOTA: Quem lavrou a ata desta reunião foi o vereador Nelson de Lima Bruzzi, mas, embora fosse farmacêutico, tinha letra de médico, razão pela qual de difícil leitura e tradução motivo pelo qual vou transcrever a ata da sessão extraordinária realizada às 18:00 horas do mesmo dia, escrita por Duval Mendes, primeiro secretário, com letra bem mais legível.

A ELEIÇÃO, OS CANDIDATOS E OS VEREADORES ELEITOS EM 1936, BEM COMO OS PARTIDOS DE CADA UM E COMO FOI ESCOLHIDO O PREFEITO.

O Jornal “A Voz do Prata”, em sua edição de dia 05 de julho de 1936, publica os nomes de todos os candidatos dos dois Partidos concorrentes ao cargo de vereador, destacando os nomes dos eleitos.

Em edição anterior havia publicado a relação dos candidatos a juiz de Paz pelo partido Progressista, na sede e em cada um dos distritos existente à época, ou sejam: Cidade, Vargem Alegre, Ilhéus, São José do Goiabal, Dionísio, Marliéria, Jaguarapu e Alfié.

PELO PARTIDO PROGRESSISTA.

- 1 - Dr. Edelberto de Lellis Ferreira.**
- 2 - Cel. José Izidoro Garcia.**
- 3 - Antônio Pedro Braga.**
- 4 - Domingos Correa Dias.**
- 5 - Phco. Nelson de Lima Bruzzi.**
- 6 - Domingos Cotta de Oliveira.**
- 7- José Marinho Quintão.**
- 8 - Henry de Caux.**
- 9 - Duval Mendes.**
- 10 - José Augusto Drummond.**
- 11 - José Theodolindo de Miranda.**
- 12 - Vicente D’Anunciação Braga.**
- 13 - José Gomes Domingues.**
- 14 - Joaquim Leão Estevam.**

PELO PARTIDO RESTAURADOR PRATEANO.

- 1 – Ângelo Fusaro Filho - médico.**
- 2 – José Martins Drummond.**
- 3 – Geraldo Moraes Quintão.**
- 4 – Pedro Soares de Azevedo.**
- 5 – Farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima.**
- 6 – Cel. Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.**
- 7 – Euclides Cassemiro Frade.**
- 8 – Luiz Prisco de Braga.**
- 9 – Cap. Cornélio Coelho da Cunha.**
- 10 – José Cupertino Pimentel.**
- 11 – José Severo Filho.**
- 12 – Manoel Gomes Domingues.**
- 13 – Sebastião Vasconcellos.**
- 14 – Cel. Manoel Olímpio de Magalhães.**

Segundo o jornal “A Voz do Prata”, o Partido Progressista elegeu os nove primeiros vereadores, tendo o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, além de ter sido o vereador mais votado, ter virado o Presidente da Câmara.

O Partido Restaurador Prateano (o da oposição) elegeu os cinco primeiros vereadores.

Em consequência, ficou esclarecido que, ao contrário das Câmaras anteriores composta de 13 vereadores, a eleita em 1936, tinha 14.

Na Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 16.08.1936, houve a POSSE do Dr. JOSÉ MATEUS DE VASCONCELLOS, com a presença dos seguintes vereadores, todos eleitos na época:

1-José Isidoro Garcia 2- Nelson de Lima Bruzzi 3- Antonio Pedro de Braga 4- Domingos Cotta de Oliveira 5- Domingos Correa 6- José Marinho Quintão 7- Henry Caux 8- Duval Mendes 9- Dr. Edelberto Lellis Ferreira.

Essa presença foi a dos nove vereadores eleitos pelo partido Progressista, o da situação.

VEREADORES DA OPOSIÇÃO QUE NÃO COMPARECERAM NA POSSE DO NOVO PREFEITO.

Portanto, os quatro vereadores que não compareceram na posse de Dr. Matheus, por serem na época da oposição, foram: 1- José Martins Drumond 2- Manoel Martins Gomes Lima 3- Pedro Soares de Azeredo 4- Geraldo de Moraes Quintão.

NOTA: O interessante é que o vereador Manoel Martins Gomes Lima era genro do Dr. Edelberto e no ano seguinte, em 20.05.1938, contraiu matrimônio com a filha dele, sendo o Dr. José Mateus de Vasconcelos um de seus padrinhos de casamento, a demonstrar que a saída do plenário foi apenas para marcar uma posição político-partidária, sem qualquer conotação particular. Eram amigos e todos os três militavam na área de saúde.

O médico Ângelo Fusaro Filho que seria o Prefeito caso o partido Restaurador Prateano se tornasse majoritário, não tomou posse e apresentou a sua renúncia como se verá em páginas seguintes, sendo substituído pelo seu suplente, Cel. Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

O NOVO PREFEITO.

Em consequência, Dr. José Mateus de Vasconcellos foi eleito, pelos vereadores majoritários do Partido Progressista, o novo Prefeito do Município.

NOTA: Veja o que ocorreu com esta Câmara e com o mandato do Prefeito, após a sessão da Câmara de 04.10.1937.

FOTOS DOS VEREADORES ELEITOS EM 1936.



NA MESA HORIZONTAL. DA ESQUERDA PARA DIREITA: DUVAL MENDES, DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA E NELSON DE LIMA BRUZZI.

NA MESA VERTICAL. PRIMEIRA FILA À ESQUERDA, COMEÇANDO DO QUE ESTÁ PRÓXIMO À MESA HORIZONTAL:

**José Izidoro Garcia,
Antônio Pedro de Braga.
Domingos Amâncio Correa.
José Marinho Quintão.
Henry de Caux.**

À DIREITA:

**Geraldo de Moraes Quintão.
José Martins Drummond.
Manoel Martins Gomes Lima.
Domingos Cotta de Oliveira.**

NOTA: Não aparece na foto, por não ter comparecido no dia, o vereador Pedro Soares de Azevedo. Não aparece também o médico Ângelo Fusaro Filho que antes de tomar posse renunciou ao mandato.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16.08.1936 - ÀS 18:00 HORAS.

Ata da sessão extraordinária para compromisso e posse do Prefeito.

Aos dezesseis dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e seis, às dezoito horas, presentes na sala da sessões da Câmara municipal o presidente, secretários e os vereadores José Izidoro Garcia, Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Cota de Oliveira, Domingos Amâncio Correa, José Marinho Quintão, Henry de Caux, Duval Mendes, faltando sem causa justificada os demais vereadores, foi aberta a sessão.

Em seguida o sr. Presidente declarou que ia empossar o Prefeito eleito Dr. José Mateus de Vasconcellos.

Este na presença da Câmara e autoridades civis, militares e eclesiásticas prestou de pé o compromisso legal, sob ruidosas manifestações de regozijo das pessoas presentes.

Saudado pelo Presidente, respondeu em substancioso discurso em que explanou o seu vasto programa administrativo.

Franqueada a palavra pelo sr. Presidente, dela usou o Revmo. Padre Antônio Aleixo de Aguiar saudando em eloquente discurso o prefeito empossado.

Nada mais havendo, foi suspensa a sessão. E eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata.

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA EM 1936.

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e seis, à hora regimental, na sala da prefeitura desta cidade, presentes o sr. Edelberto de Lellis Ferreira, presidente da Câmara e os vereadores Antônio Pedro Braga, José Izidoro Garcia, Domingos Cota de Oliveira, Henry de Caux, Nelson de Lima Bruzzi, Domingos Amâncio Correa, José Marinho Quintão, José Martins Domingues, Duval Mendes, Geraldo Quintão e Manoel Martins Gomes Lima, faltando, sem causa justificada, Pedro Soares de Azevedo, foi aberta a sessão.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foi apresentada à Câmara uma mensagem do sr. Prefeito pedindo autorização para entrar em negociação de crédito com o governo do Estado para serviço de canalização de água potável no distrito de Goiabal.

Em seguida sr. Presidente anunciou a eleição das comissões permanentes.

Realizada a votação: receberam votos para a Comissão de Justiça, Legislação e Finanças os vereadores Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga e Domingos Cota de Oliveira – 8 votos cada uma, obtendo também José Izidoro Garcia, quatro votos, Henry de Caux, três votos, José Martins Domingues, dois votos, Manoel Martins Gomes Lima, José Marinho Quintão e Duval Mendes, um voto cada um, sendo proclamados eleitos os três primeiros.

Passou-se em seguida à votação dos membros da segunda Comissão, de Obras Públicas, Colonização e Agricultura, obtendo os vereadores Domingos Correa, dez votos, José Izidoro Garcia e José Marinho Quintão, 8 votos cada um, tendo também obtido votos Domingos Cota de Oliveira, três votos, Henry de Caux e Pedro Soares de Azevedo, dois votos cada um, Antônio Pedro Braga, Geraldo Quintão e Duval Mendes, um voto cada um, e proclamados eleitos os três primeiros.

Passou-se finalmente à eleição da terceira Comissão, Saúde Pública, Tomada de Contas e Instrução Pública. Feita a votação obtiveram votos Antônio Pedro Braga, nove votos, Henry de Caux e Duval Mendes, oito votos cada um, tendo ainda recebido votos Nelson de Lima Bruzzi, três votos, Domingos Correa, dois votos, Antônio Pedro Braga, José Marinho Quintão, Geraldo Quintão, Manoel Martins Gomes Lima, Pedro Soares de Azevedo e Domingos Cota de Oliveira, um voto cada um, sendo proclamados eleitos os três primeiros.

Passando a segunda parte da ordem do dia, foi apresentado pelo sr. José Marinho Quintão um projeto de lei autorizando o sr. Prefeito mandar rever o quadro das escolas municipais, o qual aprovado, foi à terceira Comissão.

Pelo vereador José Izidoro Garcia foi apresentada uma indicação para que o sr. Prefeito mande desde já rever as redes de abastecimento de água potável na cidade e nas sedes dos distritos, a qual apoiada foi à Comissão de Obras Públicas.

Foi em seguida apresentada pelo vereador Domingos Cota de Oliveira uma indicação para que o senhor Prefeito providencie sobre a construção de uma ponte na sede do distrito de Ilhéus, a qual aprovada foi à Comissão de Obras Públicas.

Em seguida pelos vereadores Henry de Caux, Domingos Cota de Oliveira e outros foi apresentado um projeto de resolução sobre a numeração de leis e decretos, o qual aprovado foi à primeira Comissão.

Finalmente, pelo vereador Geraldo Quintão foi apresentada uma indicação para que o sr. Prefeito mande abastecer de água potável a sede do distrito de Jaguaraçu, a qual aprovada foi à Comissão de Obras Públicas.

Em seguida o vereador José Izidoro Garcia pediu urgência para Comissões apresentarem nesta sessão os seis pareceres.

Consultada a Casa, foi concedida a urgência, suspendendo a sessão e marcado o prazo de 20 minutos para as comissões se manifestarem.

Reaberta a sessão, deixaram de comparecer os vereadores Geraldo Quintão, Martins Drumond e Manoel Martins Gomes Lima.

Pela primeira Comissão foi apresentado e aprovado o parecer sobre a mensagem do sr. Prefeito. Pela mesma Comissão foi apresentado e aprovado o parecer sobre a resolução que manda fazer novas numerações de leis e decretos.

Pela Comissão de Obras Públicas foram apresentados quatro pareceres sobre a indicação do vereador Geraldo Quintão em relação ao abastecimento de água em Jaguarapu.

Do vereador Domingos Cota de Oliveira sobre a construção de uma ponte em Ilhéus.

Do vereador José Izidoro Garcia sobre a revisão das redes de abastecimento de água potável.

E finalmente, do vereador José Marinho Quintão apresentou um projeto sobre revisão do quadro das escolas municipais.

Ao encerrar a sessão o vereador Nelson de Lima Bruzzi requereu dispensa do interstício regulamentar para discussão e aprovação das matérias sobre a Mesa e uma sessão extraordinária para hoje às dezenove horas.

Posto em votação o requerimento do vereador Nelson de Lima Bruzzi foi o mesmo aprovado.

Em seguida levantou-se a sessão. Para constar, eu Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata.

Por observação do vereador Henry de Caux foi feita a correção da ata em relação a eleição do vereador Antônio Pedro Braga para terceira Comissão que obteve dez votos e não nove.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 17.08.1936 – 19:00 HORAS.

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e seis, às dezenove horas, presentes na sala da Sessão da Câmara municipal de São Domingos do Prata o sr. Presidente Dr. Edelberto de Lellis Ferreira e os vereadores Antônio Pedro Braga, Nelson de Lima Bruzzi, Duval Mendes, Domingos Correa, José Marinho Quintão, José Izidoro Garcia, Domingos Cota de Oliveira, Henry de Caux e Manoel Martins Gomes Lima, faltando com causa justificada os vereadores José Martins Drummond e Geraldo Quintão e sem ela o vereador Pedro Soares de Azevedo, foi aberta a sessão.

Não havendo expediente, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior e submetido a matéria constante da ordem do dia: a discussão e votação: o projeto de lei nº 1 autorizando ao Prefeito a continuar as negociações com governo do Estado sobre água potável de Goiabal; o projeto de lei nº 2, autorizando o Prefeito a rever a rede de água potável; o projeto de resolução nº 1 sobre numeração de leis e decretos; o projeto de lei nº 3, autorizando o prefeito a abastecer de água potável a sede do distrito de Jaguaraçu; projeto de lei nº 4, autorizando o Prefeito a rever o quadro das escolas municipais, sendo todos aprovados.

Em seguida a Comissão de Redação Final pediu urgência para apresentar os pareceres sobre a redação dos projetos que lhe foram afeitos.

Concedida a urgência foram depois do necessário prazo apresentado pareceres de redação sobre as leis nº 1, 2, 3, 4 e sobre a resolução nº 1, os quais foram aprovados.

Nada mais havendo, o sr. Presidente suspendeu a sessão, encerrando assim a primeira reunião da Câmara municipal de São Domingos do Prata.

Para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata.

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA – 02.10.1936 –

Aos dois dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, à hora regimental, estavam presentes na sala da Câmara municipal o

sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Presidente da Câmara e Duval Mendes, primeiro secretário.

Depois da espera regimental, não comparecendo os demais vereadores, deixou de haver a sessão.

Para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei o presente termo que vai assinado por mim e pelo Presidente.

NOTA: As sessões ordinárias que deveriam ser realizadas nos dias três, cinco, seis e sete de outubro, também não foram realizadas por falta de quórum.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08.10.1936.

Aos oito dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, à hora regimental, presentes na sala das sessões da Câmara municipal de São Domingos do Prata o sr. Presidente Dr. Edelberto de Lellis Ferreira e os vereadores Antônio Pedro Braga, José Marinho Quintão, Henry de Caux, Domingos Correa, José Martins Drummond, Manoel Martins Gomes Lima, Duval Mendes.

Foi aberta a sessão. No expediente foi lida a mensagem do sr. Prefeito remetendo a proposta de orçamentos da receita e despesas da prefeitura para o exercício de mil novecentos e trinta e sete, sendo esta peça remetida à Comissão de Finanças.

Estando ausentes dois membros da mesma Comissão, foram para substituí-los nomeados os vereadores José Marinho Quintão e Henry de Caux.

Ainda no expediente, pediu a palavra o vereador Manoel Martins Gomes Lima que propôs que se congratulasse com o Sr. Governador do Estado pelo seu ato promovendo o conagração político no Estado.

Submetida à discussão e votação dessa proposta, foi a mesma unanimemente aprovada.

Em tempo: faltaram à sessão sem causa justificada, os demais vereadores.

Nada mais havendo eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata que será assinada (...).

SESSÃO ORDINÁRIA DE 09.10.1936.

RENÚNCIA DO VEREADOR ÂNGELO FUSARO FILHO.

Aos nove dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, à hora regimental, presentes na sala das sessões da Câmara municipal de São Domingos do Prata, o sr. Presidente Dr. Edelberto de Lellis Ferreira e os senhores vereadores Antônio Pedro Braga, Farmacêutico Nelson de Lima Bruzzi, Domingos Correa, Henry de Caux, José Marinho Quintão, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, Duval Mendes, faltando com causa justificada o vereador José Izidoro Garcia e sem ela os demais vereadores.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente que constava da renúncia ao cargo de vereador apresentada por Dr. Ângelo Fusaro Filho, a qual foi à primeira Comissão.

Ainda no expediente, pediu a palavra o vereador Nelson de Lima Bruzzi para justificar a ausência do vereador José Izidoro Garcia.

Passando-se a outra parte da ordem do dia foi pelo vereador Henry de Caux apresentado um projeto autorizando o Prefeito Municipal a comprar ou construir um prédio para as escolas reunidas na sede do distrito de Alfié.

Pelo vereador José Marinho Quintão foi apresentado um projeto autorizando adquirir um prédio para as escolas reunidas no distrito de Marliéria.

Pelo vereador Domingos Correa foi apresentado um projeto autorizando o sr. Prefeito a despendar até a quantia de seiscentos mil réis na desobstrução do ribeirão Funil na sede do distrito de Goiabal até a barra do ribeirão Sacramento.

Pelo sr. Vereador Manoel Martins Gomes Lima autorizando o Prefeito a criar uma conserva permanente para serviço de limpeza e conservação de ruas, praças e jardins da cidade e dar outras providências.

Passando-se a apresentação de pareceres o sr. Nelson de Lima Bruzzi pediu e obteve urgência para que o requerimento de renúncia do Dr. Ângelo Fusaro Filho fosse discutido e aprovado ainda na Sessão de hoje. Pediu ainda urgência no parecer da primeira Comissão sobre orçamento para que entrasse ainda hoje na ordem do dia, requerimentos que foram aprovados.

Em seguida foram apresentados pareceres sobre o orçamento e tabela de impostos para o exercício de mil novecentos e trinta e sete, sendo todos aprovados.

Passando-se a última parte, foi, em virtude de urgência, concedido pela Câmara, submetido à primeira discussão sobre o projeto de orçamento o qual foi aprovado, voltando à Comissão de Finanças para apresentação de emendas.

Em tempo: na terceira parte da ordem do dia foi pelo vereador Nelson de Lima Bruzzi apresentada uma indicação propondo aumento de vencimento do contador.

Nada mais havendo, foi suspensa a sessão, designando o sr. Presidente para ordem do dia de amanhã leitura da ata, leitura do expediente, apresentação de projetos, indicação, moções e requerimentos, apresentação de pareceres de Comissões e segunda discussão do projeto de orçamento e tabela de impostos.

Nada mais havendo para constar, eu, Duval Mendes, primeiro secretário lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

Em tempo: pela primeira Comissão foi apresentado parecer aceitando a renúncia do vereador Dr. Ângelo Fusaro Filho e mandando convocar o seu suplente, sendo o parecer aprovado.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10.10.1936 –

IPTU E MATADOURO MUNICIPAL.

Aos dez do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, à hora regimental, presentes da sala de sessões da Câmara municipal de São Domingos do Prata, presentes o sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, presidente e os vereadores Antônio Pedro Braga, Duval Mendes, Domingos Correa, Henry de Caux, José Marinho Quintão, Manoel

Martins Gomes Lima, Nelson de Lima Bruzzi, faltando com causa justificada o sr. José Izidoro Garcia e sem ela os demais vereadores.

Foi aberta a sessão, lida e aprovada a ata da sessão anterior, foram no expediente apresentados duas mensagens ao Sr. Prefeito municipal. Uma solicitando autorização para mandar rever o imposto territorial urbano, outra pedindo abertura de créditos adicionais suplementares as verbas nº 2, digo B e He nº VI e um requerimento de Joaquim José Porfírio pedindo consentimento para usar de um terreno da prefeitura. Estas peças foram remetidas à Comissão de Finanças.

Passando-se a segunda parte do trabalho, foram apresentadas pelo vereador Manoel Martins Gomes Lima o projeto nº 7 sobre a construção do matadouro municipal.

Pelo vereador Nelson de Lima Bruzzi e outros o projeto nº 8 sobre fechamento do comércio.

Do mesmo vereador, o projeto nº 9, sobre a redução do imposto cedular sobre a renda de imóveis rurais, sendo os de nº 7 e 8 afetos a primeira Comissão e o de nº 9, na segunda Comissão.

Em seguida o vereador Nelson de Lima Bruzzi requereu urgência para que os projetos apresentados recebessem nesta mesma sessão os pareceres das respectivas comissões e para isto foi pedido o prazo de uma hora, concedida a urgência foi suspensa a sessão.

Reaberta a sessão foram apresentados e aprovados os seguintes pareceres: parecer nº 3 da Comissão de Finanças sobre segunda discussão do orçamento.

Parecer nº 8 da mesma Comissão, sobre a construção do matadouro.

Parecer nº 9 da mesma Comissão, sobre fechamento de casas comerciais.

Parecer nº 10 da mesma Comissão, sobre a revisão do imposto territorial urbano e nº 11 da mesma Comissão, sobre a abertura de créditos adicionais.

Parecer nº 12, da mesma Comissão sobre o requerimento do Sr. Joaquim José Porfírio. Parecer nº 5 da mesma Comissão sobre a construção de prédio escolar em Marliéria.

Parecer nº 7, parecer da mesma Comissão sobre serviços no ribeirão Funil em São José do Goiabal.

Parecer nº 4, da mesma Comissão, sobre código tributário.

Pela Comissão de Finanças ainda o parecer nº 6 sobre construção de prédio escolar em Alfié.

Pela Comissão de Obras públicas, foram apresentados os pareceres nº 13 e 14 sobre os projetos nº 6 sobre limpeza pública e nº 9 sobre bonificação aos agricultores de algodão.

Todos estes pareceres foram a discussão e aprovados.

Passando-se a última parte da ordem do dia, foi submetida à segunda discussão o projeto de orçamento da receita e despesa do município para o exercício de mil novecentos e trinta e sete e modificação no código tributário com as emendas já aprovadas, sendo aprovado.

Ao encerrar a sessão pediu a palavra o vereador Nelson de Lima Bruzzi e requereu uma sessão extraordinária para amanhã. Aprovado este requerimento foi marcada a sessão para às 14 horas do dia de amanhã.

Nada mais havendo, o sr. Presidente levantou a sessão designando para ordem dia de amanhã, a terceira discussão dos projetos nº 1 e 2 e discussão única dos projetos de nº 3 a 11.

Para constar, eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata, que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11.10.1936.

Aos onze dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, às quatorze horas, presentes na sala das sessões da Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Duval Mendes, Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Correa, Henry de Caux, José Marinho Quintão e Manoel Martins Gomes Lima, faltou com causa justificada o vereador José Izidoro Garcia e sem ela os demais senhores.

Foi aberta a Sessão, lida e aprovada a ata da sessão anterior, não havendo expediente e nem apresentação de projetos, requerimentos e

moções passou-se a ordem do dia, tendo sido apresentado em terceira discussão o projeto nº 1.

Pediu a palavra o vereador Nelson de Lima Bruzzi que, por parte da Comissão de Finanças, apresentou a seguinte emenda modificativa que foi aprovada:

“A Comissão de Finanças de acordo com o artigo nº 59 do regimento interno da Câmara, a fim de equilibrar a receita com a despesa, propõe a seguinte emenda modificativa: no artigo 1º do projeto nº 1, parágrafo 2º, nº 18 diga-se: 3:720\$000”, sendo o projeto aprovado.

Foi ainda submetida à terceira discussão o projeto nº 2 que foi aprovado, sendo ambos remetidos à Comissão de redação final.

Em seguida foram submetidos à discussão única os projetos nº 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, os quais foram aprovados e remetidos à Comissão de redação final.

Ao levantar-se a sessão, o vereador Nelson Bruzzi requereu uma sessão extraordinária para amanhã por ser dia feriado. Consultada a Casa foi deferido este requerimento marcando o seu Presidente a reunião para às 11 horas do dia de amanhã. Foi suspensa a sessão.

Para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata que será assegurada depois de aprovada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 12.10.1936.

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, às onze horas, nas salas das sessões, presentes o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Duval Mendes, Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Correa, Henry de Caux, José Marinho Quintão e Manoel Martins Gomes Lima, faltando com causa justificada o sr. José Izidoro Garcia e sem ela os demais vereadores.

Foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior e não havendo expediente e nem projetos a serem apresentados, passou-se à apresentação de pareceres das Comissões.

Em seguida pelo vereador Nelson de Lima Bruzzi apresentou pela Comissão de Redação os pareceres de nº 15 a 25, sobre os projetos de nº 1 a 11, os quais foram aprovados e remetidos à sanção.

Nada mais havendo o sr. Presidente depois de agradecer a pontualidade e dedicação com que os senhores vereadores presentes desempenharam o seu dever na presente reunião, encerrou a reunião suspendendo a sessão.

Para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata quer vai assinada depois de aprovada.

TERMO DE POSSE DE NOVO VEREADOR – 11.01.1937.

POSSE DO SUPLENTE DO DR. ÂNGELO FUSARO FILHO.

Termo de posse e compromisso do vereador Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

Aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e sete, na sala das sessões da Câmara municipal de São Domingos do Prata, às onze horas, compareceu o cidadão Francisco Leoncio Rodrigues Rolla, que na qualidade de suplente do vereador renunciante Dr. Ângelo Fusaro Filho, prestou o compromisso e se empossou no cargo de vereador desta Câmara.

Para constar eu, Duval Mendes, secretário da Câmara, lavrei o presente termo que vai assinado pelo sr. Presidente da Câmara, pelo vereador empossado e por mim secretário, bem como pelo segundo secretário interino, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11.01.1937.

Aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e trinta e sete, a hora regimental, presentes na sala das sessões da Câmara os Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Presidente, Duval Mendes, Manoel Martins Gomes Lima, José Martins Drummond e Pedro Soares de Azevedo.

Foi aberta a sessão, faltando sem causa justificada os demais vereadores. Não havendo número legal, foi convidado para segundo secretário o vereador Manoel Martins Gomes Lima para substituir o vereador Nelson de Lima Bruzzi.

Foi lido o expediente que constou de diversas mensagens do sr. Prefeito sobre pagamento à empresa Força e Luz de Dionísio, sobre aproveitamento da Praça São Pedro, sobre fiscalização de veículos, sobre empregados municipais, sobre abertura de crédito para pagamento a Joaquim Rolla, sobre o veto a lei nº 8 de 10 de outubro de 1936, sobre o requerimento Domingos Fernandes Carneiro, propondo compra de terreno do município.

Verificado não haver ainda número legal o sr. Presidente levantou a sessão e convidou os senhores vereadores para nova reunião amanhã.

Para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata quer vai assinada depois de aprovada.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12.01.1937.

Aos doze dias do mês de janeiro de mil novecentos de trinta e sete, à hora regimental, estando presentes o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, presidente, e os vereadores Duval Mendes, Nelson de Lima Bruzzi, José Marinho Quintão, Antônio Pedro Braga, Henry de Caux, Domingos Cota de Oliveira, faltando com causa justificada o vereadores José Izidoro Garcia e Domingos Correa e sem ela os demais senhores.

Foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão anterior, ficou a mesma sobre a Mesa para ser aprovada quando houver número.

No expediente foi lida a mensagem do sr. Prefeito apresentando as contas de sua gestão acompanhadas de minucioso relatório, sendo esta peça distribuída à Comissão de Contas.

Pelo sr. Prefeito foi apresentado uma mensagem solicitando um crédito especial para pagamento das despesas efetuadas com a extração de (ilegível) crédito que importa em (7:808\$700).

Pelo sr. Vicente Nolasco, assistente técnico do ensino, foi remetida à esta Câmara uma sugestão para o estabelecimento do regime de concurso para provimento do cargo de Professor rural e inclusão nos programas das escolas rurais de noções práticas de agricultura, horticultura, (ilegível), sendo a primeira destas peças remetidas à Comissão de Finanças e segunda à Comissão de Instrução Pública.

Nada mais havendo eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 15.03.1937.

Aos quinze dias do mês de março de mil novecentos e trinta e sete, presentes o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Presidente e os vereadores Duval Mendes, farmacêutico Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Cota de Oliveira, Domingos Correa, Cel. Francisco Leoncio Rodrigues Rolla, Dr. Geraldo de Moraes Quintão, Henry de Caux, Cel. José Izidoro Garcia, José Marinho Quintão, José Martins Drummond, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, Pedro Soares de Azevedo, à hora regimental foi aberta a sessão na sala da Prefeitura.

Lida e aprovadas as atas das sessões anteriores e antes do expediente, o sr. Presidente convidou os vereadores para elegerem comissões permanentes.

Feita a eleição pelo voto secreto e proporcional com todas as formalidades da lei, verificou-se que para a primeira Comissão de Justiça, Legislação e Finanças, receberam votos Antônio Pedro Braga, Manoel Martins Gomes Lima, treze votos cada um, Domingos Cota de Oliveira, 10 votos, Domingos Correa, quatro votos e Nelson de Lima Bruzzi, um voto, sendo eleitos os três primeiros.

Para a Segunda Comissão, a de Obras Públicas e Agricultura, receberam votos, Domingos Correa, 14 votos, Francisco Leoncio Rodrigues Rolla, treze votos, José Izidoro Garcia, 8 votos, Antônio Pedro Braga e Manoel Martins Gomes Lima, um voto a cada um, sendo eleitos os três primeiros.

Para terceira Comissão, a de Educação, Saúde Pública e Tomadas de Contas, receberam votos Nelson de Lima Bruzzi, Henry de Caux e José Martins Drummond, quatorze votos cada um, sendo eleitos.

No expediente foram apresentadas uma mensagem do Sr. Prefeito, apresentando um projeto de lei sobre o aproveitamento da Praça São Pedro, que foi remetido à Comissão de Obras Públicas.

Uma mensagem da mesma autoridade pedindo uma lei sobre empregados municipais. Da mesma autoridade pedindo, em mensagem, abertura de um crédito de cinco contos, quatorze mil e cem réis, para pagamento ao Sr. Joaquim Rolla.

Da mesma autoridade pedindo a abertura de um crédito especial (7:808\$700) para pagamento de despesas com extinção de tanajuras.

Da mesma autoridade um pedido de autorização para reparos na usina hidroelétrica e para abertura de crédito necessário a estas despesas.

Da mesma autoridade pedindo uma lei sobre regulamento de veículos.

Da mesma autoridade uma mensagem sobre Força e Luz de Dionísio pedindo pagamento da importância de (3:600\$000) à Cia. Força e luz daquele distrito, de acordo com a verba consignada no atual orçamento.

Da mesma autoridade apresentando as razões do “veto” oposto à lei nº 8, de 10 de outubro de 1936 e a lei nº 2, da mesma data, sendo este parcial.

Foi apresentado um requerimento de Domingos Fernandes Carneiro propondo compras de terrenos da Prefeitura.

Por parte da mesma foram apresentados dois projetos de lei, sendo o primeiro reformando o regimento interno da Câmara e o segundo criando a secretaria da Câmara municipal.

Todas estas peças foram distribuídas à primeira Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente suspendeu a sessão, marcando para ordem do dia de amanhã apresentação de pareceres de Comissões e mais matérias regimentais.

Para constar, eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 16.03.1937.

PRAÇA SÃO PEDRO – JOAQUIM ROLLA – HIDROELÉTRICA, ETC.

Aos dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, presentes na sala da Prefeitura o sr. Presidente e os vereadores Duval Mendes, farmacêutico Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Cota, Domingos Correa, Francisco Leoncio Rodrigues Rolla, Geraldo Quintão, Henry de Caux. José Marinho Quintão, José Martins Drummond, Manoel Martins Gomes Lima e Pedro Soares Azevedo.

Foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior. Não havendo expediente e nem apresentação de indicação e projetos, passou-se para apresentação das comissões.

Pelo vereador Domingos Cota de Oliveira foram apresentados os pareceres sob nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10, discutidos e aprovados.

Pelo vereador José Martins Drummond foram apresentados os pareceres sob nº 11, 12 e 13, que foram aprovados.

Pelo vereador Francisco Leoncio Rodrigues Rolla foi apresentado o parecer sob o nº 14, que foi igualmente aprovado.

Não havendo matérias para serem submetidas à discussão, o sr. Presidente levantou a sessão, marcando para a ordem do dia de amanhã a primeira discussão do projeto do regimento interno, do projeto sobre criação da secretaria da Câmara, sobre autorização do pagamento à Força e Luz de Dionísio, sobre o projeto de empregados municipais, sobre o pagamento do sr. Joaquim Rolla, sobre o regulamento de veículos, sobre despesas com extinção de tanajuras, sobre reparos da usina hidroelétrica, sobre vetos do Prefeito, sobre o requerimento de Domingos Fernandes Carneiro, sobre a prestação de contas do Prefeito, sobre ensino rural de noções práticas de agricultura, horticultura, etc., sobre o concurso professores rurais e aproveitamento da Praça São Pedro.

Durante a discussão do parecer nº 7, o vereador Geraldo de Moraes Quintão fez declaração de voto da minoria para aprovação do projeto, apesar de reconhecer a sua ineficácia.

Nada mais havendo e para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata, que será assinada depois de aprovada.

NOTA: Veja no livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, página 155, a proposta para, em 1937, lotear a Praça São Pedro.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 17.03.1937.

Aos dezessete dias do mês de março de um mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, reunidos na sala da Prefeitura, o sr. Presidente, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira e os vereadores Duval Mendes, Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Cota, Domingos Correa, Henry de Caux, José Izidoro Garcia, José Marinho Quintão, José Martins Drummond, Manoel Martins Gomes Lima, Pedro Soares de Azevedo, faltando sem causa justificada os demais vereadores.

Foi aberta a sessão, lida e aprovada a ata da sessão anterior. Não havendo expediente e nem apresentação de requerimentos, monções, projetos, etc. e nem havendo pareceres das Comissões, passou-se para a discussão e votação das matérias em ordem do dia.

Foram submetidos à primeira discussão e aprovados os projetos seguintes:

Nº 1, sobre o regimento interno.

Nº 2, sobre criação da secretaria da Câmara.

Nº 3, Sobre despesas e pagamento a usina hidroelétrica de Dionísio.

Nº 4, sobre empregados municipais.

Nº 5, sobre o pagamento a Joaquim Rolla.

Nº 6, sobre o regulamento de veículos.

Nº 7, sobre o serviço de extinção de tanajuras.

Nº 8, Sobre reparos na usina.

Nº 9, Sobre programas de escolas rurais.

Nº 10, Sobre concursos para professores rurais.

Nº 11, Sobre relatório e contas do Prefeito.

Aprovados em discussão única: o veto do Prefeito a lei nº 2 de 10 de outubro de 1936, indeferido o requerimento de Domingos Fernandes Carneiro e adiada a discussão do projeto de lei nº 11 sobre o aproveitamento da Praça São Pedro. O requerimento do vereador Domingos Cota de Oliveira, que pediu também fosse na ocasião oportuna nomeada pelo Presidente da Câmara uma Comissão externa para estudar o assunto com a Comissão da Câmara.

Nada mais havendo, o sr. Presidente designou para a ordem do dia de amanhã segunda discussão das matérias já aprovadas em primeira e levantou a sessão.

Para constar, eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 18.03.1937 –

Aos dezoito dias do mês de março de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, reunidos na sala da prefeitura, o sr. Presidente e os seguintes vereadores, Duval Mendes, Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Cota de Oliveira, Domingos Amâncio Correa, José Izidoro Garcia, José Marinho Quintão, Manoel Martins Gomes Lima, faltando sem causa justificada os vereadores José Martins Domingues, Francisco Leoncio Rodrigues Rolla, Geraldo de Moraes Quintão, Henry de Caux e Pedro Soares de Azevedo.

Foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior e não havendo expediente e nem requerimentos, monções, indicações ou projetos apresentados, passou-se a última parte da ordem do dia que constou da segunda discussão dos projetos:

Nº 1, Sobre regimento interno.

Nº 2, Sobre criação da secretaria da Câmara.

Nº 3, Sobre pagamento da força e luz em Dionísio.

Nº 4, Sobre empregados municipais.

Nº 5, Sobre pagamento ao sr. Joaquim Rolla.

Nº 6, Sobre reforma do regulamento de veículo.

Nº 7, Sobre pagamento da extinção de tanajuras.

Nº 8, Sobre reparos da usina.

Nº 9, Sobre programas de escolas rurais.

Nº 10, Sobre concurso de provimento de professor rural.

Nº 11, Sobre contas do Prefeito.

Nada mais havendo, o Presidente levantou a sessão, designando para a ordem do dia de amanhã, terceira discussão sobre todas matérias já aprovadas em segunda.

Para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário, lavrei a presente ata, que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 19.03.1937.

Aos dezenove dias do mês de março de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, presentes na sala da Prefeitura o sr. Presidente e os vereadores Duval Mendes, Nelson de Lima Bruzzi, Antônio Pedro Braga, Domingos Cota de Oliveira, Domingos Amâncio Correa, José Izidoro Garcia, José Marinho Quintão e Manoel Martins Gomes Lima, faltando sem causa justificada os demais vereadores.

Foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior e não havendo expediente passou-se à apresentação de requerimentos, monções, etc.

Nesta hora pediu a palavra o vereador Domingos Cota de Oliveira e requereu que se escreva na ata dos trabalhos de hoje uma moção de apoio e solidariedade ao Dr. Benedito Valadares Ribeiro pela sua atuação na administração pública estadual e na alta (ilegível) ao país. Este requerimento foi aprovado pela Câmara.

Em seguida passou-se à discussão e votação das matérias dadas para ordem do dia.

Foram discutidas e votadas em terceira discussão, sendo todos aprovados os projetos sobre nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 e foi também aprovado em terceira discussão o relatório do Prefeito acompanhado

das coisas de sua gestão relativas ao período de 16 de agosto a 31 de dezembro de 1936.

Por proposta da Comissão de redação final e aprovada pela Câmara foi concedida a urgência para mesma Comissão apresentar os pareceres sobre redação final dos projetos que lhe foram afeitos.

Depois de suspensão a sessão pelo tempo necessário, foi reaberta e nela apresentado os pareceres da Comissão de Redação sobre nº 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11.

Nada mais havendo foi levantada a sessão. Para constar eu, Duval Mendes, primeiro secretário lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 30.09.1937.

Aos trinta dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, presentes o sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Presidente da Câmara e dos vereadores Duval Mendes, primeiro secretário, Antônio Pedro Braga, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, José Marinho Quintão, Domingos Cota de Oliveira, Pedro Soares de Azevedo e Dr. Geraldo de Moraes Quintão, faltando os demais vereadores sem causa participada. Havendo número legal foi aberta a sessão.

Em seguida passou-se ao expediente que constou das seguintes mensagens do sr. Prefeito municipal: mensagem apresentando o projeto de lei nº 1 sobre orçamento de receita e despesa para o exercício de 1938.

Mensagem pedindo modificação no Código Tributário do município.

Mensagem pedindo créditos adicionais suplementares as verbas III, sub consignação A 2, a, b, c, f e h e B 3 verbas VI 3 e 5ª e verba VII.

Idem sugerindo mandar dar um auxílio da importância de 5:000\$000 à Escola Normal desta cidade.

Idem sobre a negociação do empréstimo de 134:000\$000, sendo 70:000\$000 para o serviço de abastecimento de água potável em São José do Goiabal,

e o restante para construção de uma estrada de automóvel ligando a sede ao Distrito de Dionísio, apresentado, orientado pelo Departamento de Assistência aos município um esboço de resolução.

Idem pedindo autorização para pagamento ao sr. Joaquim Rolla da importância de 8:600\$000 retido para garantia da caução da construção da rodovia desta cidade a São José da Lagoa, logo que receba a referida importância do Estado.

Idem pedindo autorização para adquirir para o município até 10 máquinas para extinção de formigas.

E um subvenção até 2:000\$000 para associação rural a se fundar nesta cidade, subvenção que será paga à Associação à medida que esta for vendida aos associados com desconto de 20%, mensagens que foram afetas a 1ª Comissão.

Uma representação do sr. Luiz Prisco de Braga e outros pedindo que se dê às praças e logradouros públicos desta cidade, nomes de prateanos ilustres, que foi também à 1ª Comissão.

Passando a outra parte dos trabalhos usou da palavra o vereador Geraldo Moraes Quintão para apresentar uma moção de apoio aos srs. Armando de Salles e Arthur da Silva Bernardes que submetida a votação, foi unanimemente negada.

Em seguida foi pelo vereador José Marinho Quintão uma moção de apoio aos srs. Prefeito municipal, Governador do Estado e José Américo de Almeida, que foi aprovada pela maioria dos vereadores presentes.

Em seguida pelo vereador Geraldo Moraes Quintão foram apresentados os projetos: nº 2, autorizando o sr. Prefeito a despender a quantia de 4:000\$000 para remodelar a casa onde funcionam as escolas Reunidas de Jaguaraçu, e autorizando a despender a quantia necessária para melhoramentos na rede d'água potável no distrito da cidade, que submetidos ao apoio da casa foram afetos à 1ª Comissão.

Em tempo: A mensagem da subvenção de 2:000\$000 para a Associação rural foi à 2ª Comissão.

Não estando presente o vereador 2º secretário, ocupou o seu lugar o vereador farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima.

Nada mais havendo a tratar foi em seguida encerrada a sessão.

Para constar, eu, Maria Eugênia Braga, Diretora da Secretaria da Câmara municipal, lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 01.10.1937.

RENÚNCIA DO VEREADOR NELSON DE LIMA BRUZZI.

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, presentes o sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Presidente da Câmara e os vereadores Duval Mendes, 1º secretário, Antônio Pedro Braga, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, José Marinho Quintão, Domingos Cota de Oliveira, Pedro Soares de Azevedo e Domingos Amâncio Correa, faltando os demais vereadores sem causa participada.

Havendo número legal o sr. Presidente declarou aberta a sessão e convidou o vereador Manoel Martins Gomes Lima para servir de 2º secretário na ausência do vereador secretário.

Lida a ata da sessão anterior que foi aprovada, passou ao expediente que constou de um requerimento do vereador farmacêutico, Nelson de Lima Bruzzi, pedindo renúncia ao cargo de vereador por ter transferido residência para fora do município, renúncia que foi aceita pela Câmara.

Comunicando em seguida, o Sr. Presidente, o suplente vereador Vicente d'Anunciação Braga para a vaga verificada.

Em seguida pediu a palavra o vereador José Marinho Quintão que requereu constasse da ata um voto de pesar da Câmara pelo afastamento voluntário do vereador Nelson de Lima Bruzzi, que relevantes serviços prestou ao município.

Verificada a vaga do 2º secretário, o sr. Presidente anunciou que ia proceder a eleição para preenchimento da vaga. Feita a votação que foi por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado:

Farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, 7 votos, José Marinho Quintão, um voto, sendo proclamado, em seguida, 2º secretário da Câmara o vereador Manoel Martins Gomes Lima.

Em seguida pediu a palavra o vereador Manoel Martins Gomes Lima para agradecer a eleição e aproveitando o ensejo de estar com a palavra requereu que se consignasse o seu apoio à moção ao Governador Benedito Valadares, ao Prefeito e o Dr. José Américo de Almeida.

Passando a apresentação dos pareceres das Comissões, foi pela 1ª Comissão apresentados os seguintes pareceres:

Nº 1, opinando pela discussão e aprovação do projeto nº 1 sobre orçamento municipal para 1938.

Idem sobre o projeto nº 2, autorizando a despender até a quantia de 4:000\$000 (réis) para remodelar a casa onde funciona as escolas Reunidas de Jaguarauçu.

Nº 3, Opinando pela discussão e votação do projeto nº 3 sobre melhoramentos do serviço de abastecimento d'água nesta cidade.

Nº 4, Opinando pela autorização de abertura de crédito suplementares e oferecendo para discussão e aprovação o projeto nº 4.

Parecer nº 5 sobre o empréstimo de 134:000\$000, oferecendo o projeto nº 5 sobre o serviço de água potável no Goiabal e estrada de automóvel desta cidade para Dionísio e projeto nº 5 abrindo um crédito necessário até a importância de 90:000\$000 para serviço de água no Goiabal.

Parecer nº 6 sobre o auxílio de 5:000\$000 à escola Normal Oficial desta cidade e oferecendo para discussão e votação o

Projeto nº 7, sobre autorização do pagamento ao sr. Joaquim Rolla da importância de 8:000\$000 logo que receber do Estado a referida importância, opinando pela sua aprovação e votação.

Ofereceu o projeto nº 8 sobre a reforma do Código Tributário do município, opinando pela sua discussão e aprovação.

Ofereceu o projeto nº 9, sobre representação do sr. Luiz Prisco de Braga e outros lembrando dar a logradouros públicos e ruas da cidade, nomes de prateanos ilustres, opinando pela sua discussão e aprovação.

Ofereceu o projeto nº 10, que submetidos à discussão e votação separadamente, foram unanimemente aprovados.

Em seguida pelo vereador Domingos Cota de Oliveira, membro da 2ª Comissão, foi requerido a nomeação de dois vereadores para servir na sua Comissão na ausência dos membros efetivos.

Deferido o requerimento, o sr. Presidente nomeou o vereador Domingos Cota de Oliveira e Antônio Pedro Braga para tomarem parte da referida Comissão.

Em seguida, pela 2ª Comissão foi apresentado o parecer nº 10 opinando pela discussão e aprovação do projeto nº 11, que ofereceu sobre a subvenção até 2:000\$000 a Associação Rural a ser criada nesta cidade e autorizando o Prefeito a adquirir até dez máquinas de extinguir formigas, que submetido a discussão e votação foi unanimemente aprovado.

Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente depois de dar para a ordem do dia de amanhã a 1ª discussão e votação dos projetos de lei de nº 1 a 11, declarou encerrada a sessão.

Do que para constar, eu, Maria Eugênia Braga, Diretora da Secretaria da Câmara municipal, lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO DO SEGUNDO SECRETÁRIO DA CÂMARA EM 02.10.1937.

Aos dois dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, às 12 horas, no recinto da Câmara municipal, compareceu o vereador Manoel Martins Gomes Lima, eleito na véspera 2º Secretário da Câmara e, perante o Presidente, prestou compromisso sendo em seguida empossado no referido cargo.

Para constar, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo Presidente, pelo empossado e pelo Secretário.

NOTA: Assinam o termo o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, como Presidente da Câmara, o farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, empossado como 2º Secretário e José Marinho Quintão, 1º Secretário.

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE DO SUPLENTE DE NELSON DE LIMA BRUZZI.

Aos dois dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, às 12 horas, achando-se presente o suplente de vereador Vicente d'Anunciação Braga, convocado para a vaga aberta pela renúncia do vereador Nelson de Lima Bruzzi, perante a Mesa da Câmara ora reunida, prestou compromisso e se empossou em seguida no cargo de vereador da Câmara municipal desta cidade.

Para constar, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo Presidente, pelo vereador empossado e pelo Secretário (2º) da Câmara.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 02.10.1937.

Aos dois dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, presentes o sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, Presidente da Câmara e os vereadores Antônio Pedro Braga, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, José Marinho Quintão, Domingos Cota de Oliveira, Pedro Soares de Azevedo, Domingos Amâncio Correa e Vicente d'Anunciação Braga, convocado para preencher a vaga existente, perante a Mesa prestou compromisso legal e tomou posse do cargo, faltando os demais vereadores sem causa participada.

Havendo número legal foi aberta a sessão. Em seguida assumiu compromisso e tomou posse de 2º Secretário o vereador Farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, eleito na sessão de ontem para o referido cargo.

Não estando presente o 1º Secretário, passou o 2º Secretário a ocupar o cargo do 1º, sendo convidado para substituí-lo o vereador José Marinho Quintão.

Em seguida foi feita a leitura da ata da sessão de ontem, que submetida a discussão e votação, foi aprovada por unanimidade de votos.

Tendo-se verificado uma vaga na 3ª Comissão com a renúncia do vereador Nelson de Lima Bruzzi, foi eleito para a referida vaga o vereador Vicente d'Anunciação Braga.

Não houve expediente. Passando-se à 2ª parte da ordem do dia foram apresentados à primeira discussão e votação os projetos nº 1 sobre orçamento e nº 9 sobre a reforma do Código do município que submetidos à primeira discussão e votação, separadamente, foram unanimemente aprovados em primeira discussão e votação.

Em seguida foram submetidos à discussão e votação os projetos nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, que submetidos à discussão e votação, separadamente, foram unanimemente aprovados em primeira discussão e votação.

Pelo vereador Domingos Cota de Oliveira foi requerido que se designasse o dia de amanhã, à hora regimental, para realização de uma sessão extraordinária e que se fizesse a devida convocação.

Aprovado esse requerimento, o sr. Presidente convocou os vereadores para uma sessão extraordinária amanhã à hora regimental.

Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente depois de dar para ordem do dia de amanhã a segunda discussão e votação dos projetos de nº 1 e 9 e nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, encerrou a sessão.

Do que para constar, eu, Maria Eugênia Braga, Diretora da Secretaria da Câmara municipal, lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 03.10.1937.

Aos três dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, presentes o sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira,

Presidente da Câmara, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, 2º secretário, servindo no lugar do 1º, José Marinho Quintão e os vereadores Antônio Pedro Braga, Domingos Cota de Oliveira, Domingos Amâncio Correa, Vicente d'Anunciação Braga e Henry de Caux, faltando os demais vereadores sem causa participada.

Havendo número legal foi aberta a sessão. Em seguida procedeu-se a leitura da ata da sessão anterior que submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade de votos.

Não houve expediente. Passando à segunda parte da ordem do dia, foram submetidos à segunda discussão e votação os projetos nº 1 sobre orçamento para 1938 e sobre a reforma do Código Tributário, que discutidos e votados separadamente, foram unanimemente aprovados em segunda discussão e votação.

Anunciada a segunda discussão do projeto nº 2, foi apresentada pelo vereador Manoel Martins Gomes Lima a seguinte emenda:

Art. (onde consta) fica o sr. Dr. Prefeito autorizado a abrir o crédito necessário para a execução do projeto nº 2, que sendo apoiada pela Casa, foi submetida a discussão e votação conjuntamente com o projeto nº 2, que foi aprovada por unanimidade de votos em segunda discussão e votação.

Em seguida foi submetida à discussão o projeto nº 3, sendo apresentada pelo vereador Manoel Martins Gomes Lima, a seguinte emenda:

Art. (onde convier). Fica o sr. Dr. Prefeito autorizado a abrir o necessário crédito para a execução do projeto nº 2, que submetida à discussão e votação conjuntamente com o projeto nº 3, foi unanimemente aprovada em segunda discussão e votação.

Em seguida foram submetidos à discussão os projetos nº 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, que discutidos separadamente, foram aprovados por unanimidade de votos em segunda discussão e votação.

Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente depois de dar a ordem do dia de amanhã para 3ª discussão e votação dos projetos 1 e 9, nº 2 e 3 e nº 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, encerrou a sessão.

Do que para constar, eu, Maria Eugênia Braga, Diretora da Secretaria da Câmara municipal, lavrei a presente ata que será assinada depois de aprovada.

A ÚLTIMA ANTES DO FECHAMENTO DA CÂMARA POR ATO DO GOVERNO FEDERAL, ENTÃO SOB O COMANDO DE GETÚLIO VARGAS.

Aos quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, à hora regimental, presentes os vereadores farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, José Marinho Quintão, Antônio Pedro Braga, Domingos Cota de Oliveira, Francisco Leoncio Rodrigues Rolla, Pedro Soares de Azevedo, Vicente d'Anunciação Braga e Henry de Caux, faltando com causa justificada o sr. Presidente da Câmara, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira e sem causa participada os demais vereadores.

Havendo número legal foi aberta a sessão, sobre a presidência do 2º Secretário sr. Farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, que convidou para 1º e 2º secretário, respectivamente, os vereadores Domingos Cota de Oliveira e José Marinho Quintão.

Lida a ata da sessão anterior que submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade de votos.

Passando-se ao expediente usou da palavra o vereador José Marinho Quintão para requerer que se constasse na ata de hoje um voto de pesar ao Presidente da Câmara sr. Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, pelo falecimento de sua irmã Soror Luiza Carmelita ocorrido ontem às 17 horas e que se designasse uma comissão de três vereadores para representar a Câmara nos seus funerais, que aprovado por unanimidade de votos, o sr. Presidente designou os vereadores Antônio Pedro Braga, José Marinho Quintão e Domingos Cota de Oliveira, para tomarem parte na referida comissão.

Passando à seguinte parte da ordem do dia, foram apresentados à terceira discussão e votação os projetos nº 1 e 9 e nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, que submetidos à discussão e votação separadamente, foram unanimemente aprovados em terceira discussão e votação e remetidos à Comissão de Redação final.

Em seguida foi pelo vereador José Marinho Quintão, requerido que fosse suspensa a sessão por 10 minutos para a Comissão de Redação final oferecer ainda na sessão de hoje os pareceres sobre as matérias a ela afetas. Submetido à discussão e votação esse

requerimento foi o mesmo aprovado, declarando o sr. Presidente suspensão a sessão por 10 minutos.

Reaberta a sessão foi pela Comissão de Redação final apresentados os pareceres nº 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, sobre os projetos nº 1 a 9 e nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, que submetidos à discussão e votação separadamente foram unanimemente aprovados e subiram a sanção.

Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente encerrou os trabalhos desta segunda reunião ordinária do corrente ano.

Do que para constar eu, Maria Eugênia Braga, Diretora da Secretaria da Câmara municipal, lavrei a presente ata que vai assinada depois de aprovada.

NOTA: Depois desta sessão a Câmara de vereadores de São Domingos do Prata somente foi reabrir em 1947.

Veja notícia sobre a irmã de caridade Luiza Carmelita de Lellis Ferreira nas páginas 62 final e 63 início, do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu.”

OUTRA VEZ É FECHADA A CÂMARA E EXTINTO O MANDATO DO PREFEITO.

Esta Câmara, cuja legislatura deveria durar até 1940, foi novamente fechada em 10.11.1937, com o implantação, por Getúlio Vargas, do chamado Estado Novo e outorga de uma nova Constituição Federal, publicada no Diário Oficial de 11.11.1937.

Por este ato, além de fechadas as Câmaras Municipais e outras Casas Legislativas, foram extintos os mandatos dos Prefeitos e novamente, de acordo com o artigo 27 da referida Carta Magna, os Prefeitos voltariam a ser de livre escolha do Governador do Estado.

Contudo, graças ao prestígio do Dr. Edelberto de Lellis Ferreira junto ao Palácio do Governo, não houve solução de continuidade, eis que o Dr. José Mateus de Vasconcellos, foi nomeado e governou até.

A partir daí, até a redemocratização, todos os Prefeitos do Prata, sempre sobre a liderança do Dr. Edelberto, passaram a ser nomeados por atos advindos do Palácio da Liberdade, nesta sequência:

- 16.08.1936 a 11.11.1937 - Dr. José Matheus de Vasconcellos (Eleição pela Câmara).**
- 28.11.1937 a 31.12.1941 - Dr. José Matheus de Vasconcellos.**
- 31.12.1941 a 19.10.1943 - Dr. Nelson de Lellis Ferreira.**
- 25.10.1943 a 17.02.1946 - Farm. Manoel Martins Gomes Lima.**
- 18.11.1945 a 03.12.1945 - Dr. Fernando Gomes de Carvalho (mandato temporário – Juiz de Direito).**
- 07.02.1946 a 17.12.1946 - Duval Mendes.**
- 03.01.1947 a 03.04.1947 - Dr. José Olímpio da Fonseca Filho.**
- 18.04.1947 a 28.12.1947 - Francisco de Paula Carneiro – (Chiquito de Moraes).**

NOTA: Veja os nomes de todos os Prefeitos desde 1890 até 31.01.1951, com os respectivos períodos dos mandatos e retratos, no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, página 299.

PRIMEIRA ELEIÇÃO APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO, REALIZADA EM 23.11.1947. (Legislatura 1948/1951) -

CHAPA ÚNICA.

Nesta eleição, pela primeira vez, todos os partidos se compuseram e lançaram uma chapa única, mas somente 13 tomaram posses, eis que alguns, embora eleitos, tiveram de ceder as vagas para outros, em virtude de parentesco, como demonstrado a seguir.

Os que tomaram posse na sessão do dia 28 de dezembro de 1948, foram estes:

PREFEITO – Dr. José Mateus de Vasconcellos.

**VICE-PREFEITO: Farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima
– (PSD) –**

VEREADORES:

1 -Dr. Antônio de Pádua Carneiro – (UDN) –

2 -Ézio de Araujo Silva – (UDN) –

3 -Félix de Castro – PSD) –

4 -Jaime de Moraes Quintão – (PSD) –

5 -José Izidoro Garcia – (PSD) –

6 -José Olímpio da Fonseca Filho – (PSD) –

7 -Lúcio Monteiro de Oliveira – (PR) –

8 -Nicolau Cristiano Moraes – (PSD) –

9 -Olinto Gomes Martins – (PSD) –

10-Oswaldo Gomes da Silva – (PR) –

11-Pedro Henriques Nicolau – (PSD) –

12-Peráclito Americano – (PSD) –

13-Raimundo Izidoro Braga - (UDN) -

Assim, no dia 28 do mês de dezembro de 1947, em sessões presididas pelo juiz da Comarca, foi reinstalada a Câmara e tomaram posses os vereadores, o prefeito e o vice acima, os primeiros eleitos após a redemocratização do país em 1945. (Foram duas sessões no mesmo dia).

INCOMPATIBILIDADE EM VIRTUDE DE PARENTESCO.

1 – Entre José Cecílio de Moraes e Cristiano de Moraes, havia incompatibilidade por serem cunhados. Por ter sido mais votado, ficou coma a vaga Cristiano de Moraes.

Para o lugar de José Cecílio de Moraes foi convocado e empossado o suplente Dr. Antônio de Pádua Lima, da U.D.N (União Democrática Nacional).

2 – Nova incompatibilidade entre José de Castro Drummond e Antônio de Pádua Lima, por também serem cunhados.

Ficou resolvido com a renúncia de José de Castro Drummond, tendo sido convocado o seu suplente da U.D.N. Raimundo Izidoro Braga.

Para Presidente da Câmara foi eleito pelos demais vereadores empossados, o Dr. José Olímpio da Fonseca Filho e Vice-Presidente o dr. Antônio de Pádua Lima.

NOTA: Na sessão ordinária de 14.02.1949, renunciou ao seu mandato o vereador Peráclito Americano, tendo tomado posse em seu lugar o primeiro suplente do P.S.D (Partido Social Democrático), o sr. Vicente de Oliveira Lima.

No texto sobre a sessão de 14.02.1949 há os motivos da renúncia do vereador Peráclito Americano.

Em 12.10.1949 quem renunciou foi José Izidoro Garcia, tendo sido empossado em seu lugar o suplente pelo P.S.D. Cornélio Domingues Gomes.

O motivo da renúncia foi o mesmo do de Peráclito Americano.

Artigo 19, da lei nº 2, de 14.09.1891 (Lei de organização municipal):

“Não podem servir conjuntamente, na mesma câmara municipal (...):

1º - Ascendentes e descendentes.

2º - Irmãos.

3º - Sogro e genro.

4º - Cunhados durante o cunhadio.

5º - Dois ou mais membros de uma mesma firma comercial competentemente legalizada.”

NOTA: Portanto, houve ainda, no decorrer da legislatura, renúncias e alguns suplentes tomaram posse.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 28.12.1947, ÀS 20:00 HORAS.

POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO.

Estiveram presentes todos os 13 vereadores empossados na manhã do mesmo dia.

Foram empossados como Prefeito o Dr. José Mateus de Vasconcellos e Vice-Prefeito o farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima.

Estiveram presentes, entre outros, o padre Geraldo Barreto Trindade, o juiz da comarca Dr. Fernando Gomes de Carvalho, Benjamim Gomes Torres e Dr. Pedro Rolla Sobrinho.

NOTA: Quem lavrou a ata foi o vereador Oswaldo Gomes da Silva.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 29.12.1947, ÀS 16:00 HORAS.

Foi apresentado o anteprojeto do Regimento Interno da Câmara, elaborado pelo departamento de Assistência aos Municípios e publicado no jornal “O Minas Gerais”, órgão oficial do Estado, do dia 11.12.1947, tendo sido aprovado por unanimidade na sessão do dia seguinte.

Constou na ordem do dia um convite da Aliança Trabalhista de João Monlevade endereçada ao Prefeito Municipal pedindo a nomeação de uma representação do município para tomar parte em uma manifestação do exmo. Sr. Dr. Louis Ensck, Diretor Geral da Cia. Belgo Mineira, em João Monlevade, às 15 horas do dia 1º de janeiro próximo vindouro.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO MESMO DIA 30.12.1947, ÀS 14:00 HORAS.

Nesta sessão, com a incorporação de duas emendas, que passaram a ser os artigos 32 e 82, foi aprovado o Regimento Interno da Câmara, tendo o mesmo sido promulgado pelo Presidente.

Em seguida, em escrutínio secreto, foram escolhidos os vereadores membros das seguintes Comissões permanentes da Câmara:

- 1 – Finanças, Justiça e Legislação.**
- 2 – Obras Públicas, Viação e Agricultura.**
- 3 – Educação e Saúde.**

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 31.12.1947.

SUBSÍDIO PARA O PREFEITO E AJUDA DE CUSTO PARA OS VEREADORES.

Foi nomeada uma Comissão para visitar o vereador José Izidoro Garcia que se encontrava doente, composta dos vereadores Lúcio Monteiro de Oliveira, Félix de Castro e Ézio de Araujo Silva.

Nesta sessão foram apresentados três projetos de lei:

Um se referia ao subsídio e representação do Prefeito.

Outro sobre ajuda de custo para os vereadores.

O terceiro, se referia a venda das ruínas do prédio da escola do distrito de Jaguaraçu.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 02.01.1948.

VISITA A DOIS VULTOS DO MUNICÍPIO.

O vereador Oswaldo Gomes da Silva propôs uma visita da Câmara a dois homens considerados vultos do município, o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira e Capitão Dico.

Realizou-se ainda uma indicação pedindo a criação de uma escola na localidade denominada de Passa Tempo.

Projeto de lei para criação de uma escola no local denominado Simão, no distrito de Vargem Linda.

Projeto de lei para construção de uma ponte no ribeirão Jacuba, no distrito de Jaguarauçu.

Projeto de lei para criação de uma escola em Barra do Caminho no distrito de Marliéria.

Requerimento do vereador Antônio de Pádua Lima pedindo a reintegração de dona Judith Gomes Lima no cargo de enfermeira da Prefeitura.

NOTA: Veja o povoado de Vargem Linda em 1896 e em 1884, quando ainda pertencia a Mariana, nas páginas 24/25 e 91 do livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 06.01.1948.

VISITA AO PADRE GERALDO BARRETO TRINDADE E AO TÚMULO DE PAULO ROLLA PERDIGÃO.

Foi proposto pelo vereador Oswaldo Gomes da Silva uma visita dos membros da Câmara ao padre Geraldo Barreto Trindade.

Outra no mesmo sentido de iniciativa do vereador Dr. Antônio de Pádua Lima, propondo uma visita ao túmulo do conterrâneo Paulo Rolla Perdigão.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 13.02.1948.

ÔNIBUS CONDUZINDO VEREADORES DOS DISTRITOS.

Falou o vereador Jaime de Moraes Quintão dizendo o motivo pela qual alguns vereadores faltaram à sessão anterior, qual seja o mau tempo, o que fez que o ônibus que os conduzia à sede, não chegasse a tempo.

Foram estes os vereadores que faltaram à sessão do dia anterior, 12.02.1948:

1 – Jaime de Moraes Quintão.

2 – Félix de Castro.

3 – Pedro Henrique Nicolau.

4 – Lúcio Monteiro de Oliveira.

5 – Olinto Gomes Martins.

6 – Peráclito Americano.

7 – Antônio de Pádua Lima.

8 – José Izidoro Garcia.

9 – Cristiano de Moraes.

NOTA: Havia alguns que eram da Sede.

O vereador Ézio de Araujo Silva apresentou um projeto de lei para criar uma escola municipal no lugar denominado Córrego de Santo Antônio, no distrito de Marliéria.

Também o vereador Jaime de Moraes Quintão apresentou um projeto de lei para criar uma escola municipal no lugar denominado Barra do Córrego Palmital, Ribeirão da Oncinha, na divisa do distrito de Marliéria e Jaguarçu.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA E SOLENE EM 15.02.1948.

ENTRONIZAÇÃO DE SANTO.

Nesta sessão solene compareceram, entre outras autoridades e grande número de habitantes, o Prefeito (Dr. José Mateus de

Vasconcellos), o Vice-Prefeito, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, o Juiz da Comarca e o padre Geraldo Barreto Trindade.

O objetivo seria a benção e entronização da imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo na sala de sessões da Câmara.

O Presidente da Câmara disse que a imagem tinha sido oferecida à Câmara por um pratiano que pediu fosse o seu nome omitido.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 30.06.1948.

ESTRADAS DE RODAGEM.

Uma mensagem do Prefeito pedindo a conservação das estradas de rodagens Prata-Nova Era, Prata-Monlevade, Prata-Dom Silvério, acompanhado de um ofício do Diretor Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens mostrando a inconveniência do trânsito de carros de bois com rodas travadas nas citadas estradas.

NOTA: CONSERVAÇÃO DA ESTRADA SÃO DOMINGOS DO PRATA/SAÚDE – 1934 –

“Quando a conservação da estrada de automóvel que ligava esta cidade à estação de Saúde, na Leopoldina Railway, era feita diretamente pelo Estado, despendia este muitas dezenas de contos por ano e bastava uma semana de chuvas para que o trânsito de veículos ficasse completamente paralisado.

Há dois anos mais ou menos, a Secretaria da Agricultura encarregou a Prefeitura desta cidade do serviço de conserva da mesma estrada, mediante uma mensalidade que se podia taxar de ridícula comparada com a vultosa soma até então despendida, pois que o dispêndio do Estado ficou reduzido a menos de um conto de réis mensais.

Si naquela época apesar dos grandes dispêndios, havia constantes interrupções na estrada, acontece, em compensação, que

depois que a nossa Prefeitura tomou a seu cargo tais serviços, nunca mais o trânsito ficou impedido.....”

Jornal “A Voz do Prata”, edição de 6 de maio de 1934.

NOTA: O Prefeito Municipal na época era o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, em cujo mandato, inclusive, foi construída a estrada, como demonstrado nas páginas 27/29, do livro “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata da primeira metade do século XX”, o mesmo ocorrendo, já nas páginas 30/31, com a construção da estrada Prata/Nova Era.

No mesmo sentido, citando o Decreto estadual, nas páginas 166/167, da 2ª edição do livro “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua história.”

POSTO AGROPECUÁRIO.

Outra mensagem sobre a doação de um terreno, com área necessária, para instalação de um posto Agropecuário, doação a ser feita ao Ministério da Agricultura.

Na sessão ordinária do dia 02.07.1948, o vereador Oswaldo Gomes da Silva requereu a leitura do Decreto que regulamentaria o Posto Agropecuário, sua mensagem e finalidade.

Já na sessão extraordinária do mesmo dia, 02.07.1948, realizada às 19:00 horas, foi discutido um projeto para um empréstimo de Cr\$ 150,00 (Cento e cinquenta mil cruzeiros) para compra de um terreno a ser doado ao Ministério da Agricultura para instalação do Posto Agropecuário.

Na sessão ordinária do dia 03.07.1948, pelo vereador Ézio de Araujo Silva foi requerida a inserção em ata de um voto de louvor e agradecimento do povo pratiano ao Ministro Daniel Serapião de Carvalho pela instalação do Posto Agropecuário no município.

Também, o nome de todos os pratianos que colaboraram com doações para a compra do terreno a ser doado ao Ministério da Agricultura para instalação do Posto Agropecuário.

NOTA: Daniel Serapião de Carvalho era filho de Antônio Serapião de Carvalho, primeiro Juiz da Comarca. Embora tenha nascido em Itabira, morou em parte de sua infância em São Domingos do Prata.

Em seu discurso de despedida em 1951, o Prefeito Dr. José Mateus de Vasconcellos, cita ainda os seguintes benefícios em seu governo:

“...Cabe aqui justa menção neste ato a obtenção de outros benefícios do governo federal, embora menores que a ferrovia...:

São eles, o posto agropecuário e escolas rurais de Piedade e Vista Alegre, todas concluídas, mas são oficialmente ignoradas.

Este trabalho político se deve, no Ministério federal, ao eminente sr. Dr. Daniel Serapião de Carvalho e fora dele, a excelente intermediação de nosso distinto conterrâneo Mário Rolla.

Ainda do esforço de Mário Rolla e aqui tão somente dele, por sua amizade como o Diretor do I.N.E.P. Dr.....Braga, conforme tive oportunidade de testemunhar em minha última estadia no Rio de Janeiro, conseguiu à Vila Goiabal um excelente grupo escolar, de orçamento de Cr\$ 250.000,00, para o que o povo de Goiabal está em vias de doar o terreno de 10.000 m2 exigidos pela cooperação.

Só posso me referir, e com prazer, à construção do Grupo Escolar de Jaguaraçu no valor de 183.000,00, já inaugurado e prestando inestimável serviço à população escolar daquela próspera vila.

Esse grupo se deve ao trabalho político, exclusivo, do distinto filho de Jaguaraçu cujo nome pronuncio com satisfação e cuja colaboração agradeço em nome da administração municipal: o Cel. José Moreira, DD. proprietário da Casa Áurea de Belo Horizonte.....”

FONTES: “São Domingos do Prata: Fragmentos de sua História”, páginas 147/151 e “Quatro Prefeitos de São Domingos da primeira metade do século XX (...)”

SESSÃO ORDINÁRIA EM 02.07.1948.

PRAÇA DO FÓRUM.

Foi lido um ofício de pessoas residentes na Praça do Fórum (Veja nota abaixo) pedindo fosse construído um esgoto para que fossem desviadas as águas pluviais no trecho da Rua Getúlio Vargas, que parte do hospital Nossa Senhora das Dores à Praça do Fórum.

NOTA: Praça do Fórum era o nome popular. Originalmente chamava-se Praça Domingos Marques Afonso e depois Praça São Pedro. Ela abrangia todo o quarteirão onde hoje em dia situam-se, entre outros, o prédio da Prefeitura e da Câmara, as escolas Duval Mendes e Cel. Francisco Rolla e o prédio atual do fórum.

Do discurso de despedida do Prefeito, Dr. José Mateus de Vasconcellos, publicado no livro “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata da primeira metade do século (...)”, extraio este trecho:

“(...) a construção da rede pluvial na Praça Domingos Marques Afonso, apesar das despesas de Cr\$ 20.300,00 com a aquisição de manilhas de concreto, hoje postadas naquela praça aguardando a decisão do D.N.E.F. para locação definitiva e sua execução de uma só vez, como ditou a prudência (...)”

Portanto, no governo do dr. Mateus 1948/1951, a Praça ainda se chamava Domingos Marques Afonso.

Veja ainda as sessões ordinárias dos dias 13.10.1948, 14.02.1949 e 31.01.1951.

OBSERVAÇÃO: A rua Getúlio Vargas vai da Praça Luiz Prisco de Braga (Praça do hospital) até a Praça Francisco Mendes, de modo que ela passava na rua em frente à Praça São Pedro (Ex – Domingos Marques Afonso), que não mais existe.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 03.07.1948.

Foi lido um requerimento do sr. Pelágio Gomes Domingues, funcionário da Prefeitura, pedindo aumento de salário.

O requerimento foi encaminhado ao Prefeito Municipal sob a alegação de ser privativo dele o aumento de salários de qualquer funcionário do município.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05.07.1948, ÀS 19:00 HORAS.

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORAS A TÍTULO PRECÁRIO.

Lida a indicação para se conceder a contratação, a título precário, de professoras com mais de 40 anos de idade. Após aprovado, foi encaminhada ao Prefeito.

Nesta sessão, por motivo de saúde, o vereador José Izidoro Garcia pediu licença por cinco meses.

Concedida a licença, foi convocado o suplente, Vicente de Oliveira Lima, que tomou posse na sessão de 21.07.1948.

NOTA: Este vereador suplente, se tornaria efetivo em face da renúncia de outro vereador, como demonstrarei quando noticiar a sessão de 14.02.1949.

CASAS POPULARES.

Lida uma mensagem do Prefeito, que se converteu em um projeto de lei, referindo-se a aquisição de uma área de terreno por contribuição financeira popular e doação desta à Fundação da Casa Popular, para nele construir casas populares destinadas pela Fundação a este município.

LOTE NO LAVA-PÉS.

Outro projeto de lei de iniciativa do Prefeito para venda de um lote de terras urbanas, no local denominado Lava-pés, na sede do município.

NOTA: No período do mandato do Prefeito dr. José Mateus de Vasconcellos em que foi Presidente da Câmara o vereador Dr. José Olímpio de Castro Filho, quem lavrava as atas era o vereador Oswaldo Gomes da Silva.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 23.07.1948, ÀS 8:00 HORAS.

Nesta sessão foi aprovado, em 3ª discussão, o novo Código de Posturas do Município.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 12.10.1948.

ROUBO DE ANIMAIS.

Um ofício assinado por três pequenos agricultores residentes no distrito de Sant'Anna do Alfié pedindo à Câmara a intercessão junto ao Chefe de Polícia do Estado de Minas, para dispensar mais interesse na captura de ladrões de animais, que vinham agindo no município.

Uma carta do sr. Mário Rolla acusando o recebimento de uma mensagem de agradecimento lhe enviada pela Câmara.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 13.10.1948.

PRAÇA DO FÓRUM – DOMINGOS MARQUES AFONSO.

Pelo vereador Vicente de Oliveira Lima foi apresentado um projeto de lei para se colocar uma placa na Praça do Fórum de nome Domingos Marques Afonso e que fosse dada àquela Praça o nome dele.

(Ver sessão de 14.02.1949)

SESSÃO ORDINÁRIA EM 12.02.1949.

(NOVA ELEIÇÃO INTERNA PARA PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO DA CÂMARA).

Feita a apuração dos votos para o exercício de 1949, em escrutínio secreto, foi eleito para Presidente da Câmara o vereador Ézio de Araujo Silva, Vice-Presidente Félix de Castro e Secretário Oswaldo Gomes da Silva.

Foram eleitos também os vereadores que comporiam as Comissões permanentes da Câmara.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 14.02.1949.

POSSE DEFINITIVA DO VEREADOR VICENTE DE OLIVEIRA LIMA E RENÚNCIA DE OUTRO VEREADOR.

Por residir em Dionísio, distrito que se emancipou em 1º.01.1949, tornando-se município, renunciou ao cargo de vereador da Câmara Municipal de São Domingos do Prata o sr. Peráclito Americano.

Tomou posse definitivamente em seu lugar (Antes estava substituindo temporariamente a outro vereador), o suplente Vicente de Oliveira Lima, pelo P.S.D. (Partido Social Democrático).

DELIMITADA A ÁREA URBANA E SUBURBANA DE JUIRAÇU E CÔNEGO JOÃO PIO.

Nesta sessão foi apresentado um projeto de lei delimitando as áreas urbanas e suburbanas das vilas de Juiraçu e Cônego João Pio.

USINA ELÉTRICA.

Exibido projeto de lei propondo abertura de um crédito especial para despesas com obras de proteção da usina de eletricidade destruída com os últimos temporais.

TERRENOS PARA FLAGELADOS.

Exibido projeto de lei visando cessão de terrenos da Prefeitura para construções de moradias, em benefício dos flagelados das últimas tempestades.

VEREADOR DESLIGANDO-SE DO P.S.D.

Ainda nesta sessão, o vereador Jaime de Moraes Quintão comunica os motivos pelos quais se desligava do Partido Social Democrático (P.S.D.), pelo qual havia sido eleito.

PRAÇA DO FÓRUM.

Nesta sessão se aprovou, em 3ª e última discussão, o projeto de lei apresentado na sessão de 13.10.1948 pelo vereador Vicente de Oliveira Lima, dando o nome de Domingos Marques Afonso à Praça do Fórum e autorizada a confecção da placa.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 11.07.1949.

INSTALAÇÃO DA COMARCA DE NOVA ERA.

A Câmara recebeu um cartão da Comissão encarregada de promover as comemorações relativas a instalação da comarca de Nova Era, convidando a Câmara para tomar parte dos festejos.

NOTA: Em 1903, houve uma ameaça de extinguir a comarca de São Domingos do Prata conforme noticiado nas páginas 37/39 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu.”

CHAFARIZ EM GOIABAL.

Lido um abaixo assinado de senhores pobres residentes em Goiabal, solicitando do Prefeito do município a construção de um chafariz público na rua Dr. Mateus, naquele distrito.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 12.07.1949.

Anunciado um telegrama do Deputado Federal Carlos Luz enviado à Câmara Municipal comunicando ter o Presidente da República autorizado o início da construção da Estrada de Ferro ligando Dom Silvério a Nova Era, passando pelo município de São Domingos do Prata.

Na sessão do dia seguinte, 13.07.1949, o vereador José Olímpio da Fonseca Filho e outros requerendo fosse expedido um ofício ao Presidente Eurico Gaspar Dutra, agradecendo por haver determinado a construção da estrada de ferro, que ligaria o nosso município aos grandes centros do país.

Na mesma sessão, por iniciativa do vereador Oswaldo Gomes da Silva foi solicitada a visita dos membros da Câmara ao Prefeito Municipal pelos esforços despendidos junto ao Deputado Carlos Luz para obtenção da estrada de ferro.

Na sessão ordinária do dia 12.10.1949, o Prefeito mandou convidar a Câmara para assistir as solenidades do início dos serviços de terraplenagem da Estrada de Ferro, em data que seria previamente comunicada.

Já na sessão ordinária do dia 14.02.1950, foi lido um telegrama assinado por Omar Carneiro Ribeiro, chefe da ferrovia em construção que ligaria Dom Silvério a Nova Era, passando por São Domingos do Prata, comunicando ter o Presidente da República, através de Decreto do dia 20.10.1949, aprovado projetos e orçamentos da citada ferrovia em construção.

Na sessão ordinária de 10.10.1950, apresentado um projeto de lei para denominar de engenheiro Omar Carneiro Ribeiro a avenida que ligaria a Estação Ferroviária ao centro da cidade.

(Seria, mais ou menos, da altura da atual Estação Rodoviária, até o centro – Ver sessão de 21.03.1961).

Ainda nesta sessão, foi aberto um crédito para auxiliar a construção da ponte de concreto armado ligando a cidade à Estação Ferroviária.

Na sessão ordinária do dia 10.07.1952, foi lido na Câmara um ofício da Câmara de Deputados comunicando a apresentação na Casa

de um voto de congratulações ao município pela construção do Ramal Ferroviário.

NOTA: No meu livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...), junto, em páginas seguidas, notícias sobre esta ferrovia, desde o ano de 1893.

Dr. Mateus em um pronunciamento, reproduzido no livro acima e também no de “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata da primeira metade do século XX”, trouxe à baila uma síntese sobre esta construção e dele extraio este pequeno trecho:

“(...) A ligação é de 72 quilômetros apenas, mas destes, 37 quilômetros e 418 metros estão concluídos e terraplenados, faltando apenas para conclusão, apenasmente, 34 quilômetros e 582 metros.

Dos 6 milhões e 200 mil m³, já foram escavados 3.800 mil m³, restando 2 milhões e 400 mil para terraplenar.

Ainda mais, as ligações das extremidades, Dom Silvério e Alvinópolis e Nova Era São Domingos do Prata estão quase concluídas e poderiam ser rapidamente inauguradas, se diversa e imutável determinação de V. Excia. modificasse a do D.N.E.F. de atacar toda linha para inaugurá-la integralmente, no mesmo momento (...)”

Dr. Mateus passou o seu governo para Félix de Castro em janeiro de 1951. Durante o período do governo de Félix de Castro não apurei se a obra de construção do ramal ferroviário teve algum progresso.

Contudo, o responsável pelo desaquecimento das construções de ferrovias no Brasil foi Juscelino Kubitschek, a partir do momento em que assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1956. (Governou até 31 de janeiro de 1961).

Juscelino optou para dar prioridade à construção de rodovias, em face da implantação da indústria automobilista no país.

Encontrei no ‘site’ da história das estações ferroviárias do Brasil, a seguinte notícia sobre o tema:

“.....O curioso foi constatar que, em algum momento, a Rede iniciou as obras de construção de uma linha que ligaria Dom Silvério a Nova Era, para encontrar a E.F. Vitória-Minas.

Este projeto nunca foi concluído, porém muita grana foi jogada fora com obras hoje abandonadas: viadutos, pontes, túnel, aterros e cortes numa extensão de uns 10 km.

A preparação do leito teria chegado até Nova Era, o que aumentou o desperdício.....”

Na minha infância, recordo-me de tratores ‘rasgando’ o morro e o enorme corte feito na terra, onde hoje se localiza a Avenida Paulino Cícero.

Por analogia e frustração por ter sido em vão tão enorme esforço de gerações de pratianos, reporto-me a Carlos Drummond de Andrade e ao final de seu poema ‘Triste Horizonte’, em que demonstrava o quanto sentia pela destruição, entre outras paisagens de sua mocidade, da serra do Curral em Belo Horizonte:

“Sossega minha saudade. Não me cicies outra vez o impróprio convite. Não quero mais, não quero ver-te, meu Triste Horizonte e destroçado amor”.

Em 1960 (veja neste livro) Mário Rolla, quando Deputado Estadual, ainda tentou ressuscitá-la.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 13.07.1949 –

CONTRUÇÃO DE ESTRADA DE RODAGEM ENTRE ILHÉUS E LUCAS.

Apresentada na sessão uma indicação do vereador Dr. Antônio de Pádua Lima no sentido de ser concedida uma verba para a construção de uma estrada de rodagem ligando o distrito de Ilhéus ao povoado de Lucas.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 10.10.1949 –

PROFESSORA FILHINHA PEDINDO AUMENTO.

Ofício enviado por Rita de Cássia Lima solicitando à Câmara aumento de seus vencimentos pelos serviços que ela prestava como Diretora da Secretaria.

NOTA: Ela foi a professora de francês de inúmeras gerações de pratianos. Era filha de Antônio Fernandes de Azevedo Barros (Nico Barão, foi proprietário do pasto onde hoje se localiza o Bairro Retiro e a Escola Marques Afonso) e de Altina Rosa de Lima, irmã do farmacêutico Joaquim Augusto Gomes Lima.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 11.10.1949.

ESTRADA LIGANDO A SEDE A ALFIÉ, JAGUARAÇU E MARLIÉRIA.

Pelos vereadores Félix de Castro, Jaime Moraes Quintão e Oswaldo Gomes da Silva foi apresentado um projeto de lei indicando ao governo municipal a necessidade da reforma de uma ponte sobre o Ribeirão do Alfié e da estrada que ligava a sede do município com o distrito de Jaguaraçu passando por Alfié e Marliéria.

NOTA: Veja a conclusão desta estrada no livro “Revivendo a história de São Domingos do Prata”, 2ª edição, página 187.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 12.10.1949.

RENÚNCIA DO VEREADOR JOSÉ IZIDORO GARCIA E POSSE DE SEU SUPLENTE CORNÉLIO DOMINGUES GOMES.

Neste dia, nas presenças do Presidente da Câmara, vereador Ézio de Araujo Silva e outros vereadores, tomou posse, em face da renúncia

de José Izidoro Garcia, o suplente de vereador pelo P.S.D., o sr. Cornélio Domingues Gomes.

O motivo da renúncia foi o mesmo do vereador Peráclito Americano. Em face da emancipação do distrito de Dionísio e sendo residente neste distrito, não mais podia pertencer a Câmara de vereadores de São Domingos do Prata.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 13.02.1950 –

NOVO PRESIDENTE DA CÂMARA.

Sessão convocada para eleição da Mesa da Câmara no exercício de 1950.

Realizada a votação, em escrutínio secreto, os vereadores escolheram para Presidente da Câmara no ano de 1950, o vereador Dr. José Olímpio da Fonseca Filho.

Para Vice-Presidente o Dr. Antônio de Pádua Lima e Secretário, ainda responsável para elaborar as atas, o vereador Oswaldo Gomes da Silva.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 14.02.1950.

JOAQUIM ROLLA E HOTEL QUITANDINHA.

Foi lido um cartão de Joaquim Rolla enviando esclarecimentos sobre o fechamento do Hotel Quitandinha.

NOTA: Em 1941, foi autorizada a construção, pelo Joaquim Rolla, do Hotel Quitandinha, na cidade de Petrópolis.

O hotel teria 400 apartamentos podendo hospedar cerca de 600 pessoas. Tinha uma área imensa de lazer e jogos. Seria e foi, quando concluído, o maior e mais luxuoso hotel do Brasil e um dos maiores do mundo.

Veja as memórias de Joaquim Rolla nas páginas 340/346 do meu livro “Noticias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”.

A FAZENDA DO SEARA E JOAQUIM ROLLA.

Não consta das memórias um feito de Joaquim Rolla, contado por João Perdigão e Euler Corradi no livro “O Rei da Roleta”, salvando da falência a fazenda do Seara, em São Domingos do Prata, de propriedade do coronel Francisco Leoncio Rodrigues Rolla.

A história está narrada nas páginas 130 e 131 da mencionada obra.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 24.05.1950.

DOAÇÃO DE TERRENO DA PREFEITURA.

Foi apresentado um substitutivo ao projeto de iniciativa do Prefeito se referindo a doação de uma área de terreno situada na Praça Cel. Frade (Antônio Rodrigues Frade).

SESSÃO ORDINÁRIA DE 12.07.1950.

CONGRESSO NO HOTEL QUITANDINHA.

O vereador dr. Antônio de Pádua Lima disse ter representado a Câmara no 1º Congresso Nacional de Municípios brasileiros, realizado em abril de 1950, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

NOTA: Veja formatura do Dr. Antônio de Pádua Lima na página 190 do livro “Revivendo a história de São Domingos do Prata”, 2ª edição.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 26.01.1951.

ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA O ANO DE 1951, EMBORA A LEGISLATURA JÁ ESTIVESSE FINDANDO.

Realizada a votação secreta, foi reconduzido à Presidência da Câmara o dr. José Olímpio da Fonseca Filho, continuando também como Vice-Presidente Dr. Antônio de Pádua Lima e Secretário Oswaldo Gomes da Silva.

Depois, como sempre, houve a eleição dos vereadores que comporiam as diversas Comissões permanentes.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 27.01.1951.

SECRETÁRIO INTERINO.

Para esta sessão, em face da ausência do titular, foi nomeado secretário interino, o vereador Raimundo Izidoro Braga, portador de uma caligrafia excelente, embora a do titular, Oswaldo Gomes da Silva, também fosse bem legível.

SESSÃO ESPECIAL EM 31.01.1951.

INSTALAÇÃO DA NOVA CÂMARA MUNICIPAL QUE IRIA REGER OS DESTINOS DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 1951/1954.

DIPLOMAÇÃO DOS NOVOS VEREADORES.

Estiveram presentes nesta sessão o Juiz de Direito da Comarca o Dr. Henrique de Paula Ricardo, Dr. José Mateus de Vasconcellos, farmacêutico Manoel Martins Gomes Lima, Dr. Edelberto de Lellis

Ferreira, padre Geraldo Barreto Trindade, Dr. Geraldo de Moraes Quintão, Herculano Gomes de Queiroz, José Índio do Brasil, Dr. Kleber Drumond e outras autoridades e pessoas do povo.

Tomaram posse e foram diplomados os seguintes vereadores:

- 1 – Padre João Batista Neto (Escolhido Presidente da Câmara).**
- 2 – Júlio Dias Duarte.**
- 3 – Raimundo Izidoro Braga.**
- 4 – Antônio Carlos Moreira.**
- 5 – Geraldo Vasconcelos Santiago.**
- 6 – Joaquim Pereira Filho.**
- 7 – Amantino de Araujo Silva.**
- 8 – Dr. Antônio de Pádua Lima.**
- 9 – Teodolindo Moreira de Miranda.**
- 10 – José Henrique Nicolau.**
- 11 – Oswaldo Gomes da Silva.**
- 12 – Maria do Carmo Rolla Perdigão. (Posse em 28.02.1951)**
- 13 – Geraldo Cotta (Foi eleito, mas nunca tomou posse e nem a câmara convocou o suplente).**

O vereador mais votado, em escrutínio secreto, e eleito pelos seus Pares para Presidente da Câmara foi o padre João Batista Neto.

Para Vice-Presidente foi eleito Teodolindo Moreira de Miranda e Secretário Geraldo Vasconcelos Santiago.

SESSÃO ESPECIAL EM 31.01.1951, ÀS 15:00 HORAS.

POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO.

Foram diplomados e tomaram posses como Prefeito e Vice-Prefeito respectivamente, Félix de Castro e Dr. José Olímpio da Fonseca Filho.

Falou, entre outros, o Dr. Geraldo de Moraes Quintão, em nome do Partido Social Democrático (P.S.D.), sob cuja legenda foram eleitos os empossados.

SESSÃO EM 28.02.1951.

TERMO DE COMPROMISSO DA VEREADORA MARIA DO CARMO ROLLA PERDIGÃO.

Às 16:00 horas, no salão próprio do edifício da Câmara Municipal, à Praça Manoel Martins (Vieira), na presença dos vereadores e outras pessoas, Maria do Carmo Rolla Perdigão apresentou o seu diploma expedido pelo Juízo eleitoral da comarca e foi empossada.

Na sessão de 03.04.1951 foram eleitos os vereadores para compor as Comissões permanentes da Câmara.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 03.04.1951, ÀS 15:00 HORAS.

MOVIMENTO DE CARÁTER COMUNISTA SENDO RECHAÇADO PELA CÂMARA.

Foi lido um ofício do secretário do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, sediado no Rio de Janeiro, pedindo apoio da Câmara para a sua associação.

Pedindo a palavra, o vereador Geraldo Vasconcelos Santiago requereu que a Câmara não desse tal apoio e nem oferecesse qualquer resposta, dado o seu caráter comunista, tendo logo recebido apoio do vereador Oswaldo Gomes da Silva.

Colocado em discussão e votação, a Câmara, por unanimidade, aprovou o requerimento do vereador e determinou o arquivamento do ofício.

PLANTA CADASTRAL E USINA ELÉTRICA.

Nesta sessão, entre outros projetos, o Prefeito pediu autorização para confecção da planta cadastral da cidade e outro pedindo para contrair empréstimo para reforma da usina elétrica da cidade.

Na sessão ordinária do dia 31.01.1951, foi aberto pela Câmara um crédito especial para pagamento do restante das despesas feitas com o levantamento da planta cadastral da cidade.

ÁGUA POTÁVEL EM JAGUARAÇU E REFORMA NA DE GOIABAL E MARLIÉRIA.

Outro projeto apresentado pelo Prefeito foi no sentido de fazer instalação de água potável em Jaguaraçu e reforma nas das vilas de Marliéria e Goiabal.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE.

Na sessão do dia 10.10.1951, o Prefeito Félix de Castro apresentou à Câmara um plano para urbanização da cidade.

BAIRRO ABERTO PELO PREFEITO FÉLIX DE CASTRO NA ÁREA CENTRAL.

Na página 73 do livro de Paulino Cícero, “Meus cadernos – De São Domingos do Prata a Brasília”, 2ª edição, o autor menciona:

“Na hora de entrar na escola, o velho prédio do Cônego João Pio estava em reforma.

Diga-se, aliás, de passagem que o vetusto edifício pagou sempre um alto preço ao desenvolvimento da cidade.

Do lado direito, abrindo o NOVO BAIRRO NO QUINTAL DE MANOELZINHO OURIVES, o Prefeito Félix de Castro lambeu para a Prefeitura os terrenos de seu campo de voleibol, dele fazendo a Rua Capitão Albano de Moraes.

Na realidade, há um pequeno equívoco por parte do ilustre pratiano.

Originalmente, o local era de propriedade de Manoelzinho ourives e ali existia o sobrado e um extenso terreno no fundo, onde havia até um lago.

Contudo, o proprietário na época em que Félix de Castro loteou o terreno, era o ex-Prefeito (parente de Manoelzinho) Manoel Martins Gomes Lima (Neneco), que, por volta de 1950/51, o vendeu, junto com o sobrado, ao sr. Félix de Castro.

O sobrado, em que eu residi junto aos meus pais e irmãs (eu era filho do ex-Prefeito Manoel Martins Gomes Lima), foi demolido por Félix de Castro e em seu lugar surgiu o Posto Esso, o primeiro posto de gasolina na cidade e ficava logo atrás do antigo prédio da Prefeitura.

Recordo, na minha infância morando no sobrado que, nos fundos, seja chamado de quintal ou terreiro, havia diversas coisas. O meu pai tinha uma vaca que fornecia o leite diário para consumo da família.

A minha mãe cultivava uma horta e tinha criação de galinhas. Além de professora do Grupo Escolar Cônego João Pio, vendia, para ajudar no orçamento familiar, frangos e ovos.

Havia ainda um paiol. Certa vez, possuía por volta de 5 ou 6 anos, ali começou um pequeno incêndio, na minha inocência escondi atrás de uma mesa de madeira, sendo salvo por uma das irmãs que logo debelou o incêndio de pequenas proporções.

Nos fundos do imenso terreno, havia um lago onde amigos de meu pai, de vez em quando, pescavam. Eu somente podia chegar perto se acompanhado por um adulto.

(Letra garrafal por minha conta).

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 11.07.1951, ÀS 8:00 HORAS.

CONVOCADA PARA HOMENAGEAR O DEPUTADO DR. DANIEL SERAPIÃO DE CARVALHO.

Após adentrar no recinto e tomar acento na Tribuna de Honra, o Presidente da Câmara convidou para tomar acento ao lado do homenageado, as seguintes pessoas:

- Félix de Castro, Prefeito Municipal.**
- Dr. José Mateus de Vasconcellos. Ex-Prefeito.**
- Manoel Martins Gomes Lima. Ex-Prefeito.**
- Dr. Pedro Rolla Sobrinho, Presidente do Diretório do Partido Social Democrático.**
- Padre Geraldo Barreto Trindade.**
- Lúcio Monteiro de Oliveira, Presidente do Partido Republicano.**
- Mário Rolla.**
- Dr. Pedro Menezes Coli – Alto funcionário do Ministério da Agricultura.**

Pela Câmara falou o vereador Dr. Antônio de Pádua de Lima que rememorou os inúmeros serviços prestados ao município pelo homenageado, quais sejam, entre outros, substancial ajuda na

- construção da rodovia que liga esta cidade a Dom Silvério.**
- construção do Posto Agropecuário.**
- construção de escolas rurais.**

Recordou ainda no trabalho para obtenção de verbas junto ao Governo Federal para o prosseguimento do ramal ferroviário em construção no município. Outros falaram, inclusive o homenageado.

Entre outras, a mensagem do Prefeito, convertida em projeto de lei, autorizando ao mesmo a assinar com o Estado qualquer contrato referente as obras que o mesmo pretendia executar no município.

PERMUTA DE LOTES DA PREFEITURA.

Projeto de lei autoriza a troca de um lote no pastinho das Lages por outro ao lado do cemitério.

PRAÇA DO FÓRUM.

O vereador Geraldo Vasconcelos Santiago apresenta um projeto de lei determinando a hasta pública dos lotes a serem apurados com a divisão da praça do Fórum, nesta cidade.

POVOADO DE TRINDADE, EM MARLIÉRIA – ONCINHA, EM ALFIÉ.

O vereador Antônio Carlos Moreira apresentou projeto de lei transferindo a escola de Bom Sucesso do André, distrito da cidade para Trindade, distrito de Marliéria.

NOTA: Para justificar este projeto, que foi aprovado, o vereador Oswaldo Gomes da Silva leu em plenário um abaixo assinado dos residentes no povoado de Trindade, pedindo a criação de uma escola no povoado de “Oncinha”, distrito de Alfié, datado de 20.06.1948.

SESSÃO EM 10.10.1951.

ILHÉUS – CRIAÇÃO DE SUINOS.

Abaixo assinado dos moradores do distrito de Ilhéus pedindo a não votação da lei impedindo a criação de suínos naquela vila.

NOTA: Veja a sessão de 16.09.1912, em que habitantes de outros povoados fazem pedido contrário.

SERVIÇOS DE ÁGUA EM JAGUARAÇU.

Apresentado projeto de lei autorizando a execução de serviços de água no distrito de Jaguaraçu.

EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA PARA A VILA.

Projeto de lei aumentava a subvenção de determinada importância destinada a cada empresa ou particular que forneça luz para iluminar as ruas da vila.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE.

Projeto de lei de iniciativa do Prefeito pedindo autorização à Câmara para elaboração do plano de urbanização da cidade.

AUMENTO DE TRIBUTOS NO MUNICÍPIO.

Projeto de iniciativa do Prefeito requeria à Câmara autorização para:

- Aumentar para CR\$ 100,00 a taxa de água em todo o município.**
- Autorizar o aumento de 20% na taxa de esgoto e criar a taxa de Cr\$ 10,00 para cada privada existente no domicílio e Cr\$ 5,00 para cada lavabo, incorporando-se estas no lançamento do esgoto.**

Aumentar em 20% a taxa de aferição de pesos e medidas e a taxa sobre metro linear de terrenos construídos.

Na sessão de 10.11.1952, o Prefeito apresentou outro projeto visando aumentar as taxas de água e eletricidade.

ENERGIA ELÉTRICA DA CIA. ACESITA.

O Prefeito pedia autorização à Câmara para entrar em entendimentos com a Cia. De Aços Especiais (Acesita) a fim de saber as condições que a mesma cederia 500 cavalos de energia elétrica para a cidade e 100 para as vilas de Jaguaraçu e Marliéria.

LOCALIDADE DE “FUNDÃO” NA SEDE DO MUNICÍPIO.

O Prefeito pedia autorização para alienar em hasta pública os terrenos da Prefeitura localizados no lugar denominado “Fundão”, distrito da cidade.

AUXÍLIO AO CLUBE ATLÉTICO PRATEANO.

Um projeto do vereador Dr. Antônio de Pádua Lima concedendo auxílio de Cr\$ 4.000,00 ao Clube Atlético Prateano.

NOTA: Veja a origem deste Clube e um pouco de sua história no livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas 105/109.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 12.10.1951, ÀS 17:00 HORAS.

LEI DO DIVÓRCIO – POSIÇÃO DA CÂMARA.

O vereador Oswaldo Gomes da Silva apresentou um requerimento solicitando fosse enviada à Câmara dos Deputados uma representação da Câmara de Vereadores de São Domingos do Prata, manifestando repulsa e protesto do povo pratiano ao projeto de lei nº 786, que tratava de instituir o divórcio no Brasil.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, tendo a Câmara na época, como presidente o padre João Batista Neto.

NOTA: Somente em 1977, através da lei nº 6515, o divórcio foi legalizado no Brasil.

SESSÃO DE 12.02.1952.

ESCOLHA DO NOVO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA O ANO DE 1952.

Foram reeleitos todos os três, que exerceram as funções de Presidente, Vice e Secretário no ano de 1951.

SESSÃO DE 13.02.1952.

ÁGUA EM GOIABAL, JUIRAÇU, GOMES, ILHÉUS E MARLIÉRIA.

Projeto de lei abrindo crédito para execução de serviços de reforma do abastecimento de água da vila Goiabal, outro para a vila de Juiracu e em Gomes, distrito da cidade e também nas vilas de Ilhéus do Prata e Marliéria.

NOTA: MAJOR ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA – GRANDE BENFEITOR DE ILHÉUS – 1927 –

De uma longa reportagem realizada em homenagem ao Major, por ocasião de seu falecimento, ocorrido no dia 20 de junho de 1927, extraio esse pequeno trecho:

“.....Quanto aos serviços e sacrifícios deve este município ao Major Oliveira, mui principalmente do distrito de Ilhéus que, primeiro, não gozaria tão cedo das regalias e vantagens de distrito, se não fossem seus esforços, porquanto o major Oliveira se apaixonou por Ilhéus, quando lá não havia nem uma casa sequer.

Inclinado sempre pela lavoura e indústria, encantou-se somente com a beleza das matas, seu outro interesse.

Para lá indo, fez tudo. Casas, capela, edifícios, chegando os seus esforços ao ponto de atrair de fora, novos moradores para aumento dos habitantes da terra que escolheu para campo de sua ação, para a qual trabalhou ininterruptamente em toda a sua longa existência e onde quis que fosse o seu jazigo.

Teve a satisfação e orgulhava de ter atingido o fim colimado, trazendo ele próprio o decreto que elevava o seu querido Ilhéus a categoria de distrito, ato praticado na velha capital pelo Governo Republicano Provisório.....”

Enfim, o Jornal “O Prateano, em sua edição do dia 30 de junho de 1927, trouxe uma página inteira só com notícias do Major, da qual transcrevi apenas uma parte.

(“Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, páginas 156/157).

DEMOLIÇÃO DE PARTE DO PRÉDIO DA PREFEITURA (O DA FOTO DA CAPA).

Apresentado projeto autorizando o Prefeito a demolir parte do edifício da Prefeitura e adaptá-lo como achar conveniente.

FALECIMENTO DA ESPOSA DO CAPITÃO DICO.

243

Pelo vereador Geraldo Vasconcelos Santiago foi apresentado um requerimento e fosse consignado em ata um voto de profundo pesar da Câmara pelo falecimento de Dona Leopoldina Lima, esposa do capitão Egídio Lima, ex – Presidente e Agente do Executivo do município e mãe do atual vereador Dr. Antônio de Pádua Lima.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10.07.1952.

DOAÇÃO DE TERRENO DA PREFEITURA.

Apresentado um projeto de lei doando um terreno com área de 200 m2 do lado, entre a ponte e a residência do sr. Amador Martins Perdigão.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 10.10.1952.

PONTE LIGANDO JUIRAÇU A GOIABAL.

O vereador Dr. Antônio de Pádua Lima apresentou um abaixo assinado dos habitantes do distrito de Juiraçu solicitando os bons ofícios da Câmara no sentido de que a ponte a ser construída pelo governo Estadual ligando o distrito de Juiraçu ao de Goiabal, fosse no lugar denominado “Gameleira”, de mais fácil comunicação.

EXTINÇÃO DE ESCOLAS EM DIONÍSIO.

Foi apresentado pelo Prefeito um projeto de lei extinguindo as escolas de Areias, Sossego e Conceição do distrito de Dionísio, atualmente município.

NOTA: Já tendo nesta época Dionísio se emancipado, a única explicação para essa iniciativa do Prefeito, é que sendo as escolas mantidas pela Prefeitura de São Domingos do Prata, não mais havia razão para mantê-las em território de outro município.

SESSÃO ORDINÁRIA EM 11.10.1952.

RUA DO ROSÁRIO.

A vereadora Maria do Carmo Perdigão Rolla apresentou um projeto doando um terreno da Prefeitura com área de 72 m², na Rua do Rosário, para a igreja do Rosário.

Outro projeto doando um terreno com a área de 160 m², situado na rua do Lavajo (?) nos fundos da residência do sr. Joaquim Faustino Gonçalves e do sr. Henrique Domingues Fraga.

NOVA ESCOLHA PARA PRESIDENTE DA CÂMARA EM 1953.

Não houve alteração. Presidente padre João Batista Neto, Vice-Presidente Teodolindo Moreira de Miranda e Secretário Geraldo Vasconcelos Santiago.

NOTA: Nesta sessão quem elaborou a ata foi a vereadora Maria do Carmo Perdigão Rolla, outra a se destacar pela excelente caligrafia. Esta sessão, além de confirmar a Mesa da Câmara e escolher os vereadores a comporem as Comissões permanentes, limitou-se a receber a prestação de contas do Prefeito relativo ao exercício de 1952.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 23.03.1953.

ANEXAÇÃO DE ILHÉUS DO PRATA E JUIRAÇU A GOIABAL

O Presidente da Câmara retirou da pauta dos trabalhos, por ser necessária a aprovação de pelo menos 2/3 da Câmara para deliberar e como era de seu desejo pedir consentimento da Câmara para anexação do distrito de Ilhéus ao futuro município de Goiabal e a alteração da atual divisa do distrito de Juiraçu com o distrito cuja emancipação se pleiteia.

Mas tendo o Presidente verificado que as autoridades e grande parte da população dos distritos de Ilhéus e Juiraçu manifestaram o desejo de continuar no município de São Domingos do Prata, negando-se, portanto, passarem para o futuro município de Goiabal, deixou de discutir o assunto.

NOTA: Na sessão extraordinária do dia 25.03.1953, o próprio Presidente, padre João Batista Neto, autor do projeto, requereu o seu arquivamento, por julgá-lo inútil para a sua finalidade, tendo a Câmara aprovado por unanimidade o arquivamento.

Porém, o tema voltou à baila em outras sessões, provocando reações inusitadas.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17.08.1953.

MARLIÉRIA NÃO CONCORDA EM SER INCORPORADA POR JAGUARAÇU.

O Prefeito Municipal apresentou à Câmara um abaixo assinado dos habitantes do distrito de Marliéria não concordando em pertencer ao município de Jaguaraçu, a ser criado.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18.08.1953.

JAGUARAÇU PRETETENDO ANEXAR O DISTRITO DE ALFIÉ.

O vereador Oswaldo Gomes da Silva falou da pretensão de Jaguaraçu em anexar o distrito de Alfié e ele, como representante do distrito de Alfié, pediu um prazo maior para estudo.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 18.08.1953.

DESMEMBRAMENTO DO DISTRITO DE GOIABAL PARA FORMAR UM NOVO MUNICÍPIO.

Nesta sessão, pediu a palavra o vereador Oswaldo Gomes da Silva e sugeriu o seguinte substitutivo a um projeto de lei objetivando a emancipação do distrito de Goiabal:

“A Câmara municipal consente que se desmembre o distrito de Goiabal, para sua elevação à categoria de município.”

Submetido o substitutivo à discussão e votação, a Câmara negou-lhe aprovação por 8 (oito) votos contra 2 (dois).

Por sua vez, foi apresentado à discussão e votação o seguinte requerimento, aprovado pela unanimidade da Câmara:

“A Câmara Municipal de São Domingos do Prata, concorda que se desmembre do município para se emancipar, o distrito de Goiabal, mas que o seja dentro de seu atual território distrital, permanecendo dentro do município de São Domingos do Prata, os distritos de Juiracu e Ilhéus.”

NOTA: A matéria ainda iria gerar “racha”, não por causa da emancipação de Goiabal, mas quanto a divisa e a perda de territórios. Veja as sessões dos dias 18.08.1953, 10.10.1953 e 01.11.1953.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 01.09.1953.

EMANCIPAÇÃO DE JAGUARAÇU E OS DISTRITOS DE ALFIÉ E MARLIÉRIA.

O vereador Antônio Carlos Moreira apresentou um substitutivo pela emancipação do distrito de Jaguarapu, nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de São Domingos do Prata consente que seja desmembrado o distrito de Jaguarapu para sua elevação à categoria de município, permanecendo no município de São Domingos do Prata os distritos de Marliéria e Alfié.”

O vereador Dr. Antônio de Pádua Lima também apresentou um substitutivo no sentido de que se concordasse que o distrito de Jaguarapu se desmembrasse e formasse um novo município.

No final, foi tudo aprovado.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10.10.1953.

A PROPOSTA DO PRESIDENTE FOI O ESTOPIM PARA UMA GRAVE CRISE QUE ESTOUROU NA SESSÃO DO DIA 01.11.1953.

Pelo Presidente da Câmara, padre João Batista Neto, foi apresentado um requerimento para retificar as divisas dos distritos de Goiabal e Juiraçu, nos termos do acordo formado pelas Comissões competentes, designadas e nomeadas para firmarem o citado acordo das divisas de ambas as distritais em data de 18.02.1948, tendo o acordo sido remetido à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

NOTA: Foi aprovado com o voto contrário do vereador Dr. Antônio de Pádua Lima.

O voto vencido era no sentido de que, antes de votar, o requerimento fosse submetido à apreciação da Comissão de Legislação da Câmara.

O Presidente da Câmara argumentou que o Regimento interno da Casa não impedia a votação de requerimento sobre retificação de

divisas sem prévio parecer de quaisquer das Comissões permanentes da Câmara Municipal.

O vereador Antônio Carlos Moreira pediu fosse retificada a ata para constar que a sessão se realizou às 18:00 horas e não na hora regimental (13:00 horas).

O vereador Teodolindo Moreira de Miranda apresentou um requerimento no sentido de que fosse consentida pela Câmara municipal a modificação das divisas dos distritais de Jaguaraçu e Marliéria e o município de Antônio Dias.

O vereador Júlio Duarte Lana informou que a modificação da divisa vinha em parte beneficiar o distrito de Jaguaraçu, mas que não traria prejuízo material ao distrito de Marliéria, visto a modificação pleiteada não atingir a zona populosa do distrito.

Na sessão subsequente, do dia 12.10.1953, o Presidente declarou que em quase todas as sessões da Câmara, por tolerância, tem sido começadas fora do horário regimental, tendo o vereador Dr. Antônio de Pádua Lima discordado de tal afirmação.

DIVISAS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA ANTES DAS EMANCIPAÇÕES DOS DISTRITOS DE DIONÍSIO, GOIABAL, MARLIÉRIA E JAGUARAÇU.

DIVISAS COM OS MUNICÍPIOS VIZINHOS E COM OS SEUS DISTRITOS, EM DEZEMBRO DE 1938.

a) LIMITES MUNICIPAIS:

1 - Com o município de RIO PIRACICABA:

Começa no alto de Domingos José, na serra dos Borges; continua por esta e pelas serras das Cobras, do Barroso e Padre Bento, até o ponto fronteiro à cabeceira do córrego do Jambo (afluente do ribeirão do Jorge) no divisor dos ribeirões do Jorge e do Bananal.

2 - Com o município de PRESIDENTE VARGAS (NOVA ERA):

Começa no divisor de águas dos ribeirões do Jorge e do Bananal, no ponto fronteiro à cabeceira do córrego do Jambo;

continua por este divisor e, contornando as cabeceiras do córrego do Barro Branco, continua pelo divisor da vertente da margem esquerda deste córrego, e, depois, pelo divisor da vertente da margem direita do córrego do Barbosa, até a foz deste, no ribeirão das cobras ou corrientes;

atravessa este ribeirão e continua pelo espigão fronteiro, atravessando o divisor de águas dos ribeirões das Cobras e da Prata, alcançando este último defronte a ponta do espigão do Mandembo (entre os córregos Mato Dentro e Zé Pereira);

segue pelo espigão do Mandembo e pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego Mato Dentro, até alcançar o alto das Posses; segue pelo espigão, contornando as cabeceiras do córrego Cabeça de Boi e pelo divisor da vertente da margem direita deste córrego, até alcançar, no divisor de águas do córrego Cabeça de Boi e ribeirão dos Bicudos, o alto da serra da Chapada.

3 - Com o município de ANTÔNIO DIAS:

Começa no divisor de águas do córrego Cabeça de Boi e ribeirão dos Bicudos, no alto da serra da Chapada;

segue pelo espigão, atravessando o ribeirão dos Bicudos, na cachoeira do mesmo nome, e pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego da Fazenda do Sumidouro até a foz deste córrego, no ribeirão do Alfié;

atravessa este, e, pelo espigão fronteiro, atinge o divisor da vertente da margem esquerda do córrego da Oncinha, alcançando este córrego, na foz do córrego do Lourenço;

desce pelo córrego da Oncinha até o rio Piracicaba e por este rio até a proximidade da estação de Baratinha;

aí ganha o espigão do Atalho, pelo qual segue até alcançar o divisor de águas do rio Piracicaba e córrego do Belém; por este divisor até defrontar a cabeceira do córrego Celeste;

desce por este até sua foz, no córrego Belém e por este até sua foz, no rio Doce.

4 - Com o município de CARATINGA:

Começa no rio Doce, na foz do ribeirão do Belém; sobe pelo rio Doce até a foz do ribeirão do Óculo.

5 - Com o município de RAUL SOARES:

Começa no rio Doce, na foz do ribeirão do Óculo; sobe pelo rio até a foz do rio Matipó.

6 - Com o município de RIO CASCA:

Começa no rio Doce, na foz do rio Matipó; sobe pelo rio Doce até a foz do pequeno córrego denominado Capichaba.

7 - Com o município de DOM SILVÉRIO:

**Começa no rio Doce, na foz do córrego do Capichaba;
sobe por este córrego até sua cabeceira; continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego Grande, contorna as cabeceiras deste córrego, e, pelo divisor da vertente da margem direita do mesmo, até sua foz, no ribeirão Santa Rita;**

**desce por este até a foz do córrego do Brejal;
pelo divisor da vertente da margem direita deste córrego alcança o divisor de águas dos ribeirões Santa Rita e São Bartolomeu, continua por este divisor até o ponto fronteiro à cabeceira do ribeirão São Bartolomeu.**

8 - Com o município de ALVINÓPOLIS:

Começa no ponto fronteiro à cabeceira do ribeirão São Bartolomeu;

segue pelo divisor entre o ribeirão Santa Rita e o rio Sem Peixe, e, depois, pelo divisor geral dos rios Doce e Piracicaba, e por um espigão, atinge a cabeceira do pequeno córrego do Braga, pelo qual desce até o ribeirão Prata;

desce por este até a foz do pequeno córrego da Onça (que passa na fazenda do mesmo nome);

daí sobe o espigão, transpõe o divisor de águas ribeirão Prata - córrego do Batieiro e vai atingir este último córrego defronte à ponta do espigão existente entre a fazenda do Alto Prata e o sítio do Jovino;

segue por este espigão e, depois, pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego do Batieiro, até encontrar o divisor geral dos rios Doce e Piracicaba, prosseguindo por este divisor até o Alto do Domingos José, na serra dos Borges.

b) DIVISAS INTER-DISTRITAIS.

1 - Entre os distritos de São Domingos do Prata e SANTANA DO ALFIÉ:

**Começa no alto das cabeceiras do córrego Cabeça de Boi;
segue pelo espigão das cabeceiras dos córregos da Esperança,
São Nicolau e Carvão, até o Alto do Córrego Grande.**

2 - Entre os distritos de São Domingos do Prata e DIONÍSIO:

**Começa no Alto do córrego Grande;
continua pelo divisor de águas do rio da Prata e do ribeirão do
Mombaça até o Alto dos Vieiras.**

3 - Entre os distritos de São Domingos do Prata e GOIABAL:

**Começa no Alto dos Vieiras;
segue pelo divisor de águas do ribeirão Mombaça e córrego dos
Pintos até o Alto do Barro Preto.**

4 - Entre os distritos de São Domingos do Prata e VARGEM ALEGRE:

**Começa no Alto do Barro Preto e Paiva até a foz deste, no rio da
Prata;
atravessa este rio e segue pelo espigão fronteiro até o Alto das
Perobas;
continua pelo divisor de águas dos córregos do Batieiro e do
Gravatá até o entroncamento com o espigão entre a fazenda do Alto
Prata e o Sítio do Jovino.**

5 - Entre os distritos de SANTANA DO ALFIÉ E DIONÍSIO:

Começa no Alto do Córrego Grande;

continua pelo divisor geral de águas dos rios Doce e Piracicaba até o entroncamento do "Espigão da Trindade".

6 - Entre os distritos de SANTANA DO ALFIÉ E MARLIÉRIA:

Começa no divisor geral dos rios Doce e Piracicaba, no seu entroncamento com o "Espigão da Trindade" (próximo da fazenda do mesmo nome);

segue por este espigão, atravessando o córrego da Onça, até o Alto de São Gonçalo; continua ainda pelo espigão até o Alto do Taquaral.

7 - Entre os distritos de SANTANA DO ALFIÉ E JAGUARAÇU:

Começa no Alto do Taquaral;

segue por um espigão que vai ter à foz do córrego do Sumidouro, no ribeirão de Alfié, até esta foz.

8 - Entre os distritos de JAGUARAÇU E MARLIÉRIA:

Começa no divisor do córrego Belém e do rio Piracicaba, nos limites com Antônio Dias;

continua daí pelo espigão, atravessando o ribeirão da Onça Grande, nas proximidades da fazenda da Onça Grande, e, seguindo pelo espigão, passando pelo Alto do Tambu, atravessa o ribeirão da Oncinha, atingindo o Alto do Taquaral.

9 - Entre os distritos de MARLIÉRIA E DIONÍSIO:

Começa no divisor geral dos rios Doce e Piracicaba, no seu entroncamento com o "Espigão da Trindade";

continua pelo espigão que passa entre os lugares denominados Tejuco Preto e Lobo, atravessa a estrada de Marliéria a Dionísio, e o córrego do Tejuco Preto, numa pequena cachoeira, e, sempre pelo espigão, atinge o córrego do Fagundes;

atravessa-o e segue pelo espigão, passando entre a Lagoa Nova e a Lagoa da Barra, indo atingir o rio Doce, acima da antiga Ponte Queimada.

10 - Entre os distritos de DIONÍSIO E GOIABAL:

**Começa no Alto dos vieiras;
segue pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego dos Vieiras até a foz deste córrego, no córrego Mombaça;
sobe o espigão da margem direita do córrego Mombaça, atinge o divisor de águas deste córrego e do córrego do Sacramento, e segue por este divisor até atingir o rio Doce.**

11 - Entre os distritos de ILHÉUS DO PRATA E VARGEM ALEGRE:

**Começa no Alto do Barro Preto;
continua pela cumiada da serra do Alemão, e, por um espigão secundário, atinge o ribeirão Santa Rita, na cachoeira logo abaixo do cemitério do povoado de Santa Rita;
atravessa o ribeirão e segue pelo espigão fronteiro até atingir os limites com o município de Dom Silvério.**

12 - Entre os distritos de ILHÉUS DO PRATA E GOIABAL:

**Começa no rio Doce, na foz do córrego Barra Alegre;
continua pelo espigão do Cancâ e pelo divisor de águas do ribeirão Sacramento e córrego São José até o pico do Oséas;
daí, pelo espigão, até o Alto do Barro Preto.**

FALECIMENTO DO DR. LOUIS ENSCH.

Nesta sessão o Presidente da Câmara comunicou o falecimento do dr. Louis Ensch, Presidente da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira e manifestou voto de profundo pesar e gratidão pelos assinalados serviços prestados ao município.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12.10.1953.

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO PRATEANA.

Apresentado projeto de lei reconhecendo de utilidade pública municipal a Escola Técnica de Comércio Prateana.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 01.11.1953, ÀS 13:00 HORAS.

CONFLITO ENTRE O PRESIDENTE DA CÂMARA E OS VEREADORES PRESENTES NA SESSÃO.

Compareceram na sessão os seguintes vereadores:

- 1 – Padre João Batista Neto.**
- 2 – Geraldo Vasconcelos Santiago.**
- 3 – Raimundo Izidoro Braga.**
- 4 – Amantino de Araujo Silva.**
- 5 – Joaquim Pereira Filho.**
- 6 – João Henrique Nicolau.**
- 7 – Dr. Antônio de Pádua Lima.**
- 8 – Antônio Carlos Moreira.**

O Presidente, padre João Batista Neto, declarou aberta a sessão, mas que ela não se realizaria por sua convocação ter sido ilegal, daí a dava por terminada.

Em seguida pediu a palavra o vereador Dr. Antônio de Pádua Lima, mas esta foi negada pelo Presidente.

Todos os sete vereadores presentes protestaram contra esta deliberação do Presidente da Câmara por ser antirregimental e antidemocrática.

Persistindo o Presidente em sua conduta e como não cedesse em seu ponto de vista, falou o vereador Dr. Antônio de Pádua Lima sobre o

direito que tinha, como representante do povo, de se manifestar livremente. Tendo neste momento o Presidente se retirado do recinto.

Como o Vice-Presidente estava ausente, assumiu a Presidência o Secretário da Câmara, o vereador Geraldo Vasconcelos Santiago e continuou na direção dos trabalhos, convidando para secretariar a reunião e lavrar a ata, o vereador Raimundo Izidoro Braga.

TENTATIVA DE INVASÃO DA CÂMARA.

Em seguida o Presidente interino constatando falta de garantia para que os vereadores pudessem votar livremente, tendo em vista de que elementos estranhos à Casa procuravam invadi-la, requisitou força policial para garantia dos vereadores e continuação dos trabalhos.

Enquanto não chegava o reforço policial, a Câmara ficou em sessão permanente. Chegando este, a sessão prosseguiu normalmente com os sete vereadores presentes.

Neste sentido, o vereador João Henrique Nicolau apresentou o seguinte requerimento:

“Os abaixo assinados, todos vereadores da Câmara legislativa do município, não se conformando, data vênia, com a última decisão da Câmara Municipal local, que na sessão de 10 de outubro último, sessão esta que se realizou fora do horário regimental, deliberou que o distrito de Goiabal deveria se emancipar com divisas não concedidas na sessão que emitiu parecer favorável à emancipação daquele distrito, vem, com a devida vênia, pedir que na presente sessão, convocada especialmente na forma prevista no regimento interno, seja o assunto, pela última vez, submetido à apreciação da Casa para o que apresenta o seguinte requerimento:

O QUE FICOU APROVADO QUANTO A EMANCIPAÇÃO DE GOIABAL

“A Câmara municipal de São Domingos do Prata concorda com a emancipação do distrito de Goiabal, com as divisas de seu atual

território distrital, permanecendo dentro do município de São Domingos do Prata, com as suas divisas, os distritos de Juiraçu e Ilhéus, bem como o parecer definitivo da Câmara seja levado ao conhecimento do exmo. Sr. Governador do Estado e da Assembleia Legislativa, respectivamente, por ofício a lhes ser apresentado por uma Comissão constituída pelos vereadores que aprovarem este requerimento, do senhor Prefeito, caso queira, bem como pelos senhores Presidentes dos diretórios e dos partidos, que os quiserem.

São Domingos do Prata, 1º de novembro de 1953.”

(Seguiu a assinatura de todos os sete vereadores presentes à sessão).

NOTA: O interessante é que em 1929, através da lei estadual nº 1085, de 08 de outubro, transferia a sede do distrito de JUIRAÇU para o povoado SÃO JOSÉ DO GOIABAL.

Veja a justificativa apresentada, em 1929, por um Deputado Estadual em sessão da Assembleia Legislativa, para justificar a transferência da sede do distrito de Juiraçu para Goiabal, na página 202 de meu livro “Noticias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...).

Nas duas sessões subsequentes o Presidente da Câmara não compareceu, mas nelas não houve deliberação. Ele retornou na sessão ordinária do dia 14.11.1953.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14.11.1953.

EMANCIPAÇÃO DE MARLIÉRIA E DIVISAS ENTRE MARLIÉRIA E JAGUARAÇU.

O vereador Antônio Carlos Moreira apresentou o seguinte requerimento:

“A Câmara Municipal de São Domingos do Prata concorda que seja emancipado o distrito de Marliéria dentro das divisas atuais.

Câmara municipal, 14 de novembro de 1953.”

257

Já o vereador Geraldo Vasconcelos Santiago apresentou a seguinte emenda aditiva:

“Fica o Prefeito Municipal senhor Félix de Castro autorizado a entrar em entendimentos com os interessados pela emancipação de Jaguaraçu referentemente à questão das divisas entre Jaguaraçu e Marliéria, solucionando-as.”

Ambos os requerimentos foram aprovados por unanimidade de votos.

A ELEIÇÃO DO DR. JOSÉ MATEUS DE VASCONCELLOS PARA PREFEITO EM 1955 E TODOS OS SEUS DESDOBRAMENTOS, INCLUSIVE APÓS A SUA POSSE.

No meu livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”, cujo texto retranscrevo a seguir, contei os conflitos gerados por esta eleição, até a posse.

Depois do texto acima, vou narrar o que houve após a posse, fato histórico pouco ou praticamente desconhecido das gerações futuras.

A VERDADE SOBRE A ELEIÇÃO REALIZADA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA EM 03.10.1954 (POSSE EM 31.01.1955).

Dois candidatos disputaram a eleição para Prefeito de São Domingos do Prata no pleito realizado em 03 de outubro de 1954.

Pela coligação entre o P.R. e a U.D.N. o candidato foi o sr. José de Castro Drummond e pelo P.S.D., o candidato foi o dr. José Mateus de Vasconcellos.

Eram, no total, 28 urnas para serem apuradas, entre as da Sede e as dos Distritos.

A urna da 3ª Secção de Vargem Linda, a 28ª e última, foi impugnada pelos delegados da U.D.N. (mantendo-se inertes os do P.R), razão pela qual a sua apuração se fez em separado.

Apurada as 27 urnas restantes, saiu vencedora, por um voto, a coligação formada pelo P.R. e a U.D.N. e determinou a proclamação do candidato.

Em vista disto a Junta Eleitoral proclamou como vencedor do pleito o candidato da Coligação.

Não se conformando, o advogado do P.S.D. entrou com recurso perante o Tribunal Regional Eleitoral, alegando, em suprema síntese:

“Só não se contam os votos de urna anulada, conforme prevê a letra B, do § único do art. 105 do Código Eleitoral, e a urna da 3ª Secção de Vargem Linda, a 28ª e última foi apurada, tendo a sua votação, simplesmente impugnada. Ela não foi anulada, pois, no caso, somente esse Egrégio Tribunal é o competente...”, razão pela qual requeria a suspensão da diplomação do candidato da Coligação até que se julgasse o recurso.

Julgado o mesmo, foi dado provimento para que se apurasse os votos da urna impugnada.

Apurados, o candidato do P.S.D. passou a ser o vencedor com uma diferença de 43 (quarenta e três votos).

DIPLOMAÇÃO DO DR. JOSÉ MATEUS DE VASCONCELLOS.

JUÍZO DA 136a. ZONA ELEITORAL DE MINAS GERAIS.

Consoante o resultado obtido no pleito de 3 de outubro do corrente ano, hei por bem considerar o Sr. Dr. José Mateus de Vasconcellos (Partido Social Democrático) eleito Prefeito municipal de São Domingos do Prata.

São Domingos do Prata, 16 de dezembro de 1954.

Alfredo Gouvêa – Juiz Eleitoral.

VEREADORES ELEITOS NA ELEIÇÃO DE 03.10.1954 (MESMA DO DR. MATEUS) E QUE TOMARAM POSSE NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 31.01.1955, NA QUAL COMPARECEU O JUIZ ELEITORAL DO MUNICÍPIO, DR. ALFREDO GOUVEIA.

PERÍODO DE 1955/1958.

- 1- Oswaldo Gomes da Silva – Foi eleito pelos seus Pares Presidente da Câmara.**
- 2- Dr. José Olímpio da Fonseca Filho.**
- 3- Francisco de Paula Carneiro de Moraes (Chiquito de Moraes).**
- 4- José Miranda.**
- 5- Evandro Rolla Braga.**
- 6- Emílio Gomes Domingues.**
- 7- João Henrique Nicolau.**
- 8- José de Oliveira Frade.**
- 9- Raimundo Izidoro Braga.**
- 10- Nelson Peixoto.**
- 11-Walter Cotta Marques.**

OBSERVAÇÃO: Dois vereadores eleitos pelo coligação PR/UDN renunciaram, na mesma Sessão, ao mandato. Foram eles:

**Geraldo Cotta e
Antônio Martins Vieira.**

Tendo sido convocados para assumirem em seus lugares os suplentes mais votados da referida coligação que foram:

**Evandro Rolla Braga e
Emílio Gomes Domingues.**

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA ÀS 16 HORAS DO MESMO DIA PARA DECIDIR A POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITOS ELEITOS NA MESMA ELEIÇÃO.

Esta Sessão foi convocada através de um requerimento verbal (pedido na Sessão anterior), do vereador eleito Dr. José Olímpio da Fonseca Filho, solicitando à mesa a posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, respectivamente Dr. José Mateus de Vasconcellos e Lúcio Monteiro de Oliveira.

Os mesmos vereadores empossados na Sessão anterior compareceram, além do Juiz Eleitoral.

“(...) Em seguida foi colocado em discussão o requerimento verbal do vereador Dr. José Olímpio da Fonseca Filho, solicitando se consultasse a casa o empossamento do Prefeito e Vice-Prefeito do município, naquele momento.

Para encaminhar a votação, falou o vereador Francisco Moraes (Chiquito de Moraes - Francisco de Paula de Carneiro Moraes) que disse não considerar eleito Prefeito o Dr. José Mateus de Vasconcellos, embora estivesse o mesmo diplomado, em vista da pendência de recurso no Tribunal Superior Eleitoral, e que era pela posse do Vice-Prefeito.

Em seguida, com a palavra o vereador José Olímpio, falou encaminhando a votação, dizendo que estando o Dr. Mateus devidamente diplomado, deveria ser o mesmo empossado, sendo nesta altura apartado pelo vereador Francisco Moraes, que disse não ser justa a diplomação do Prefeito Dr. José Mateus de Vasconcellos.

Encerrada a discussão, foi o requerimento colocado em votação, havendo no Plenário um empate de 5 (cinco) por 5 (cinco) votos.

Em seguida o sr. Presidente, depois de uma longa exposição de motivos, desempatou contra a aprovação do requerimento e deu por encerrada a sessão.

A próxima Sessão somente foi ser realizada em 25.03.1955.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25.03.1955.

Esta Sessão teve a finalidade de se tomar conhecimento e decidir sobre ofícios enviados por Lúcio Monteiro de Oliveira, em que comunicava haver se empossado no cargo de Vice-Prefeito e assumido o cargo de Prefeito.

Já o outro ofício foi enviado por Dr. José Mateus de Vasconcellos em que comunicava ter solicitado ao Juiz Eleitoral e este concedido, 30 (trinta) dias de prazo para a sua posse.

Nesta Sessão, o Presidente tomou oficialmente o compromisso do Vice-Prefeito, bem como seu juramento, para o exercício do cargo de Prefeito. Até então ele estava exercendo o cargo, por não ter o Prefeito eleito assumido.

Nada mais se decidiu a respeito nesta Sessão, exceto um voto de pesar pelo falecimento de Arthur da Silva Bernardes e a eleição dos componentes da Mesa e das diversas Comissões da Câmara.

Contudo, foi convocada uma reunião extraordinária para o dia 09.04.1955, para tratar de outro ofício do Dr. José Mateus de Vasconcellos comunicando ter tomado posse no cargo de Prefeito e solicitado licença do cargo até o dia 12 de fevereiro de 1956.

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 09.04.1955.

Nesta Sessão, o Plenário tomou oficialmente conhecimento do ofício nº 375/55, do Dr. José Mateus de Vasconcellos, comunicando haver assumido o cargo, enviando em anexo, cópia do Termo de Transmissão do Poder e, ao mesmo tempo o pedido de licença noticiado acima, tendo o Presidente enviado os mesmos para a Comissão de Justiça e Legislação.

Entretanto, teve de encerrar a Sessão em face do falecimento do progenitor de um vereador e convocou outra extraordinária para o mesmo dia às 16 horas, a fim de receber o parecer da Comissão de Justiça e Legislação.

NOTA: O termo de posse foi assinado em 01.04.1955, conforme o demonstra a certidão transcrita a seguir, também publicada na página 102 do meu livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”:

“Certifico que o Dr. José Mateus de Vasconcelos, tomou posse do cargo de Prefeito municipal de São Domingos do Prata, perante o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da comarca, conforme termo lavrado no livro de Juramento e Posse aos funcionários e autoridades da comarca, às folhas – número 2 – Dou fé.

**São Domingos do Prata, 1º de Abril de 1955.
A Escrivã do Primeiro Ofício, Olga Rolla.”**

SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 09.04.1955, ÀS 16:00 HORAS, PARA ANÁLISE DO PEDIDO DE LICENÇA.

Nesta Sessão, a Câmara, com base no parecer da Comissão de Justiça e Legislação, tendo como relator o vereador Emílio Gomes Domingues, votou pela concessão da licença até 12.02.1956 a fim de que Dr. José Mateus de Vasconcellos pudesse tratar de negócios particulares.

Ao mesmo tempo decidiu que se desse Termo de exercício ao Vice-Prefeito, no cargo de Prefeito.

Estando o Vice-Prefeito presente na Sessão, já prestou o compromisso (juramento).

Em seguida, pediu a palavra o vereador Francisco de Paula Carneiro de Moraes (Chiquito de Moraes) para dizer, em síntese:

Que continuaria a coligação PR/UDN a não considerar eleito o Dr. José Mateus de Vasconcellos que só estaria no cargo de Prefeito pela arbitrária tendenciosidade do desmoralizado T.R. (Tribunal Regional), que considerou válida em seu benefício, os votos dos defuntos e (ilegível), de Vargem Linda.

O Presidente da Câmara na ocasião era Oswaldo Gomes da Silva e o secretário, o que lavrou a ata, foi o vereador Evandro Rolla Braga.

Todos os vereadores compareceram. Contudo, dois deles (Raimundo Izidoro Braga e Walter Cotta Marques) deixaram de assinar a ata da Sessão por ter sido nela inserida as palavras do vereador Francisco de Moraes e retiram-se em seguida.

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05.04.1956 – CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM FACE DO VENCIMENTO DO PRAZO DA LICENÇA.

Nesta Sessão, o Presidente da Câmara convocou os vereadores para uma Sessão extraordinária a realizar-se às 13:00 horas, para tratar, entre outros assuntos, da LICENÇA DO PREFEITO Dr. José Mateus de Vasconcellos, cujo prazo havia expirado.

Constou do edital de convocação, ter sido a Sessão solicitada pelo Prefeito em exercício, posto o mesmo, através do ofício 3856/56, comunicado à Câmara ter vencido o prazo, no dia 12 de fevereiro de 1956, da licença concedia ao Prefeito eleito e empossado, Dr. José Mateus de Vasconcellos, e não tendo ele assumido o cargo, pedia a convocação da Câmara para uma reunião extraordinária.

A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ACABOU SENDO REALIZADA ÀS 16:30 HORAS DO MESMO DIA 05.04.1956. O DESFECHO -

Nesta Sessão, deixaram de comparecer os vereadores José Miranda, Nelson Peixoto, Raimundo Izidoro Braga, Walter Cotta Marques e o Dr. José Olímpio da Fonseca Filho, tendo a mesma prosseguido com a presença dos outros seis vereadores.

Constou da Ata da Sessão o seguinte:

“(...) O Presidente disse que encontrou sobre a Mesa a comunicação do Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito, comunicando à Câmara que o Prefeito Dr. José Mateus de Vasconcellos, licenciado da Câmara até a data de 12 de fevereiro, p. passado, vencida a sua licença não havia assumido o cargo e não havia comunicado, até a data desta comunicação.”

Colocada em discussão, pediu a palavra o vereador Francisco de Paula Carneiro de Moraes que sugeriu ser a votação realizada em escrutínio secreto, tendo o requerimento sido aprovado por unanimidade.

Pedindo a palavra o vereador Emílio Gomes Domingues justificou o parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação solicitando a imediata solução a fim de que fosse legalizado o atual governo do município, apresentando para discussão os projeto de resoluções nº 4 e 5, que sugeriam:

-Que se decretasse a perda do mandato do Prefeito dr. José Mateus de Vasconcellos.

- Que reconheça o exercício no cargo de Prefeito e aprova atos.

Tendo as resoluções sido aprovadas por unanimidade, o Presidente convidou os senhores vereadores a se colocarem de pé e

promulgou solenemente as resoluções de nº 4 e 5 da Câmara Municipal, encerrando em seguida os trabalhos.

Participaram desta Sessão:

- 1 – Oswaldo Gomes da Silva – Presidente da Câmara.**
- 2 – Evandro Rolla Braga.**
- 3 – João Henrique Nicolau.**
- 4 – Francisco de Paula Carneiro de Moraes.**
- 5 – Emílio Gomes Domingues.**
- 6 – José de Oliveira Frade.**

Não compareceram os seguintes vereadores:

- 1 – José Miranda.**
- 2 – Nelson Peixoto.**
- 3 – Raimundo Izidoro Braga.**
- 4 – Walter Cotta Marques.**
- 5 – José Olímpio da Fonseca Filho.**

NOTA: Veja homenagem do padre Pedro Vidigal ao Dr. José Mateus de Vasconcellos publicada no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 332/333.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NO DIA 06.04.1955 PARA POSSE DEFINITIVA COMO PREFEITO DO VICE.

No dia seguinte houve uma Sessão extraordinária às 9:00 horas mas nada se decidiu. Sendo convocada outra extraordinária, às 12:00 horas com a finalidade acima.

Nesta Sessão, presidida pelo vereador Oswaldo Gomes da Silva, deixaram de comparecer os seguintes vereadores:

- 1 – José Miranda.**
- 2 – Nilson Peixoto.**
- 3 – Walter Cotta Marques.**
- 4 – Raimundo Izidoro Braga.**
- 5 – José Olímpio da Fonseca Filho.**

O Presidente nomeou uma Comissão composta dos vereadores João Henrique Nicolau, José de Oliveira Frade e Emílio Gomes

Domingues para ir até ao gabinete do Prefeito e convidá-lo a vir até a Câmara.

Acompanhado da Comissão, o Prefeito deu entrada na sala de sessões da Câmara e o Presidente deu-lhe o lugar de honra na Mesa da Câmara.

Depois, estando presente o suplente de Deputado Mário Rolla, Benjamim Gomes Torres e Santos Toucife, a mesma comissão de vereadores os introduziu no Plenário dando-lhes lugar junto à Mesa.

O Vice-Prefeito eleito, tomou posse definitivamente como Prefeito, tendo prestado o juramento de praxe.

MÁRIO ROLLA|.

No final falou o vereador Francisco de Paula Carneiro de Moraes dirigindo uma saudação ao senhor Mário Rolla, lembrando os trabalhos do mesmo em prol do progresso do município, destacando os seus esforços para instalação do Posto Agropecuário, o ginásio e outros empreendimentos.

BENJAMIM GOMES TORRES.

Dirigiu também as suas palavras ao senhor Benjamim Gomes Torres, ressaltando os seus esforços em prol da instalação do ginásio e ao senhor Santos Toucife, que esteve presente à Sessão, em visita à Câmara Municipal.

Para finalizar vou publicar o que disse frei Thiago Santiago em seu livro “São Domingos do Prata subsídios para a história”, página 73:

“O Prefeito eleito, Dr. José Mateus de Vasconcellos, não exerceu o mandato. É voz corrente que ele se sentiu constrangido, devido irregularidades verificadas nas eleições do Distrito de Vargem Linda, onde foram apurados votos de pessoas falecidas. O Vice Lúcio Monteiro de Oliveira foi quem assumiu.”

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES NA LEGISLATURA 1959/1962.

Feita a chamada pelo secretário verificou-se presentes os vereadores Oswaldo Gomes da Silva, Dr. José Mateus Vasconcelos, Jair Perdigão, Leandro Coelho Linhares, José Fortunato Mendes, Walter Cota Marques, João Araujo Silva, José Martins Dias Brandão, Marinho Martins Drumond, Raimundo Fraga e João Pereira da Rocha.

1 – Oswaldo Gomes da Silva. (Presidente da Câmara).

2 – Dr. José Mateus de Vasconcellos.

3 – Jair Perdigão.

4 – Leandro Coelho Linhares.

5 – José Fortunato Mendes.

6 – Walter Cotta Marques.

7 – João Araujo Silva.

8 – José Martins Dias Brandão.

9 – Marinho Martins Drumond.

10 – Raimundo Fraga.

11 – João Pereira da Rocha.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL DE POSSE DO SR. PREFEITO E VICE-PREFEITO ELEITOS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, EM 31.01.1959.

(PERIODO DE 1959/1962).

Aos 31 e um dia de janeiro de 1959, na sala das sessões da Câmara Municipal de São Domingos do Prata, às onze horas, reuniu-se em sessão especial e extraordinária a Câmara Municipal, sob a Presidência do vereador Oswaldo Gomes da Silva.

Feita a chamada pelo secretário verificou-se presentes os vereadores Oswaldo Gomes da Silva, Dr. José Mateus Vasconcelos, Jair Perdigão, Leandro Coelho Linhares, José Fortunato Mendes, Walter

Cota Marques, João Araujo Silva, José Martins Dias Brandão, Marinho Martins Drummond, Raimundo Fraga e João Pereira da Rocha.

Havendo número legal, o sr. Presidente declarou aberta a sessão e explicou que o fim da mesma seria a posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos para o município para o período governamental de 1959 a 1962.

Em seguida nomeou uma Comissão composta dos vereadores Jair Perdigão, Leandro Coelho Linhares e João de Araujo Silva para introduzirem na sala de sessões os senhores Paulino Cícero de Vasconcelos e José de Castro Drummond, eleitos Prefeito e Vice-Prefeito para o município de São Domingos do Prata, respectivamente.

Depois o sr. Presidente tomou o compromisso do sr. Paulino Cícero de Vasconcelos e considerou-o empossado no cargo de Prefeito do município.

Em seguida o sr. Presidente tomou o compromisso do sr. José de Castro Drummond e considerou-o empossado no cargo de Vice-Prefeito do município, tendo antes verificado a legalidade de seus diplomas.

Depois o sr. Presidente deu a palavra ao vereador José Fortunato Mendes para em nome da Câmara fazer uma saudação ao Prefeito recém empossado, o que fez com brilhantes palavras augurando êxito no desempenho da honrosa missão que o povo o confiou.

Em seguida, com a palavra, o vereador Dr. José Mateus de Vasconcellos, designado pela Mesa, saudou o sr. José de Castro Drummond recém empossado no cargo de Vice-Prefeito e em suas palavras concitou a Câmara a unir-se harmonicamente em torno dos interesses administrativos do município.

Depois pelo sr. Paulino Cícero de Vasconcelos, Prefeito eleito, foi apresentado à Mesa o requerimento pedindo licença.

Consultada a Casa se o requerimento era objeto de deliberação, foi o mesmo considerado objeto de deliberação.

Depois de suspensos os trabalhos, falou o sr. Paulino Cícero de Vasconcelos que em seu nome e em nome do Vice-Prefeito, agradeceu a saudação da Câmara Municipal e traçou as normas administrativas de seu governo.

Depois do que o sr. Presidente suspendeu por um período de meia hora a fim de que fossem lavrados os termos de posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município.

Reabertos os trabalhos, foram os termos lidos e assinados.

Depois o sr. Presidente colocou em discussão o requerimento do Prefeito solicitando licença.

Posto a discussão e votação sobre o assunto falou o vereador Dr. José Mateus de Vasconcellos que sugeriu à Mesa a convocação de uma reunião extraordinária às 14:00 horas de hoje a fim de que a Câmara pudesse deliberar sobre o requerimento solicitando licença, sendo aprovado por unanimidade.

Depois o sr. Presidente agradeceu a presença do exmo.sr. Dr. José Nazareno de Assis Rocha, DD. Juiz eleitoral de Nova Era, do Dr. Bernardo Mascarenhas Cançado, DD. Promotor de Justiça desta Comarca, do padre Antônio Ferreira Bastos e do vigário desta cidade, o padre José Martins Teixeira, dos ilustres visitantes de Nova Era e de todas as pessoas presentes à sessão.

Em seguida, nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente declarou encerrada a sessão e convocou outra para às 14 horas de hoje a fim de discutir e votar o requerimento do Prefeito.

Lavrando eu, secretário da Câmara, a presente ata que será assinada, depois de aprovada.”

NOTA: Paulino Cícero de Vasconcelos quando tomou posse, faltava um mês para completar 22 anos (12.02.1937/31.01.1959). Quando efetivamente assumiu as funções em 1961, o fez com quase 24 anos. Portanto, foi o Prefeito mais jovem a ser eleito em sua terra natal.

VEREADOR OSWALDO GOMES DA SILVA.

Foi vereador e Presidente da Câmara em diversos períodos. Talvez, no ciclo deste livro, tenha sido o vereador que mais se elegeu durante diversas legislaturas. Redigiu atas de diversas sessões da Câmara e tinha uma letra legível, que perdurou no tempo.

Sobre ele, conta Paulino Cícero em seu livro “Meus cadernos”, 2ª edição, página 36:

“A liderança política (De Alfié) era sempre expressa pelo vereador Oswaldo Gomes da Silva, farmacêutico, parteiro, enfermeiro que gostava de fazer e sabia fazer política.

Acho curioso lembrar que sua farmácia só trabalhava na manipulação. Não tinha medicamentos em estoque.”

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS DO DIA 31.01.1959.

LICENÇA DO PREFEITO ELEITO – PRAZO –

Nesta sessão, com os mesmos vereadores da sessão especial na manhã do mesmo dia, foi aprovado o pedido de licença do Prefeito eleito, concedendo-lhe o direito de ausentar-se do município, até o dia 31.12.1960.

NOTA: O Prefeito eleito e empossado, estava fazendo o curso de Direito na Faculdade Federal de Direito em Belo Horizonte, daí a Câmara ter lhe concedido o direito de terminar o seu curso e só após assumir o seu mandato, em janeiro de 1961.

Assim, neste período, que durou dois anos, governou o município o Vice-Prefeito José de Castro Drummond.

Portanto, o mandato de Paulino Cícero durou pouco tempo, já que em 1963, elegeu-se Deputado Estadual.

NOTA: Veja homenagem do Dr. Petrônio de Castro a Paulino Cícero de Vasconcelos no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 334/335.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO 14.07.1960.

O vereador Maninho Martins Drummond apresentou à Mesa requerimento requerendo a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da esposa do Deputado Daniel Serapião de Carvalho (Era filho de Antônio Serapião de Carvalho, primeiro juiz de Direito da Comarca, dona Alice Mibielli de Carvalho.

NOTA: Na página 104 do livro “A história que São Domingos do Prata não conheceu”, há outras notícias sobre Daniel Serapião de Carvalho.

Veja memórias de Antônio Serapião de Carvalho nas páginas 149/151 da 2ª edição do livro “São Domingos do Prata no período do imperial”.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 10.10.1960.

FALECIMENTO DO DR. ANTÔNIO GOMES LIMA.

O vereador Leandro Coelho Linhares fez um requerimento requerendo a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Gomes Lima, filho desta terra e que muito a dignificou nos postos que ocupou na vida pública.

NOTA: Notas biográficas de sua vida no meu livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, páginas 324/328.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 10.10.1960.

DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO DA ANTIGA PREFEITURA, CUJA FOTO SE ENCONTRA NA CAPA.

Na mesma sessão do voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Gomes Lima, o Prefeito em exercício, Lúcio Monteiro de

Oliveira, apresentou justificativa à Câmara por ter atrasado o envio da proposta orçamentária para o exercício de 1961, devido a mudança da sede do prédio da Prefeitura para outro prédio.

NOTA: 1960, foi uma época fatídica para a preservação de monumentos históricos, quais sejam: o prédio da Prefeitura, que deve ter sido construído em 1890 (Ou até antes), a antiga matriz, reconstruída a partir de 1851 e o prédio original do Hospital Nossa Senhora das Dores que deve ter sido construído por volta de 1914, para servir de colégio para as irmãs francesas e reformado para, em 1928, se transformar no Hospital Nossa Senhora das Dores, além do prédio do fórum e cadeia.

NOTA: Sobre a mais importante irmã de caridade francesa que aportou em São Domingos do Prata e a partir daí somente distribuiu o bem, veja as páginas 336/337 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”. Refiro-me à irmã Monique Leclerk.

A seguir fotos dos três últimos monumentos, já que o da Prefeitura está na capa desta obra.



FÓRUM E CADEIA – PRAÇA SÃO PEDRO. EX – DOMINGOS MARQUES AFONSO.



ANTIGA MATRIZ – PRAÇA MANOEL MARTINS VIEIRA.



HOSPITAL – PRAÇA LUIZ PRISCO DE BRAGA.

Nesta sessão o vereador Leandro Coelho Linhares apresentou a seguinte reivindicação:

“(...) ser providenciado com urgência a construção de uma ponte sobre o Rio Prata na avenida Engenheiro Omar Carneiro Ribeiro na sede do município, ligando o centro da cidade com o Bairro da Estação.”

NOTA: Sobre este assunto publicou Dr. José Mateus de Vasconcellos em 1951, em seu discurso de despedida:

“(...)Sobre este saldo cabe-me, neste momento, lembrar a V. Exa. o compromisso assumido com o Engo. Dr. Fernando Levenhagem de Melo, ilustre chefe do 9º Distrito de Construções do D.N.E.F., em Minas Gerais, de auxiliar, com Cr\$ 50.000,00, a construção da futura ponte de cimento armado a ser construída ligando a estação ferroviária à nossa cidade para o que está sancionado o crédito especial respectivo, vinculado e com vigência de 21/dezº/1951.

Além disso, já em estudos, a Av. Omar Carneiro Ribeiro, que ligará o centro urbano àquela estação, (...)”.

(Trecho extraído do livro “Quatro Prefeitos de São Domingos do Prata da primeira metade do século XX (...)”.

PROJETO DE LEI DANDO NOMES A DIVERSAS RUAS DA CIDADE, DE INICIATIVA DO PREFEITO PAULINO CÍCERO VASCONCELOS, QUE SE CONVERTEU NA LEI Nº 365, DE 24.08.1962.

Rua Manoel Martins Vieira.

Rua ministro Gabriel Passos.

Rua Padre Pedro Domingues (Esta rua já existia. Era a antiga 21 de Abril.

Rua Getúlio Vargas.

Rua Farmacêutico Joaquim Gomes Lima.

Rua Astolfo Perdigão.

Rua São Vicente de Paulo.

Rua Dr. Carlos Coimbra da Luz.

Travessa Domingues Rodrigues.

Travessa Tatão de Bentinho.

Rua Antônio Caetano de Souza.

Rua Antônio Antão Braga.

Rua José Luiz de Castro.

Rua Cornélio Domingues.

Rua Dr. Louiz Ensck.

Rua Cel. José Gomes.

Rua Jesuíno Santiago.

Rua Capitão Albano de Moraes.

Rua Liberato de Castro.

Rua Leandro Domingues Gomes.

Rua Dr. Edelberto.

Rua Capitão Dico.

Rua Antônio Pedro Braga.

Rua Dr. Fernando Gomes de Carvalho.

Rua professor Cristiano Moraes.

Rua Sagrado Coração de Maria.

Rua Sagrado Coração de Jesus.

Rua Treviso (Antiga rua do Brejo).

Rua Capitão Teófilo.

Rua Quintiliano Martins.

Praça Luiz Prisco de Braga.

Praça Francisco Mendes.

Praça José Alves.

Ainda no governo do Prefeito Paulino Cícero de Vasconcelos o projeto de lei, convertido na lei nº 366, de 14 de agosto de 1962, no qual a Câmara autorizou o governo municipal a doar ao Estado de Minas Gerais os prédios escolares, com as respectivas áreas totais dos terrenos de propriedade da Prefeitura, dos lugares denominados “Vieiras” e “Barro Branco”, no distrito da sede do município, a fim de que fossem os prédios reconstruídos pelo Estado e nos mesmos instalados escolas Primárias do Estado, em substituição às escolas Municipais, ali existentes.

A lei ainda continha uma ressalva no sentido de reverter para o patrimônio do município os bens doados, caso o Estado não cumprisse as finalidades da doação.

NOTA: No texto da lei, após a denominação de cada logradouro, há uma nota dizendo da localização da rua ou praça. A integra desta lei publiquei em meu livro “São Domingos do Prata: Berço e Origem.”

CALÇAMENTO DAS RUAS POR VOLTA DE 1960, SEGUNDO PAULINO CÍCERO.

Sobre as denominações de algumas ruas em seu mandato, conta Paulino Cícero em seu livro “Meus cadernos – De São Domingos do Prata a Brasília”, 2ª edição, página 69:

“Nossa terra era calçada da pracinha do velho hospital até o cruzamento da rua principal com a Rua do Pindura Saia. Que dava acesso ao antigo campo de futebol do Atlético Pratiano.

Não era um calçamento comum. Não era asfalto, que sequer conhecíamos, nem paralelepípedo e muito menos poliédrico.

Ele era feito de grandes lapas de pedra lamelas. Algumas com quase um metro quadrado.

Também, para que querer mais se o município não tinha mais do que oito ou dez automóveis e caminhões.

Agora, o que não faltava eram animais de sela e de carga.

Muitos cavalos, mulas, burros e jumentos. Eram tantos que nas missas dominicais, todos os amarravam no adro da igreja e o Padre Geraldo Barreto Trindade, nosso bom e santo vigário, começava sempre a sua prática, dizendo “é um absurdo! ...o adro da igreja mais parece uma estrabaria”.

Por outro lado, no mesmo livro acima, a lei nº 754, de 07 de julho de 1980, de iniciativa do Prefeito Antônio Roberto Lopes Carvalho, dando os nomes às seguintes ruas:

Rua Altina Rosa de Lima.

Rua Domingos Marques Afonso.

Rua José Maurício Domingues.

Rua Jaime Alves de Carvalho.

Rua João Pereira da Rocha.

Rua José Luiz de Souza Monteiro.

Rua Osvaldo Gomes.

Praça Francisco Xavier Vasconcellos.

A referida lei aprovava ainda o loteamento “Bairro Retiro”, localizado na zona urbana da cidade.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.10.1962.

HASTA PÚBLICA PARA EXPLORAÇÃO DA RODOVIÁRIA.

Projeto de iniciativa do Prefeito pedindo autorização da Câmara para abrir concorrência, através de hasta pública, para exploração da rodoviária.

NOTA: Outros benefícios carreados pelo Paulino Cicero de Vasconcelos para o município de São Domingos do Prata, em função dos diversos cargos de hierarquia ocupados na sua vida pública, não são inseridos neste livro, por fugir do seu objetivo central que é a história da Camara de vereadores pratiana.

ENERGIA ELÉTRICA DA CEMIG.

A usina elétrica inaugurada na gestão do Capitão Dico somente foi desativada no mandato de Paulino Cícero, por volta de 1962, quando se implantou a energia elétrica gerada pela Cemig, o que constituiu uma grande realização do então jovem Prefeito.

A CEMIG foi a maior realização deste jovem prefeito, durante este curto período de seu mandato.

Todavia, ele teve ajuda, o que é natural.

O Dr. José Mateus de Vasconcelos na campanha vitoriosa de Paulino Cícero para Deputado Estadual e padre Pedro Vidigal para Federal lançou, em 21.08.1962, um manifesto do qual, em relação a Cemig, extraio este trecho:

“Há dias publicara neste município um boletim, bem redigido, referindo-se à vinda da CEMIG para esta cidade, nada citando, é óbvio do trabalho do Padre Vidigal.

Não subestimo o grande trabalho político do Vereador Leandro Coelho Linhares e do Vice-Prefeito José de Castro Drummond; não subestimo a boa vontade e a ação efetiva do Governador Magalhães Pinto em ajudá-los à obtenção de recursos e autorizações diversas para a vinda da CEMIG; muito menos subestimo o trabalho e boa vontade do Deputado Monteiro de Castro, do Dr. Oscar Lobo e sobretudo do saudoso Ministro Gabriel Passos, em determinar medidas e verbas, consignando 16 milhões de cruzeiros para a INSTALAÇÃO DA CEMIG na cidade, parecendo que, por ter saído esta importância da verba global do Ministério de Minas e Energia, teria ficado desprezada a contribuição do Padre Vidigal conseguiu em belíssima e árdua batalha parlamentar nos idos de 1961 (...).”

NOTA: As letras garrafais são do texto original.

OUTRO TRECHO DO PANFLETO DA LAVRA DO DR. JOSÉ MATEUS DE VASCONCELOS, EM DEFESA DA CANDIDATURA PARA DEPUTADO ESTADUAL DE PAULINO CÍCERO, DATADO DE 21.08.1962, QUANDO ESTE POSSUIA APENAS 25 ANOS.

“AOS PESSREDITAS E AO ELEITORADO.

Realizada a 12 do corrente mês a Convenção Municipal do P.S.D. e, escolhidos os candidatos às eleições de 7 de outubro próximo, venho recomendar a aqueles que seguem a minha orientação os nomes em que votaremos para o quadriênio a iniciar em 31/01/1963.

Assim votarei:

Para senadores: Benedito Valadares Ribeiro e Camilo Nogueira da Gama.

Para Deputado Estadual: Paulino Cícero de Vasconcelos, ...mas ele é uma esperança para sua terra.

Para Deputado Federal: Padre Pedro Maciel Vidigal.

Para Prefeito: Walter Cotta Marques.

Para Vice-Prefeito: Pedro Martins Vieira (Dois jovens políticos patrióticos e cheios de fé, e que desejam engrandecer a terra de seus ilustres ancestrais).

Para Vereadores votarei em um dos seguintes nomes:

Raimundo Izidoro Braga.

José Martins de Araujo.

José Olímpio da Fonseca Filho (Dr.).

Pedro Henriques Nicolau.

Claudiano Alves de Oliveira.

José Domingues Filho.

José Pascoal Artuzo.

Antônio Coura Mendes.

Geraldo Batista de Oliveira.

Antônio Rodrigues Silva e

José Soares Neto.

Para Juiz de Paz e suplentes votarei no distrito da cidade em Adelino de Paula, Manoel Gomes Martins Filho, Francisco Rolla Guerra e Jair Perdigão.

Recomendo ainda, aos correligionários dos distritos, os seguintes nomes para Juiz de Paz e suplentes:

Vargem Linda: André Ferreira de Magalhães, Rubens Gomes Martins, José Martins de Oliveira e Raimundo Fraga.

Cônego João Pio: Vicente Martins, Raimundo Gomes de Oliveira e João dos Santos Bicalho.

Juiraçu: Álvaro Pereira da Silva, José Martins Marques, Geraldino Martins da Silva e Francisco Pereira da Silva.

Alfié: José Geraldo Coura, Wisemam Moreira. João Martins Fraga e José Domingues Silva.

Ilhéus: José Cotta Pena, João da Cruz Vasconcelos, Misael Félix de Oliveira e Amaro Conceição de Maria.”

O JOVEM PREFEITO, QUE NO DECORRER DE SUA LONGA E VITORIOSA TRAJETÓRIA POLÍTICA, SE TORNARIA UM DOS FILHOS MAIS ILUSTRES DE SUA TERRA NATAL E PARA ONDE CARREOU DIVERSOS BENEFÍCIOS, DESDE CEDO DEMONSTROU SER UM DEMOCRATA E ATÉ EM PARCIAIS DERROTAS ELEITORAIS, IA A LUTA PARA REVERTÊ-LAS.

Interessante passagem consta Paulino Cícero na sua vitoriosa eleição para Prefeito de sua terra natal, em 1959.

“Quando assumi a Prefeitura, fiquei com grave responsabilidade política.

Eu tinha de reverter e precisava de qualquer forma de reverter o quadro político do distrito (O de Alfíe).

É que lá, como em Ilhéus do Prata, dois dos nossos distritos, eu sofrera uma acachapante derrota eleitoral.

Meu pai certo dia, abatido por aquele resultado, lembro-me de que lá apenas não nascera, mas dos dois meses de idade e orfandade até sua graduação aos 24 anos, lá fora sua terra, onde tivera muitos colegas na escola de seu avô e mestre Cristiano Moraes.

Chegou a indagar-me se não seria mais prudente a emancipação do distrito ou mesmo anexá-lo a outro município.

Eu, então, lhe prometi que faria a reversão política da terra. Disse-lhe que as coisas iam mudar. Afinal, é de Alfíe que vieram todos os outros municípios de nossa Comarca.”

(Livro “Meus Cadernos”, 2ª edição, página 36).

GRATIDÃO ETERNA AO DR. MÁRIO ROLLA.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DO GOVERNO

Belo Horizonte, 17 de abril de 1978

Prezado Edêlberto

Estou muito agradecido pelo exemplar da revista logosôfica que me enviou, com uma carinhosa dedicatória. Isso muito me comoveu e revela a generosidade de seu caráter, formado num lar em que são cultivados os melhores valores da nossa sociedade.

Recebi também, um exemplar da ACM, no qual figura seu trabalho de estréia na Entidade.

Muito me agrada verificar que voce se sente motivado na função que desempenha naquela casa, onde acredito, suas potencialidades intelectuais, no campo jurídico, poderão se desenvolver, até atingir^{se} objetivos profissionais que voce pretende alcançar.

Por tudo isso, me sinto muito contente, re conhecendo assim que a colaboração que lhe ofereceremos, foi estimulante e proveitosa. Estou certo de que o entusiasmo de que voce está possuido, encontrará correspondência na casa em que presta serviços com a aplicação que demonstra Aceite com sua família, a expressão carinhosa de muita amizade.

MÁRIO ROLLA

Antes de publicar algumas passagens da vida do DR. MÁRIO ROLLA, tomo a liberdade de fazer esta introdução:

Em meu livro “São Domingos do Prata: Berço e origem”, há umas notas sobre a minha pessoa, escritas pelo editor da livraria e Editora Del Rey, das quais extraio este trecho:

Em 1977 abriu seu próprio escritório e, em 1978, foi sabatinado junto a diversos concorrentes, para uma única vaga existente no Departamento Jurídico da centenária Associação Comercial de Minas, tendo sido escolhido.

Nessa época, em pleno período revolucionário, a entidade de classe empresarial exigia uma apresentação a fim de saber se a pessoa não tinha restrições na área de segurança.

Foi aí que apareceu, depois de seus pais, a única pessoa que o ajudou na vida profissional.

Trata-se do conterrâneo e amigo de infância de seu pai, DR. MÁRIO ROLLA.

Ingressando na entidade, Edelberto lhe enviou uma carta de agradecimento, acompanhado da cópia do primeiro artigo jurídico que havia escrito e sido publicado no jornal da Entidade.

A resposta a ele dada por MÁRIO ROLLA, por quem tem eterna gratidão, está reproduzida em outra página deste livro.

O editor.”

(Reproduzi acima a resposta do DR. MÁRIO ROLLA.

DR. MÁRIO ROLLA. NOTAS BIOGRÁFICAS.

Nasceu em São Domingos do Prata no dia 23 de junho de 1909, tendo sido seus pais João Monteiro Rodrigues Rolla e Francisca Eloy Martina Rolla.

Foram seus irmãos (ãs):

Joaquim Rolla, José Rolla, Waldemar Rolla, João Rolla Filho, Maria Rolla Horta, Thereza Rolla, Joana Rolla, Olga Rolla, Djanira Rolla e Edith Rolla.

Foi casado com Yolanda Almeida e teve dois filhos.

Faleceu em 24 de fevereiro de 1994, aos 84 anos, atropelado na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro.

Foi jornalista, empresário, dirigente de classe e deputado estadual.

Iniciou a sua carreira na década de 1930 no jornal belorizontino “Diário de Minas”. Passou por vários jornais de Belo Horizonte, até ser diretor do jornal carioca “Última Hora”.

Tornou correspondente do jornal carioca “Correio da Manhã”, na época de enorme influência em todo o território nacional.

Foi Diretor da Associação Comercial de Minas e Presidente de sua Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido também Vice-Presidente do Banco Metropolitano de Crédito Mercantil S.A e Assessor especial da Presidência da Cia. Vale do Rio Doce (Atual Vale).

Dentro as suas inúmeras realizações e projetos como Deputado Estadual, como mostrarei mais na frente, estava a intenção de implantar uma usina siderúrgica em São Domingos do Prata.

Foi um dos fundadores da Sociedade dos Amigos do Rio Doce (S.A.R.D.), entidade sem fins lucrativos, que tinha o propósito de pugnar e defender uma política de valorização e desenvolvimento do Bacia do Rio Doce.

O frei Thiago Santiago menciona ter ele também sido secretário do ex-Presidente Arthur da Silva Bernardes e dos ex-governadores Magalhães Pinto e Aureliano Chaves.

Em uma sessão da Câmara de vereadores de São Domingos do Prata o vereador Francisco de Paula Carneiro de Moraes (Chiquito de Moraes) dirigiu uma saudação ao senhor Mário Rolla, lembrando os trabalhos do mesmo em prol do progresso do município, destacando os seus esforços para instalação do Posto Agropecuário, o ginásio e outros empreendimentos.

ALGUMAS DE SUAS REALIZAÇÕES COMO DEPUTADO ESTADUAL.

Embora tenha sido eleito como deputado suplente para o período de 1959/1963, logo assumiu a titularidade e iniciou uma ampla jornada no sentido de levar melhoramentos para a região da Bacia do Rio Doce. Foi incansável na execução desse objetivo.

A seguir alguns de seus projetos e atuações como Deputado Estadual.

- USINA SIDERÚRGICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA -

Em um de seus pronunciamentos em junho de 1960, sugeriu o Deputado Dr. Mário Rolla a implantação de uma usina eletro-siderúrgica entre os municípios de SÃO DOMINGOS DO PRATA e Dom Silvério, a ser utilizada para o beneficiamento do manganês destinado ao mercado interno, exportando-se o excedente, que seria servida pela energia de Três Marias.

Segundo Dr. Mário Rolla, em valores da época, enquanto uma tonelada de minério era cotado a 42 dólares, o preço de igual quantidade de ferro-manganês alcançava preços superiores a 270 dólares.

Um dos projetos de lei apresentado pelo Dr. Mário Rolla na Assembleia Legislativa objetivava o aproveitamento industrial das jazidas de manganês dos municípios de São Domingos do Prata e Dom Silvério.

AINDA SOBRE A USINA SIDERÚRGICA -

O jornal “Correio da Manhã”, edição do dia 29 de julho de 1960, publicou o seguinte artigo:

“Em declarações prestadas à Agência Nacional, o deputado Mário Rolla, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, disse dos objetivos do projeto de lei que vem de apresentar àquela Casa do parlamento estadual, instituindo uma sociedade de economia mista para assegurar, no futuro, as reservas de minerais necessárias do parque siderúrgica nacional.

O projeto do deputado Mário Rolla manda desapropriar, no interesse público, as grandes jazidas de manganês do município de São Domingos do Prata, que, há cerca de vinte anos se encontram estagnadas, em regime de litígio judiciário, contrastando com o desenvolvimento econômico do país posto em execução desde o início do governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Prevê, ainda, o projeto do parlamentar estadual mineiro, redigido de acordo com os planos da sociedade dos Amigos do Rio Doce, a

instalação de uma nova e grande usina siderúrgica, a qual em sua fase final poderá faturar importância superior a 4 bilhões de cruzeiros anuais, abrindo, assim, outra poderosa fonte de riquezas naturais.”

APROVEITAMENTO DAS GRANDES RESERVAS DE MANGANÊS EXISTENTES EM SÃO DOMINGOS DO PRATA E DOM SILVÉRIO.

Ainda em 1960, o Deputado Dr. Mário Rolla apresentou à Assembleia Legislativa um projeto visando evitar a exaustão das reservas de manganês existentes no Estado de Minas Gerais.

A proposta, com o apoio da Sociedade dos Amigos do Rio Doce, objetivava resguardar o parque siderúrgico nacional, criando a oportunidade para a instalação de uma nova e grande usina, além de proporcionar para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil uma nova fonte de riqueza industrial.

Segundo o Deputado Dr. Mário Rolla, o projeto permitiria ao Estado de Minas Gerais o estabelecimento de uma política racional, assegurando o abastecimento permanente das indústrias siderúrgicas que se instalarem na região ou em outras unidades do país.

Dentro deste propósito, considerava o Deputado a necessidade de se começar pela desapropriação, por utilidade pública, das jazidas de manganês que existem em SÃO DOMINGOS DO PRATA e Dom Silvério.

Segundo o Deputado, somente as jazidas de SÃO DOMINGOS DO PRATA foram estimadas em cerca de 9 (nove) milhões de toneladas de minérios de vários teores de manganês, embora tenha ressaltado ainda não terem sido objetos de uma medição e cubagem precisas.

Para tanto aconselhava o Deputado a constituição, pelo Estado, de uma sociedade de economia mista (Ou incorporar uma já existente), com o objetivo de explorar, comercializar e industrializar o minério de manganês e associados, no município de São Domingos do Prata.

NOTA: Na página 129 do meu livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, a seguinte notícia publicada em 1918, no Anuário de Minas Gerais:

“É seu subsolo riquíssimo em minerais, contando-se ricas e variadas jazidas de ouro, ferro, mica e de manganês em seu território um tanto montanhoso.”

Em 1939/1940, a Empresa Continental de Minérios Ltda. e uma pessoa física, foram autorizadas a explorar esses minérios, como pode ser constatado nas páginas 206 e 207 do livro acima citado.

INCLEMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA REGIÃO.

Outro projeto de iniciativa do Dr. Mário Rolla, aprovado na época pela Assembleia, visava a racionalização da produção agropecuária na região, beneficiando 12 municípios.

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS –

FEDERAÇÃO REGIONAL DE COOPERATIVAS –

MIGRAÇÃO DA MÃO DE OBRA RURAL –

Publicou o “Correio da Manhã”, edição de 22 de setembro de 1960:

“Em consequência dos constantes estudos que vêm sendo realizado pela Sociedade de Amigos do Rio Doce, aprovados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e relativa ao incremento das atividades rurais daquela região, está sendo ultimado um plano de modernização agrícola, que prevê a criação de uma Federação Regional de Cooperativas.

A iniciativa procura sobretudo, a atender as necessidades de abastecimento das populações da área siderúrgica, cuja produção agrícola foi prejudicada pelo desenvolvimento das grandes indústrias locais de extração de minério e de fabricação de aço, cujos salários passaram quase a monopolizar a mão-de-obra outrora empregada nas atividades do campo (...).”

NAVEGAÇÃO DO RIO DOCE A PARTIR DE IPATINGA –

Dr. Mário Rolla entre os seus diversos pleitos em prol do progresso da região, empunhou a bandeira, junto com a Sociedade dos Amigos do Rio Doce, para criação de uma artéria fluvial, com grande extensão, indo de Ipatinga até o litoral do Estado do Espírito Santo.

Lembrava o Deputado Dr. Mário Rolla que o Rio Doce já foi navegável e citou, inclusive, anúncios de companhias de vapores, divulgados em jornais cariocas, com linhas regulares que se estendiam até os confins do Espírito Santo e Minas Gerais.

Recordou ainda, do cidadão João Monlevade, precursor da siderurgia no vale do Rio Doce, lá pelo ano de 1930, que havia transportado pelo rio todo o equipamento usado na instalação de sua usina, na margem do Rio Piracicaba, afluente do Rio Doce. Declarou também a existência, naquela época, de vários projetos para o estabelecimento de navegação no Rio Doce.

REFINARIA DA PETROBRAS EM IPATINGA.

Simultaneamente à navegação do Rio Doce no trecho entre Ipatinga até o Estado do Espírito Santo, o Deputado Mário Rolla empreendeu ainda uma campanha de profundo alcance social e econômico para a região, qual seja a instalação em Ipatinga da REFINARIA MINAS GERAIS, em lugar da em Betim, onde acabou sendo inaugurada.

A refinaria em Ipatinga tornaria bem mais econômica, seja pela localização, distribuição, abastecimento, comunicação, etc., caso se tornasse navegável o Rio Doce, o que acabou não ocorrendo.

Ao se construir um oleoduto do Rio de Janeiro a Belo Horizonte, a refinaria acabou sendo construída em Betim.

FERROVIA NO PRATA.

Em março de 1961, entre diversas reivindicações feitas ao Governo Federal visando o desenvolvimento sócio-econômico da região do vale do Rio Doce, o Deputado Dr. Mário Rolla requereu a continuação da ligação ferroviária de Dom Silvério a Nova Era, passando por São Domingos do Prata.

Infelizmente, era Presidente Juscelino e este priorizou a construção de rodovias e abandonou as ferrovias que estavam sendo construídas.

Contudo, o sonho da ferrovia não havia morrido nos corações dos pratianos.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS.

Como Deputado estadual o Dr. Mário Rolla foi, na Assembleia Legislativa, um dos mais ferrenhos defensores da criação do Banco, por vislumbrar a sua posição estratégica para o financiamento de indústrias no Estado. Pode-se considerá-lo como pai da ideia.

CIDADE INDUSTRIAL EM CORONEL FABRICIANO.

No jornal “Correio da Manhã”, edição do dia 28.03.1962, a seguinte notícia:

“Foi encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMIG) a tese do Deputado MÁRIO ROLLA aprovada no Congresso das Associações Comerciais no sentido de ser elaborado um Plano de Desenvolvimento para o vale do Rio Doce, no qual esteja prevista a criação de uma cidade industrial no município de Coronel Fabriciano.

A respeito da criação desse Núcleo Manufatureiro, a USIMINAS se manifestou favoravelmente, pois programou também iniciativa no mesmo sentido (...).”

INVESTIMENTOS PARA A AGRICULTURA DA REGIÃO –

O jornal carioca “Correio da Manhã”, em sua edição do dia 14.04.1960, veiculava:

“Até agora nós calculamos em mais de 40 bilhões de cruzeiros os investimentos industriais na vasta zona agrícola mineira onde está situado o Parque Siderúrgico do Rio Doce.

Entretanto, nem um centavo tem sido canalizado para a lavoura, declarou o nosso correspondente em Belo Horizonte, o deputado

MÁRIO ROLLA, representante do PR (Partido Republicano), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Não há qualquer assistência técnica aos lavradores da Região, que é servida apenas por uma agência do Banco do Brasil na cidade de Acesita.

Prosseguiu dizendo o sr. MÁRIO ROLLA que ali se observa um paradoxo: tem as melhores vias de escoamento dos seus produtos.

Junto delas progridem cidades industriais em crescente expansão, com uma população de cerca de 100 mil habitantes, que desfrutam dos mais elevados padrões de vida do Estado e possui amplos mercados de consumo, com rodovias que facilitam as comunicações, enquanto vultosos investimentos de capitais são feitos continuamente no setor industrial, pelas grandes empresas USIMINAS, BELGO MINEIRA, ACESITA e CIA. VALE DO RIO DOCE.

PROJETO DO DR. MÁRIO ROLLA PARA INCLEMENTAR A AGRICULTURA.

Em complemento a notícia acima, completou o Dr. Mário Rolla:

“PLANO PILOTO”.

Diante desse espetáculo de estagnação e esmagamento da agricultura daquelas áreas altamente industrializadas, apresentei na Assembleia Legislativa uma indicação no sentido de aplicação de um Plano Piloto de incremento agrícola e modernização das atividades rurais dos municípios que ficam situados dentro da zona de influência do parque siderúrgico do Rio Doce.

Esse Plano Piloto, a ser realizado por intermédio da CAMIG, poderá contar com a cooperação do Ministério da Agricultura, do Banco do Brasil, da CASEMG, da Secretaria da Agricultura do Estado e das empresas industriais estabelecidas na zona.

Concluiu dizendo o Deputado MÁRIO ROLLA que, submetido o seu projeto à apreciação do executivo mineiro, o governador Bias Fortes mostrou-se vivamente interessado, tendo autorizado a CAMIG a entrar em estudos preliminares sobre sua concretização.

NOTAS BIOGRÁFICAS DO DR. ALONSO STARLING.

(DEPUTADO ESTADUAL PELO PRATA).

Nasceu em 02/02/1876, na paróquia de Nossa Senhora da Saúde (atual município de Dom Silvério, então pertencente ao distrito de Alvinópolis, cujo território integrava o do município de Mariana).

Assim, embora tenha nascido em Dom Silvério, muitos o considera natural de Alvinópolis, já que na época Saúde era um simples povoado.

Faleceu em Belo Horizonte em 26 de setembro de 1953.

Era filho de Modesto London Starling e de Eulália London Starling.

Fez os preparatórios em Ouro Preto e o jornal “Minas Geraes”, em uma edição de 1893, noticiava ter ele se matriculado na Faculdade Livre de Direito em Ouro Preto, durante o ano letivo de 1893/1894. (Embrião da Faculdade Federal de Direito que, com a mudança da capital, se transferiu para Belo Horizonte).

O mesmo periódico, em sua edição de 14.04.1896, noticiou ter ele concluído o curso de Direito na Faculdade de São Paulo no ano de 1896 e o dava como sendo natural de Alvinópolis.

Já na edição do dia 19.07.1896, noticiava ser ele Promotor de Justiça em São Domingos do Prata, enquanto na edição do dia 05.02.1898, anunciava ter sido nomeado juiz substituto da Comarca de Alvinópolis, e na mesma edição, o Dr. Gomes Lima (Antônio Gomes Lima), era nomeado Promotor da Comarca de São Domingos do Prata.

A sua posse ocorreu em 31.03.1898, como constou da edição do mesmo dia.

Em 03.08.1898, o jornal anunciava a nomeação do Dr. Alonso Starling, como juiz substituto da Comarca de São Domingos do Prata e, na mesma edição, constou o motivo pela qual o juiz de Paz, Leandro Domingues Gomes, havia assumido, em 07.06.1898, o cargo de juiz substituto da Comarca de São Domingos do Prata, por ter o juiz de Direito titular, Dr. Antônio Serapião de Carvalho, sido transferido para a Comarca de Rio Pomba.

Já na edição do dia 1º de setembro de 1898, o mesmo periódico (Minas Geraes) anunciava:

“O Diretório do Partido Republicano Mineiro do distrito de Saúde (Município de Alvinópolis), por seu presidente delega todos os poderes ao exmo. Sr. Dr. Alonso Starling para representar este distrito, na convenção do dia 30 de agosto do corrente ano em Belo Horizonte...”

Na edição do dia seguinte, 02 de setembro de 1898, o jornal anunciava a sua candidatura para Deputado Estadual, pela 5ª Circunscrição Eleitoral.

Na edição de 05.10.1898, o Dr. Alonso Starling, como juiz interino da Comarca de Alvinópolis, em um ofício de 12.09.1898, congratulava com o Dr. Silviano de Almeida Brandão, por sua eleição para Presidente do Estado, cargo que assumiu em 07/09 do mesmo ano.

Já na do dia 24.11.1898 era veiculada a informação de que havia pedido exoneração do cargo de Juiz substituto da Comarca de Alvinópolis, e na do dia 28.12.1898, ter sido novamente nomeado para o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de São Domingos do Prata.

O jornal “Minas Geraes”, em uma edição do dia 30.07.1899, publicou um edital da Comarca de São Domingos do Prata, assinado pelo Juiz de Direito Antônio Fernandes Pinto Coelho, sobre a medição e divisão da sesmaria do “Barros”, sita no distrito de Ilhéus, do qual se extrai esta interessante notícia:

“(...) e não havendo nesta Comarca outro advogado, que não o Dr. Alonso Starling, impedido por ser o Promotor de Justiça desta Comarca, pede a V. Excia. se digne de passar o alvará de licença a seu procurador abaixo assinado (...), Egídio Lima”.

Em 1900, foi um dos fundadores do jornal pratiano “O Piracicaba”, juntamente com o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira padre Pedro Domingues Gomes, Luiz Prisco de Braga, Cônego João Pio de Souza Reis e o proprietário Joaquim Quintão.

Em 1901, ao lado do Cônego João Pio de Souza Reis, passou a ser um dos redatores.

Por volta de 1902, fazia parte do Corpo Docente da Escola Normal de São Domingos do Prata e tinha como companheiros de cátedra o Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, cônego João Pio, Luiz Prisco de Braga, Capitão Dico, padre Pedro Domingues Gomes, o juiz de Direito Antônio Fernandes Pinto Coelho e o farmacêutico Joaquim Augusto Gomes Lima.

DR. ALONSO STARLING COMO VEREADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.

De 1905/1907 o Dr. Alonso Starling foi vereador na Câmara municipal, junto, entre outros, com o cônego João Pio, Virgílio Lima, padre Antônio Fernandes Lellis e Manoel Martins Vieira.

No início da legislatura foi eleito Vice-Presidente mas recusou o cargo sob a alegação de que, como Deputado Estadual havia ocupado uma Cadeira na Câmara de Deputados (Atual assembleia legislativa), mas após um impasse também com a recusa do Cônego João Pio assumir a Presidência da Câmara, acabou concordando em ser Vice-Presidente e Presidente Virgílio Lima.

DR. ALONSO STARLING COMO DEPUTADO ESTADUAL.

Realmente, e aqui temos a grande novidade, o Dr. Alonso Starling foi eleito suplente de Deputado Estadual no período de 1903/1906, tendo assumido em 1904 a titularidade em substituição ao deputado sabarense Luiz Caetano Martins Pereira, falecido em outubro de 1903.

Na sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do dia 19 de dezembro de 1904 (Na época era denominada de Câmara dos Deputados), foi apresentado o seguinte parecer:

“Parecer n.121

A Comissão de Constituição, Legislação e Poderes, a que foram presentes atas de apuração das eleições realizadas em 1º de novembro próximo passado, na 5ª circunscrição eleitoral do Estado, de acordo com o número de votos dados aos diversos candidatos ao lugar de deputado pela referida circunscrição, é de parecer que seja reconhecido e proclamado deputado o DR. ALONSO STARLING, advogado residente em SÃO DOMINGOS DO PRATA.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 1904. – Mello Vianna – A. Welerson (...)

(Letra garrafal por minha conta).

Também o jornal “O Pharol”, em uma edição do dia 22.12.1904, veiculava a respeito de uma sessão realizada na Câmara de Deputados:”

“(...) o sr. Mello Vianna, da Comissão de Poderes, enviou à Mesa pareceres reconhecendo deputados os srs. Heitor de Souza pela 2ª Circunscrição, Comendador Frederico Schumann pela 3ª e Dr. Alonso Starling pela 5ª.”.

Como se observa, ele acumulou as funções de Deputado Estadual com a de vereador. De 1923/1926, outro vereador, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira acumulou as funções de Presidente da Câmara com a de Deputado Estadual. (Obviamente, nas sessões que não podia comparecer, a Presidência da Câmara era exercida pelo Vice).

ELEITO NOVAMENTE VEREADOR.

Terminados ambos os mandatos acima, novamente se elegeu para vereador da Câmara Municipal de São Domingos do Prata para o período de 1908/1912, tendo tomado posse na sessão de 13.01.1909.

Não mais se candidatou, mas na posse dos vereadores eleitos para o período de 1912/1915, realizada em 01.06.1912, compareceu como fiscal de Renda do Estado e Presidente do Diretório Político do município, que era filiado ao Diretório Central do Partido Republicano Mineiro.

DR. ALONSO STARLING COMO JUIZ DE DIREITO E DESEMBARGADOR.

Não consegui apurar quando teria feito concurso para ser nomeado Juiz de Direito e nem a sua trajetória como magistrado, exceto o fato de ter sido Juiz de Direito em Manhuaçu (O Fórum local tem o seu nome) e posteriormente Desembargador de Tribunal de Relação, atual Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

FONTES: Meus livros e alguns dados do dicionário bibliográfico da Assembleia Legislativa de Minas e da ata de uma sessão da mesma Assembleia.

POLÍTICOS PRATIANOS QUE EXERCERAM MANDATOS FORA DAS DIVISAS DO MUNICÍPIO.

ALONSO STARLING – VEREADOR E DEPUTADO ESTADUAL -

ANTÔNIO GOMES LIMA (DR. GOMES LIMA) – SENADOR ESTADUAL E DEPUTADO FEDERAL –

ANTÔNIO ROBERTO LOPES DE CARVALHO – PREFEITO E DEPUTADO ESTADUAL -

EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA – VEREADOR – PREFEITO – DEPUTADO ESTADUAL -

JOÃO PIO DE SOUZA REIS – VEREADOR – SENADOR ESTADUAL E DEPUTADO ESTADUAL-

JOSÉ PEDRO DRUMMOND – SENADOR ESTADUAL -

MÁRIO ROLLA – DEPUTADO ESTADUAL -

PAULINO CÍCERO DE VASCONCELOS – PREFEITO – DEPUTADO ESTADUAL E DEPUTADO FEDERAL –

NOTA: Teve outro pratiano, mas que fez carreira em Viçosa. Trata-se de JOSÉ RICARDO REBELO HORTA –VEREADOR – PREFEITO E DEPUTADO ESTADUAL.

FINALIZANDO.

No tocante as notícias e curiosidades sobre a história do legislativo pratiano no período de 1890 a 1962, término aqui, não adentrando na legislatura a partir de 1963, para não ficar muito extenso o livro nesta primeira parte.

Em duas sessões do dia 31 de janeiro de 1963, tomaram posse e foram diplomados os novos vereadores, o Prefeito e Vice-Prefeito para o período de 1963/1966. O Prefeito eleito foi Walter Cotta Marques e o Vice-Prefeito Pedro Martins Vieira.

COMENTÁRIO DO REITOR DA FACULDADE DE SABARÁ SOBRE O MEU LIVRO “CURRAL DEL REI (SABARÁ) – SUA ORIGEM ATÉ SE TRANSFORMAR NA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS.

-Prezado Amigo Edelberto

Ontem terminei a agradável leitura de seu livro.

Demorei porque não é um livro para se ler depressa, tendo em vista o volume de informações históricas inéditas, pelo menos para mim. Vou comentar algumas delas.

Início com alguma coisa de Abílio Barreto, mas enfocarei mais o que se refere a Alfredo Camarate, personagem que eu desconhecia.

A abordagem que ele faz sobre a nascente BH me lembrou o tempo todo da obra “Cidade de Papel”, do nosso conterrâneo Avelino Fóscolo. Este, em estilo de romance, descrevendo o nascer da nova cidade sob o olhar do proletariado.

Já o Camarate descreveu sob o olhar técnico e da burguesia. Ambos, coincidentemente, nascidos em berço de ouro, instruídos, viajados, mas, paradoxalmente, rebeldes e ácidos críticos da realidade social.

O trabalho paciente e de extremo capricho, em que você, voluntaria e idealisticamente, tomou para si, ressuscitando a obra de Camarate, bem lhe justificaria mais um título de Cidadão Honorário, desta vez de Belo-Horizontino.

Se eu conhecesse um Vereador preocupado com a memória da nossa BH, iria sugerir a ele que lhe concedesse essa merecida retribuição.

Como Sabarense bairrista que sou, cumprimento-lhe e agradeço-lhe pela sua genial ideia de grafar o nome de nossa terra em todas e frequentes vezes em que é mencionado.

Mas vamos aos comentários de algumas anotações que fiz, ao longo da minha leitura:

**- Abílio Barreto
Pág. 19**

Item 31 – A menção da trova, em que remete a Curral Del Rei a excelência de suas frutas pareceu-me estranha, pois em todas as fontes que conheço, a referência era sobre Barbacena (“De Barbacena, as fruta” – fruta, no singular mesmo).

Uma incógnita a ser deliciosamente (ao pé da letra) pesquisada junto aos memorialistas de nosso folclore. Há uma barbacenense de 94 anos que conheço, Dona Marina Lafayette Andrada Ibrahim, a quem vou procurar, bem como a Profa. Regina Almeida (acho que esta você a conhece).

Pág. 22

**Item 44 – Padre Agostinho de Sousa Paraíso.
Veja dados de outra fonte sobre esse padre:**

Na segunda metade do século XIX, o padre Agostinho Francisco de Mendonça Paraíso chega à região empenhado em catequizar os índios botocudos.

Posteriormente, estabelece-se como fazendeiro de cacau, às margens do rio Marambaia, iniciando assim o desbravamento e povoamento desta área. Em 1902, forma-se o povoado na confluência dos córregos Água Vermelha e São João, com a denominação de São João da Água Vermelha, alterada em 1948, para Padre Paraíso. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Padre_Paraíso.

Apesar de pequena diferença no sobrenome, parece-me ser a mesma pessoa, citada por Abílio Barreto, principalmente porque registra seu falecimento no Vale do Jequitinhonha (Diamantina) e a cidade, que leva o nome do padre, localiza-se na mesma região.

Trabalhei, durante três anos, em Belo Oriente, município situado entre Ipatinga e Governador Valadares. Na estrada, que liga essas cidades, há uma placa indicando a saída para um município que lembra o nome do Padre Paraíso. Li a placa inúmeras vezes. Jamais poderia imaginar que tenha sido tão importante personalidade para a mudança da Capital de Minas.

Se você conseguir comprovar que se trata da mesma pessoa, sugiro-lhe escrever para o Prefeito da cidade de Padre Paraíso e pedir para incluir na referência do Patrono do Município os detalhes deixados por Abílio Barreto.

**- Alfredo Camarate
Pág. 26**

Acho que ninguém da família Sepúlveda sabe da influência de seu Patriarca, o médico Dr. Joaquim Sepúlveda, na escolha de Curral Del Rei para ser a Capital. Inédita para mim essa informação. Pena que meu amigo Nelson, neto de Dr. Joaquim Sepúlveda, faleceu há poucos meses, pois eu teria satisfação em telefonar para ele e contar.

Pág. 28

Outra curiosidade para mim, mas essa vou divulgar entre os moradores do pequeno distrito de Almeida, onde o pai de Marli tinha sua fazenda:

- “Almeida foi também um dos lugares relacionados para ser capital.”

Os familiares de Marli ainda têm muitas propriedades naquela região e tudo leva a crer que o distrito foi fundado por seus antepassados, tal era a quantidade de terras que ali herdaram, principalmente os netos do sabarense Mestre Félix de Souza Maia, que se casou com uma Marques Affonso e foi residir na região.

Não sei se já lhe falei sobre o Mestre Félix, personalidade interessantíssima, um verdadeiro gênio. Teve Dom Pedro II e Dr. Peter Lund como seus benfeitores. Foi um grande compositor de Música Barroca. Na solenidade de inauguração da Faculdade de Sabará, levei a Orquestra e Coral do Palácio das Artes, que executou uma de suas peças, um “Kyrie”. O Regente foi meu primo, Maestro Márcio Miranda Guerra Pontes.

Pág. 42

Bonita a simpática descrição que o Autor faz da sua chegada a Sabará. (...).

Pág. 87

Menciona Dr. Hermilo Alves comprando louça de Caeté para presentear familiares e amigos de São João Del Rei: xícaras, pires, pratos, tigelas (nem existe mais esta vasilha). Memorável a descrição que Camarate faz dos desenhos das peças e a valorização do produto genuinamente mineiro.

Não sei se o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais registrou essas referências na biografia oficial do seu Patrono, Dr. João Pinheiro, fabricante daquela louça.

Se você for um dia a Caeté, peço-lhe procurar a Diretora do Museu de João Pinheiro, Profa. Dilma Cruz, e relatar para ela esse importante registro sobre as louças que ali se fabricava. Se não conhece aquele Museu, vale a pena conhecê-lo. Lá existem exemplares das peças a que Camarate se referiu.

Pág. 88

O repórter é antes de tudo um bisbilhoteiro”.

Como ela, escrita há mais de cem anos, ainda é tão atual!

Pág. 96

Encontro o nome das grades mouriscas de algumas janelas de Sabará:

OUROPEMA.

Não tinha conhecimento disso.

Nas janelas da casa da minha irmã (Rua Dom Pedro II) existem essas grades. A origem do nome e a descrição arquitetônica que apresenta para a grade também é interessante: “mouro-prema”, ou peneira, janela imposta aos mouros e judeus de Lisboa, nos bairros da Mouraria e de Alfama. Aqui, encontro mais um argumento a ser retransmitido, oportunamente, ao Instituto Histórico Israelita de Minas Gerais.

Eventualmente, algum dos seus membros aparece nas reuniões do Instituto Histórico e Geográfico do Ciclo do Ouro, pois, há anos, venho propondo um projeto de pesquisa sobre os Cristãos Novos em Sabará. Há vasta documentação e evidências sobre eles, agora seu livro indica mais uma.

Pág. 147

Detalhadíssima a descrição que faz para a Estação Ferroviária de General Carneiro, que, pelo que parece, ainda não tinha a denominação em homenagem ao herói da Guerra do Paraguai, nascido no Serro.

Pág. 183

Perfeito observador, ao traçar o perfil de nós Mineiros. Na página 183 ele descreve com maestria um dos nossos mais condenáveis pecados: desconfiança e ausência de apoio a investidores, enquanto não enxergam alguma obra física pronta.

Descrença e desprezo por planos ainda no papel.

Defeitos que ainda persistem e servem para explicar a lentidão no desenvolvimento de Minas, em relação a São Paulo e outros Estados do Sul do Brasil.

Minas foi o mais pujante Estado Brasileiro e foi decaindo em diversos aspectos, devido à falta de confiança entre seus habitantes. (...).

Sou um dos maiores admiradores da nossa Mineiridade, mas reconheço alguns traços negativos, que teimosamente ainda

persistem. Certa vez, quando o Sr. Abel Versieux estava construindo aquele prédio de apartamentos, em frente ao Teatro, foi procurado por alguém que queria lhe convencer para não investir em Sabará, “pois em Belo Horizonte, o investimento iria valorizar muito mais”. Foi Vitório Fantini, muito indignado, quem me relatou esse episódio, ouvido por ele do próprio Sr. Abel.

É estranho isso, não investir na própria terra e ainda se opor aos que investem.

Procuo me esquecer dessas tristezas...

Mesmo porque o número de sabarenses que me apoiaram e até hoje me incentivam (como é o seu caso) é inumerável. Certa vez consegui estimar em mais de trezentas pessoas de Sabará que torceram pelo sucesso do Projeto da Faculdade. Grande parte dessas pessoas eu nem conhecia. Procuravam-me e até se ofereciam para prestar algum favor que porventura eu precisasse, outras rezavam ou faziam questão de comparecer em quase todas as reuniões dominicais que eu realizava na cidade para explicar e discutir meus planos e seu andamento. Foram indescritíveis as alegrias e o incentivo moral que me proporcionaram naquela época.

Felizmente, nós Mineiros temos muito mais virtudes que mesquinhas.

Grandes os governantes e políticos que as enfrentaram e criaram Belo Horizonte! Grande Aarão Reis!

Pág. 191

Como perfeito observador do perfil de nós Mineiros, Camarate passa a relatar três das nossas inúmeras virtudes e massacra nossos detratores, através de inteligente comparação:

O Mineiro tem “os defeitos da educação”, mas tem “SINCERIDADE, LEALDADE, HONRADEZ...”, que, inicialmente, parecem “envoltas numa entoação agreste, tosca, quase grosseira”.

É que, aquelas virtudes afetam “os delicados melindres de homens educados, onde a pretexto da civilidade e cortesia, se aprende a ser escrupulosamente falso, rigorosamente mentiroso, religiosamente lisonjeiro e ridiculamente afetado”.

É fantástica a atualidade dessa análise e a conclusão de Camarate.

Pág. 203

Aqui, Camarate escorrega e deixa transparecer, mais uma vez, sua personalidade rebelde, quando, cegamente, nega a importância da História. Não se compreende como uma pessoa tão inteligente, já com seus 50 anos, não havia percebido como é fundamental a preservação da Memória de um povo para a sua Soberania e para a Liberdade.

Pág. 219

Um dado significativo para compreensão das dificuldades da vida no Século XIX em nossa região:

- Mesmo com o transporte ferroviário, os materiais demoravam de 1 a 2 meses para chegarem do Rio de Janeiro até Sabará.

Pág. 220

O vasto conhecimento do Camarate é de extrema utilidade até os dias de hoje, quando ele descreve os tipos de madeiras nossas, comparadas com as europeias. Passamos a entender porque houve tão grande uso dessas em lugar das nossas. Primeiro: a logística de madeiras importadas, por incrível que pareça, era melhor que a nacional. Segundo: a maciez da madeira europeia (Riga e Suécia) facilitava o trabalho dos carpinteiros e marceneiros, ao contrário da dureza das nossas madeiras.

Pág. 221

Mais uma coisa engraçada que não sabíamos sobre argentinos: levavam até Banda de Música para o combate a incêndios em Buenos Aires e tinham ciúme da eficácia dos Bombeiros do Rio de Janeiro. Pudera!

Pág. 223

Camarate me lembrou de um dado que eu já havia me esquecido: em 1894 havia uma estrada de ferro dentro de Belo Horizonte para transporte de materiais para as obras.

Uma pena que ela não tenha sido transformada em metrô desde aquela época. Será que foi a origem das linhas de bondes? Por sinal, muito eficientes e úteis.

CONCLUSÃO:

Uma afirmação que já escrevi e publiquei mais de uma vez: Curral Del Rei foi escolhida para Capital, graças à competência e a habilidade

dos políticos de Sabará da época. Havia chegado a essa conclusão por mera dedução da análise histórica. Você agora a confirma através de suas pesquisas em fatos e dados.

Honra e Glória para os Sabarenses que nos antecederam, principalmente Antônio Augusto de Lima.

Agradeço-lhe por ter oferecido à Biblioteca “Maria Machado de Lima” mais uma de suas importantes obras. Será fonte valiosa para pesquisas de nossa Comunidade Acadêmica. (....).

Parabéns!

Muito obrigado.

Recomendações à Regina.

Abraço amigo. Mário de Lima Guerra.

NOTA: Somente discordo do ilustre Reitor quando transfere a políticos sabarenses a vitória pela escolha de Belo Horizonte.

Como já demonstrei em um tópico deste livro e repito a seguir, esta honra cabe a um pratiano.

Veja a importância histórica do pratiano Dr. José Pedro Drummond nas páginas 339, letras “a” a “d”, da segunda edição do livro “Noticias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos (...)”, bem como sua brilhante atuação no Congresso Mineiro quando da escolha de Belo Horizonte para ser a nova capital, nas páginas 26/51 e 118/119 do livro “Retalhos da história antiga de São Domingos do Prata”.



- 1 – SÃO DOMINGOS DO PRATA NO PERÍODO IMPERIAL – 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.**
- 2 – REVIVENDO A HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.**
- 3 – RECONTANDO A HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.**
- 4 – SÃO DOMINGOS DO PRATA FRAGMENTOS DE SUA HISTORIA - 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.**
- 5 – QUATRO PREFEITOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.**
- 6 – NOTAS BIOGRÁFICAS DO DR. GOMES LIMA – UM DOS GRANDES VULTOS DA HISTORIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.**
- 7 – TRÊS PRATIANOS DA GEMA – MANOEL MARTINS GOMES LIMA – JANUA COELI DE LELLIS FERREIRA E DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA.**
- 8 – GENEALOGIA DE ALGUNS ASCENDENTES E DESCENDENTES – FAMÍLIAS DAS QUAIS DESCENDO, TODAS COM RAÍZES FINCADAS EM SÃO DOMINGOS DO PRATA: GOMES LIMA – MARTINS VIEIRA – VIEIRA MARQUES OU MARQUES VIEIRA – GOMES DOMINGUES – LELLIS FERREIRA E SANTIAGO.**
- 9 – SÃO DOMINGOS DO PRATA BERÇO E ORIGEM – 4ª EDIÇÃO.**
- 10 – NOTAS SOBRE ALGUNS PREFEITOS E ELEIÇÕES EM SÃO DOMINGOS DO PRATA DE 1890 A 1947.**
- 11 – A HISTORIA QUE SÃO DOMINGOS DO PRATA NÃO CONHECEU.**
- 12 – TRAJETÓRIA POLÍTICA DO DR. EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA -**
- 13 – COLETÂNEA DE NOTÍCIAS SOBRE SÃO DOMINGOS DO PRATA ANTIGO –**
- 14 - ELEITORES PRATIANOS EM 1896 –**
- 15 – NOTÍCIAS DO ANTIGO SÃO DOMINGOS DO PRATA E SEUS DISTRITOS. (Os atuais e os antigos) – 2ª edição ampliada – com capa dura -**
- 16 – RETALHOS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA.**
- 17 – FILHOS ILUSTRES DO MUNICÍPIO DE FERROS – TODOS DA FAMÍLIA LELLIS FERREIRA –**
- 17 – SÃO DOMINGOS DO PRATA: AS ORIGENS DO POVOADO, DA CAPELA, DO CEMITÉRIO E A DA DESCOBERTA DO RIO PRATA.**
- 18 – COMENTÁRIO ÀS SESMARIAS DE 1758 E 1771, CURATELA, TESTAMENTO E INVENTÁRIO ENVOLVENDO DOMINGOS MARQUES AFONSO.**
- 19 – SABARÁ NA IMPRENSA DO IMPÉRIO.**

20 – SABARÁ: FRAGMENTOS DE SUA HISTORIA NO PERÍODO IMPERIAL – 2ª EDIÇÃO AMPLIADA.

302

21 – CURRAL DEL REI (SABARÁ) - SUA ORIGEM ATÉ SE TRANSFORMAR NA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS -



CENTENÁRIO DA PARÓQUIA – AGOSTO 1944 – O PREFEITO MANOEL MARTINS GOMES LIMA E O PADRE GERALDO BARRETO TRINDADE.



CENA SÃO DOMINGOS DO PRATA EM 2010. AMBAS AS PINTURAS DO ARTISTA SABARENSE DAVI JUPIRA E SÃO DA MINHA PROPRIEDADE.

Em 02 de julho de 1921, foi oficialmente inaugurado com o nome de GRUPO ESCOLAR SÃO DOMINGOS DO PRATA, o educandário que educou gerações de pratianos e que agora, em 02.07.2021, comemora o seu CENTENÁRIO.

EM 1932, em homenagem ao Cônego João Pio que havia falecido, o então Prefeito, Dr. Edelberto de Lellis Ferreira, deu-lhe o nome do cônego.

Contudo, não obstante a justa homenagem, os dois grandes benfeitores e responsáveis para carream à terra natal esta grande conquista, foram dois pratianos da gema:

DR. GOMES LIMA (Antônio Gomes Lima), então Deputado Federal, que em 1918, conseguiu junto ao governo do Estado a expedição do Decreto nº 5065, de 13.08.1918, autorizando a sua construção e o

CAPITÃO DICO (Egídio Gomes da Silva Lima), então Agente do Executivo e Presidente da Câmara de Vereadores, que doou um terreno de 3.091, 66 m2, para sua construção e se encarregou da mesma.

Assim, no CENTENÁRIO, não poderia deixar de lembrar e homenagear os dois artífices desta grande conquista, sem prejuízo do nome do Cônego:

CAPITÃO DICO E DR. GOMES LIMA.

Em tempo: Memórias do Cônego e a história real da criação do educandário podem ser lidas no livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos”, páginas 94/95 e 338.

02.07.2021 – Edelberto Augusto Gomes Lima.



ABEILARD DE MORAES – 72 – 79 – 84 – 88 – 89 – 98 -

ABÍLIO BARRETO – 294 – 295 -

ABRE CAMPO – MUNICÍPIO – 148 -

ABRE CAMPO – POVOADO – 86 – 87 -

ACÁCIO FERREIRA TORRES – 111 -

ACESITA – MUNICÍPIO DE TIMÓTEO – (Veja Timóteo) – 06 – 240 – 288 -

ADELINO DE PAULA – 279 -

ADOLPHO MARTINS DE OLIVEIRA – 95 -

ADRO DA MATRIZ – 97 – 98 -

ADVOGADO – CONTRATAÇÃO PELA CÂMARA – 114 -

AFONSO PENA – 84 -

AGENTE DO EXECUTIVO – PODERES – 14 -

AGOSTINHO DE SOUZA PARAÍSO – PADRE – 295 -

AGOSTINHO FRANCISCO DE MENDONÇA PARAÍSO – PADRE – 295 -

ÁGUA POTÁVEL NOS DOIS CÓRREGOS – 64 – 65 – 67 – 81 – 122 -

AIMORÉS – MUNICÍPIO – 148 -

AJUDA DE CUSTO PARA OS VERADORES E REMUNERAÇÃO PARA PREFEITOS – 215 – 166 -

ALBANO FERREIRA DE MORAES – 74 – 81 – 134 -

ALFIÉ (EX – SANT’ANNA DO ALFIÉ) – 12 – 29 – 31 – 41 – 42 – 43 – 44 – 50 – 51 – 58 – 76 – 84 – 87 – 91 – 95 – 98 – 99 – 103 – 105 – 106 – 108 – 117 – 120 – 121 – 125 – 127 – 128 – 139 – 142 – 154 – 179 – 188 – 191 – 223 – 229 – 238 – 245 – 246 – 247 – 249 – 251 – 252 – 269 – 279 – 280 -

ALFREDO CAMARATE – 294 – 295 -

ALFREDO GOUVÊA – 258 – 259 -

ALICE DE OLIVEIRA – 58 -

ALICE MIBIELLI DE CARVALHO – 270 -

ALONSO STARLING – 71 – 72 – 73 – 79 – 82 – 84 – 88 – 89 – 92 – 102 – 126 – 289 – 290 – 291 – 292 – 293 -

ALONSO STARLING – NOTAS BIOGRÁFICAS – 289 – 290 – 291 – 292 – 293 – 329 -

ALTINA ROSA DE LIMA – 45 – 229 – 276 - 337 -

ALTO DAS PEROBAS – 251 -

ALTO DAS POSSES – 249 -

ALTO DE SÃO GONÇALO – 252 -

ALTO DO BARRO PRETO – 251 – 253 -

ALTO DO DOMINGOS JOSÉ – 251 -

ALTO DO TAMBU – 252 -

ALTO DO TAQUARAL – 252 -

ALTO DOS VIEIRAS – 251 – 253 -

ÁLVARO MENDONÇA – 159 -

ÁLVARO PEREIRA DA SILVA – 279 -

ALVINÓPOLIS (EX-NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PAULA MOREIRA E PAULO MOREIRA) – 12 – 45 – 46 – 47 – 58 – 126 – 148 – 171 – 227 – 250 – 289 – 290 -

AMADOR MARTINS PERDIGÃO – 243 -

AMANTINO DE ARAUJO SILVA – 233 – 254 -

AMARO CONCEIÇÃO DE MARIA – 279 -

AMÉRICO GUEDES DE ARAUJO – 57 – 58 – 59 – 61 -

ANASTÁCIO UBALDINO FERNANDES DA SILVA – 84 -

ANDRÉ FERREIRA DE MAGALHÃES – 279 -

ANEXAÇÃO DE ILHÉUS E JUIRAÇU A GOIABAL – 244 – 245 -

ÂNGELO FUSARO FILHO – 176 – 189 – 181 – 182 – 188 – 189 – 193 -

ANNIBAL DE MORAES QUINTÃO – 165 -

ANTÔNIO AFFONSO DE SANSON – PADRE – 35 -

ANTÔNIO ALEIXO DE AGUIAR – PADRE – 183 -

ANTÔNIO AMÉRICO VIEIRA MARQUES – 68 – 72 – 79 -

ANTÔNIO AUGUSTO DA CRUZ – 75 -

ANTÔNIO AUGUSTO DE LIMA – 47 – 300 -

ANTÔNIO AUGUSTO FREDERICO DE SOUZA REIS – 114 -

ANTÔNIO CAETANO DE SOUZA – 139 – 140 – 141 – 142 – 143 – 145 – 274 – 337 -

ANTÔNIO CARLOS MOREIRA – 233 – 238 – 247 – 248 – 254 – 256 -

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA – 153 -

ANTÔNIO CORDEIRO ABRANTES – PADRE – 15 -

ANTÔNIO CORREA DE ASSIS – 25 -

ANTÔNIO COURA MENDES – 278 -

ANTÔNIO DE ASSIS MORAES – 76 -

ANTÔNIO DE PÁDUA LIMA – 212 – 213 – 216 – 217 – 228 – 230 – 231 – 232 – 233 – 237 – 240 – 243 – 247 – 248 – 254 -

ANTÔNIO DIAS – MUNICÍPIO – 12 – 45 – 105 – 108 – 109 – 110 – 116 – 117 – 120 – 149 – 151 – 154 - 248 – 249 – 252 – 336 -

ANTÔNIO DOMINGUES GOMES VIEIRA – 51 -

ANTÔNIO FELIX DA SILVA – 18 – 21 – 84 -

ANTÔNIO FERNANDES DE AZEVEDO BARROS – 56 – 229 -

ANTÔNIO FERNANDES DE LELLIS – PADRE – 56 – 61 – 71 – 72 – 79 – 84 – 291 -

ANTÔNIO FERNANDES PINTO COELHO – 92 – 290 -

ANTÔNIO FERREIRA BASTOS – 268 – 331 -

ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA – 58 – 76 – 241 – 242 -

ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA – FALECIMENTO – 241 – 242 -

ANTÔNIO FERREIRA NUNES – 95 -

ANTÔNIO GOMES DE ARAUJO LIMA – 72 – 74 – 79 -

ANTÔNIO GOMES DOMINGUES – 72 – 74 – 79 -

ANTÔNIO GOMES DOMINGUES SOBRINHO – 20 – 67 -

ANTÔNIO GOMES LIMA - FALECIMENTO – 270 -

ANTÔNIO GOMES LIMA (DR. GOMES LIMA) – 06 – 13 – 69 – 126 – 131 – 138 – 148 – 149 – 270 – 289 – 293 – 303 – 329 -

ANTÔNIO JOÃO DA SILVA – 76 -

ANTÔNIO MALAQUIAS – 104 -

ANTÔNIO MANOEL DE FREITAS DRUMMOND – 22 -

ANTÔNIO MARCELINO – 44 -

ANTÔNIO MARTINS VIEIRA – CAPITÃO – 126 - 133 – 136 – 137 – 145 – 259 -

ANTÔNIO PEDRO BRAGA – 178 – 179 – 182 – 183 – 184 – 185 – 186 – 187 – 188 – 189 – 191 – 192 – 194 – 195 – 197 – 198 – 200 – 201 – 203 – 205 – 206 – 208 – 209 – 274 – 337 -

ANTÔNIO PEDRO CLAUDINO – 17 -

ANTÔNIO PINTO DE AZEVEDO – 39 -

ANTÔNIO RODRIGUES FRADE – 13 – 17 – 18 – 21 – 23 – 36 – 39 – 57 – 138 – 231 -

ANTÔNIO RODRIGUES FRADE – FALECIMENTO – 23 -

ANTÔNIO RODRIGUES SILVA – 279 -

ANTÔNIO SERAPIÃO DE CARVALHO – 02 – 03 – 18 – 19 – 34 – 40 – 220 – 270 – 289 -

ANTÔNIO SERAPIÃO DE CARVALHO – MEMÓRIAS – 19 -

ANTÔNIO STARLING MARTINS DA COSTA – 145 -

ANTÔNIO VIEIRA MARQUES – 100 -

ARBITRAGEM – 45 - 50 -

ARCELINO HONORATO SOARES – 74 -

AREIAS – LOCALIDADE – 243 -

ARTHUR DA SILVA BERNARDES – 147 – 168 – 202 - 261 – 282 -

ARTUR DA SILVA BERNARDES – FALECIMENTO – 261 -

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS – 47 - 72 – 96 – 97 – 106
- 107 – 110 – 168 – 170 – 171 – 247 – 256 – 283 – 284 – 285 – 287 – 288 –
291 – 292 -**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 45 – 55 -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DIFERENÇA COM CÂMARA MUNICIPAL – 55

ASSEMBLEIA PROVINCIAL – 47 –

ASSESSOR DE AGENTE DO EXECUTIVO – 38 -

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS – 281 – 282 -

ASSOCIAÇÃO RURAL – 202 – 205 -

ATESTADO DE BONS ANTECEDENTES – 58 – 161 -

AUGUSTO DE BARROS – 52 – 56 -

AUGUSTO DE LIMA – 47 – 300 -

AUGUSTO FREDERICO DE SOUZA REIS – 26 – 48 – 49 -

AUMENTO DE TRIBUTOS – 239 -

AURELIANO CHAVES – 282 -

BABILÔNIA – CRIAÇÃO DO DISTRITO – 95 – 100 – 110 -

**BABILÔNIA (Ex – DORES DE BABILÔNIA – ATUAL MARLIÉRIA) – 06 – 12
- 53 – 76 – 88 – 91 – 93 – 95 – 98 – 100 – 102 - 104 – 108 - 109 – 110 – 128
- 139 – 142 – 157 – 179 – 188 – 190 – 216 – 217 – 229 – 235 – 238 – 240 –
241 – 245 – 246 – 247 – 248 – 252 – 256 – 257 -**

BACIA DO RIO DOCE – 282 -

BAIRRO DA ESTAÇÃO NO PRATA – 273 -

BAIRRO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE – 235 – 236 -

**BAIRRO RETIRO – Loteamento autorizado em 1980, pela lei nº 754 de
07 de julho – O loteamento foi de iniciativa de José Monteiro Domingues
e sua esposa) – 229 – 276 -**

BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS – 287

BANCO DO BRASIL – 138 – 288 -

BANCO METROPOLITANO DE CRÉDITO MERCANTIL S.A. – 282 -

BARCA EM REVÉS DE BELÉM – 68 -

BARCA NA PONTE QUEIMADA – 68 -

BARCA NO RIO PIRACICABA – 58 – 60 – 61 -

BARRA DO CAMINHO – LOCALIDADE – 216 -

BARRA DO CÓRREGO PALMITAL – LOCALIDADE – 217 -

BARRA DO RIBEIRÃO SACRAMENTO – 188 -

BARRO BRANCO – POVOADO – 249 – 275 -

BARRO BRETO – POVOADO – 87 – 124 – 157 – 251 – 253 -

BASTOS – POVOADO – 101 -

BAZAR MENDES – 78 -

BELGO MINEIRA – 155 – 214 – 253 – 288 -

**BELO HORIZONTE – 07 – 08 – 10 – 72 – 82 – 83 – 131 – 149 – 151 – 153 –
154 – 166 – 220 – 228 – 269 – 282 – 286 - 287 – 289 – 290 – 298 – 299 –
300 -**

BENEDITO DA SILVA – 75 -

BENEDITO VALADARES RIBEIRO – 159 – 166 – 177 – 200 – 204 – 278 -

BENJAMIM GOMES TORRES – 214 – 265 -

**BENJAMIM JOSÉ DE ARAUJO – 52 – 56 – 67 – 68 – 71 – 72 – 73 – 74 – 78
– 80 – 119 -**

BENTO JOSÉ DE ARAUJO – 116 – 337 -

BERNARDO MASCARENHAS CANÇADO – 268 -

BIAS FORTES – 46 – 47 – 48 – 168 – 288 -

**BIBLIOGRAFIA: “A HISTÓRIA QUE SÃO DOMINGOS DO PRATA NÃO
CONHECEU” – 23 – 29 – 35 – 47 – 53 – 65 – 70 – 92 – 97 – 99 – 115 – 121
– 122 – 124 – 133 – 198 – 210 – 225 – 270 -**

**BIBLIOGRAFIA: “COMENTÁRIO ÀS SESMARIAS DE 1758, 1771,
CURATELA, TESTAMENTO E INVENTÁRIO ENVOLVENDO DOMINGOS
MARQUES AFONSO” – 16 – 41 – 113 – 301 -**

**BIBLIOGRAFIA: “ENSAIOS DE CRÍTICA E DE HISTÓRIA” – DANIEL
SERAPIÃO DE CARVALHO – 03 -**

**BIBLIOGRAFIA: “HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO
PRATA” – LUIZ PRISCO DE BRAGA – 16 – 17 – 308 -**

BIBIOGRAFIA: “MEUS CADERNOS” – PAULINO CÍCERO DE VASCONCELOS – 16 – 236 – 268 – 275 – 280 – 308 -

BIBLIOGRAFIA: “NOTÍCIAS DO ANTIGO SÃO DOMINGOS DO PRATA E SEUS DISTRITOS (...)” – 08 – 23 – 27 – 34 – 45 – 54 – 60 – 61 – 62 – 70 – 73 – 82 – 83 – 86 – 97 – 110 – 121 – 124 – 129 – 130 – 132 – 134 – 170 – 211 – 227 – 264 – 269 – 270 – 271 – 284 – 301 – 303 -

BIBLIOGRAFIA: “QUATRO PREFEITOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX” – 54 – 66 – 167 – 220 – 227 – 273 – 301 -

BIBLIOGRAFIA: “RECONTANDO A HISTÓRIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA” – 16 – 23 – 24 – 25 – 28 – 38 – 42 – 45 – 55 – 60 – 63 – 96 – 122 – 301 -

BIBLIOGRAFIA: “REI DA ROLETA” – DE JOÃO PERDIGÃO E EULER CORRARI – 231 -

BIBLIOGRAFIA: “RETALHOS DA HISTÓRIA ANTIGA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA” – 19 – 34 – 36 – 38 – 62 – 65 – 69 – 78 – 83 – 94 – 97 – 99 – 130 – 132 – 174 – 216 – 240 – 242 – 257 – 261 – 300 – 301 -

BIBLIOGRAFIA: “REVIVENDO A HISTÓRIA DE SÃO DOMINGOS DO PRATA” – 04 – 19 – 27 – 53 – 64 – 66 – 110 – 114 – 124 -130 – 132 – 229 – 231 – 301 -

BIBLIOGRAFIA: “SÃO DOMINGOS DO PRATA NO PERÍODO IMPERIAL” – 48 – 55 – 95 – 301 - 302 -

BIBLIOGRAFIA: “SÃO DOMINGOS DO PRATA SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA” – FREI THIAGO SANTIAGO – 17 – 265 – 308 -

BIBLIOGRAFIA: “SÃO DOMINGOS DO PRATA: FRAGMENTOS DE SUA HISTÓRIA” – 04 – 07 – 16 – 45 – 47 – 62 – 65 – 73 – 93 – 97 – 103 – 110 – 132 – 135 – 170 – 219 – 220 – 301 -

BIBLIOTECA “MARIA MACHADO DE LIMA” – 300 -

BLOG DIONISIANO – 110 -

BOM SUCESSO – POVOADO DA SEDE – 157 -

BOM SUCESSO DO ANDRÉ – LOCALIDADE – 238 -

BRAZ PALMIEIRI – 156 -

CACHOEIRINHA – LOCALIDADE EM QUE FOI CONSTRUÍDA A BARCA NO RIO PIRACICABA – 60 – 61 -

CADEIA PÚBLICA – 15 – 44 – 53 – 54 – 73 – 98 – 127 – 128 – 130 – 131 – 137 – 271 -

CAETANO MARINHO – 17 – 18 – 19 – 20 – 21 – 23 – 39 – 40 -

CAETÉ – MUNICÍPIO – 296 -

CÂMARA – INVASÃO DO PLENÁRIO – 05 – 117 – 118 – 255 -

CÂMARA – SESSÃO SECRETA – 111 -

CÂMARA – TENTATIVA DE INVASÃO – 255 -

CÂMARA DE VEREADORES DO PRATA – PODERES – 13 – 14 – 15 -

CAMIG – 288 -

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA – 278 -

CAPELA DE SANTO ANTÔNIO EM BABILÔNIA – 128 -

CAPITÃO DICO – FALECIMENTO DA ESPOSA – 06 – 243 -

CAPITÃO DICO (EGÍDIO GOMES DA SILVA LIMA) – 06 – 09 – 19 – 40 – 62 – 67 – 114 – 125 – 126 – 130 – 131 – 132 – 133 – 135 – 136 – 137 – 138 – 167 – 216 – 243 – 274 – 277 – 290 – 303 – 337 – 339 -

CARATINGA – MUNICÍPIO – 12 – 49 – 68 – 69 – 70 – 105 – 148 – 249 -

CARLOS BERNARDO GONZALEZ PECOTCHE – 02 -

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE – 228 -

CARLOS LUZ – 226 -

CARRO DE ALUGUEL – IMPOSTO SOBRE ...1906 – 100 – 161 -

CARRO DE BOI – 152 -

CASA DE CORREÇÃO EM SÃO JOSÉ DO GRAMMA – 98 -

CASA DE DETENÇÃO EM ALFIÉ – 44 -

CASA DE DETENÇÃO EM DIONÍSIO – 73 -

CASA DE DETENÇÃO EM ILHÉUS – 44 -

CASA DE DETENÇÃO EM VARGEM ALEGRE – 73 -

CASAS POPULARES – 222 -

CASSEMIRO ELIAS DOS SANTOS – 73 -

CAVALOS – VIAGEM EM... – 82 – 276 -

CEMIG – 277 -

CEMITÉRIO – 33 – 34 – 35 – 106 – 113 – 139 – 238 – 253 – 301 -

CEMITÉRIO DA IGREJA DO ROSÁRIO – 139 –

CEMITÉRIO DA LAGE – 35 -

CEMITÉRIO NA PRÓPRIA FAZENDA – 34 -

CENAS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA – PINTURAS -

CHICO SANTA MARIA – 104 -

CHISPIM JACQUES BIAS FORTES – 46 – 47 – 48 – 168 – 288 -

CHUVA DE GRANIZO – 159 -

CIA. ACESITA – 06 – 240 -

CIA. SIEMENS – 55 – 129 -

CIA. VALE DO RIO DOCE – 282 – 288 -

CIDADE INDUSTRIAL EM CORONEL FABRICIANO – 287 -

CIPRIANO VIEIRA MARQUES – 26 – 31 – 32 – 37 – 48 – 51 – 52 – 53 -

CLAUDIANO ALVES DE OLIVEIRA – 278 -

CLAUDIANO DRUMMOND – 146 -

CLUBE ATLÉTICO PRATEANO – 245 -

CODEMIG – 287 -

COLÉGIO NOSSA SENHORA – 62 – 271 -

COLÔNIA AGRÍCOLA GUIDOVAL – 62 – 65 -

COLÔNIA ITALIANA – 60 -

COLONOS (IMIGRANTES) – 05 – 59 – 60 -

COMARCA DO RIO POMBA – 289 -

COMISSÃO DE NEGÓCIO E INDÚSTRIA – 53 -

COMISSÕES DA CÂMARA – 36 -

COMISSÕES DE ALISTAMENTO ELEITORAL – 74 -

COMPANHIA DE VAPORES NAVEGANDO NO RIO DOCE – 286 -

CONCEIÇÃO – POVOADO – 95 – 243 -

CONCEITO DE HISTÓRIA – 02 -

CONCURSO – PROCURADOR MUNICIPAL – 50 -

CONCURSO PARA PROFESSOR RURAL – 195 – 197 – 198 – 200 -

CONDUÇÃO PARA VEREADORES – 216 – 217 -

CÓNEGO JOÃO PIO – DISTRITO – 224 -

CONFLITO ENTRE PRESIDENTE DA CÂMARA E VEREADORES – 254 -

CONSELHOS DE INTENDÊNCIA MUNICIPAL – 04 – 10 -

CONSELHOS DISTRITAIS – 24 – 42 -

CONSTANÇA ROSA DE BARROS – 15 -

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934 E 1937 – 174 – 210 -

CONSTITUIÇÃO MINEIRA DE 1891 – 70 -

CONSTITUIÇÃO MINEIRA DE 1935 – 175 -

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORAS COM MAIS DE 40 ANOS – 222 -

CORNÉLIA DE LIMA – 77 – 113 – 114 -

CORNÉLIO COELHO DA CUNHA – 57 – 62 – 63 – 71 – 190 -

CORNÉLIO DOMINGUES GOMES – 213 – 229 – 230 - 274 – 337 -

CORONEL FABRICIANO – MUNICÍPIO – 104 – 109 – 287 -

CÓRREGO BARRA ALEGRE – 253 -

CÓRREGO BELÉM – 252 -

CÓRREGO CABEÇA DE BOI – 249 - 251 -

CÓRREGO CAPICHABA – 250 -

CÓRREGO CARVÃO – 251 -

CÓRREGO CELESTE – 249 -

CÓRREGO DA ESPERANÇA – 251 -

CÓRREGO DA FAZENDA DO SUMIDOURO – 249 -

CÓRREGO DA ONÇA – 250 – 252 -

CÓRREGO DA ONCINHA – 249 -

CÓRREGO DAS LAGES – 22 -

CÓRREGO DE SANTO ANTÔNIO – LOCALIDADE – 217 -

CÓRREGO DE TIMÓTEO – 104 -

CÓRREGO DO BARBOSA – 249 -

CÓRREGO DO BARRO BRANCO – 249 -

CÓRREGO DO BATIEIRO – 250 – 251 -

CÓRREGO DO BELÉM – 249 -

CÓRREGO DO BRAGA – 250 -

CÓRREGO DO BREJAL – 250 -

CÓRREGO DO FAGUNDES – 252 -

CÓRREGO DO GRAVATÁ – 251 -

CÓRREGO DO JAMBO – 248 – 249 -

CÓRREGO DO LOURENÇO – 249 -

CÓRREGO DO PALMITAL – 217 -

CÓRREGO DO SACRAMENTO – 253 -

CÓRREGO DO SUMIDOURO – 252 -

CÓRREGO DOS PINTOS – 251 -

CÓRREGO DOS VIEIRAS – 253 -

CÓRREGO GRANDE – 250 – 251 -

CÓRREGO MATO DENTRO – 249 -

CÓRREGO MOMBAÇA – 253 -

CÓRREGO NO RIBEIRÃO ALFIÉ – 249 -

CÓRREGO PAIVA – 251 -

CÓRREGO PEROBAS – 56 -

CÓRREGO SANTA CRUZ – 105 -

CÓRREGO SÃO JOSÉ – 253 -

CÓRREGO SÃO NICOLAU – 251 -

CÓRREGO TEJUCO PRETO – 252 -

CÓRREGO ZÉ PEREIRA – 249 -

COVEIROS AUTÔNOMOS – 35 -

CRISTIANO DE MORAES – 76 – 217 – 274 – 280 -

CRISTIANO MACHADO – 168 -

CRISTIANO MARTINS DA COSTA – 76 -

CURRAL DEL REI – 293 – 294 – 295 – 299 – 302 - 327 -

DANIEL SERAPIÃO DE CARVALHO – 03 – 04 – 06 – 219 – 220 – 237 – 270 – 308 -

DAVI JUPIRA – 302 -

DECRETO ESTADUAL Nº 23, DE 1º/03/1890 – 14 – 101 -

DECRETO ESTADUAL Nº 3.820, DE 11.02.1913 – 62 -

DECRETO ESTADUAL Nº 5.065, DE 13.08.1918 – 131 -

DECRETO ESTADUAL Nº 6.446, DE 02.01.1924 – 153 -

DECRETO-LEI ESTADUAL Nº 11, DE 13.12.1937 – 166 -

DECRETO ESTADUAL Nº 9.768, DE 24.11.1930 – 164 -

DECRETO ESTADUAL Nº 148, DE 17.12.1938 – 109 -

DECRETO-LEI ESTADUAL Nº 119, DE 14.07.1944 – 159 -

DECRETO ESTADUAL Nº 336, DE 27.12.1948 – 109 -

DECRETO MUNICIPAL Nº 42 DE 1923 – 161 – 162 -

DECRETO MUNICIPAL Nº 117, DE 18.07.1935 – 70 – 158 -

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO – 126 – 131 -

DEMOLIÇÃO DE PARTE DO PRÉDIO DA PREFEITURA – 242 -

DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA – ANTIGO PRÉDIO DA CAMARA – 270 -

DEPUTADO ESTADUAL DESCONHECIDO DOS PRATIANOS – 07 - 71 - 72

DESAPROPRIAÇÃO DO SOBRADO DO DR. EDELBERTO – 07 – 81 - 82 -

DESPERDÍCIO DE ÁGUA – 65 -

DIONÍSIO (EX-SÃO SEBASTIÃO DO DIONÍSIO) – 12 – 24 – 25 – 26 – 29 – 31 – 32 – 43 – 49 – 68 – 73 – 75 – 79 – 88 – 95 – 96 – 99 – 101 – 106 – 111 – 116 – 117 – 120 – 127 – 131 – 141 – 156 – 173 – 179 – 194 – 196 – 197 – 198 – 199 – 202 – 204 – 224 – 230 – 243 – 244 – 248 – 251 – 252 – 253 -

DIRETÓRIO CENTRAL DO PARTIDO REPUBLICANO – 126 – 163 – 292 -

DIRETÓRIO DO PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO – 290 -

DIRETÓRIO POLÍTICO DO MUNICÍPIO – 126 – 292 -

DJALMA PINHEIRO CHAGAS – 153 – 168 -

DJANIRA ROLLA – 281 -

DOIS Córregos – 05 – 62 – 63 – 64 – 65 – 67 – 81 – 122 -

DOM SILVÉRIO – MUNICÍPIO – (EX-SAÚDE) – 07 – 12 – 36 – 68 – 150 – 151 – 152 -

DOMINGOS AMÂNCIO CORREA – 178 – 182 – 183 – 199 – 200 – 203 – 206 – 208 -

DOMINGOS ANTÔNIO DE GUSMÃO – 75 -

DOMINGOS COTA DE OLIVEIRA – 140 – 141 – 177 – 182 – 183 – 184 – 185 – 186 – 194 – 195 – 197 – 198 – 199 – 200 – 201 – 203 – 205 – 206 – 207 – 208 – 209 -

DOMINGOS FERNANDES CARNEIRO – 194 – 196 – 197 – 199 -

DOMINGOS MARQUES AFONSO – 16 – 41 – 113 – 131 – 221 – 223 – 225 – 271 – 276 – 301 – 308 – 334 – 338 -

DOMINGOS RIBEIRO DE AGUIAR – 75 -

DOMINGUES GOMES LIMA – 77 -

DR. GOMES LIMA – FALECIMENTO – 270 -

DR. GOMES LIMA (ANTÔNIO GOMES LIMA) – 06 – 13 – 69 – 126 – 131 – 138 – 148 – 149 – 270 – 289 – 293 – 303 – 329 – 345 -

DOM SILVÉRIO – EX-SAÚDE – 218 – 226 – 227 – 237 - 250 – 253 – 283 – 284 – 286 – 289 -

DUVAL MENDES – 78 – 82 – 85 – 133 – 167 – 178 – 179 – 180 – 182 – 183 – 184 – 185 - 186 – 187 – 188 – 189 – 191 – 192 - 193 – 194 – 195 – 196 – 197 – 198 – 199 – 200 – 201 – 203 – 211 – 221 – 338 -

EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA – 07 – 09 – 67 – 70 – 81 – 82 – 83 – 87 – 89 – 90 – 92 – 93 – 96 – 97 – 98 – 99 – 101 – 102 – 103 – 105 – 106 – 107 – 112 – 113 – 114 – 117 – 118 – 119 – 120 – 121 – 123 – 124 – 125 – 132 – 138 – 139 – 140 – 141 – 142 – 143 – 144 – 145 – 146 – 147 – 148 – 149 – 152 – 153 – 154 – 155 – 156 – 157 – 158 – 159 – 160 – 161 – 162 – 163 – 164 – 165 – 166 – 167 – 168 – 169 – 170 – 171 – 174 – 176 – 177 – 178 -

**179 – 180 – 181 – 182 – 183 – 186 – 187 – 188 – 189 – 191 – 192 – 193 –
194 – 195 – 198 – 201 – 203 – 206 – 207 – 209 – 210 – 211 – 216 – 219 –
232 – 274 – 281 – 290 – 292 – 293 – 301 – 303 – 337 – 338 – 339 – 340 -**

EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA – NOTAS BIOGRÁFICAS – 83 -

EDITH ROLLA – 281 -

EDUARDO EUZÉBIO DE BRITTO – 154 -

**EGÍDIO GOMES DA SILVA LIMA – CAPITÃO DICO – 06 – 09 – 19 – 40 – 62
– 67 – 114 – 125 – 126 – 130 – 131 – 132 – 133 – 135 – 136 – 137 – 138 –
167 – 216 – 243 – 274 – 277 – 290 – 303 – 337 – 339 -**

ELIEZER ALVES DE CASTRO – 156 -

EMERENCIANA JOSEPHA DO CARMO – 34 -

EMÍLIO GOMES DOMINGUES – 259 – 262 – 263 – 264 -

EMÍLIO OLYNTO DA SILVA – 105 -

EMPRESA CONTINENTAL DE MINÉRIOS LTDA – 205 -

ENERGIA ELÉTRICA – 06 – 62 – 127 – 129 – 130 – 240 – 277 -

ENERGIA ELÉTRICA – INSTALAÇÃO NAS RESIDÊNCIAS – 129 -

ENERGIA ELÉTRICA – TARIFA PELO CONSUMO – 129 – 130 -

ENERGIA ELÉTRICA DA CEMIG – 277 -

ENERGIA ELÉTRICA DA CIA. ACESITA – 240 -

ENTRONIZAÇÃO DE IMAGEM DE SANTO – 217 – 218 -

**EPIDEMIAS NO MUNICÍPIO – (VEJA TAMBÉM MALÁRIA) – 05 – 50 – 94 –
95 – 96 – 97 – 171 – 172 – 173 – 174 -**

ERMELINDO DE OLIVEIRA DUARTE – 95 -

ESCOLA MARQUES AFONSO – 132 – 229 -

ESCOLA MARQUES AFONSO – ORIGEM – 132 -

ESCOLA NORMAL – 77 – 92 – 93 – 201 – 204 – 290 -

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO PRATEANA – 253 – 254 -

ESPIGÃO DA TRINDADE – 252 -

ESPIGÃO DO ATALHO – 249 -

ESPIGÃO DO CANCÂ – 253 -

ESPIGÃO DO MANDEMBO – 249 -

ESPIGÃO FRONTEIRO – 249 – 251 – 253 -

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO – 297 -

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE NOVA ERA – 150 -

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE RAUL SOARES – 107 – 169 -

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE RIO CASCA – 150 -

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SAÚDE (DOM SILVÉRIO) – 68 – 150 – 151 -

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NO PRATA? 07 – 226 – 273 -

ESTADO DE SÃO PAULO – 150 -

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – 150 – 151 – 286 -

ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 95 – 150 – 151 – 231 -

ESTRADA ANTÔNIO DIAS A ALFIÉ – 117 - 154 -

ESTRADA BABILÔNIA – JACROÁ – SANTO ANTÔNIO – 93 -

ESTRADA BICUDO DE CIMA – 120 -

ESTRADA DE MARLIÉRIA A DIONÍSIO – 252 -

ESTRADA DE SACRAMENTO A DIONÍSIO – 120 -

ESTRADA DE VARGEM ALEGRE AO MAJOR EZEQUIEL – 98 -

**ESTRADA DE VARGEM ALEGRE ATÉ RIO DOCE PASSANDO POR ILHÉUS
– 133 – 134 -**

ESTRADA DIONÍSIO A CARATINGA – 49 -

ESTRADA DO GANDRA – 98 -

ESTRADA DO ONÇA – 50 -

ESTRADA DO POVOADO DE RIBEIRÃO DAS COBRAS – 58 -

ESTRADA DO SERVA A FAZENDA CABO VERDE – 114 – 115 -

ESTRADA EM SANTA ISABEL – 115 -

ESTRADA EM SANTA RITA – 100 -

ESTRADA ENTRE ILHÉUS E LUCAS – 228 -

ESTRADA ENTRE REVÉS DE BELÉM E CARATINGA – 68 -

ESTRADA GRAMMA A BABILÔNIA – 128 -

ESTRADA LIGANDO ALFIÉ A ANTÔNIO DIAS – 117 – 154 -

ESTRADA NO DISTRITO DE BABILÔNIA (MARLIÉRIA) – 100 -

ESTRADA PRATA - ALFIÉ – JAGUARAÇU – MARLIÉRIA – 229 -

ESTRADA PRATA A ANTÔNIO DIAS – 154 -

ESTRADA PRATA BELO HORIZONTE – 153 – 154 -

ESTRADA PRATA – DOM SILVÉRIO – 152 – 218 -

ESTRADA PRATA – JOÃO MONLEVADE – 155 – 218 -

ESTRADA PRATA – NOVA ERA – 153 – 218 – 219 -

ESTRADA PRATA – SANTA BÁRBARA – ITABIRA – 93 -

ESTRADA PRATA A ALFIÉ – 41 – 58 – 91 – 99 -

ESTRADA PRATA A CARATINGA – 68 – 69 -

ESTRADA PRATA/DIONÍSIO – 99 – 202 -

ESTRADA VARGEM ALEGRE ATÉ A FAZENDA DE JOSÉ LUIS DE CASTRO – 39 -

EUCLIDES CASSIMIRO FRADE – 145 – 180 -

EULÁLIA LONDON STARLING – 289 -

EULER CORRADI – 231- 308 -

EURICO GASPAR DUTRA – 03 – 236 -

EVANDRO ROLLA BRAGA – 85 – 259 – 262 – 264 -

ÉZIO DE ARAUJO SILVA – 212 – 215 – 217 - 219 - 224 – 229 -

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO – 289 -

FACULDADE DE SABARÁ – 08 – 293 – 296 – 298 -

FACULDADE FEDERAL DE DIREITO DE BELO HORIZONTE – 269 – 289 -

FACULDADE LIVRE DE DIREITO DE OURO PRETO – 289 -

FAZENDA BARRACA – 117 -

FAZENDA BOM SUCESSO – 117 -

FAZENDA CABO VERDE – 114 – 115 -

FAZENDA DA CACHOEIRA – 120 -

FAZENDA DA FÁBRICA – 70 – 71 -

FAZENDA DA ONÇA GRANDE – 252 -

FAZENDA DE BAIXO – 48 – 49 – 112-

FAZENDA DE CIMA – 112 -

FAZENDA DE CIPRIANO VIEIRA MARQUES – 37 –

FAZENDA DE JOAQUIM THEOPHILO DA SILVA – 56 -

FAZENDA DE LEANDRO DOMINGUES GOMES – 56 -

FAZENDA DO ALEGRE EM TIMÓTEO – 104 – 109 – 139 -

FAZENDA DO ALTO PRATA – 250 – 251 -

FAZENDA DO ESPIGÃO DA TRINDADE – 252 -

FAZENDA DO ONÇA – 250 -

FAZENDA DO SEARA – 231 -

FAZENDA DO SUMIDOURO – 249 -

FAZENDA DO TAQUARAL – 105 – 108 -

FAZENDA DOIS CÓRREGOS – 05 – 61 – 62 – 63 – 64 – 65 – 81 – 122 -

FAZENDA DOS MARTINS – 120 -

FAZENDA JOÃO VIEIRA MARQUES – 112 -

FAZENDA JOSÉ LUIZ DE CASTRO – 39 -

FAZENDA SÃO NICOLAU – 34 -

FEBRES PALUSTRES – 96 – 173 -

FELÍCIO MOREIRA DA SILVA – 52 – 53 – 104 – 105 -

FELICIO MOREIRA DA SILVA – FALECIMENTO – 53 -

**FÉLIX DE CASTRO – 212 – 215 – 217 – 224 – 227 – 229 – 234 – 235 – 236
- 237 – 257 -**

FÉLIX DE SOUZA MAIA – 296 -

FERNANDO COELHO LINHARES – 74 -

FERNANDO GOMES DE CARVALHO – 211 – 214 – 274 – 339 -

FERNANDO JOSÉ DE ARAUJO – 75 -

FERNANDO LEVENHAGEM DE MELO – 273 -

FERNANDO OLÍMPIO DRUMMOND – 57 – 100 – 132 -

FERROS – MUNICÍPIO – 45 – 105 – 301 -

FERROVIA – O QUE FALTAVA – 227 -

FERROVIA CENTRAL DO BRASIL – 150 – 151 -

FERROVIA DOM SILVÉRIO – PRATA – NOVA ERA – 07 -

FERROVIA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 07 – 150 – 151 – 226 – 227 – 286 – 287 -

FERROVIA LEOPOLDINA RAILWAY – 150 – 151 – 154 -

FERROVIA VITÓRIA-MINAS – 107 – 150 – 151 – 154 – 169 – 172 -

FORTUNATO JOSÉ BENTO – 17 – 25 – 26 – 27 – 28 -

FRANCISCO ALVES FERREIRA PINTO – 128 -

FRANCISCO ANTÔNIO MARIANO – 76 -

FRANCISCO CAMPOS – 168 -

FRANCISCO DE MENDONÇA PARAÍSO – PADRE – 295 -

FRANCISCO DE PAULA CARNEIRO – CAPITÃO – 17 – 18 – 20 – 49 – 56 – 88 – 89 – 91 – 98 – 126 – 138 -

FRANCISCO DE PAULA CARNEIRO DE MORAES (CHIQUITO DE MORAES) – 211 – 259 – 260 – 262 – 263 – 264 – 265 – 282 -

FRANCISCO DE PAULA E SILVA – 104 -

FRANCISCO DE SALLES GOMES – 51 – 53 – 54 -

FRANCISCO FERNANDES DE CASTRO – 32 – 43 -

FRANCISCO FERNANDES DE CASTRO SOBRINHO – 32 – 43 – 45 – 49 – 50 – 51 – 52 – 53 – 56 -

FRANCISCO FERREIRA MENDES – 53 – 56 – 79 – 84 – 88 – 89 – 98 – 100 – 101 – 221 – 275 -

FRANCISCO FERREIRA MENDES – FALECIMENTO – 101 -

FRANCISCO FERREIRA NUNES – 72 – 79 -

FRANCISCO FERREIRA QUINTÃO – 24 – 29 – 30 – 32 – 33 – 36 – 37 – 42 – 51 – 126 -

FRANCISCO INOCÊNCIO GOMES LIMA – 19 – 39 – 40 – 41 -

FRANCISCO LEONCIO RODRIGUES ROLLA – 78 – 87 – 89 – 90 – 91 – 112 – 113 – 114 – 115 – 119 – 123 – 133 – 139 – 140 – 141 – 142 – 143 – 145 – 163 – 180 – 181 – 193 – 195 – 197 – 199 – 209 – 221 – 231 -

FRANCISCO MALAQUIAS – 104 -

FRANCISCO MARQUES DE OLIVEIRA – 88 – 89 – 102 – 103 -

FRANCISCO MARQUES SOBRINHO – 57 -

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – 279 -

FRANCISCO PINTO COELHO – 20 – 25 – 26 – 31 – 37 – 38 – 39 - 42 – 44 – 45 – 49 – 50 – 51 -

FRANCISCO ROLLA GUERRA – 279 -

FRANCISCO SALES – 70 -

FRANCISCO SOARES ALVIM MACHADO – 132 -

FRANCISCO VIEIRA MARQUES SOBRINHO – 26 – 32 -

FRANCISCO XAVIER VASCONCELLOS – 276 -

FREDERICO SCHUMANN – 292 -

FUNDAÇÃO DE CASA POPULAR – 222 -

FUNDÃO – LOCALIDADE – 240 -

GABRIEL PASSOS – MINISTRO – 67 – 78 – 273 – 277 – 337 – 340 -

GAMELEIRA – LOCALIDADE – 243 -

GERALDINO MARTINS DA SILVA – 279 -

GERALDO BARRETO TRINDADE – PADRE – 214 – 216 – 218 – 233 – 237 – 276 – 302 -

GERALDO COTTA – 233 – 259 -

GERALDO DE CASTRO – 156 -

GERALDO DE MORAES QUINTÃO – 178 – 180 – 181 – 182 – 183 – 184 – 185 – 186 – 195 – 197 – 199 – 201 – 202 – 233 – 234 -

GERALDO BATISTA DE OLIVEIRA – 279 -

GERALDO VASCONCELOS SANTIAGO – 85 – 233 – 234 – 238 – 243 – 244 – 254 – 255 – 257 -

GETÚLIO VARGAS – 70 – 163 – 174 – 177 – 209 – 210 – 221 - 274 – 337 – 339 -

GINÁSIO ESTADUAL MARQUES AFONSO – 132 – 229 – 265 – 282 – 339 -

GOIABAL – EMANCIPAÇÃO – 246 – 248 – 255 – 256 -

GOIABAL (EX – SÃO JOSÉ DO GOIABAL) – 06 – 12 – 128 – 156 – 179 – 183 – 186 – 188 – 190 – 202 – 204 – 220 – 225 – 235 – 241 – 243 – 244 - 245 – 246 – 247 – 248 – 251 – 253 - 255 – 256 -

GOMES – POVOADO – 124 -

GRUPO ESCOLAR – 98 – 127 – 131 – 132 – 137 – 167 – 220 – 236 – 339 -

GRUPO ESCOLAR CÔNEGO JOÃO PIO – 131 – 132 – 137 – 167 – 236 – 339 -

GRUPO ESCOLAR DR. GOMES LIMA – 127 -

GRUPO ESCOLAR SÃO DOMINGOS DO PRATA – 131 – 132 – 167 -

GUARDA MUNICIPAL – 156 -

GUERRA DO PARAGUAI – 29 – 297 -

GUERRA MUNDIAL – A SEGUNDA – 60 -

HEITOR DE SOUZA – 292 -

HENRIQUE DE PAULA RICARDO – 232 -

HENRIQUE DOMINGUES FRAGA – 244 -

HENRY DE CAUX – 179 – 180 - 182 – 183 – 184 – 185 – 186 – 187 – 188 – 189 – 191 – 192 – 194 – 195 – 196 – 197 – 198 – 199 – 208 – 209 -

HERCULANO GOMES DE QUEIROZ – 233 -

HOSPITAL – 38 – 171 – 337 -

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES – 38 – 62 – 174 – 221 – 271 – 272 – 275 – 334 – 339 – 340 -

HOSPITAL REGIONAL – 97 – 171 – 172 – 173 – 174 -

HOTEL QUITANDINHA – 230 – 231 -

IGREJA DO ROSÁRIO – 34 – 139 – 244 – 276 -

ILHÉUS – 06 – 12 – 24 – 25 – 26 – 38 – 43 – 44 – 45 – 46 – 47 – 58 – 76 – 88 – 96 – 98 – 100 – 102 – 133 – 134 – 139 – 179 – 184 – 185 – 228 – 238 – 241 – 242 – 244 – 245 – 246 – 253 – 256 – 279 – 280 – 290 -

ILHÉUS – CRIAÇÃO DO DISTRITO – 45 – 46 – 47 -

ILÍDIO DA SILVA PERDIGÃO – 85 -

ILUMINAÇÃO DAS RUAS ANTES DA ENERGIA ELÉTRICA – 53 – 54 – 130

IMACULADA BRAGA – 85 -

IMIGRANTES NO PRATA – 05 – 58 – 59 – 60 -

IMPASSE NAS MODIFICAÇÕES DAS DIVISAS DE JAGUARAÇU E MARLIÉRIA – 06 – 247 – 256 – 257 -

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA FERROVIA – 07 – 226 -

INSPETOR DE OBRAS PÚBLICAS – 64 – 90 -

INSTALAÇÃO DA COMARCA DE NOVA ERA – 225 -

INVASÃO DA CÂMARA – TENTATIVA – 05 – 255 -

INVESTIR NA PRÓPRIA TERRA NATAL – 298 -

IPATINGA – MUNICÍPIO – 285 – 286 – 295 -

IPTU – 189 -

IRACEMA VIEIRA PIMENTA – 157 -

IRMÃS DE CARIDADE FRANCESAS – 62 – 170 – 271 -

ITABIRA (EX – ITABIRA DO MATO DENTRO) – 03 – 19 – 83 – 90 – 91 – 93 – 108 – 120 – 154 – 220 -

JACROÁ – PICO – 93 -

JAGUARAÇU – 06 – 12 – 104 – 108 – 109 – 110 – 140 – 179 – 184 – 185 – 186 – 202 – 204 – 215 – 216 – 217 – 220 – 229 – 235 – 239 – 240 – 245 – 246 – 247 – 248 – 252 – 256 – 257 -

JAGUARAÇU – CRIAÇÃO DO DISTRITO – 140 -

JAGUARAÇU – EMANCIPAÇÃO – 247 -

JAGUARAÇU PRETENDENDO ANEXAR ALFIÉ E MARLIÉRIA? – 245 – 246 – 248 -

JAIME ALVES DE CARVALHO – 276 -

JAIME DE MORAES QUINTÃO – 72 – 84 – 212 – 217 – 225 – 229 -

JAIME SILVA – 71 – 73 – 75 – 79 -

JAIR PERDIGÃO – 266 – 267 – 279 -

JANUA COELI LELLIS FERREIRA – 10 – 236 – 301 -

**JAZIDAS DE MANGANÊS E OURO EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 283
– 284 – 285 -**

JESUÍNO GONÇALVES SANTIAGO – 64 – 74 – 274 – 339 -

JOANA ROLLA – 281 -

JOÃO ALVES PINTO – 78 -

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA PESSOA – 57 -

JOÃO ARAUJO SILVA – 266 – 267 -

JOÃO BATISTA NETO – PADRE – 233 – 241 – 244 – 245 – 247 – 254 -

JOÃO BORGES QUINTÃO – 25 – 32 – 38 – 44 -

JOÃO CAETANO DE OLIVEIRA – 126 -

JOÃO DA CRUZ VASCONCELOS – 279 -

JOÃO DA MATTA GARCIA - 75 -

JOÃO DA SILVA TORRES – 18 – 20 – 22 -

JOÃO DE DEUS ABADE – 120 -

JOÃO DE FARIAS – 128 – 130 -

JOÃO DOS SANTOS BICALHO – 279 -

JOÃO FLORENTINO MEIRA VASCONCELLOS – 47 -

JOÃO GUALBERTO DE SOUZA MONTEIRO – 20 - 21 -

JOÃO HENRIQUE DE CASTRO – 156 -

JOÃO HENRIQUE NICOLAU – 254 – 255 – 259 – 264 -

JOÃO JACINTHO MARTINS DA COSTA – 126 -

JOÃO LINO DOMINGUES – 52 – 57 -

JOÃO MARTINS FRAGA – 279 -

JOÃO MARTINS QUINTÃO – 51 -

JOÃO MONLEVADE – MUNICÍPIO – 29 – 155 – 214 – 340 -

JOÃO MONLEVADE – O CIDADÃO – 286 -

JOÃO MONTEIRO RODRIGUES ROLLA – 281 -

JOÃO PERDIGÃO – 231 – 308 -

JOÃO PEREIRA DA ROCHA – 266 – 267 – 276 – 339 -

JOÃO PINHEIRO DA SILVA – 84 – 101 – 296 -

JOÃO PINHEIRO DA SILVA – FALECIMENTO – 101 -

JOÃO PIO DE SOUZA REIS – CÔNEGO – 66 – 71 – 72 – 73 – 79 – 80 – 92 – 110 – 132 – 137 – 167 – 224 – 236 – 279 - 290 – 291 – 303 – 320 -

JOÃO ROLLA FILHO – 281 -

JOÃO VIEIRA MARQUES – 20 – 24 – 30 – 31 – 53 – 87 – 112 – 113 – 128 -

JOÃO VIEIRA MARQUES JÚNIOR – 112 -

JOAQUIM AUGUSTO GOMES LIMA – 44 – 45 – 92 – 229 – 274 – 290 – 338 – 339 -

JOAQUIM BELARMINO DRUMMOND – 71 -

JOAQUIM DE SOUZA FRAGA – 76 -

JOAQUIM DIAS DE OLIVEIRA – 76 -

JOAQUIM FAUSTINO GONÇALVES – 244 -

JOAQUIM FRANCISCO DO CARMO – 120 -

JOAQUIM JOSÉ DE ARAUJO – 95 -

JOAQUIM JOSÉ PORFÍRIO – 190 -

JOAQUIM LEÃO ESTEVAM – 179 -

JOAQUIM MARCOS DE MORAES – 76 -

JOAQUIM MARTINS QUINTÃO – 18 – 21 – 23 – 36 – 42 – 57 – 85 – 87 – 89 – 90 – 91 – 98 – 112 – 119 – 122 – 123 – 290 -

JOAQUIM MARTINS QUINTÃO SOBRINHO – 52 -

JOAQUIM MOREIRA DA SILVA – 105 - 108 -

JOAQUIM PEREIRA DA SILVA – 75 – 165 -

JOAQUIM PEREIRA FILHO – 233 – 254 -

JOAQUIM ROLLA – 05 – 36 – 194 – 196 – 197 – 198 – 199 – 202 – 204 – 230 – 231 – 281 -

JOAQUIM THEODORO – 95 -

JOAQUIM THEOPHILO DA SILVA – 56 -

JOAQUIM THEOPHILO DA SILVA PERDIGÃO – 26 – 53 – 81 -

JORNAL “A PRATINHA” – 78 -

JORNAL “A VOZ DO PRATA” – 04 – 54 – 60 – 65 – 136 – 143 – 146 – 151 – 157 – 158 – 159 – 168 – 176 – 179 – 180 – 219 -

JORNAL CORREIO DA MANHÃ – 282 – 283 – 287 -

JORNAL “CORREIO DE MINAS” – 118 -

JORNAL DE CARATINGA – 70 -

JORNAL “DIÁRIO DE MINAS” – 95 – 282 -

JORNAL “DIÁRIO DE NOTÍCIAS” – 118 -

JORNAL “GAZETA DE NOTÍCIAS” – 118 -

JORNAL “MINAS GERAES” – 289 – 290 -

JORNAL “O BEIJA FLOR” – 99 -

JORNAL “O IMPARCIAL” – 64 – 94 – 124 -

JORNAL “O MINAS GERAIS” – 144 – 214 -

JORNAL “O PHAROL” - 292 -

JORNAL “O PIRACICABA” – 34 – 64 – 69 – 92 – 94 – 124 – 290 -

JORNAL “O PRATEANO” – 16 – 21 – 28 – 29 – 35 – 37 – 53 – 55 – 127 – 128 – 130 – 131 – 132 – 133 – 135 – 242 -

JORNAL ÚLTIMA HORA – 282 -

JOSÉ ALVES – 275 – 338 -

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA – 202 – 204 -

JOSÉ AUGUSTO DE ULHÔA – 75 -

JOSÉ AUGUSTO DIAS BICALHO – 126 -

JOSÉ AUGUSTO DRUMMOND – 179 -

JOSÉ BASÍLIO DE OLIVEIRA – 87 -

JOSÉ BELISÁRIO TRINDADE – 100 -

JOSÉ BRANDÃO – PADRE – 114 -

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO – 17 -

JOSÉ CECÍLIO DE MORAES – 212 – 213 -

**JOSÉ CORNÉLIO DA SILVA PERDIGÃO – 88 – 89 – 111 – 117 – 119 – 120
- 122 – 123 -**

JOSÉ COTTA PENA – 279 -

JOSÉ CUNHA – 156 -

JOSÉ CUPERTINO PIMENTEL – 180 -

JOSÉ DE ALMEIDA PONTES – 145 -

JOSÉ DE CASTRO DRUMMOND – 213 – 257 – 267 – 269 – 277 -

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO – 277 – 282 -

JOSÉ DE OLIVEIRA FRADE – 259 – 264 -

JOSÉ DOMIGUES SILVA – 279 -

JOSÉ DOMINGUES FILHO – 278 -

JOSÉ DOMINGUES GOMES VIEIRA – 48 – 58 -

JOSÉ DOMINGUES MARTINS – 77 -

JOSÉ FELICÍSSIMO MOREIRA QUINTÃO – 76 -

JOSÉ FERREIRA MAIA – 104 -

JOSÉ FERREIRA NUNES – 72 - 79 -

JOSÉ FORTUNATO MENDES – 266 – 267 -

JOSÉ GERALDO COURA – 279 -

JOSÉ GOMES – 274 -

JOSÉ GOMES BARBOSA – 114 -

JOSÉ GOMES BASTOS – 136 – 137 -

**JOSÉ GOMES DE ARAUJO – TENENTE-CORONEL – 75 – 88 – 102 – 126 –
136 – 137 -**

JOSÉ GOMES DOMINGUES – 179 -

JOSÉ GUIMARÃES – 85 -

JOSÉ HENRIQUE NICOLAU – 111 – 233 -

JOSÉ ÍNDIO DO BRASIL – 233 -

**JOSÉ IZIDORO GARCIA – 139 – 140 – 141 – 142 – 143 – 145 – 177 – 179 –
180 – 182 – 183 – 184 – 185 – 186 – 188 – 190 – 191 – 192 – 194 – 195 –
198 – 199 – 200 – 212 – 213 – 215 – 217 – 222 – 229 – 230 -**

**JOSÉ IZIDRO MARTINS QUINTÃO – 76 – 88 – 89 – 91 – 93 – 112 – 113 –
123 -**

JOSÉ JOÃO DAMASCENO – 28 – 29 -

JOSÉ JOÃO DAMASCENO – FALECIMENTO – 29 -

JOSÉ JOVITA DE ARAUJO – 112 -

JOSÉ LIMA – 74 -

JOSÉ LINHARES DE LIMA – 81 -

JOSÉ LUCIANO COELHO DE MORAES – 56 – 58 -

JOSÉ LUIZ DE CASTRO – 39 – 274 – 339 -

JOSÉ LUIZ DE SOUZA MONTEIRO – 276 – 339 -

JOSÉ MARIA ALKMIM – 166 -

JOSÉ MARIA BRUZZI – 20 – 24 – 30 – 53 – 57 -

JOSÉ MARIA DE ASSIS – 105 – 108 -

JOSÉ MARIA DOS SANTOS – 76 -

**JOSÉ MARINHO QUINTÃO – 145 – 178 – 179 – 180 – 182 – 183 - 184 – 185
– 186 – 187 – 188 – 189 – 191 – 192 – 194 – 195 – 197 – 198 – 199 – 200 –
201 – 202 – 203 – 204 – 206 – 207 – 208 – 209 -**

JOSÉ MARQUES VILAS – 41 – 112 -

JOSÉ MARTINS DA COSTA – 119 -

JOSÉ MARTINS DE ARAUJO – 278 -

JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA – 279 -

JOSÉ MARTINS DIAS BRANDÃO – 266 – 267 -

JOSÉ MARTINS DOMINGUES – 183 – 199 -

**JOSÉ MARTINS DRUMMOND – 139 – 142 – 143 – 180 – 186 – 187 – 193 –
195 – 196 – 197 – 198 -**

JOSÉ MARTINS MARQUES – 279 -

JOSÉ MARTINS TEIXEIRA – PADRE – 268 -

JOSÉ MARTINS VIEIRA – 26 – 31 – 32 – 37 – 48 -

**JOSÉ MATEUS DE VASCONCELLOS – 69 – 150 – 155 – 166 – 176 – 177 –
180 – 181 – 182 – 210 – 211 – 214 – 217 – 220 – 221 – 223 – 232 – 237 –
257 – 258 – 259 – 260 – 261 – 262 – 263 – 265 – 266 – 268 – 273 – 277 –
278 – 338 -**

**JOSÉ MATEUS DE VASCONCELLOS – ELEIÇÃO DE 1954 E
DESDOBRAMENTOS – 257 -**

JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES – 276 – 339 -

JOSÉ MIRANDA – 259 – 263 – 264 -

JOSÉ MONTEIRO DOMINGUES – 307 -

JOSÉ MOREIRA DA SILVA – CAPITÃO – 17 – 220 -

JOSÉ NAZARENO DE ASSIS ROCHA – 268 -

**JOSÉ OLÍMPIO DA FONSECA FILHO – 167 – 211 – 212 – 213 – 223 – 226
– 230 – 232 – 234 – 259 – 260 – 263 – 264 – 278 -**

JOSÉ PASCOAL ARTUZO – 278 -

JOSÉ PAULINO PEIXOTO – 75 -

JOSÉ PEDRO DRUMMOND – 08 – 81 – 82 – 83 – 293 – 300 -

JOSÉ PEDRO DRUMMOND – NOTAS BIOGRÁFICAS – 08 – 300 -

JOSÉ PEDRO DOMINGUES – 136 – 137 -

JOSÉ PINTO COELHO – 128 – 130 -

JOSÉ PINTO DE LIMA – 74 -

JOSÉ RICARDO DE MIRANDA – 156 -

JOSÉ RICARDO REBELLO HORTA – 27 – 148 – 149 – 293 -

JOSÉ RICARDO REBELLO HORTA – NOTAS BIOGRÁFICAS – 27 -

JOSÉ RODRIGUES DA COSTA – 76 -

JOSÉ ROLLA – 281 -

JOSÉ ROSA DE LIMA – 74 -

JOSÉ SEVERO DE CASTRO – 76 – 136 – 137 -

JOSÉ SEVERO FILHO – 180 -

JOSÉ SOARES NETO – 279 -

JOSÉ THEODOLINDO DE MIRANDA – 140 – 143 – 145 – 179 -

JOSÉ VIEIRA GUIMARÃES – 75 -

JOSÉ VIEIRA MARQUES – 131 -

JOVIANO DE PAULA – 139 – 140 -

JUIRAÇU – 06 – 156 – 224 – 241 – 243 – 244 – 245 – 246 – 247 – 256 – 279

JULIANA DRUMMOND MOURÃO – 09 -

JÚLIO BUENO BRANDÃO – 84 -

JÚLIO DIAS DUARTE – 233 -

JÚLIO DUARTE LANA – 248 -

JUSCELINO KUBITSCHKEK – 227 – 283 – 287 -

KLEBER DRUMOND – 233 -

LAÉRCIO ÁLVARES MACIEL – 09 -

LAGOA DA BARRA – 69 -

LAGOA DO BISPO (EX-LAGOA NOVA) – 69 – 70 – 158 – 252 -

LAMPIÃO EM FRENTE DA CADEIA – 53 – 54 -

LEANDRO COELHO LINHARES – 266 – 267 – 270 – 273 – 277 -

LEANDRO DOMINGUES GOMES – 52 – 56 – 177 – 274 – 289 – 340 -

LEANDRO GOMES DRUMMOND – 115 -

LEI DO DIVÓRCIO – 06 – 240 – 241 -

LEIS ESTADUAL – 109 – 256 – 313 -

LEOPOLDINA DE LIMA – 243 -

LIBERATO DE CASTRO – 94 – 274 – 340 -

LIMITES DA CIDADE – 21 – 22 – 36 – 39 – 69 – 248 – 252 – 253 -

LIVRO: “CURRAL DEL REI (SABARÁ) – SUA ORIGEM ATÉ SE TRANSFORMAR NA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS”. 293/300 -

LOBO – LOCALIDADE – 252 -

LOTE E ÁREAS NO LAVA-PÉS – 128 – 222 – 339 -

LOUIS ENSCH – 214 – 253 – 339 -

LOUIS ENSCH – FALECIMENTO – 253 -

LÚCIO MONTEIRO DE OLIVEIRA – 212 – 215 – 217 – 237 – 259 – 260 – 265 – 270 -

LUDGERO VIEIRA GUIMARÃES – 85 – 91 – 94 – 133 -

LUIZ BRANDÃO – 37 – 132 -

LUIZ CAETANO DOS SANTOS – 138 -

LUIZ CAETANO DOS SANTOS FRADE – 51 – 52 – 56 – 66 – 71 – 72 – 79 -

LUIZ CAETANO MARTINS PEREIRA – 291 -

LUIZ GOMES DE ARAUJO – 75 -

LUIZ GONZAGA DE MORAES – 126 -

LUIZ MARIA MARQUES – 119 – 120 -

LUIZ PRISCO DE BRAGA – 05 – 09 – 16 – 17 – 18 – 20 – 25 – 33 – 52 – 57 – 71 – 81 – 91 – 92 – 134 – 135 – 139 – 140 – 143 – 180 – 202 – 204 – 221 – 272 – 290 – 308 – 335 – 338 – 339 -

LUIZ PRISCO DE BRAGA – NOTAS BIOGRÁFICAS – 134 -

LUIZA CARMELITA LELLIS FERREIRA – 209 – 210 -

LYON NA FRANÇA – 171 -

MAGALHÃES PINTO – 277 – 282 -

MALÁRIA – PERÍODOS – 96 – 97 – 171 – 172 – 174 -

MANGANÊS EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 283 – 284 – 285 -

MANHUAÇU – MUNICÍPIO – 148 – 292 -

MANINHO MARTINS DRUMMOND – 270 -

MANOEL ANTÔNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO – 33 -

MANOEL CARLOS DE MIRANDA – 105 -

MANOEL COELHO DE LIMA – 13 – 24 – 30 – 31 – 74 – 126 – 128 -

MANOEL EZEQUIEL DE ANDRADE – 87 – 89 – 91 – 98 – 100 – 103 – 113 – 117 – 119 – 120 – 123 – 125 -

MANOEL FERNANDES DA SILVA BARROS – 125 – 136 – 137 -

MANOEL FERREIRA DA MOTTA – 25 – 26 – 31 – 37 -

MANOEL GOMES DOMINGUES – 180 -

MANOEL GOMES MARTINS FILHO – 279 -

MANOEL JOSÉ GOMES REBELLO HORTA – 15 – 25 – 27 – 28 – 29 – 80 – 87 – 88 – 89 – 93 – 94 – 113 – 119 – 123 – 133 – 138 -

MANOEL JOSÉ GOMES REBELLO HORTA – NOTAS BIOGRÁFICAS – 27 -

MANOEL LINO DOMINGUES – 75 -

MANOEL LÚCIO DE MORAES – 139 – 141 – 143 -

MANOEL MARCOS AFONSO – 66 -

MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA – 338 – 339 – 340 -

MANOEL MARTINS GOMES LIMA – NOTAS BIOGRÁFICAS – Páginas 328/323 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos”.

MANOEL MARTINS GOMES LIMA (NENECO) – 59 – 60 – 62 – 65 – 116 – 159 – 166 - 167 – 178 – 180 – 181 – 182 – 183 – 184 – 185 – 186 – 187 – 188 – 189 - 190 – 191 - 192 – 193 – 194 – 195 – 197 – 198 – 199 – 200 – 201 – 202 – 203 – 204 – 205 – 206 – 208 – 209 – 211 – 212 – 214 – 218 – 232 – 236 – 237 – 301 – 302 -

MANOEL MARTINS VIEIRA – 06 – 13 – 17 – 18 – 21 – 23 – 57 – 66 – 67 – 68 – 71 – 72 – 83 – 84 – 86 – 113 – 114 – 124 – 134 – 138 – 234 – 272 – 273 – 291 – 335 – 337 – 340 -

MANOEL MARTINS VIEIRA – FALECIMENTO – 86 -

MANOEL NEPOMUCENO – 136 -

MANOEL OLÍMPIO DE MAGALHÃES – 145 – 180 -

MANOEL RIBEIRO DA TERRA – 26 -

MANOELZINHO OURIVES – 236 -

MÃO-DE-OBRA RURAL – MIGRAÇÃO – 285 -

MARCELINO DA SILVA PERDIGÃO – 38 – 51 -

MARCELINO DA SILVA PERDIGÃO – FALECIMENTO – 53 -

MARCELINO MANOEL DE ARAUJO – 51 – 52 – 53 – 80 – 138 -

MARCOS DE LEMOS – 44 -

MARCUS GARVEY – 02 -

MARIA CHAVES – 105 – 149 -

MARIA DE VASCONCELLOS – 77 -

MARIA DIAS TORRES – 77 -

MARIA DO CARMO PERDIGÃO MENDES – 10 -

MARIA DO CARMO ROLLA PERDIGÃO – 85 – 233 – 234 – 244 -

MARIA EUGÊNIA – 77 -

MARIA EUGÊNIA BRAGA – 85 – 86 – 203 – 205 – 207 – 208 – 210 -

MARIA FELÍCIA – 127 -

MARIA INÊS BRAGA – 85 -

MARIA JOSÉ VIEIRA – 77 -

MARIA NAZARETH LELLIS FERREIRA – 104 -

MARIA QUINTÃO DE MIRANDA – 195 – 149 -

MARIA ROLLA HORTA – 281 -

MARIANA – MUNICÍPIO – 148 – 216 – 289 -

MARIANO DIAS DUARTE – 125 -

MARINHO MARTINS DRUMOND – 266 - 267 -

MÁRIO DE LIMA GUERRA – 300 -

MÁRIO ROLLA – 08 – 220 – 223 – 228 – 237 – 265 – 280 – 281 – 282 – 283 – 284 – 285 – 286 – 287 – 288 – 293 -

MÁRIO ROLLA – NOTAS BIOGRÁFICAS – 281 -

MARLIÉRIA – CRIAÇÃO DO DISTRITO DE BABILÔNIA – 95 – 110 -

MARLIÉRIA – EMANCIPAÇÃO – 256 – 257 -

MARLIÉRIA - EX – DORES DE BABILÔNIA E BABILÔNIA – 06 – 12 – 53 – 76 – 88 – 91 – 93 – 95 – 98 – 100 – 102 - 104 – 108 – 109 – 110 – 128 - 139 – 142 – 157 – 179 – 188 – 190 – 216 – 217 – 229 – 235 – 238 – 240 – 241 – 245 – 247 – 248 – 252 – 256 – 257 -

MARLIÉRIA NA VISÃO DO CÔNEGO JOÃO PIO – 110 -

MARLIÉRIA NÃO CONCORDANDO EM SER INCORPORADO POR JAGUARAÇU – 245 -

MATA BURRO E NÃO PORTEIRA – 115 – 116 -

MATADOURO – 127 – 128 – 189 – 190 -

MATRIZ ANTIGA – 67 – 97 – 98 – 112 – 113 – 131 – 134 – 271 – 272 -

MELLO VIANNA – 291 – 292 -

MELO VIANNA – DISTRITO – 45 -

MEMÓRIAS - ALONSO STARLING – 289 -

MEMÓRIAS – ANTÔNIO GOMES LIMA (DR. GOMES LIMA) – 132 – 270 – 301-

MEMÓRIAS – ANTÔNIO SERAPIÃO DE CARVALHO – 19 – 270 –

MEMÓRIAS CAETANO MARINHO – 19 -

MEMÓRIAS – CÔNEGO JOÃO PIO DE SOUZA REIS – 73 -

MEMÓRIAS – EDELBERTO DE LELLIS FERREIRA – 82 – 83 -

MEMÓRIAS – IRMÃ MONIQUE LECLERK – 271 –

MEMÓRIAS – JOAQUIM ROLLA – 231 –

MEMÓRIAS JOSÉ JOÃO DAMASCENO – 29 -

MEMÓRIAS – JOSÉ MATEUS DE VASCONCELLOS – 264 -

MEMÓRIAS – JOSÉ PEDRO DRUMMOND – 08 –

MEMÓRIAS – MANOEL JOSÉ GOMES REBELLO HORTA – 27 -

MEMÓRIAS – JOSÉ RICARDO REBELLO HORTA – 27 -

MEMÓRIAS – LUIZ PRISCO DE BRAGA – 134 -

MEMÓRIAS – MANOEL MARTINS GOMES LIMA (NENECO) – Páginas 328/323 do livro “Notícias do antigo São Domingos do Prata e seus distritos”.

MEMÓRIAS – MANOEL MARTINS VIEIRA – 86 -

MEMÓRIAS - MÁRIO ROLLA – 281 -

MEMÓRIAS – PADRE PEDRO DOMINGUES GOMES – 124 -

MEMÓRIAS – PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS – 269 – (Muito de sua vida está contada pelo próprio no livro “Meus Cadernos” – 1ª e 2ª edição.

MESQUITA – MUNICÍPIO – 83 – 108 -

MEUS LIVROS – 04 – 08 – 301 -

MIGRAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA RURAL – 285 -

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – 219 – 237 – 288 -

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – 277 -

MISAEEL FÉLIX DE OLIVEIRA – 279 -

MODESTO GOMES DOMINGUES – 44 -

MODESTO LONDON STARLING – 289 -

MONTEIRO DE CASTRO - 03 -

NARCISA ROSA DE LIMA – 45 -

NAVEGAÇÃO NO RIO DOCE – 286 -

NELSON DE LELLIS FERREIRA – 155 – 166 -

NELSON DE LIMA BRUZZI – 177 – 178 – 179 – 180 – 182 – 183 – 184 – 185 – 186 – 188 – 189 – 190 – 191 – 192 – 193 – 194 – 195 – 196 – 197 – 198 – 199 – 200 – 203 – 206 – 207 – 211 -

NELSON PEIXOTO – 259 – 263 – 264 -

NICOLINA MARTINS VIEIRA – 138 -

NILO PEÇANHA – 84 -

NOMEAÇÃO DO DR. EDELBERTO PARA PREFEITO – 164 -

NOMEAÇÃO DO DR. MATEUS PARA PREFEITO – 166 -

NOVA ERA – MUNICÍPIO – 07 – 12 – 131 – 150 – 151 – 152 – 218 – 219 – 225 – 226 – 227 – 228 – 248 – 249 – 268 – 286 -

OFICIAL DA SECRETARIA DA CÂMARA – 90 -

OLARIA EM ALFIÉ E NO POVOADO DE MARLIÉRIA – 51 - 157 -

OLEGÁRIO MACIEL – 164 -

OLGA ROLLA – 261 – 281 -

OLINTO GOMES MARTINS – 212 – 217 -

OMAR CARNEIRO RIBEIRO – CHEFE DA FERROVIA – 226 – 273 -

ONÇA – POVOADO – 50 – 100 -

ONÇA GRANDE – POVOADO – 91 – 105 – 109 – 252 -

ONCINHA – POVOADO – 217 – 238 – 249 – 252 -

ORFANATO NOSSA SENHORA DAS DORES – 170 -

OSCAR LOBO – 277 -

**OSWALDO GOMES DA SILVA – 85 – 212 – 214 – 216 – 219 – 223 – 224 –
226 – 229 – 230 – 232 – 233 – 234 – 238 – 241 – 246 – 259 – 262 – 264 –
266 – 268 – 269 -**

OURO PRETO – MUNICÍPIO – 101 – 148 – 289 -

OUROPEMA – 297 -

OVÍDIO DE SOUZA REIS – 100 -

PAÇO MUNICIPAL – 15 – 29 – 31 – 33 – 128 – 145 – 146 -

PADRE ANTÔNIO AFFONSO SANSON – 35 -

PADRE ANTÔNIO ALEIXO DE AGUIAR – 183 -

PADRE ANTÔNIO FERNANDES DE LELLIS – 56 – 71 – 72 – 79 – 84 -

PADRE ANTÔNIO FERREIRA BASTOS – 268 -

**PADRE GERALDO BARRETO TRINDADE – 214 – 216 – 218 – 233 – 237 –
276 – 302 -**

PADRE JOÃO BATISTA NETO – 233 – 241 – 244 – 245 – 247 – 254 -

**PADRE JOÃO PIO DE SOUZA REIS – 10 – 66 – 71 – 72 – 73 – 79 – 80 – 92
– 110 – 132 – 137 – 167 – 224 – 236 – 279 – 290 – 291 – 303 -**

PADRE JOSÉ BRANDÃO – 114 -

PADRE JOSÉ MARTINS TEIXEIRA – 268 -

PADRE PARAÍSO – MUNICÍPIO – 295 -

**PADRE PEDRO DOMINGUES GOMES – 06 – 26 – 31 – 56 – 57 – 59 – 61 –
66 – 71 – 87 – 89 – 90 – 91 – 92 – 96 – 98 – 99 – 100 – 101 – 103 – 111 –
112 – 120 – 123 – 124 – 130 – 138 – 173 – 290 – 338 – 339 – 340 -**

PADRE PEDRO MACIEL VIDIGAL – 264 – 277 – 278 -

PADRE RAIMUNDO NONATO PEREIRA – 119 -

PARQUE FLORESTAL DO RIO DOCE – 70 – 158 – 159 -

PARTIDOS POLÍTICOS NO PRATA – 07 – 126 – 163 – 167 – 175 – 176 – 178 – 179 – 180 – 181 – 211 – 213 – 224 – 225 – 234 – 237 – 256 – 258 – 288 – 290 – 292 -

PASSA TEMPO – POVOADO – 216 -

PASTINHO DAS LAGES – 238 -

PASTO DO DR. EDELBERTO – 07 – 82 -

PAULINO ANTÔNIO DE CASTRO – 76 – 139 – 142 – 143 -

PAULINO CÍCERO DE VASCONCELOS – 09 – 10 – 155 – 228 – 236 – 267 – 268 – 269 – 273 – 275 – 277 – 278 – 279 – 293 – 308 -

PAULINO CÍCERO VASCONCELOS – HOMENAGEM – 269 -

PAULO ROLLA PERDIGÃO – 216 -

PEDRO BENJAMIM DE VASCONCELOS – 13 -

PEDRO CELESTINO RODRIGUES – 68 -

PEDRO DOMINGUES GOMES – PADRE – 06 – 26 – 31 – 56 – 57 – 59 – 61 – 66 – 71 – 87 – 89 – 90 – 91 – 92 – 96 – 98 – 99 – 100 – 101 – 103 – 111 – 112 – 120 – 123 – 124 – 130 – 138 – 173 – 290 – 338 – 339 – 340 -

PEDRO DOMINGUES GOMES - PADRE – FALECIMENTO – 123 -

PEDRO EMANUEL LELLIS FERREIRA – 125 -

PEDRO FERNANDES DE OLIVEIRA – 76 -

PEDRO HENRIQUE NICOLAU – 212 – 217 – 278 -

PEDRO MACIEL VIDIGAL – PADRE – 264 – 277 – 278 -

PEDRO MARTINS VIEIRA – 278 – 293 -

PEDRO MENEZES COLI – 237 -

PEDRO ROLLA SOBRINHO – 214 – 237 -

PEDRO SOARES DE AZEVEDO – 178 – 180 – 181 – 182 – 183 – 184 – 193 – 195 – 197 – 198 – 201 – 203 – 206 – 209 -

PELÁGIO GOMES DOMINGUES – 221 -

PERÁCLITO AMERICANO – 212 – 213 – 217 – 224 – 230 -

PETRÔNIO DE CASTRO – 269 -

PICO DO OSÉAS – 253 -

PIMENTA GOMES DA CUNHA – 25 – 26 – 31 -

PIRANGA – MUNICÍPIO – 148 -

PONTE DA BAIXADA – 33 – 37 – 41-

PONTE DA PIEDADE – 125 -

PONTE EM BICUDOS – 41 -

PONTE EM VARGEM ALEGRE – 57 -

PONTE EM ILHÉUS – 38 – 184 – 185 -

PONTE LIGANDO ALFIÉ – BABILÔNIA E SÃO JOSÉ DO GRAMMA – 98 -

**PONTE LIGANDO O CENTRO À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA – (BAIRO DA
ESTAÇÃO) – 226 – 273 -**

PONTE LIGANDO JUIRAÇU A GOIABAL – 243 -

PONTE LIGANDO PRATA A ITABIRA – 90 – 91 -

PONTE NA FAZENDA DE BAIXO – 41 – 48 – 49 -

PONTE NA FAZENDA DE JOÃO VIEIRA MARQUES – 112 -

PONTE NO Córrego Perobas – 56 -

PONTE NO RIBEIRÃO JACUBA EM JAGAUARAÇU – 216 -

PONTE NO RIBEIRÃO DO ALFIÉ – 125 – 128 – 229 -

PONTE NO RIBEIRÃO SACRAMENTO – 38 – 120 -

PONTE NO RIBEIRÃO DO BANANAL – 116 – 117 -

PONTE NO RIBEIRÃO VIEIRAS – 116 – 117 -

PONTE NO RIO Mombaça – 37 – 119 – 120 -

PONTE NOVA – MUNICÍPIO – 148 -

PONTE PERTO DA CAPELA DE SANTO ANTÔNIO EM BABILÔNIA – 128 -

PONTE QUEIMADA – 50 – 68 – 69 – 70 – 252 -

PONTILHÃO DA LAGE – 116 – 117 – 127 -

PONTILHÃO EM VARGEM ALEGRE – 53 -

PORTEIRO DA CÂMARA – 90 -

PORTO DE VITÓRIA – 150 - 151 -

POSTO AGROPECUÁRIO – 219 – 220 – 237 – 265 – 282 -

POSTO ESSO – 236 -

POSTURA MUNICIPAL – 36 – 41 – 223 -

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO – 06 – 67 – 112 – 113 – 127 – 131 – 134 -

PRAÇA CEL. FRADE – 231 -

PRAÇA DA MATRIZ – (Nome popular - Ex- praça 15 de Novembro e Manoel Martins Vieira. Atualmente dr. Mateus) – 06 – 112 – 113 – 131 – 134 -

PRAÇA DO FÓRUM – (Nome popular - Ex- Praça Domingos Marques Afonso e São Pedro – Atualmente não mais existe) – 06 – 220 – 221 – 223 – 225 – 238 -

PRAÇA DOMINGOS MARQUES AFONSO – (Ex – Praça São Pedro – Atualmente não mais existe) – 221 – 223 – 225 -

PRAÇA DR. JOSÉ MATEUS DE VASCONCELLOS – (Ex- praça 15 de Novembro e Manoel Martins Vieira) – 67 – 113 -

PRAÇA FRANCISCO MENDES – (Ante de iniciar a rua Fco. Joaquim Gomes Lima) – 221 – 275 -

PRAÇA FRANCISCO XAVIER VASCONCELLOS – (Criada em 1980, pela lei nº 754) – 276 -

PRAÇA JOSÉ ALVES- (Na confluência da rua 8 e 22, de frente ao Prata Tênis Clube) – 275 -

PRAÇA LUIZ PRISCO DE BRAGA – (Ex- praça padre Pio e do hospital- nome popular) – 221 – 274 -

PRAÇA NO POVOADO DE SANTA RITA – 29 -

PRAÇA MANOEL MARTINS VIEIRA – (Ex- praça 15 de Novembro e atualmente dr. Mateus) – 06 – 67 – 112 – 113 – 131 – 134 – 234 -

PRAÇA MANOEL MARTINS VIEIRA – VEREADOR QUE PROPÔS O NOME – 134 -

PRAÇA SÃO PEDRO – (Ex- Praça Domingos Marques Afonso e popularmente praça do Fórum – não mais existe) – 06 – 78 – 127 – 128 – 131 – 133 – 194 – 196 – 197 – 198 - 199 – 220 – 221 – 226 – 238 - 271 – 340 -

PRAÇA VIRGÍLIO LIMA NO POVOADO DE SANTA RITA – 29 -

**PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL E DA PREFEITURA – 14 – 15 – 16 – 33
– 67 – 130 – 133 – 137 – 236 - 242 – 270 – 271 -**

PRÉDIO DO FÓRUM – 271 -

**PRIMEIRA CÂMARA ELEITA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 05 – 11 –
12 – 13 – 16 – 17 – 23 – 25 – 31 – 33 – 36 – 39 – 40 -**

QUINTILIANO MARTINS VIEIRA – 87 – 274 – 347 -

RAIMUNDO BOA VENTURA FERREIRA – 126 -

RAIMUNDO CLEMENTE DA SILVA – 76 -

RAIMUNDO DIAS DUARTE – 13 – 15 – 23 – 30 – 31 – 33 – 138 -

RAIMUNDO FRAGA – 266 – 267 – 279 -

RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA – 279 -

**RAIMUNDO IZIDORO BRAGA – 212 – 213 – 232 – 233 – 254 – 255 – 259 –
262 – 263 – 264 – 278 -**

RAIMUNDO NONATO PEREIRA – PADRE – 119 -

RAIMUNDO OTAVIANO DA TRINDADE – 126 -

RANDOLPHO FELIX – 45 -

RANDOLPHO SAMPAIO DE MENDONÇA – 75 -

RAUL SOARES – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA – 107 – 169 -

RAUL SOARES MOURA – 108 -

RAUL SOARES – MUNICÍPIO – 12 – 250 -

RECHAÇANDO O COMUNISMO – 06 – 234 – 235 -

REFINARIA EM IPATINGA – 286 -

REPRESA DE TRÊS MARIAS – 283 -

REVOLUÇÃO DE 1930 – 13 – 70 – 144 – 157 – 163 – 166 -

RIBEIRÃO ANTUNES – 105 -

RIBEIRÃO CORRIENTES – 249 -

RIBEIRÃO DA ONÇA GRANDE – 91 – 105 – 252 -

RIBEIRÃO DA ONCINHA – 217 – 252 -

RIBEIRÃO DAS COBRAS – 58 – 249 -

RIBEIRÃO DE SANTA RITA – 43 -

RIBEIRÃO DO ALFIÉ – 125 – 128 – 229 – 249 – 250 – 252 -

RIBEIRÃO DO BANANAL – 116 – 117 -

RIBEIRÃO DO BELÉM – 250 -

RIBEIRÃO DO JORGE – 248 -

RIBEIRÃO DO ÓCULO – 250 -

RIBEIRÃO DOS BICUDOS – 249 -

RIBEIRÃO FUNIL – 188 – 190 -

RIBEIRÃO JACUBA – 216 -

RIBEIRÃO LAVA-PÉS – 128 – 222 – 339 -

RIBEIRÃO MOMBAÇA – 33 – 69 - 119 – 251 -

RIBEIRÃO PRATA – 41 – 70 – 91 – 112 – 113 - 128 - 133 – 250 – 273 – 301

RIBEIRÃO SACRAMENTO – 37 – 120 – 128 – 188 – 253 -

RIBEIRÃO SACRAMENTO PEQUENO – 38 -

RIBEIRÃO SANTA RITA – 125 – 253 -

RIBEIRÃO SÃO BARTOLOMEU – 250 -

RIBEIRÃO VIEIRAS – 116 – 117 -

RICARDINO DA COSTA REGO – 84 -

RIO CASCA – MUNICÍPIO – 12 – 148 – 150 – 171 – 250 -

RIO DE JANEIRO – MUNICÍPIO – 150 – 151 – 220 – 234 – 282 – 286 – 299

RIO DOCE – CURSO D'ÁGUA – 68 – 69 – 99 – 105 – 108 – 133 – 134 – 249 – 250 – 252 – 253 – 282 – 283 – 284 – 286 -

RIO MATIPÓ – CURSO D'ÁGUA – 250 -

RIO MOMBAÇA – CURSO D'ÁGUA – 33 – 69 – 119 – 251 -

RIO PIRACICABA – CURSO D'ÁGUA – 58 – 60 – 61 – 104 – 105 – 108 – 249 – 252 – 286 -

RIO PIRACICABA – MUNICÍPIO – 11 – 154 – 248 -

RIO PRATA – CURSO D'ÁGUA – 41 – 70 – 91 – 112 – 113 – 128 - 133 - 250 – 273 – 301 -

RIO SANTO ANTÔNIO – CURSO D'ÁGUA – 172 -

RIO SÃO PEDRO (ATUAL MUNICÍPIO DE IPANEMA) – 148 -

RIO SEM PEIXE – CURSO D'ÁGUA – 250 -

RIO SUAÇUI – CURSO D'ÁGUA – 172 -

RITA DE CÁSSIA LIMA (FILHINHA) – 229 -

RITA FELÍCIA – 91 -

RITA MARTINS VIEIRA – 77 – 114 -

RODOVIAS – VER ESTRADAS NO ÍNDICE -

RODOVIÁRIA – HASTA PÚBLICA – 276 – 277 -

ROQUE GOMES DA SILVA – 76 -

ROUBO DE ANIMAIS – 223 -

RUA 12 DE OUTUBRO – 67 -

RUA 13 DE MAIO – (Atual rua Manoel Martins Vieira – Vai da cooperativa até o hotel Nossa Senhora Aparecida) – 70 – 71 – 91 -

RUA 13 DE SETEMBRO – 98 -

RUA 15 DE JUNHO – (Atual Rua Getúlio Vargas – Nesta rua por volta de 1918, havia uma loja de um fotógrafo profissional) – 53 -

RUA 15 DE NOVEMBRO – 130 – 131 -

RUA 1º DE JANEIRO – (Ficava no Cutucum e foi a que deu origem à renúncia da primeira Câmara eleita) – 18 – 22 – 39 -

RUA 1º DE MAIO – (Ficava a redação do jornal “O Piracicaba”) –

RYA 13 DE MAIO – 70 – 71 – 91 -

RUA 1º DE MARÇO – 67 -

RUA 21 DE ABRIL – (Ex- rua Direita e atualmente Padre Pedro Domingues Gomes) – 06 – 53 – 57 – 123 – 124 -

RUA 24 DE FEVEREIRO – (Nesta rua, por volta de 1894, foi feita a primeira tentativa de se construir um hospital) – 53 -

RUA 7 DE ABRIL – (Antiga rua Santo Antônio, atualmente rua Dr. Edelberto) – 67 -

RUA 3 DE MAIO – 128 -

RUA 7 DE SETEMBRO – ((Ex- Ladeira Encantada e 7 de Setembro, atualmente rua Gabriel Passos - Da praça do Hotel São Domingos até a residência do sr. Manoel Martins de Oliveira – Segundo frei Thiago da ponte do Lava-Pés até a rua Padre Pedro Domingues, depois Gabriel Passos) – 45 – 67 -

RUA ALTINA ROSA DE LIMA – (Criada em 1980 pela lei nº 754) – 276 -

RUA ANTÔNIO ANTÃO BRAGA – (Do fim da rua 2 e início da rua 3, pela esquerda, até a residência do sr. Joaquim Braga- atual rua do Lava-Pés) – 274 -

RUA ANTÔNIO CAETANO DE SOUZA – (ex – Travessa – Da rua 2, em frente o sr. Antônio Mendes Sobrinho, à rua 11) – 274 -

RUA ANTÔNIO PEDRO BRAGA – (Da rua 22 até a rua Capitão Dico) – 274

RUA ASTOLFO PERDIGÃO – (Do pontilhão das Lages à saída para Dionísio) – 274 -

RUA BARÃO DO RIO BRANCO – (Da residência do sr. Miguel Fraga à da viúva do sr. José Alves Pinto) – 339 -

RUA CAPITÃO ALBANO DE MORAES – Antiga rua 15 de Novembro, em frente ao antigo prédio da Prefeitura) – 236 – 274 -

RUA CAPITÃO DICO – (Ex- Rua São Miguel - A segunda à direita da Praça Luiz Prisco de Braga) – 67 – 274 -

RUA CAPITÃO TEÓFILO – (Da rua 11, pela direita, ao Ribeirão Lava-Pés) – 274 -

RUA CEL. JOSÉ GOMES – (Da rua 14 à máquina de arroz de Francisco Ferreira Nunes) – 274 -

RUA CORNÉLIO DOMINGUES – (Do final da rua 11, em direção a Alfié – atual rua das Palmeiras) – 274 -

RUA DA VOLTA – (Atual Fco. Joaquim Gomes Lima) – Do sobrado da família Duval Mendes até a residência do sr. Bento José de Araujo) – 58

RUA DE SANTA ANNA – Em Vargem Alegre – 87 -

RUA DIREITA (Ex – 21 de Abril e atual padre Pedro Domingues Gomes) – 124 -

RUA DIREITA em Vargem Alegre – 44 – 53 -

RUA DO BREJO (ATUAL RUA TREVISÓ) – 274 - 341 -

RUA DO LAVAJO – 244 -

RUA DO PINDURA SAIA – 275 -

RUA DO ROSÁRIO – 244 -

RUA DOMINGOS MARQUES AFONSO – (Criada em 1980 pela lei nº 754) – 276 -

RUA DOS BAMBUS – (Ficava no início da Rua Professor Tacinho) – 340

RUA DR. CARLOS COIMBRA DA LUZ – (Da rua 1, pouco antes da máquina de café de Waldemar Rolla, pela direita, até a praça defronte do Prata Tênis Clube) – 274 -

RUA DR. EDELBERTO – (Ex- 7 de Abril e rua Santo Antônio – Primeira rua à direita da praça Luiz Prisco de Braga) – 67 – 82 – 274 -

RUA DR. FERNANDO GOMES DE CARVALHO – (Da rua 4 até a rua ao lado do ginásio) – 274 -

RUA DR. LOUIS ENSCH – (Do início da rua 3 à rua 8) – 274 -

RUA DR. MATEUS EM GOIABAL – 225 -

RUA FCO. JOAQUIM GOMES LIMA – (Ex- rua da Volta – Do sobrado da família Duval Mendes até a residência do sr. Bento José de Araujo – 274

RUA GABRIEL PASSOS – ((Ex- Ladeira Encantada e 7 de Setembro, atualmente rua Gabriel Passos - Da praça do Hotel São Domingos até a residência do sr. Manoel Martins de Oliveira – Segundo frei Thiago da ponte do Lava-Pés até a rua Padre Pedro Domingues, depois Gabriel Passos) – 67 – 78 -

RUA GETÚLIO VARGAS – (Ex – rua 15 de junho - Da Praça Luiz Prisco de Braga – ex – praça do Hospital, até o sobrado da família de Duval Mendes) – 221 – 274 -

RUA JAIME ALVES DE CARVALHO – (Criada em 1980, pela lei nº 754) – 276 -

RUA JESUINO SANTIAGO – (Jesuino Gonçalves Santiago – Sogro do dr. Edelberto) – Da rua 8, continuando à rua 14, em direção ao campo do Nacional) – 274 -

RUA JOÃO PEREIRA DA ROCHA – (Criada em 1980, pela lei nº 754) – 276

RUA JOSÉ LUIZ DE CASTRO – (Do final da rua 9, em direção à Nova Era – atual rua Ponte Nova e Taquaras) – 274 -

RUA JOSÉ LUIZ DE SOUZA MONTEIRO – 276 -

RUA JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES – (Criada em 1980, pela lei nº 754) – 276 -

RUA LEANDRO DOMINGUES GOMES – (Ex – Quintino Bocaiúva – Do antigo sobrado do Dr. Edelberto, depois posto de gasolina Semião e atualmente supermercado Fraga, até o Grupo Escolar Cônego João Pio) – 274 – 341 -

RUA LIBERATO DE CASTRO – (Da rua 8, cruzando com a rua 14, à rua 21) – 274 – 341 -

RUA MANOEL MARTINS VIEIRA – (Ex – 13 de Maio) – Vai da cooperativa até o hotel Nossa Senhora Aparecida) – 71 – 273 – 341 -

RUA MINISTRO GABRIEL PASSOS – (Da casa de José Braga até a de Francisco de Moraes – Ver rua Nova a seguir) – 273- 341 -

RUA NOVA – (Ex- Ladeira Encantada e 7 de Setembro, atualmente rua Gabriel Passos - Da praça do Hotel São Domingos até a residência do sr. Manoel Martins de Oliveira – Segundo frei Thiago da ponte do Lava-Pés até a rua Padre Pedro Domingues, depois Gabriel Passos) – 67 – 78 – 341 -

RUA OSVALDO GOMES – (Criada em 1980, pela lei nº 754) – 276 – 341 -

RUA PADRE PEDRO DOMINGUES GOMES – (Da antiga casa de Virgílio Lima até o hospital Nossa Senhora das Dores) – 123 – 273 – 341 -

RUA PROFESSOR CRISTIANO DE MORAES – (Da rua 22 à atual Barão do Rio Branco) – 274 – 341 -

RUA QUINTILIANO MARTINS – (Quintiliano Martins Vieira – irmão de Manoel Martins Vieira – Da rua 6, pela direita, à estrada de ferro) – 274 – 341 -

RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – (Da rua 5, para trás do cemitério das Lages, pela esquerda antes da ponte) – 274 – 341 -

RUA SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA – (Da rua 6, depois da ponte pela esquerda, ao córrego da Colônia) – 274 – 341 -

RUA SANTO ANTÔNIO – (Atual Dr. Edelberto) – 67 – 341 -

RUA SÃO MIGUEL – (Ex – 12 de Outubro – Atual Capitão Dico) – 67 – 341

RUA SÃO PEDRO – 128 -

RUA SÃO VICENTE DE PAULO – (Da rua 1 às casas de São Vicente de Paulo) – 274 – 341 -

RUA TREVISÓ (ANTIGA RUA DO BREJO) – (Da rua 6, pela direita) – 274 – 341 -

RUA VIRGÍLIO LIMA EM JOÃO MONLEVADE – 29 -

RUBEM SIQUEIRA MAIA – 104 -

RUBENS GOMES MARTINS – 279 -

SABARÁ – 07 – 08 – 10 – 83 – 293 – 296 – 297 – 298 – 299 – 300 – 301 – 302 – 328 -

SACRAMENTO – DISTRITO – 84 – 101 – 111 -

SANTA CRUZ – POVOADO – 120 -

SANTA ISABEL – 75 – 84 – 86 – 87 – 98 – 99 – 101 – 106 – 111 – 114 – 115 – 117 – 138 – 139 – 141 – 173 -

SANTA ISABEL – INSTALAÇÃO – 98 – 99 -

SANTA RITA – POVOADO – 29 – 125 – 134 – 253 -

SANTO ANTÔNIO DO GRAMMA – 104 – 171 -

SANTOS TOUCIFE – 265 -

SÃO BARTOLOMEU – POVOADO – 45 – 58 -

SÃO JESUS DO GALHO – MUNICÍPIO – 68 -

SÃO JOSÉ DO GRAMMA – 91 – 103 – 104 – 105 – 106 – 107 – 108 – 109 – 110 – 169 -

SÃO JOSÉ DO GRAMMA – CRIAÇÃO DO DISTRITO? – 169 -

SÃO MANOEL DO MUTUM – (ATUAL MUNICÍPIO DE MUTUM) – 148 -

SÃO SEBASTIÃO DO ALEGRE – 104 – 106 – 107 – 109 – 168 – 169 -

SÃO THOMÉ – POVOADO – 05 – 36 -

SEBASTIÃO MARTINS QUINTÃO – 126 -

SECRETARIA DA AGRICULTURA – 288 -

SEPARAÇÃO DA CÂMARA DO AGENTE DO EXECUTIVO – 44 -

SERRA DA CHAPADA – 249 -

SERRA DO ALEMÃO – 253 -
SERRA DO BARROSO – 248 -
SERRA DO CURRAL – 228 -
SERRA DO PADRE BENTO – 248 -
SERRA DO PILATOS – 105 – 108 -
SERRA DOS BORGES – 248 – 251 -
SERRAS DAS COBRAS – 248 -
SESSÃO SECRETA DA CÂMARA – 111 -
SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO – 290 -
SIMÃO – LOCALIDADE EM VARGEM LINDA – 216 -
SITIO DO JOVINO – 250 – 251 -
SOBRADO DO DR. EDELBERTO – 07 – 81 – 82 – 341 -
SOBRADO DUVAL MENDES – 78 – 339 – 340 -
SOBRADO DE MANOEL MARTINS GOMES LIMA – 236 –
SOBRADO DE MANOELZINHO OURIVES – 236 -
SOCIEDADE BENEFICENTE PROTETORA DAS CRIANÇAS – 38 -
SOCIEDADE DE AMIGOS DO RIO DOCE – (S.A.R.D.) – 282 – 284 – 285 – 286 -
SOSSEGO – LOCALIDADE EM DIONÍSIO – 243 -
SUBSÍDIOS PARA PREFEITO – 166 – 215 -
TARIFAS PELO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA – 129 -
TAXA D'ÁGUA – 07 – 239 – 240 -
TAXA DE ESGOTO – 07 – 239 -
TEIXEIRAS – POVOADO – 36 – 44 – 73 – 94 – 101 – 134 – 157 -
TEMPESTADE DE GRANIZO – 160 -
TEODOMIRA CORREA DE ASSIS – 104 -
TEODOLINO MOREIRA DE MIRANDA – 233 – 248 -
THEODOLINO JOSÉ DOS SANTOS – 88 – 89 – 94 – 111 – 112 – 113 – 117 – 120 -

THEOPHILO CORREA DE MELLO – 74 -

THEOPHILO DA SILVA PERDIGÃO – 20 – 26 – 53 -

THEOPHILO GONÇALVES SANTIAGO – 81 -

THEOPHILO PEREIRA DA COSTA – 95 -

THEREZA ROLLA – 281 -

THIAGO SANTIAGO – FREI – 09 – 17 – 25 – 32 – 52 – 135 – 136 – 265 – 282 – 308 – 339 – 340 – 341 -

TIMÓTEO – ORIGEM DO MUNICÍPIO – 103 – 104 – 105 – 107 – 109 – 110 – 149 – 168 – 169 – 170 -

TRÂNSITO DE VEÍCULOS – REGULAMENTO – 160 – 161 – 194 – 196 – 197 – 198 -

TRAVESSA DOMINGUES RODRIGUES – (Do final da rua 1, pela esquerda via pontilhão, até a rua de saída para Nova Era) – 274 – 343 -

TRAVESSA TATÃO DE BENTINHO – Em frente ao hotel Semião – 274 – 343 -

TRINDADE – LOCALIDADE EM MARLIÉRIA – 238 -

UNIVERSIDADE FEDERAL DE FARMÁCIA – 166- 167 -

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – 166 -

UNIVERSIDADE NO PRATA – 78 -

USINA DE ENERGIA ELÉTRICA – 55 – 128 – 129 – 137 – 196 – 197 – 198 – 200 – 224 – 235 – 277 -

USINA DE VOLTA REDONDA – 166 -

USINA SIDERÚRGICA DE JOÃO MONLEVADE – 155 – 286 -

USINA SIDERÚRGICA EM SÃO DOMINGOS DO PRATA – 282 – 283 – 284

VALE DO RIO DOCE – REGIÃO – 150 – 151 – 170 – 172 – 286 – 287 -

VARGEM ALEGRE – CRIAÇÃO DA FREGUESIA – 47 – 48 -

VARGEM ALEGRE (ATUAL VARGEM LINDA) – 12 – 24 – 25 – 26 – 29 – 30 – 32 – 33 – 37 – 39 – 43 – 44 – 47 – 48 - 50 – 53 – 56 – 73 – 87 – 88 – 94 – 98 – 100 – 101 – 102 – 106 – 125 – 133 – 134 – 139 – 140 – 157 – 179 – 216 – 251 – 253 - 258 – 262 – 265 – 279 – 339 -

VICENTE CÂNDIDO SOARES – 75 – 145 -

VICENTE D'ANUNCIAÇÃO BRAGA – 179 – 203 – 206 – 207 – 208 – 209 -

VICENTE DE OLIVEIRA LIMA – 213 – 222 – 223 – 224 – 225 -

VICENTE DE PAULA BRAGA – 126 -

VICENTE MARTINS – 279 -

VICENTE NOLASCO – 195 -

VIEIRAS – POVOADO – 87 – 103 – 251 – 253 – 275 -

VINHEDO ALTO ALFIÉ – 120 – 121 -

VIRGÍLIO LIMA – 17 – 18 – 33 – 66 – 126 – 138 -

VIRGÍLIO SERVA – 100 -

VOLTA REDONDA – USINA – 166 -

WALTER COTTA MARQUES – 259 – 262 - 263 – 264 – 266 – 278 – 293 -

WENCESLAU BRÁS PEREIRA GOMES – 118 -

WISEMAM MOREIRA – 279 -

YOLANDA ALMEIDA ROLLA – 282 -

ZELADOR DA CIDADE – 39 -

ZELADOR DAS RUAS E PRAÇAS – 44 -

ZELADOR DE ÁGUA – 116 – 117 -

FIM.

**QUEM EXTRAÍ OS ENSINAMENTOS DO
PASSADO, PREVÊ O FUTURO.**

(Edelberto A. G. Lima).